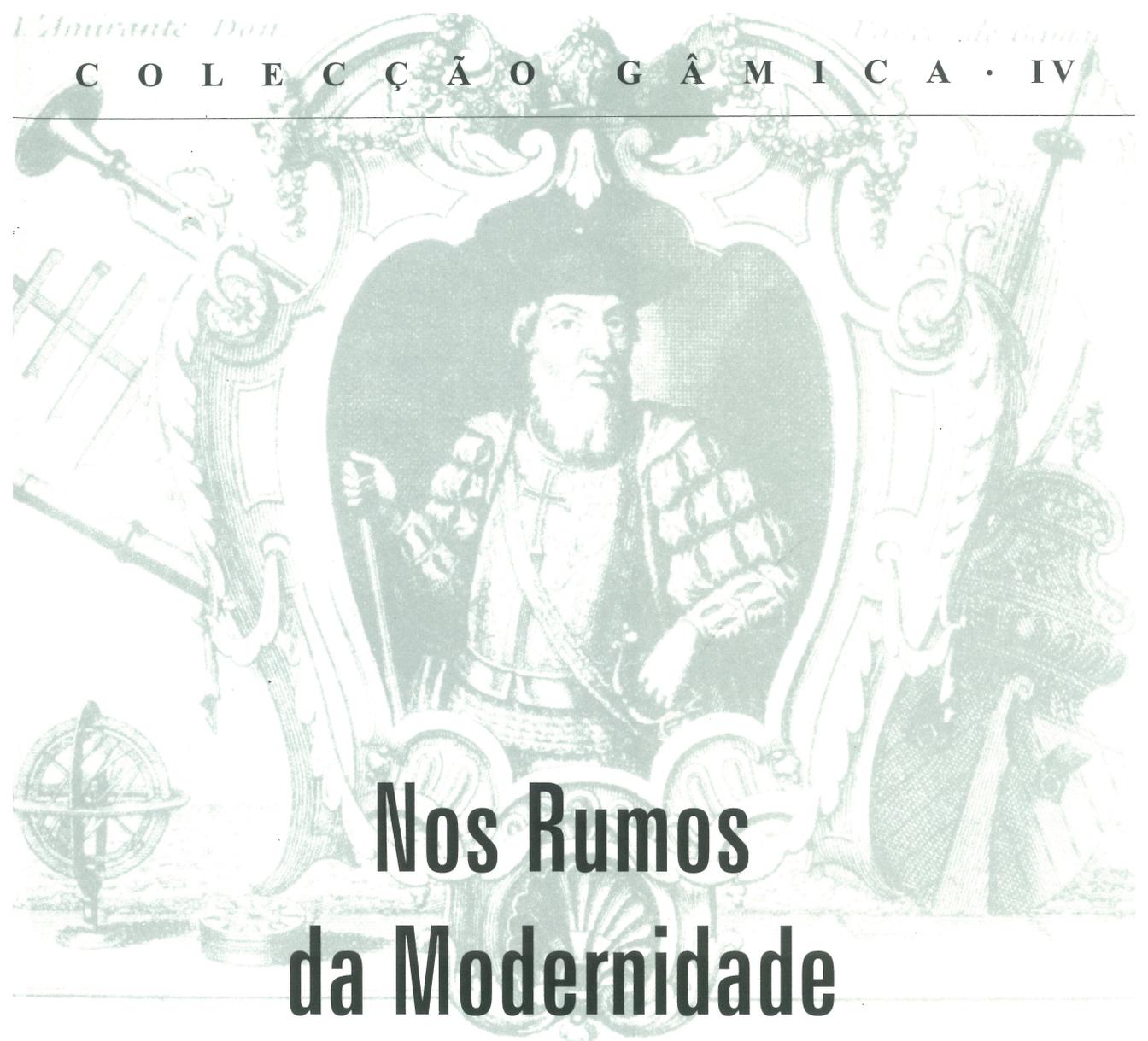


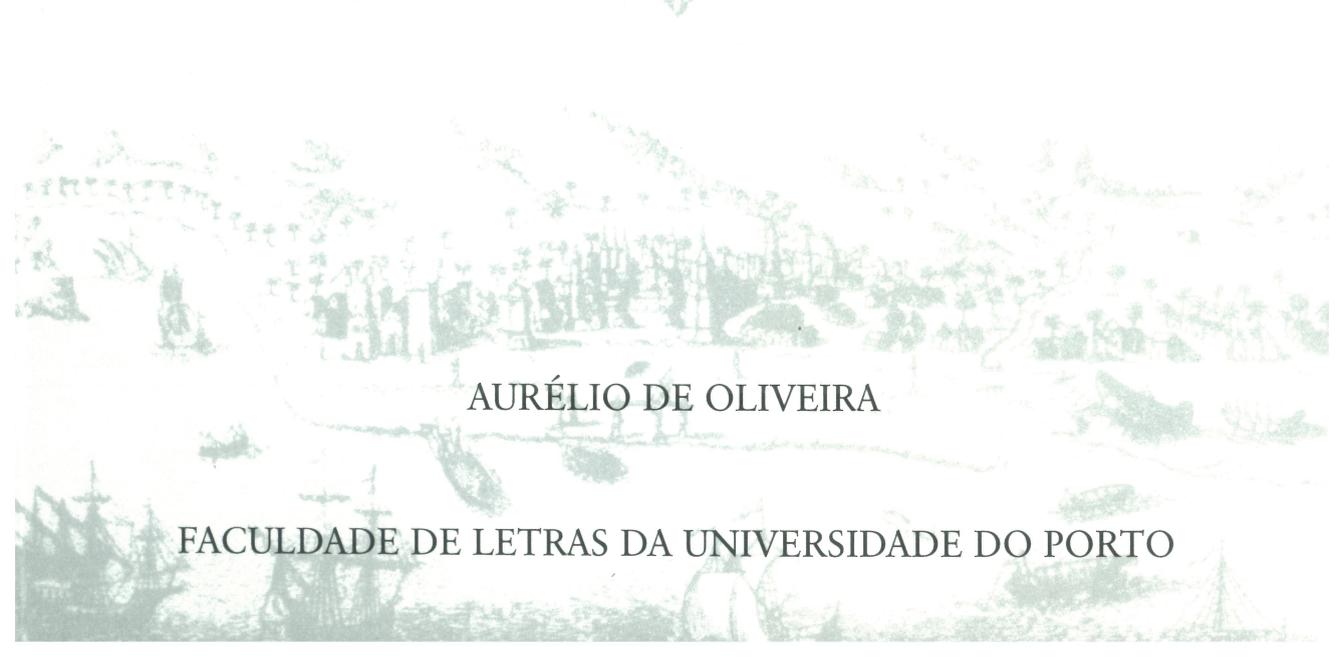
O Amiralante Dom

Vasco de Gama

COLEÇÃO GÂMICA · IV



Nos Rumos da Modernidade



AURÉLIO DE OLIVEIRA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

NOS RUMOS DA MODERNIDADE

Aurélio de Oliveira
Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto

Faculdade de Letras do Porto
Porto – 1999

NOS RUMOS DA MODERNIDADE

Volume patrocinado por



Ficha Técnica

Título:
Nos Rumos da Modernidade

Autor:
Aurélio de Oliveira

Capa: Arranjo e Composição:
Artur Pires

Execução Gráfica:
Compolito – Braga

Tiragem:
1.000 Exemplares

Depósito Legal N.º 141766/99

ISBN: 972-9350-35-3

© Todos os direitos reservados

Pedidos a:
Compolito – Artes Gráficas, Lda.
Rua Nova de Santa Cruz, 70
Telef. (053) 676857 – Fax (053)
4710-409 Braga

À Sara

À Marta

e à Aida

ÍNDICE

CAPÍTULO I

ARQUÉTIPOS E COMPORTAMENTOS	13
1.1. Os agentes e os adventos na Europa Moderna	15
1.2. Os “espaços” do Renascimento Europeu	24
1.3. Os Agentes. Efeitos repercutidos	31
1.3.1. A Identidade Nacional	32
1.3.2. Da realidade paroquial à ecúmena	36

CAPÍTULO II

OS CONCEITOS OPERATIVOS.....	43
2.1. Os Espaços da Modernidade	49
2.2. O Tempo da Redenção Moderna	60
2.3. Nas Coordenadas da Quantificação.	66

CAPÍTULO III

CONQUISTAS E MATERIALIZAÇÕES	99
3.1. Duarte Pacheco Pereira	106
3.2. D. João de Castro	110
3.3. Pedro Nunes	118
3.4. Garcia de Orta. Outros	124

CAPÍTULO IV

NOVAS DIMENSÕES REPRESENTATIVAS E FIGURATIVAS 137

4.1. Literatura de viagens. Descrições	137
4.2. A Epopeia da ficção à realidade. A Memória. A História	162
4.3. Outras formas de expressão. A Memória. A História.	164
4.4. Criação e representação artística. Formas. Conteúdos e Símbolos	172

CAPÍTULO V

A CONSTRUÇÃO DO QUOTIDIANO

5.1. Economia. Sociedade	187
As Cidades	197
Impactos das espécies e tesouros metálicos.....	209
Outros sectores	216
5.2. Revolução das plantas. Alteração das paisagens	218
5.3. Recursos alternativos e complementares	
5.3.1 Pescados e conservas	225
5.3.2 Outros géneros	226

CAPÍTULO VI

OS “LIMITES” DAS NOVAS FRONTEIRAS

6.1. Miscigenação. A continuidade antropológica	237
---	-----

BIBLIOGRAFIA	243
--------------------	-----

*“C’est à ces découvertes des portugais dans
l’ancien monde que nous devons le nouveau”.*

*(Voltaire. Essai sur les Mœurs et l’Esprit des
Nations, Paris. 1829. III. 142)*

CAPITULO I

ARQUÉTIPOS E COMPORTAMENTOS

Sublinhando dois pontos prévios, duas palavras apenas à guisa de sumaríssima mas necessária Introdução Geral e a este Capítulo, em particular:

Como recomendação a uma correcta apreciação da História de Portugal, (fora de qualquer chauvinismo anacrónico - a que um verdadeiro conhecimento da realidade histórica não resiste) deve postular-se que a História Nacional não pode ser estudada e apreciada de modo isolado.

Uma tal perspectiva tem o saudável condimento de nem nos agigantarmos, nem nos apoucarmos, como frequentemente acontece, num masoquismo deletério, fruto muitas vezes mais de incapacidades e ignorâncias do que do verdadeiro conhecimento dos factos e das necessárias análises comparativas como impõe a participação numa construção e conquista – numa gesta – que são comuns⁽¹⁾. Isto é, trata-se de estudar e apreciar a História de um povo normal, com defeitos e com virtudes, como os outros, mas que, mercê de circunstancialismos específicos, foi capaz de engendrar virtualismos próprios que, por vezes, o fizeram ressaltar de modo muito particular nessa História comum como, noutras circunstâncias, o fizeram outros. Não se prescindirá, pois, desses quadros e realidades mais alargadas, primeiro hispânicos, depois europeus e, finalmente, mundiais. A realidade portuguesa restará em grande parte incompreensível se amputada, se estudada, se con-

templada e isolada, fora desses parâmetros. Por seu turno, nenhum desses quadros pode prescindir do papel dessa História particular.

Também, pois, neste domínio, ao considerarmos alguns aspectos que, sem dúvida, marcam e assinalam Rumos de Modernidade, “Portugal não constitui um caso único como se se tivesse gerado num contexto histórico e geográfico (neste caso cultural e anímico) autónomo, completamente isolado e alheado da restante realidade europeia e, principalmente, peninsular”. Processos ou modalidades de observação e contemplação da realidade histórica nacional que, por isso, deveremos, decididamente, pôr de lado⁽²⁾.

Em segunda nota, dizermos que cristalizamos, em torno e a pretexto da Viagem de Vasco da Gama, todo esse feixe de inovações e potencialidades. Ainda que facto histórico relevante, está localizado no tempo. Por isso, assume-se aqui, fundamental e obrigatoriamente, como ponto de referência simbólica, altamente significativa porque, síntese de um longo processo anterior – que “naturalmente” remata e sem o qual resulta, como facto histórico, seguramente incompreensível porque recusamos o Acaso, o Milagre, a Sorte como explicação racional das coisas. Por sua vez, potencializando realizações anteriores, desencadeará, por si, outros elementos novos que marcarão e assinalarão a presença de novas realidades. Matrizes fundamentais de Novos Tempos que caracterizarão, em muitos aspectos, o Mundo Moderno.

Aqui, pois, nos *Rumos da Modernidade*, ao considerarmos as *Consequências* dos Descobrimentos portugueses, que assinalam e desencadeiam efectivamente, os primeiros passos da Globalização, se terá “naturalmente” de considerar e contemplar esses espaços mais amplos para aí se poder equacionar e apreciar,

com rigor, o que é comum e o que é diferente, tanto em termos e parâmetros mentais e culturais como também materiais, nessa Europa do Renascimento. Saberemos melhor, assim, o que é inovação e o que é permanência; o que é prioridade e o que é simples cópia, imitação ou processo de arrastamento; o que são, realizações próprias e o que são sonegações e apropriações, como o que são ou podem ser, ocultações e aproveitamentos de realizações alheias.

Na verdade, muitos “que não puderam ou souberam fazer, aproveitaram-se ou “compraram o dizer” com isso fazendo (ou pretendendo fazer glória) e fortuna. (Garcia de Resende)

1. Os Agentes e os Adventos na Europa Moderna

Essa Europa do Renascimento, em grande parte, é já uma realidade comum mas, em verdade também, matizada e desenvolvida em direcções e afirmações “regionais” diversificadas. Por vezes com diferenças bem acentuadas, com ritmos de concretização e realização material e cultural não sincrónicas. Matizes e diferenças que se estendem até dentro de cada célula regional ou nacional. Isto é: nem sequer o todo nacional de cada unidade constitui uma só realidade orgânica diferenciada. Clivagens importantes acontecem, frequentemente, dentro desses quadros restritos, introduzindo elementos contraditórios que tornam, por vezes, difícil definir, com clareza, o que é continuidade ou o que é inovação, deixando-nos, muitas vezes também, em dificuldade sobre o que é que deve ser destacado como elemento mais definidor de identificação de cada uma dessas mónadas. E essas contradições vão, não raro, até dentro das próprias realizações dos mais importantes agentes e “criadores” culturais.

Vem esta chamada de atenção relembrar a necessidade de nos quadrarmos com a razoabilidade necessária entre duas posições em que, frequentemente, se pode vir a cair na abordagem e tratamento desta questão. Em particular: a prevenção dos excessos em que, por vezes, caem correntes historiográficas extremadas (nacionais ou não). A saber: o encómio extreme da total novidade e da revolução científica e cultural operadas para além de limites que não comporta ou, ao invés, o manifesto erro do apagamento ou esquecimento total que o fenómeno da Expansão lusa primeiro, ibérica depois, trouxeram, efectivamente, ao mundo da ciência, da cultura e das realizações materiais da Europa do Renascimento e da Europa Moderna.

Como exemplo de um exagero (ou ignorância) que tem que recusar-se liminarmente, cite-se um clássico – Paul Hazard – que ao desenvolvimento da Ciência Europeia dedicou um tratado que, apesar de longe no tempo (1934), acabou por ter uma enorme influência na formação cultural de gerações muito próximas a nós e cujos ecos se não extinguiram ainda por completo: a sua influência em obras e autores posteriores como na importante *História da Ciência Experimental*, de Thorndike – ainda que muito mais recente – parece notória⁽³⁾.

Por singularmente exemplificativa, ainda que manifestamente muito mais exagerada, ouça-se Paul Hazard: "*desde 1616 (Bergeron) desde 1636 (Campanella), professavam isto: a exploração do globo, contrariando alguns dados sobre que repousava a filosofia antiga, deve provocar uma nova concepção das coisas. Esta ideia acelera-se à medida que os Holandeses, não somente organizam o comércio das Índias Orientais, mas também descrevem as coisas estranhas que lá encontram; à medida que os Ingleses, não só fazem flutuar o seu pavilhão sobre todos os mares mas também publicam a mais copiosa literatura de viagens que há no mundo;*

à medida que Colbert propõe à actividade dos Franceses as ricas colónias e as longínquas feitorias, de que chegam descrições “feitas à ordem do Rei”! O Rei mal sabia que destas mesmas descrições nasceriam ideias capazes de abalar as noções mais caras à sua crença e as mais necessárias à manutenção da sua autoridade”⁽⁴⁾.

Como se vê, nem sequer se considera o quadro hispânico – ao jeito de Humboldt – que igualmente “feriu, desfigurou e ignorou por completo a cultura científica da Península” ⁽⁵⁾. Ora, em qualquer dessas dimensões onde Hazard (e os que o seguem) viu primeira novidade naqueles quadros mentais europeus – tais – pretensas novidades – dentro do círculo ibérico – já levavam barbas de mais um Século ... e os materiais acumulados – e alguns bem difundidos – constituíam já acervo impressionante. Há quanto tempo se sabiam e divulgavam! Logo por 1515 se dizia e apregoava – as tantas

*“Jentes novas, escondidas,
que nunca foram sabidas,
sam a nós tam conheçydas
como qualquer natural”*⁽⁶⁾!

Muito, muito antes, uma nova concepção das coisas e do mundo estava criada e definida. Logo nos inícios do século XVI, como se vê, claramente, no mapa português, dito de Cantino de 1502, se negarmos a Duarte Pacheco Pereira - o que não parece de todo razoável ou legítimo - que ele não tenha formulado a noção da Continentalidade das terras Ocidentais na sequência das suas explorações, sobretudo da de 1498. Dificilmente se aceita que apenas o tenha feito por alturas de 1505, quando o Mapa de Cantino o faz anteriormente e o insigne roteirista (e também cartógrafo - porque várias vezes se refere ao *Mapa Mundo* por si redigido) estar - mais que ninguém - bem informado e ser, inegavelmente, o maior conhecedor das realidades oceânicas ocidentais.

A presença e a existência de um quarto Continente em Pacheco Pereira parece óbvia: *”e porque melhor se possa entender esta nossa obra posemos aqui pintado hum mapa mundy da feyçam e descriçam destas terras na qual entrara a Europa posto que della nam escrevamos por uma das quatro partes do orbe, ainda que os antigos escritores afirmaram ser tres somente”*⁽⁷⁾. E, noutro passo, mais explicitamente: *“Por experiência propria vimos” depois de descobrirmos a quarta parte que vossa alteza (nos) mandou descobrir além do oceano*⁽⁸⁾. *“que esta terra daleem he tam grande e desta parte daquem temos Europa Africa, e Asia, manifesto he que o mar oceano he metido no meo destas duas terras* (isto é: destas duas massas continentais)⁽⁹⁾.

Essa Continentalidade está também já patente na Carta do biscainho Juan de La Cosa – 1500 – ainda que de muito menor perfeição que aquela – e passe embora a questão da sua autenticidade e originalidade⁽¹⁰⁾. Pelo menos, dois marcos hispânicos inultrapassáveis nesta questão, aos quais se poderia juntar ainda um outro, – um terceiro Mapa – praticamente nunca referido, mas que logo seguiu para Itália após o regresso de Cabral dando conta de todas as terras descobertas, assinalando já no Índico todas as terras além de Calecute *”e mais para lá o dobro da distância daqui à Flandres”* ⁽¹¹⁾.

Todas estas novas concepções e conquistas, (físicas e mentais) se assumem nos autores mais representativos da cultura nacional de fins de Quatrocentos e inícios de Quinhentos. Em termos de reflexão teórica e de obra prática, tudo isso se materializa, de modo inquestionável, logo no mesmo Duarte Pacheco Pereira: *”e nestas cousas (navegação, descoberta e trato) a nossa naçam dos portugueses presedeo todolos antigos e modernos em tanta cantidade que sem represam podemos dizer que eles em nosso respeito nom souberam nada”*⁽¹²⁾.

Desde Quatrocentos a Quinhentos, desmantelaram os portugueses o mundo “das abusões e fábulas” com que “os antigos cosmographos escreverom ha cerca da descriçam da terra e do mar os quais disserom que toda ha terra que jaz de baixo do circolo equinocial era inhabitavel pola grande quentura do sol e isto achamos falso e pollo contrario...e nesta terra ha muita habitasam de gente”⁽¹³⁾. Também a afirmação de D. João de Castro (que não disputa nem rouba precedências a ninguém) assinala peremptórias e verdadeiras prioridades. A verdade e a dimensão do Universo ficava “tomada às mãos” desde os inícios do Século XVI:

“Quem pode arrancar do mundo esta (falsa) opinião dos antigos?”

– *A muita experiência dos modernos e principalmente a muita navegação de Portugal. Porque depois que os portugueses pela parte oriental e os espanhóis, por seu exemplo, pera occidente navegarão em a redondeza do mundo, e descobrirão tantas e tão variadas terras, nunca desde o principio do mundo descubertas, e as deixarão notadas e postas cada huma em seus lugares, vemos que muitas destas novas terras ficão para a banda do sul, bem contrarias das antigas, e muitas da banda do occidente...*

Vista, pois, tal experiência fica bem reprovada a opinião dos antigos...

E para prova de tudo isto basta ver a figura da agoa e da terra pintada, como se ia agora tem averiguada, na qual já se vê por todo o outro hemispherio dessas terras espalhadas, a verdade parece bem clara e fica tomada as mãos”⁽¹⁴⁾.

Tão pungentes e precoces como espantosas realizações, se plasmavam e divulgavam, para todos, na fórmula poética de Garcia de Resende:

"Outro mundo encuberto
vimos entam descobrir,
que se tinha por incerto:
pasma homem de ouvir
ho que se sabe muyto certo,
que cousas tam grandes sam
hos da India e Iucatam,
e quam na China espantosas
que façanhas façanhosas
no Brasil e Peru vaam?"

"outro mundo novo vimos,
per nossa gente se achar,
e o nosso navegar
tam grande, q descobrimos
cinco mil leguas per mar"⁽¹⁵⁾.

A par, e em simultâneo com as Navegações e Descobertas, fixaram-se as terras e os lugares: *"em pouco mais de um Século desde a passagem do Cabo Bojador (1434) a meados do Século XVI os portugueses fizeram o primeiro levantamento (rigoroso) da maior parte das costas africanas, de grande extensão das da Asia e da Insulíndia, das do Brasil e numerosas ilhas num total de mais de 60.000 Km de costas"* ⁽¹⁶⁾.

Tudo isto quando os meios "cultos" da Europa continuavam dando preferências às "abusões" ptolomaicas e quando outros "clássicos" da Geografia europeia continuavam a ter a maior aceitação e circulação nesses mesmos meios "cultos" da Europa como pode ser o caso de Alessandro Achillini onde se discute, ainda pela primeira década de Quinhentos, se as regiões equatoriais são ou não povoadas, ou de Contarini onde, no *De Elementis* (de 1548), se admite, tão só, essa possibilidade), ou ainda no

Cosmographicus Liber de Apiano. Aqui, também por 1524, continua a desconhecer-se a parte austral do Continente Africano como – pasme-se – na *Descrição do Mundo* de Jacques Signot – com edições sucessivas até 1599 – onde não existe ainda uma só menção relativamente à América!

Em contrapartida, eis o que dizia e divulgava D. João de Castro no Tratado da Sphaera (1538-42): Os antigos “*cuidavam que nestas tres partes do mundo (reduzidas) s. Asia Africa Europa ... se acabava a Geographia ... mas agora, como seia ia descoberto no outro hemispherio outras muitas terras, muytas ilhas e finalmente, outro mundo novo,... todo ou quasi todo está ia descoberto, o que não entendião os antigos por não terem descoberto mais que huma 4^a de hum hemispherio*”⁽¹⁷⁾.

São aquisições precoces nos meios náuticos nacionais, dados definitivos adquiridos. Já no tempo de D. João II – e a propósito das terras e ilhas longínquais por si descobertas se dizia que ele, verdadeiramente “acrescentou o próprio Mundo”. Eram informes correntes em Portugal e tinham aqui a sua segura origem. Deles fazem logo aproveitamentos os mais atentos, quer através de Cartas, quer através de informações de outro tipo que não deixam dúvidas a ninguém sobre suas verdadeiras origens. Assim se verificou, mesmo antes da chegada de Colombo, como o refere Giraldini na Conferência de Granada - Santa Fé, em 1491: “*porque os portugueses se tinham de tal modo dirigido para as partes inferiores do outro hemisfério que, tendo deixado o nosso hemisfério ártico atrás de si, tinham descoberto um outro, o hemisfério antártico, e que tinham descoberto tudo o que está a baixo da zona tórrida coberto de populações e que tinham contemplado novas estrelas sob a abóbada dos Antípodas*”⁽¹⁸⁾.

Deles se dizia, nos meios que mais seguras informações procuravam – e já ia o Século XVI bem andado – que eram os

portugueses “os maiores peritos no conhecimento dos mares” que haja no Mundo”, sendo, por isso, entre eles que se deveriam colher os dados mais actualizados e seguros⁽¹⁹⁾.

Quanto ao papel dos holandeses, como dos ingleses, como dos franceses no comércio mundial (omitindo mais uma vez o mundo hispânico) considere-se – tão só – que apenas chegam a esse comércio depois dessas rotas terem sido abertas e senhoreadas pelos portugueses – já lá iam quase dois Séculos! – dado que até 1434 – além do Cabo Bojador nunca o comércio europeu conheceu outros circuitos e rotas que não fossem os tradicionais que vinham da Idade Média e se “enovelavam” em torno de uma Europa reduzida. E aqui, tão somente, desde os fins do Século XIII e princípios do XIV, pela articulação marítima que genoveses e venezianos praticam Via-Gibraltar – com o Norte. Sendo certo, porém, que até aí, a primazia na articulação comercial via-marítima se fez essencialmente pela navegação lusa acompanhada de uma ou outra área privilegiada hispânica. Desde antes que se “traficam” produtos entre os dois mares mas, na verdade, são marítimos lusos e outros “hispânicos “ que desde o do Século XIII introduzem as lãs inglesas no Levante espanhol e nos círculos italianos⁽²⁰⁾. Foram eles que desde o tempo de D. Dinis articularam o Atlântico com o Mediterrâneo, palmilhando caminhos que iam de Ceuta até Orão, Tunis e Bugia, além de Alger⁽²¹⁾.

Não se esqueça, na verdade, que os “famosos” nautas italianos (que segundo alguns autores tinham ensinado tudo aos portugueses) só passariam “as tormentas” daquele Cabo muito mais tarde: apenas em 1455!: “Fui eu, Luís de Cadamosto, o primeiro que saí da mui nobre cidade de Veneza para navegar pelo mar Oceano, fora do Estreito de Gibraltar, para as partes do meio dia, nas terras dos negros da baixa Etiópia”⁽²²⁾!

O acesso de todos eles às rotas do comércio mundial só se fará tardiamente quando conseguem penetrar no Índico - o que apenas acontece nos inícios do Século XVII(!)- e aqui, como nos restantes lugares onde se lograram instalar, limitando-se a apoderar-se das rotas portuguesas, então já estabelecidas a todas as escalas do Pacífico, e depois, noutros domínios hispânicos, quando o puderam fazer ... Sendo certo que, mesmo a partir de então, continuaram todos, ombro a ombro - sempre em disputa - a frequentar as mesmas áreas de comércio. Escreveria Scherer na *História do Comércio de Todas as Nações*: “foram os portugueses que serviram de mestres aos marinheiros das outras nações e os próprios holandeses, que os suplantaram, tomaram em Lisboa o homem que os conduziria à Índia”⁽²³⁾. Em simultâneo e em paralelo, o que até então se tinha divulgado e escrito dos Novos mundos, das Novas gentes e dos Novos produtos dentro da polifacetada literatura hispânica (lusa ou castelhana) que, por seu turno, não se findará com a chegada daqueles ao tardio contacto com realidades sobejamente conhecidas e divulgadas! (por sinal até, aqui, no genérico, com muito maior rigor e maior veracidade).

É verdade que aqueles “povos do Norte” são protagonistas de um novo esquema comercial, mas o Capitalismo Comercial Europeu e Mundial firmara-se sobre o esquema hispânico - primeiro português e depois espanhol em torno dos dois polos do comércio mundial: de Lisboa e de Sevilha, articulados com os centros financeiros europeus dominados e subsidiários do eixo estratégico Lisboa - Antuérpia e depois Sevilha - Madrid - Antuérpia, que esmagadoramente predominou por toda a primeira metade do Século XVI e se não extinguiria ainda por toda a segunda metade do mesma Centúria.

Paremos por aqui, neste breve comentário.

2. Os “Espaços” do Humanismo e do Renascimento europeu

Os Descobrimentos “acontecem” num quadro cultural europeu bem específico – o da Europa do Humanismo e do Renascimento.

Ainda que portador de outros ideais, esse movimento e essa “revolução cultural” definem-se e caracterizam-se, essencialmente, pela tentativa de reapropriação, recreação e revivência de todo o legado da cultura clássica greco-latina “curto – circuitando” todo o largo período das “trevas medievais” – tempos normalmente encarados como de barbárie e de obscurantismo, de autêntico retrocesso cultural. Uma Era a esquecer e a apagar da memória ...

Movimento comum a toda a Europa, acabou por ganhar matizes e diferenciações específicas, por concretizar-se de modos algo diferentes, nas várias regiões ou quadros nacionais da Europa de então.

Correndo o risco que toda a simplificação comporta, mas procurando captar essas “tendências” culturais globais, parece não restar dúvidas que o culto e o surto das Artes se refugiou e caracterizou mais o círculo italiano; que a reflexão filosófica teológica se refugiou preferentemente no “circulo germânico; que o renascimento filológico – linguístico, no quadro francês, como no quadro inglês, a prevalência da reflexão teológica e ético – moral de que Thomas Morus se poderia erigir como principal marca de referência. É indubitável que o círculo hispânico avulta, dentro desse movimento, como a área privilegiada da prática, do culto e, depois, do desenvolvimento das ciências e das técnicas ligadas ao conhecimento, revelação e domínio do mundo físico e material bem como, ao correcto posicionamento do homem dentro desse mesmo mundo, emancipando-o de toda a dependência mítico-teológica – numa vertente eminentemente prática e operativa.

Como se vê, *quase dois hemisférios culturais*, comendo embora a mesma realidade. Um, voltado e preocupado com a apro-

priação e recriação de um mundo passado – (não importava sequer se real, se fantástico ou se os dois à mistura). De um lado, o mundo “*das palavras reitoricas aprazíveis ás orelhas*”, sem cuidar da verdade, como diz o médico valenciano Dimas Bosque, desses que são “*inventores de boas letras... mas tambem sam inventores de muytas mentiras*. Um mundo dos que escrevem “*per falsa emformaçam ... sem fazer diligencia*” em indagar e procurar da verdade⁽²⁴⁾. - Não obstante, é esse o mundo sempre tomado como modelo de excelências e realizações. Um outro, voltado e debruçado essencialmente para e sobre o mundo do presente, preocupado com os modos e instrumentos do seu conhecimento e do seu domínio e colocando o homem e a as suas capacidades no centro desse domínio. A valorização do homem como instrumento desse domínio, fora de todo o esquema de uma verdade física revelada, fosse de origem teológica, fosse mítica, fosse tutelada por qualquer outra autoridade. Um mundo prospectivo, de confiança que advém do domínio das técnicas e do saber. O Matemático português Gaspar Nicolas exprime esse optimismo e todas essas novas capacidades através do conhecimento e instrumento que confere a prática das Matemáticas, capaz de abater todas as barreiras: “*E assy podes hijr ate onde quiseses*”!...⁽²⁵⁾. Sem medos, sem fabulações, sem fronteiras, sem mitos!

Deste ponto de vista se poderia afirmar que o meridiano peninsular (tomado na sua globalidade e nesses primeiros e promissores tempos do Humanismo e Renascimento Ibéricos) separava, efectivamente, um mundo teocêntrico do passado de um mundo homocêntrico, do presente; de um mundo aberto e voltado para o futuro, isto é, direccionado para a sucessiva apropriação e domínio das realidades físicas e das leis físicas da Natureza. Mundo onde não cabem verdades reveladas nem milagres: “*Outros atribuíam isto a milagre e providencia divina...*”⁽²⁶⁾. Não há saberes acumulados, “tutelados” que façam leis para estes homens.

Dizia Diogo Gomes - já a meados do Século XV (1456-1460) – “*muitos erros juntos nunca levam ao propósito principal*”⁽²⁷⁾.

Refira-se, quase como exemplo anedótico mas elucidativo, o que se fizera em Veneza: a Princesa dos mares mediterrânicos tendo que se equipar para fazer face aos seus adversários no mar preferiu seguir os pareceres “técnicos” de um humanista “armado de sabedoria grega e romana” do que seguir os conselhos práticos de um homem do mar, bom mestre do ofício. Preferiria a quinquirreme romana aos barcos modernos! (Gorar-se-iam, por isso, os objetivos). Atitude completamente diversa, em Portugal. Aqui, há muito que se procedia de modo diferente. Para novos obstáculos e desafios, novos instrumentos e novas soluções náuticas.

Desde 1435-1440 que se introduziam novas técnicas de construção⁽²⁸⁾, adaptando-se constantemente as embarcações, passando da barca, da fusta e do barco redondo, às pequenas e velozes caravelas. Depois, com D. João II, modificando-as novamente, de molde a fazer face às novas necessidades e desafios, artilhando-as quando chega aos mares do Golfo e os tem que proteger e defender. Não havia embarcações que lhes fizessem nojo! – Diria o Cronista, judiciosamente, dessa atitude inovadora de D. João II: “*foi o primeiro que isto inventou*”⁽²⁹⁾.

Um mundo de um pensamento morto, ao mundo da modernidade.

”Falando o latim, podiam pensar à latina? Mas mesmo quando tentavam ressuscitá-lo, torná-lo tão vivo quanto possível, o pensamento latino permanecia um pensamento morto. Impondo-se a eles, não podia senão refrear o seu voo. Tinha-os acorrentados a modos de pensar e de sentir arcaicos, prescritos, ou, se se prefere, ultrapassados e paradoxais. Porque a sua civilização, estava toda penetrada e saturada de cristianismo, de ideias e de sentimentos cristãos. E eles punham todo o seu esforço e todo o

seu zelo, em se inserirem, penosamente, em ideias e sentimentos que contradiziam, em parte, os seus e, se se prefere, aqueles que deveriam ou poderiam ter”⁽³⁰⁾.

Este outro, é um mundo bem diferente. Um mundo em que a “ideia força é a da Modernidade: a de progresso.” Um mundo em que, ainda que com dificuldades e resistências, “o homem é que cria o seu próprio modelo e os seus próprios valores”⁽³¹⁾.

Mas todas estas modificações “Inovações e mudanças” se fazem com enormes dificuldades. Por isso, a verdade, incluindo a verdade geográfica do Universo, seria, por muito tempo, sacrificada à Ordem teológica. Com grandes custos e dificuldades se emanciparia desses elos. “Se a revolução geográfica aparecia a alguns como uma razão para celebrar o domínio do homem sobre a natureza, para outros, o seu significado, na perspectiva da História cristã parecia enigmático e inquietante”⁽³²⁾.

O singlar deste ideário cultural faz-se, por isso, com enormes obstáculos e resistências que se levantam aos seus cultores, muitos dos quais pagaram bem caro a sua ousadia intelectual (frequentemente tomados como heréticos, por isso postergados e perseguidos). Não deixaram, porém, vergar-se ao peso esmagador, agora acumulado, desses dois mundos, neste aspecto praticamente sincrónicos: o da mitologia antiga e o da teocracia cristã medieval: “no es navegable el mar Oceano y aquellas mundos que detrás de el están se gobiernan por providencia del mismo Dios” ... Todo el mundo está puesto en malignidad”⁽³³⁾.

A tudo se juntava um pesado lastro de superstição, de magia, fanatismo e medos que enquadravam e alimentavam o mundo mental do vulgo. Aspecto de que, em muitos lados e em numerosas circunstâncias, nem o Humanismo europeu se conseguiu emancipar. Em alguns casos até o veremos reforçado ... Dessa opinião comum algo se receia ainda a meados de Quinhentos D. João de Castro, como Garcia de Orta: “fez isso porque avia

medo de dizer cousa contra os Gregos; e não vos maravilheis disto, porque eu, estando em Espanha não ousaria de dizer cousa alguma contra Galeno e contra os Gregos”! (34).

Na verdade, a realidade geográfica do Universo foi verdadeiramente sacrificada à Ordem Teológica e com grandes custos dela se emanciparia. Ao recuperarem-se as formas “belas” recuperou-se o conteúdo com a imposição da autoridade, sem qualquer critério de verdade: *“Nam vades mais avante, porque não digo mal dos gregos, por serem inventores das boas letras ... mas tambem sam inventores de muytas mentiras”*(35).

Dois mundos, pois: um preocupado e ocupado com a sua articulação ao passado; um outro atraído, preocupado com a atracção do presente: *“Nem he muyto ser Lactancio deste parecer pois Santo Agostinho teve a mesma opinião, o qual sem duvida foy hum dos maiores philosophos, dos maiores engenhos que houve no mundo... Mas a verdade é que se não fora a experiencia que se nestes nossos tempos tem, sempre o mundo ficava enleado com esta duvida, e nunca tal segredo da natureza se manifestara, nem se soubera com tanta clareza como agora se sabe”*(36). *“Alguns dos ”Doutores modernos... quizerom mostrar por autoridades da sagrada Escritura e soficientes Rasões” ... o que para estes homens era indemonstrável* (37).

A mensagem da necessidade de demolição desse mundo, procura fazê-la, pela via fácil da poesia, Garcia de Resende:

*“E pois muitos gostam ver
livros, fabulas antigas,
a que por auctoridade
dos Escritores dão fe,
muyto mais devem folgar
de ler estas, que tam certo
todos sabem, e alguns virão,
e esquecidas estavam”.*

Todavia, anota, do mesmo passo, as dificuldades:

*mas a natureza he tal
que poucos querem ouvir
nem aprender, nem saber
cousas certas, nem verdades*"⁽³⁸⁾.

Homens estes e pensamento este, ao invés daqueles, preocupados em passar e transmitir o saber positivo aos outros para que também eles pudessem vir a controlar e a dominar esses mesmos segredos e a mesma Natureza: "*sem embargo que o interesse desta escritura foy alumiar esta carreira aos simplices, e dar-lhes avisos e regras que mais seguramente a possão passar*"⁽³⁹⁾. Espírito aberto e preocupado com os outros que desde o princípio do Século, nestes homens de pensamento e acção, se difunde, como igualmente acontece com Duarte Pacheco Pereira: "*por quanto he necessario darmos a entender ao Indoto vulguo ho modo destes graaos principalmente aos marinheiros*"; "*Como he cousa proveytoza saber se donde se devem contar os graos...*"; "*o piloto que for ter no (cabo) bojador haredese delle as ditas sete leguoaos ao pego e entam faça o dito caminho e va seguro...*"; "*Pera se esta nossa obra melhor entender convem que decraremos como nosso fundamento foy secrevermos ... pera se saber em todo o tempo como per seu mandado estas Regiões se navegaram e hoje em dia navegam*"; "*custumamos fazer outra via para a India partindo do cabo verde pello Golfom por onde se encurta mais ha viagem e nos fica em moor proveyto por tanto he necessario que tudo se digua por que alguma cousa do que compre a este caso nom fique por dizer...*"⁽⁴⁰⁾; Tomé Lopes: Assim, "*quem deste cabo (da Boa Esperança) a quiser demandar (ilha por eles descoberta no interior do Oceano) deverá ir trinta léguas ao largo, e contará dele à tal ilha, oitocentas e cinquenta léguas de travessa*"⁽⁴¹⁾.

Esta atitude, também inovadora, assume magistério de docência com Pedro Nunes: "*ho bem (o conhecimento) quanto mais*

cômun e universal tanto he mais excellente"⁽⁴²⁾. Idêntica atitude e mentalidade em Garcia de Orta: "*Nenhuma cousa sei, que logo a nam diga aos boticarios e a todos (e isto bem sei que nam he bom para mim, porque dizem depois que acharam estas cousas, e levão a gloria de meus trabalhos) e eu nam digo senam por aproveitar a todos*"⁽⁴³⁾.

Estes homens decidem-se a actuar e a escrever, a divulgar experiências e saberes para benefício e utilidade de todos: "*resolvi-me a escrevê-las para benefício de todos*"⁽⁴⁴⁾.

Eis o que sob este aspecto – que pode parecer menor – nos diz Lucien Febvre: "*Que a verdade seja um bem comum de todos os homens, que cada um desses homens, se possuir uma parcela, por mínima que seja, deve imediatamente comunicá-la a todos, caso possa, sem reservas nem cálculo; que, se o não fizer, seja considerado culpado em relação à colectividade - essa ideia que é nossa, que é sempre a dos nossos sábios, totalmente desinteressados e pródigos dos seus bens, - essa ideia, os homens do Século XVI quase não a tinham ou não a formulavam*". Atitude que roça o escândalo e que lapidarmente será de novo expressa por outro homem de acção, criado no contexto português dos Descobrimentos S. Francisco Xavier – que vituperava os centros do Saber (a Universidade de Paris) denunciando esse ambiente hermético e fechado dos que estudam *mais para muito saber do que se para tornarem úteis* aos outros que nada sabem⁽⁴⁵⁾. Comportamento outro sim, escarpado nas páginas do *Cancioneiro* de Resende:

*"Renego dos letrados
que nam husam do que leem"*⁽⁴⁶⁾.

Essa atitude inovadora assumiria foros de deontologia e seria claramente expressa por D. João de Castro: "*dissimulandoas (essas novidades e informações) cahiria em culpa e negligencia*"⁽⁴⁷⁾. Por

isso “*ha tençam com que escrevo ... foi aproveitar aos navegantes que depois de mim viessem*”⁽⁴⁸⁾.

De um lado, a abertura e a divulgação do que pode ser útil a todos, à Humanidade; do outro, o narcisismo humanista, fechado, egoísta, voltado para o passado, mas também voltado “para dentro”. Castro corrobora, com escândalo, a estrofe do Cancioneiro, ao anotar “*a miséria nossa, porque no tempo de agora nam pomos menos industria em esconder a sciencia e a doutrina*”⁽⁴⁹⁾. Uma autêntica “doença geral” na panorâmica global dessa cultura humanista europeia. Em verdade, um círculo cultural narcisista, fechado, não direccionado para um esforço comum de domínio das coisa e do Universo. Estes homens, ao contrário, alargaram, efectivamente, os horizontes mentais da Humanidade, pelas suas obras e pelas suas atitudes.

3. Agentes da Mudança. Efeitos repercutidos.

– *E que vos parece destes homens (Gregos e latinos e os padres) errarem?*

– *Pareceme que o trato e navegaçam não era tão usada*⁽⁵⁰⁾.

Um quadro novo e emergente, sem dúvida, resultante do domínio e incorporação das enormes realidades introduzidas pelas necessidades e aquisições que o desdobrar da Empresa Oceânica vai inexoravelmente impondo e exigindo, rodeando e “armando” o homem de instrumentos e meios técnico - científicos e informativos sem os quais não pode conhecer nem dominar a Natureza e sem os quais toda a sua acção fica comprometida. Agora, ao mundo das fábulas e incertezas contrapõe-se o mundo das realidades com as quais há que contar. Decididos a passar por cima dos obstáculos, dos saberes e dos mitos que manietavam e informavam o Homem. Daí as necessidades do conhecimento das leis físicas da

natureza e do seu domínio, sem o que os homens “*poem suas vidas em perigo e aventura*”⁽⁵¹⁾.

Esta última necessidade e obrigatória exigência, a determinante mais poderosa e mais significativa que veio dar ao Renascimento português uma modelação e feição próprias, um carácter técnico e científico muito específicos e muito particulares, com graus e modelações diversas, às vezes com algumas contradições é certo, mas que, no global, se apresenta como profundamente diferenciado do restante Renascimento e Humanismo europeus.

E será esta vertente, “*a acumulação de descobertas práticas e reveladoras de uma vontade consciente de dominar o mundo, um interesse cada vez maior por tudo o que é fonte de energia, que darão à Europa, muito antes do seu êxito, o seu verdadeiro aspecto e a promessa da sua proeminência*”⁽⁵²⁾. Nessa missão, ninguém, como Portugal, exerceu papel de pioneirismo, utilizando e manejando, os instrumentos fundamentais que fizeram a modernidade: “A revolução geográfica e os novos sistemas e técnicas de navegação com tudo o que isso implicava”⁽⁵³⁾.

3.1. *Garantia de Independência. Marca da Identidade Nacional.*

Já referimos, mas convém, nos parâmetros deste capítulo, dar a necessária amplitude e dimensão a que o fenómeno da Expansão e dos Descobrimentos se constituiu, de facto, no mais marcante e decisivo acontecimento da História Nacional. Nem sequer podemos tomar como facto mais identificativo da sua História o acto de nascer. Com Afonso Henriques, em S. Mamede, em 1128? Em Zamora, em 1143? Em Roma, em 1179, (com o baptismo necessário da *Manifestis Probatum?*). Todos os Estados europeus tiveram esse acto comum (por isso, quase banal) da nascença mas nenhum uma *acção* tão *identificadora e marcante da sua natureza e identidade nacional* como o tiveram as *Descobertas, a Navegação, a Expansão e a Conquista Ultramarinas* para Portugal. A

marca mais eminente da sua distinção e identificação há – de continuar a ser, pois, mais que o selo do seu primeiro grande rei, a *gesta colectiva*, saída aos mares e embarcada no bojo da *Caravela*, passeada, ou não, na *Cruz de Cristo* das suas velas.

Nos mais variados aspectos que consideremos a História de Portugal, o fenómeno desencadeado a partir de 1415 e concluído, simbolicamente, com as façanhas do Gama em 1497-99 e com a de Cabral em 1500, marcou, de modo paulatino mas definitivo, os elementos estruturais mais determinantes da sua identificação que poderíamos sintetizar em torno de três ou quatro aspectos fundamentais:

Do ponto de vista político - a separação definitiva das Castelas e do Bloco Peninsular.

Deve, de facto, dizer-se que com Aljubarrota disse Portugal o Não ao destino comum e unitário peninsular, afirmando uma vontade inequívoca de independência. Mas deve dizer-se, em boa verdade também, que *não ficou garantida nem viabilizada essa independência* que não depende só de voluntarismos e boas vontades, mas de condições. *Será a construção de uma área ou de áreas ou círculos exteriores à realidade peninsular que garantirá e viabilizará, finalmente, essa independência.* Repare-se como, ao invés, nenhum outro Estado peninsular pôde, do mesmo modo, concretizar e construir idênticos sustentáculos e garantias. Viriam todos, como se sabe – e de modo relativamente rápido – a ser “anexados”, incorporados e engolidos pelas Castelas que consumariam a sua tarefa, precisamente durante este Século XV. Atónitas e surpreendidas veriam elas Portugal largar para sempre e nesse mesmo percurso, essas poderosas amarras geográficas e políticas peninsulares!

Foi a construção e o “assentamento” em complexos histórico-geográficos diferentes dos hispânicos e dos seus mares fechados que tornou isso possível. (Se pensarmos no Mediterrâneo, ele é, na verdade, um mar continental – passe a redundância). Pela primeira vez *com esses círculos e por esses círculos exteriores*

traçou o seu destino um povo e *uma nação construída e assente, na verdade, sobre uma realidade marítima e territorial fora do quadro peninsular* e também europeu. Poderia dizer-se que foi, então, possível “dispensar” o contributo económico, social e até político desse espaço continental peninsular, sem dúvida mais poderoso e dotado de forças aglutinadoras impressionantes, até se tornarem e volverem, em *duas realidades estruturantes diferentes, até certo ponto opostas e incompatíveis*, que liminarmente se poderiam traduzir por uma feição e por uma *dinâmica centrípeta afunilada sobre o centro fechado de Madrid*, e a mentalidade guerreira e militar das Castelas,⁽⁵⁴⁾ e por uma outra, com uma *dinâmica centrífuga sobre um centro marítimo, mercantil e comercial, aberto aos espaços exteriores atlânticos e mundiais* que era, sem dúvida, todo o espaço português articulado por e a partir de Lisboa. Gil Vicente anotaria, com alguma graça, esse divórcio que os Descobrimentos tornaram irreversível, não obstante os contínuos enlaçamentos tentados “por outros reinos comarcaos, per guerras ou per casamentos”:

*“Que nas batalhas passadas
que Castela o quis tentar,
levaram tantas pancadas
que depois de bem levadas
nam ousaram mais voltar”⁽⁵⁵⁾.*

Do ponto de vista económico – a sucessiva, e relativamente rápida, mercantilização do Estado marcado, não só na natureza e principal sustentáculo dos seus recursos materiais, como no seu próprio comportamento como entidade activa, interventora e caracterizada, a nível global, por uma mentalidade essencialmente mercantil. Com as descobertas, segundo Munster, todo o País se encheu de feitores, mercadores e revendedores⁽⁵⁶⁾.

Do ponto de vista social - a rápida ascensão e afirmação dos estratos burgueses e mercantis de profundas e com profundas repercussões no restante edifício social, com uma reciclagem cada vez mais alargada e em direcção aos estratos ou segmentos nobiliárquicos como também aos segmentos populares mais dinâmicos e activos “tanto tratar, revolver e o tanto negociar”, operaria profundas mutações no corpo social da Nação:

*“Os Portugueses sohiam
ser nas armas muy destrados
non lhes embrana tractar
nem muyto negociar*

...

*Depois foram tam polidos
tam ricos, tam atilados,
e tam cheos desmaltados,
e em gastar, desordenados
e tantos trajos mudados
tanto mudar de viver,
tanto tractar, resolver,
tanto ser negociados”.*

*“por trajos demasiados,
em que todos são (já) igoaes
sam confusos
os tres estados, danados
alterados mesteyraaes
em seus usos”⁽⁵⁷⁾.*

Do ponto de vista cultural - a feição própria e específica que introduziu nas diferentes manifestações da criação e da produção culturais conseguindo, em aspectos relevantes, introduzir

uma marca e uma matriz diferenciadora muito particular no fenómeno global do Humanismo e do Renascimento europeus nos quais, por sua vez, naturalmente, se inscreve e se insere.

3.2. *Da realidade paroquial à realidade ecúmena.*

Tomadas estas considerações, a nível geral da História Europeia (ou mesmo Mundial) há-de igualmente reconhecer-se que o fenómeno (global) dos Descobrimentos (certamente iniciados em 1415 – quando se abre para Portugal mas também para a Europa uma “aventura” sem retorno e uma porta que jamais se fechará) se erige como *o acontecimento mais marcante que baliza os Tempos Modernos*.

Não se retoma aqui a questão de saber qual o acontecimento de fronteira que deve ser tomado como “separador” dos Tempos Medievais dos Tempos Modernos. Questão quase banal quando se deve saber que a nível de fenómenos e processos complexos, não há elementos verdadeiramente identificadores que rigorosamente delimitem fronteiras. Os elementos “novos” não se encontram todos reunidos em simultâneo para verem a luz do dia, também em simultâneo, como pintos em postura ... além de que *“toda a inovação (para mais nesses tempos) se introduz mal e devagar”*⁽⁵⁸⁾. Resende assinala, logo em cima dos acontecimentos, a lentidão do processo:

*“mas a natureza he tal
que poucos querem ouvir
nem aprender, nem saber
cousas certas, nem verdades...”*⁽⁵⁹⁾.

As aquisições sucessivamente obtidas e incorporadas levaram a profundas alterações na maneira de ser e se situar, na maneira de sentir e pensar, bem como a uma maneira diversa de encarar o fenómeno da criação e produção culturais como, até, a um novo-

conceito de erudição que não se pauta nem guia pelo recurso aos arquétipos da autoridade e do “foi dito”, mas pelos arquétipos da experiência e da verdade, do argumento do “visto”, ou “provado”, ou “experimentado”, como até, como vimos, por uma nova concepção do saber e da sua utilidade.

Deve constatar-se que as matrizes fundamentais que caracterizam os Tempos Modernos ou nascem ou se começaram a divisar com mais clareza. Outras, a construir-se e a definir-se em termos mais visíveis e concretos em torno e com os fenómenos desencadeados e trazidos pelos Descobrimentos e pela a Expansão marítima portuguesa primeiro, e peninsular, depois. Isto, tanto a nível das matrizes económicas e materiais, como mentais e culturais, como institucionais e até políticas.

Uma profunda revolução e uma profunda mutação (que, embora operadas, mais uma vez nos quadros do Renascença Europeia) levariam nos nossos dias o historiador e ensaísta inglês Toynbee a cristalizar no conceito de relações paroquiais e relações ecuménicas a verdadeira dimensão das profundas alterações e modificações que separam e caracterizam dois tempos na História da Humanidade. A esse aspecto já de si relevante, acrescenta outro conceito importante - quando aquele não bastasse: relações paroquiais mesmo que alargadas, mas do mesmo tipo, a relações ecuménicas entre realidades e civilizações de tipos diferentes ⁽⁶⁰⁾. Nenhum acontecimento se posiciona como mais relevante, deste ponto de vista, que os Descobrimentos (primeiramente portugueses, depois ibéricos), materializados e simbolicamente rematados pelas viagens emblemáticas de Gama e de Cabral (sob vários aspectos bem mais significativas que a de Colombo), nas autorizadas palavras de Pierre Chaunu) e coroadas, em definitivo, pela empresa conjunta ibérica de Magalhães. São os portugueses (e os ibéricos) os primeiros, não outros.

“que vêm de descobrir o Novo Mundo”⁽⁶¹⁾.

e de revelar a

*“unidade da Esfera,
da terra imensa e
mar não navegado”* ⁽⁶²⁾.

Uma imensa porta que se abriu, a ombro de lusitanos, a partir de 1415 – que se escancarou com aquelas últimas viagens e por onde *Todos* puderam, por vez primeira, entrar para conviver, num espaço comum:

*“Jacobyttas, abyssinios,
catayos ultramarinos
buscam godos e latinos
esta porta principal”*⁽⁶³⁾.

Diria Braudel: foi, na verdade, *“a conquista do mar alto (que deu à Europa a sua supremacia Universal, e isto durante Séculos”* ⁽⁶⁴⁾. *Se os Vivaldi (em 1291) tivessem conseguido contornar a África, teriam, desencadeado, com dois Séculos de avanço, o processo das grandes descobertas”* ⁽⁶⁵⁾. Mas assim, e na verdade, essa conquista é, primeira e essencialmente, portuguesa. *“A maior dificuldade, na verdade, era aventurar-se “pelo golcão como diziam os portugueses de Quinhentos”* ⁽⁶⁶⁾ (ou pelo “pego” como diriam Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro ou pelo “mar de longo”, como diriam Cabral ou Pero Vaz de Caminha). *Proeza não habitual cuja temeridade foi esquecida*⁽⁶⁷⁾. Não raro, ao longo dos tempos, por alguns apagada, silenciada ou diminuída.

Para alguns, *“passar do navegar tocando com os remos em terra ... ao navegar per pego e alto mar”*⁽⁶⁸⁾ terá sido um pequeno passo, mas para a Europa e para a Humanidade, foi também, e sem dúvida, um grande passo...

A generalidade da Historiografia mais actualizada assinala, hoje, a importância decisiva dos Descobrimientos portugueses na História da Europa e da Humanidade. De facto, *“la más extraordinaria aventura de la historia de Europa”*⁽⁶⁹⁾.

NOTAS AO CAP. I:

- (1). Vide Aurélio de Oliveira, *Coordenadas espirituais na génese dos Descobrimentos. Os aspectos místicos e religiosos na Tese de Jaime Cortesão*. Braga. 1984.
- (2) Aspecto e norma que sempre colocámos como ponto prévio nas temáticas de História Nacional que temos tido a responsabilidade de conduzir ou tratar. (Aurélio de Oliveira. *História dos Descobrimentos Portugueses e Expansão Portuguesa*. Universidade Aberta. Lisboa.1990. 15.
- (3) *A History of Magic and Experimental Science*. 1958-59.
- (4) (Paul Hazard, *A Crise da Consciência Europeia (1680-1715)*) Trad. Portuguesa. Ed. Cosmos. Lisboa, 1948. 12 Ed. francesa de 1934; Ed. inglesa de 1953. 2ª ed. inglesa de A Pelican Book, de 1964).
- (5) Joaquim Bensaúde in “Obras Completas de Luciano Pereira da Silva.” Ed. Lisboa. .1943. I. XLIX.
- (6) Garcia de Resende *Cancioneiro Geral*, INIC. Coimbra. 1974. II. 248.
- (7) (Pacheco *Esmerado de Situ Orbis*, Edição de Raphael E. de Azevedo Basto, Lisboa. 1892. 10; 91.
- (8) Idem, 8.
- (9) Idem, 7.
- (10) Remetemos, a propósito deste Mapa, para as judiciosas apreciações de Duarte Leite.
- (11) (W. B. Greenlee, *A Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Liv. Civilização. Porto. 266-67.
- (12) *Esmeraldo* Ed. de 1892. 82.
- (13) *Esmeraldo*, cit. 78.
- (14) D. João de Castro. *Obras Completas* Vol. I. *Tratado da Sphoera*. Ed. Coimbra. 1968. 50-51.
- (15) Garcia de Resende *Crónica de dom João II e Miscelânea*. Ed. 1973. 343; 362.

- (16) Almirante Teixeira da Mota *Dic. de Hist. de Port.* I. 502.
- (17) Castro, Idem. I. 112.
- (18) Alexandre Geraldini. cit. por W. G. L. Randles, *Da Terra plana ao Globo Terrestre*, Lisboa, 1990. 38-39.
- (19) *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*. Apresentação de Rebecca Catz. Presença. Lisboa. 1983. 112. “sabendo-se que hoje os portugueses são os mais valentes observadores das coisas do mar que haja no Mundo”.
- (20) Eileen Power, *The wool trade in English Medieval History*, Oxford University Press. 1969. 51). (Vide supra o que se referiu sobre a irradiação mercantil lusa neste eixo mediterrânico.
- (21) Aurélio de Oliveira, *História dos Descobrimentos*. cit. 22.
- (22) *Navegações de Luís de Cadamosto*. Apresentação de Dr. Giuseppe Carlo Rossi. Lisboa. 1944. 3.
- (23) H. Scherer, *Histoire du Commerce de toutes les Nations*. Paris. 1857. II. 168.
- (24) Garcia de Orta, *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*. Impr. Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. 1987. I. 11 e II. 333 e II. 242.
- (25) Gaspar Nicolas, *Tratado da pratica Daismetyca*, Civilização. Porto. 1963.
- 26) D. João de Castro, cit. 50.
- (27) *Relação*. Ed. Gabriel Pereira, 22.
- (28) Aurélio de Oliveira, *Nos Caminhos do Atlântico*. Braga. 1999.
- (29) Garcia de Resende. *Crónica de dom João II e Miscelânea*. INIC. Lisboa. 1973. 255.
- (30) Lucien Febvre, *O Problema da descrença no Século XVI. A Religião de Rabelais*. Trad. port. Lisboa. 1970. 405.
- (31) Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos: Inovação e Mudança nos Séculos XV e XVI*. “Revista de História Económica e Social”. N.º2. Sá da Costa. Lisboa. 1978.
- (32) Randles, cit. 54.
- (33) Lopez de Gomara *Historia General de Las Indias*. B.E.S. T. 22. Madrid. 1852. 157.

- (34) Orta, cit. II. 83-84.
- (35) Orta, II. 333.
- (36) D. João de Castro, ob. cit. 58.
- (37) Duarte Pacheco Pereira, ob. cit. 6.
- (38) Garcia de Resende, ob. cit. 336.
- (39) D. João de Castro, ob. cit., 122.
- (40) Duarte Pacheco Pereira ob. cit. 11; 12. Esta referência é fundamental. A descoberta de outro caminho, pelo interior do Atlântico figura-se antes das Viagens quer do Gama quer de Cabral. (*Aurélio de Oliveira, Nos Caminhos do Atlântico*).
- (41) António Cruz, *Navegação às Índias Orientais*” do portuense Tomé Lopes, Porto. 1972, 67.
- (42) *Tratado de Algebra*. cit. VI. XIV. Também em *Tratado em defesa da carta de marear*.
- (43) Garcia de Orta. I. 182.
- (44) *Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa. 1946. 13
- (45) citado por Febvre ob. cit. 459-460.
- (46) *Cancioneiro Geral*. cit. 39.
- (47) Castro, ob. cit. 123.
- (48) Idem, II. 183.
- (49) Castro, II. 181.
- (50) Orta. cit. II. 305.
- (51) Castro, II. 185.
- (52) F. Braudel, cit. 341.
- (53) Guichiardini, citado por René Gonnard, *La Conquête Portugaise*. Paris. 1947. 61.
- (54) Tomamos aqui Madrid como ponto de referência e como símbolo. Que não cause, por isso, engulhos. Na verdade, Madrid - só surgirá como realidade político administrativa mais tarde. Mas não muito, diga-se também. Os Séculos

XVI -XVII demonstrá-lo-ão, não conseguindo sustentar Portugal, mais uma vez, e tendo corrido sério risco de, pelo seu centralismo, vir a perder também, outras regiões periféricas peninsulares.

- (55) Gil Vicente, *Obras Completas*. Clássicos Sá da Costa. Lisboa. 1943. IV – *Côrtes de Júpiter*. Sá de Miranda, *Obras Completas*, Clássicos Sá da Costa. Lisboa. 1943. II. 283: “Por deversas vezes pera se perder per guerras ou per se misturar com os outros rei nos comercaos per casamentos”. Foi o apelo do mar aberto, que tornaria isso impossível.
- (56) *Cosmographie Universelle*. s/l. 1568. 77.
- (57) Garcia de Resende, *Mescelânea*. ed. cit. 369 e *Cancioneiro Geral*, IAC. Coimbra. 1973. I. 93.
- (58) Braudel. Cit. 318.
- (59) G. de Resende, *Miscelânea*. cit. 336.
- (60) Arnold Toynbee, *A Study of History*. Oxford University Press. 1962 Vol. I. 34-44;164-166.
- (61) Camões, cit. V. 159.
- (62) Idem. 179. Sem esquecer, naturalmente, o feito de Colombo. Mas é facto que não pode olvidar-se, que todas ou quase todas as grandes viagens dos fins do Século XV ou dos inícios do Século XVI ou foram protagonizadas por portugueses ou os tiveram à sua raiz. O mesmo Colombo de quem diria Las Casas “ser vizinho y casy natural de Portugal”. Mais não se poderia dizer!...
- (63) *Cancioneiro Geral*. cit. 248.
- (64) *Civilização Material e Capitalismo*. Ed. Port. 1970. 336.
- (65) Idem, 332.
- (66) Idem, 337.
- (67) Idem, 337.
- (68) Castro. *Obras Completas*. II. 297.
- (69) Rugiero Romano /Alberto Tenenti, *Los fundamentos del mundo moderno*. Madrid. 1971. 177.

CAPÍTULO II

OS CONCEITOS OPERATIVOS

“Passam ca tantas mudanças”.

(Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*).

As aquisições sucessivamente obtidas obrigaram a profundas alterações, praticamente em todos os domínios da vida e do pensar do Homem Moderno, conduzindo ao desmantelamento de conceitos tradicionais que travejavam todo o sistema antigo. Quebraram-se e demoliram-se as estruturas do pensamento científico e cultural tradicionais, constituindo, a muitos títulos, uma autêntica “revolução cultural”. Nos campos do material, se consubstanciarão também profundas e decisivas mutações. Os portugueses de Quinhentos operaram-nas, dos directos agentes aos testemunhos. Todos as presenciaram e ficariam por muitos bem testemunhadas no “tanto mudar do viver”

e n´

“este mundo tão mudado

(em)

que o por vir (já é) he passado.

“as novas novidades

grandes acontecimentos /

e (nestas) desvairadas mudanças

de vidas e de costumes”⁽¹⁾.

O Homem criado na gesta da Expansão – o homem de acção, viajante, explorador, comerciante, aventureiro ou missionário - mais que o pensador ou o filósofo (que este se confinou, preferentemente, aos gabinetes e às escolas e às escolas tradicionais), saído fora dos espaços geográficos conhecidos – emancipa-se também do universo científico, cultural e mental tradicionais, demolindo os legados e quebrando as estruturas e “comportamentos” do passado, de encontro à dureza do real, de encontro ao “visto” e “experimentado”, à lição e imposição das evidências do mundo do presente. Di-lo Orta:

“Enganados viviamos nestas mesinhas, como em outras muytas ate agora”⁽²⁾.

e di-lo Resende:

“Vimos a astrologia / mentir toda em todo o mundo”⁽³⁾.

“Couem peso e medida e numero”.

(Gaspar Nicolas, *Tratado Darismetyca*. 1519).

Dessas necessidades práticas, de adaptação primeiro, depois de domínio e controle do real e da matéria, resulta a alteração de conceitos e noções basilares fundamentais que formavam e informavam, envolviam e condicionavam, quer a acção, quer o pensamento tradicionais. Poderemos e deveremos continuar a cristalizar essas mudanças em torno de novos conceitos e noções de Espaço, de Tempo e de Número. E, o que mais se deve salientar, é que são os próprios coetâneos a assumir e a tomar consciência plena dessas alterações que marcam bem as diferenças com os Tempos que os precederam, donde vinham, de que eram filhos tão próximos. Ao Tempo das “patranhas” sucederia o Tempo “das façanhas de fazer tamanhas verdades”⁽⁴⁾. *“Coisas que pareceram dificultosas àqueles grandes sabedores mas que a grande experiência dos tempos longos no-lo faz parecer”*⁽⁵⁾.

Têm alguns, recentemente, procurado questionar que em torno desses conceitos, as alterações operadas não tenham sido tão grandes, nem se tenham posicionado como verdadeiras novidades, materializadas, apenas, com os Descobrimentos.

Assim, a alteração do conceito de e a difusão do número - traduzida na vulgarização e aplicação da numeração árabe. Esta, afinal, era-lhe manifestamente anterior e as “resistências” da tradicional utensilagem romana é, por sua vez, um dado facilmente demonstrável por muito tempo ainda. O mesmo, também, em relação aos outros aspectos e conceitos ... Limitemo-nos a remeter para o que acima se disse (e se necessário a retomar a alegoria da “postura” se não se quiser atender às profundas e urgentes recomendações dos “mestres do ofício da altura” como Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, João de Lisboa, Gaspar Nicolas, Bento Fernandez, D. João de Castro, Garcia de Orta, etc. etc.

Desde há muito que se assinalou a importância da notável escola dos tradutores de Toledo (primeira e segunda gerações) e o papel importante e decisivo que tiveram essas traduções na difusão do pensamento e património científico e cultural árabes na Europa onde se incluíam os tratados de álgebra, astronomia, aritmética e geometria. Desde então, sem dúvida, que os seus influxos se começam paulatinamente a sentir difundindo-se com eles todo um diferente instrumental operativo⁽⁶⁾. Assinalada desde há muito, também, a sua precoce difusão e o seu impacto no “mundo hispânico” (também em Portugal) de algumas dessas obras, como os Almanques, Tábuas astronómicas e tratados de Astronomia e Astrologia e outras. Certamente, de reduzido impacto ainda e circunscrito a pequenos círculos; mas as inovações começam sempre desse modo. Os primeiros contactos com a matemática, a álgebra e a geometria árabes - que em Portugal remontam já, de facto, ao Século XIV têm essa segura origem e essa sabida filiação, tenha ela ou não, de permeio - e têm-no, preferentemente - o elemento judaico.

Legado de importância decisiva, aliás: *“Podemos avaliá-la pelas tabelas astronómicas e dos tratados árabes traduzidos para latim entre os séculos XII e XIV (embora alguns originais sejam muito anteriores ao primeiro desses limites ”e a partir dos quais se fizeram, desde o Século XIV, algumas traduções em Vernáculo, onde os trabalhos de Abraão Zacuto e outros vão directamente beber⁽⁷⁾. Seguramente – não se nega – nem os autores que melhor o estudaram o escondem, que de modo muito restrito e com grandes dificuldades de penetração dentro do mundo cristão. A falta de acções e realizações práticas e materiais que tivessem obrigado e acelerado a difusão de todo esse património instrumental e operativo atrasou esse processo ou tornou-o lento. A sua irradiação, sempre restrita, circunscreveu-se, na prática, ao, ”círculo hispânico” (Espanha, isto é, Hispânia, Cecília, Itália do Norte) que nisto mostrava já assinalável diferenciação com o resto da Europa. Não por acaso, como se vê, coincidente com as grandes escolas de tradução, e onde as comunidades mercantis mais se movimentam buscando o desbloqueio geográfico e mercantil, procurando novas áreas e novos caminhos de expansão geográfica, fora dos espaços europeus e onde, pela sua proximidade e afinidade, com mais pertinácia, se tentava forçar as orlas e periferias desse mundo muçulmano.*

Questão aliás definitivamente “resolvida” por Barradas de Carvalho desde 1958: lenta penetração ainda por todo o Século XVI mesmo XVII mas onde as obras ligadas aos meios náuticos são efectivamente pioneiras devendo-se-lhe o maior papel na sua aplicação e difusão desde o Século XV particularmente na segunda metade da Centúria⁽⁸⁾. Prosseguiria depois mais acelerada no decurso do XVI nos meios náuticos, como mercantis, nacionais. Também, por aqui, se começava a marcar a diferença.

Na verdade, em termos globais, a Europa, ainda com o Século XVI bem andado, continuava desconhecendo ou desprezando

esses instrumentos operativos e de acção, por excelência: “*A linguagem algébrica era desconhecida, assim como a linguagem aritmética, cómoda, regular e moderna. O uso dos algarismos que chamamos árabes... que vieram de Espanha ou de Barbaria na Europa Ocidental estava longe de ser geral, se bem que os mercadores italianos tivessem conhecimento deles desde os Séculos XIII e XIV*”. Mesmo quando se difundiram mais rápido “*opunha-se-lhes na vida corrente a viva resistência dos algarismos romanos*”... “*Deste modo as operações que nos parecem tão cómodas e simples para os homens do Século XVI pareciam monstruosamente difíceis*”. O Século XVI - bem entrado - continuava a desconhecer, no genérico, todo esse património informativo, instrumental e operativo.

Ora, o grande acontecimento e o grande momento da sua aplicação e, logo, da sua difusão acontecerá com a Expansão e com os Descobrimientos portugueses pelas necessidades decorrentes das navegações, fora dos mares fechados e continentais, onde era impossível navegar com as muletas tradicionais destes mares, e pela mercantilização do Estado e do largo envolvimento dos mercadores no mesmo processo. Necessidades de domínio e conhecimento da Natureza, obrigando ao desenvolvimento da mentalidade prática e positiva. Nenhum outro momento, no passado, se lhe pode equiparar e nenhum outro, no futuro, que não radique nessa mentalidade e necessidade quantitativa, natural e sucessivamente alargada e estendida a outras dimensões, passando aos rigores do cálculo e ao aperfeiçoamento das técnicas e dos símbolos e aos procedimentos reflexivos e indutivos que lhe andam associados e de que a Matemática lhes é fundamento. E estes homens, sobrepondo-a à Teologia, entendiam-na como a rainha das Ciências.

Ora, as modificações e alterações operadas em torno desses conceitos consubstanciam toda essa revolução mental operada (se quisermos, rápida e profundamente operada) com o movimento das Descobertas despoletando um volume, sem precedentes, de

necessidades práticas. De adaptação, primeiro, logo depois, de domínio do real e do mundo físico e mental face à “realidade” anterior que foi necessário “deixar cair”, ultrapassando todos os arquétipos antigos por maiores e mais difíceis que fossem as resistências. E os coetâneos deram-se perfeitamente conta do mundo novo comportamental que aí estava: a emergência de *uma Nova Idade*: “*nesta nossa idade do ferro*”(que se contrapõe “à antiga de ouro” *em que nada disso era necessário*”⁽⁹⁾.

Noutro passo:

*”Foi sem malícia e mau erro
a boa idade dourada,
apressou-se a prateada,
não tardou nada a de ferro
que tudo pôs à espada”*⁽¹⁰⁾.

E foi aqui, neste círculo, que essas alterações se concentraram como em nenhum outro lado. Afirmava-o, recentemente, um autor considerando esse panorama europeu de Quinhentos: “*É verdadeiramente surpreendente, se não mesmo decepcionante constatar a total desconexão entre a Renascença cultural de uma parte e, pela outra, o esforço mental e inventivo das Descobertas*”⁽¹¹⁾.

Comportamentos que resistem, desafiando-se, mesmo onde a novidade é mais próxima. Mas tudo isso implicava conhecimento, audácia e acção. Uma nova atitude e uma nova mentalidade: O “aborrecimento do novo” (por muitas causas) será também uma realidade bem presente. A tradição, o ronceirismo custarão a remover, mas aqui, nestes meios, mais que em qualquer outro lado, passarão a ser removidos:

*”Tenho tão avorreçyda
tod’arte de marear,
que nam ey nela d’entrar
nesta vida”*⁽¹²⁾.

2.1. Os espaços da Modernidade

O Espaço de “entidade” indefinida, incerta, descontínua, às vezes intangível, onde se localizam os arquétipos e se desenrolam as acções dos fabulosos Mundos Mitológico ou Providencial ou apenas do restrito cenário dos heróis e semideuses, passa a uma realidade física, visível, definida, concreta, contínua, quer se comunique por continentes, quer se articule por mares e oceanos. Não se operará tudo isso, porém, com facilidade. É uma revolução lenta e difícil. Ainda ao tempo de D. João de Castro reinavam os espaços míticos: “*Estas ilhas antigamente chamaraão ... morada dos deoses como parece em Ptolomeu, Plinio, Pomponio mella e outros gravisimos autores*”⁽¹³⁾.

Também Lopez de Gomara expressa bem esse mundo do espaço inventado e mítico dos antigos que a Idade Média cristianizara e tutelara sob a Providência divina e que os meios peninsulares removeram ou iam removendo: “*No es navegable el mar Oceano y aquelles mundos que detrás de el están se gobiernan por providencia del mesmo Dios*”! Pior: Acresce que “*Todo el mundo esta puesto en maligninidad*”⁽¹⁴⁾!

Aos espaços da fábula e da irrealidade sucedem os espaços e lugares concretos e definidos onde se localizam e referenciam os factos e as coisas e onde se desenrolam as acções, não de mitos, de divindades e de alguns heróis e semideuses. Os nautas peninsulares criam e fazem emergir um espaço novo reservado ao homem (e a todos os homens) e disponível para ser por ele dominado, apropriado e controlado, donde o mito e a divindade são, necessariamente, expulsos. Democratiza-se o Espaço. O Homem toma aí o lugar da “divindade”, e do espaço arbitrário.

Espaços diferentes, na realidade antagónicos, que ditam concepções geográficas opostas que D. João de Castro traduz em duas modalidades diferentes de conceber a Geografia, isto é, em con-

ceber o Espaço: uma, “*a primeira, (a antiga) he a que se accomoda a historia pera ornamento dela ...*” as quais não descrevião todas as terras, senão as que acertavão de lhe vir a preposito pera luz e resplendor de suas historias. A outra, “*a segunda (a nossa) he aquella em que (depois de postas e assentes em seus devidos lugares) de preposito se descrevem os sitios e demarcações de todas as terras do mundo e de caminho tambem se contão os costumes dos povos (não apenas as acções dos herois ou divindades) e as calidades das terras*”⁽¹⁵⁾. Naqueles limites, desse mundo velho, se acabava e confinava a Geografia; “*Neste mundo novo de hoje (conquistado pela muita experiência e pela muita navegação de Portugal) “na descrição de todo globo da terra e do mar dos seus povos das suas gentes e dos seus costumes, consiste a nova geografia*”⁽¹⁶⁾.

O desenho e fixação desse espaço, não de modo arbitrário e fabuloso, mas de modo concreto e rigoroso, passou a ser um instrumento importante desse mesmo domínio e desse controle, fundamental para o desenrolar correcto e adequado da acção do homem de carne e osso, não de quaisquer entidades mítico-fabulosas, não humanas.

As etapas da sua representação cartográfica documentam a revolução não só desse espaço como da mentalidade que lhes subjaz. De feto disforme dentro do espaço uterino mediterrânico a que a teosofia medieval acrescentou e inventou uma disposição em cruz frequentemente assinalando o lugar do Paraíso (por exemplo o Mapa do Beato de Liébana do Século XI; Planisfério de Hereford - Século XIII, Planisfério de S. Denis da segunda metade do Século XIV, e outros) sucede a representação do real e de um mundo e espaços abertos, contínuos, comunicando-se por continentes e mares, por onde enxameiam os homens e a sua representação. Os sinais e marcas da sua presença (pelo menos desde a Carta de Módena de 1471 e da de Pedro Reinel de 1485 (?) estão

visíveis por todo o lado. Um espaço onde *vive* o Homem, não onde se divertem ou capricham arquétipos e divindades.

O Homem passa a ser a medida desse espaço, daí a necessidade de correctamente se situar no mesmo. Por isso, também uma realidade passível de ser desvendada e alargada pelo poder e esforço da acção humana. Nesse espaço bem concreto se adquire a percepção do real e do visual das coisas. Perde, por conseguinte, o seu conceito e a sua noção tradicionais a que os Tempos medievais juntariam outras “fabulações” e “abusões” e que a Renascença se entretinha a recuperar de toda a mitologia antiga. Por isso, e nesta altura ainda, desenhado e transmitido deformado, carregado de mito e de simbólico, de fantástico, completamente distorcido, arbitrário. Lugar de coisas incertas e indefinidas onde se desenrolam acções de entes que polvilham apenas a imaginação. “*A estas ilhas antigamente chamarão bemaventuradas e morada dos deoses“ como parece em Ptolomeu, Plinio Pomponio mella e outros gravissimos autotres, mas todos elles escreverão muy confusamente*”. “Para os escritores gregos e romanos as (ilhas) Afortunadas (as Canárias) não eram um país conhecido (nem real) onde se podia ir mas apenas um país místico que entrava no seu sistema teológico”⁽¹⁷⁾. Por isso, os conhecimentos de Ptolomeu-*“sam tam fracos e de tam pouca força”* – dizem estes homens de Quatrocentos e de Quinhentos, verberando os que seguem semelhantes conhecimentos⁽¹⁸⁾. Essas concepções e representações terão que ser “batidas”, por todo o lado, por esta nova casta dos homens de acção que não aceitam mais esse espaço como explicação do real, renegando a “ficção poética”, e os que andam “pindorados” da Geografia dos autores antigos - como o referem os Padres que descrevem e contam da Etiópia⁽¹⁹⁾. Nessa geografia antiga, ainda profusamente seguida pelo Humanismo, os rios não vêm de outros espaços e terras do Universo, mas desses espaços inventados. Vêm, frequentemente, “do paraíso terreal” (a que muitos desses mapas dão lugar

de destaque. Por isso, os humanistas e os nautas ridicularizariam essa geografia. “*Nunca mereci ir ao paraíso terreal*” – diz com graça Garcia de Orta, mas “*não há rio nenhum (deste mundo) que nasça no Paraíso*”⁽²⁰⁾!

Agora, o controlo e conhecimento desse espaço é condição imprescindível ao sucesso da acção. Espaço onde se movem o piloto e o mercador, o missionário e o viajante. Espaço que até é passível de ser dominado pela acção do homem, que se alonga ou encurta consoante as condições técnicas de navegação e tipo de transportes de que é possível lançar mão e, até, da rede de informações de que é possível dispor. E o seu (novo) peso é tão forte e decisivo que Zurara o documenta, logo durante a primeira metade do Século XV, assinalando a decisiva importância desse domínio do Tempo e do Espaço obtidos pela arte de navegar ⁽²¹⁾.

Nos mares, frente à mesma realidade física, vai ser possível encurtar ou alongar distâncias consoante se recorre, ou não, às embarcações mais apropriadas ou se recorre, ou não, aos novos meios técnicos de navegação e orientação, de conhecimento e “controle” das correntes marítimas, das águas e dos ventos. Espaço, pois, que o homem conhece, controla e pode dominar.

A rede de informação e correios é outra peça importante desse domínio e desse “controle” “de que o Ibérico, mais que ninguém, passa a dispor. O Oriente, (ou mesmo o Extremo Oriente), quer pela via marítima do galeão de Lisboa – Goa (com ligação depois a Macau), quer utilizando também a via mista – que Portugal desde cedo utilizou - Goa-Ormuz-Cairo – Itália (Veneza, Roma, Nápoles, Génova) e daí às Capitais de Lisboa ou Madrid-Lisboa – “reduzem-se” a uma informação anual ou menos que anual. Lisboa, particularmente, transforma-se no centro mais importante de informações para os grandes espaços atlânticos e mundiais.

Mesmo aqui, de um tempo já reduzido para as informações do Indico (operado com a ligação marítima do Gama) (*"viagem de dezoito e vinte meses que nesta navegasam se costuma"* nos inícios do Século XVI,⁽²²⁾ rapidamente se encurtam nos tempos posteriores. O remate seria dado durante a segunda metade do Século com essa autêntica rede mundial de Correios organizada e montada por Filipe II. Estabelecer-se-ia, com este, a mais impressionante rede de comunicações até então nunca vista que encurtava o seu alargado espaço na Europa a uns oito-dez dias de distância. Comunicações terrestres mas também marítimas, a partir de Lisboa ou Sevilha, mas onde aquela emergia como elo principal, logo desde os inícios do Século XVI. Nos finais da Centúria, os Correios dos Taxis reduziam a distância de Lisboa a Madrid a uns meros quatro-cinco dias de viagem. Impressionante para os tempos de então⁽²³⁾!

Até aí, bem se poderia dizer que o dono e controlador desse espaço eram as divindades ou os demónios: *"todo el mundo es puesto en malignidad"*⁽²⁴⁾. A partir de então, o homem dele se apropriou, desalojando o arbitrário, pondo balizas inconfundíveis entre o mito e a realidade.

Todas essas modificações e novas concepções de Espaço se encontram materializadas no novo desenho e na nova e correcta representação geográfica do Mundo que encontramos pela primeira vez definida e concretizada pelos portugueses ou pelas directas e indirectas informações sobre os novos espaços, passadas a outros cartógrafos não nacionais, sobretudo aos círculos mediterrânicos que a isso andavam particularmente atentos. Aqui buscam, os mais avisados, ainda pela segunda metade de Quinhentos, as mais seguras informações. A nova e correcta representação e fixação dos espaços e do Globo é, só por si, de profundíssimas repercussões materiais e mentais. As novas representações e as novas cartas geográficas desenvolvidas e preparadas nos meios nacionais ou a

partir deles “*alargam não só os horizontes materiais do homem como, por tudo o que encerram e representam, o mesmo horizonte espiritual e mental*”⁽²⁵⁾. Facto que acontece de modo rápido e pode dizer-se espectacular dentro dos meios náuticos portugueses, ainda bem dentro da Centúria de quatrocentos. O rigor e a perfeição da primeira carta conhecida – a carta dita de Modena (1471) bem demonstra os avanços introduzidos, deixando supor iguais características noutras representações portuguesas que, seguramente, a precederam.

Para além das Cartas que estiveram em uso e que se foram construindo durante todo o Século XV, que efectivamente existiram, e de que há testemunhos referenciais desde 1424-25, e daquelas não nacionais - de que nos ficaram, felizmente, com mais frequência os directos testemunhos – surgem outras mais recentes e cada vez mais numerosas, em que todos os elementos de actualização e de fixação rigorosa dos espaços são, ineludivelmente, de origem portuguesa.

É nessas Cartas portuguesas que nos ficaram desse período, poucas, infelizmente, (apenas umas três ou quatro, já dos finais do Século XV) onde se regista a maior exactidão e maior perfeição e rigor no desenho e fixação desse novo espaço desvendado e apropriado pelo homem moderno. Assim, na referida *Carta de Módena de 1471*, na *Carta de Pedro Reinel - de 1485*, segundo Armando Cortesão⁽²⁶⁾; na *Carta de Jorge de Aguiar de 1492* e, - mais possivelmente que o *Anónimo da Torre do Tombo* que Armando Cortesão atribui ainda também aos finais do Século XV - na *Carta de Viana de 1492-97* (assim denominada por alguns fragmentos terem sido aqui encontrados e que parece ter sido desenhada e construída também ainda nos finais do Século XV, possivelmente “entre 1492 e 1497”⁽²⁷⁾), para culminar no *Anónimo Português de 1500* - que imediatamente precede a célebre *Carta de Cantino de 1502* – remate de todas elas (se não incluirmos uma

outra que seguiu, clandestinamente, para Itália, logo após o regresso de Cabral em 1501).

Em contrapartida, a imperfeição, a ignorância e todo o fabuloso, todo o fantástico, toda a distorção que persiste e se difunde ainda com enorme repercussão e favor na restante cartografia que não se consegue emancipar do fabulário antigo porque, efectivamente, desconhece as forjas e instrumentos do novo saber carreado e introduzido pelas Descobertas. Sinal claro de que Mundo culto da Renascença se não consegue emancipar de todo esse fabulário tradicional que de modo contumaz o ignora, como se retira das sucessivas reedições de Ptolomeu até fins do Século. É essa cartografia e um Ptolomeu que “escreveu confusamente”⁽²⁸⁾, a par de outros que lhe copiam o jeito - que predominam nos meios cultos da Europa, e onde, dificilmente, vão aparecendo as novidades trazidas pela Cartografia portuguesa.

O “espaço ptolomaico” – que era físico, mas também mental, permaneceria inalterado por tempos muito demorados. A impressão e divulgação das suas Cartas e Mapas, uma das mais nefastas influências sobre a navegação que se praticou fora dos meios peninsulares isto é, essencialmente lusos. Essas representações bloquearam por muito tempo, as realidades do espaço real e fecharam os horizontes a outras informações. “A edição de Ptolomeu impressa em Roma, em 1490, cujas primeiras Cartas constituíram o Atlas mais consultado durante todo este período, como de sua directa influência e tradição a “Geografia” do florentino Berlinghieri (de cerca de 1478), permitem adiantar e avaliar imediatamente, no que respeita à representação da África, a enorme e nefasta influência exercida desde os fins da Idade Média” em toda a navegação europeia – nas palavras de Charles Hettier – (excepção feita aos meios lusos).

Sobre todas essas representações cartográficas antigas diz, em síntese, e judiciosamente, Pedro Nunes:

“mentiras escritas com letras dourado”⁽²⁹⁾!

Mesmo nos cartógrafos mais atentos às informações (círculo italiano), as distâncias são, por vezes, enormes.

Tudo isto vem confirmar o que desde há muito assinalava Armando Cortesão *“a cartografia portuguesa tinha um caracter próprio, um estilo diferente e mais perfeito do que a cartografia italiana, que a copiava mal”⁽³⁰⁾*. Por isso, os meios melhor informados e os mais interessados continuariam a buscar em Portugal, bem rodado o Século XVI, por que era aqui, junto das fontes lusas, que se podiam colher as mais seguras informações. Por 1659, asseguram os italianos serem os portugueses *“os mais valentes observadores das coisas do mar que haja no Mundo”⁽³¹⁾*.

O Espaço ptolomaico *“esta cartografia ptolomaica, considerada e conceituada, quer nos ambientes culturais, quer já na opinião publica comum (que por eles vai também sendo informada), não regista até 1490, na generalidade da Europa, qualquer reflexo ou influência dos novos descobrimentos geográficos, ao contrário do que acontece à cartografia mediterrânica, que, desde o princípio, por sua directa informação e influência os vai registando, alterando e renovando os seus velhos padrões. Seríamos tentados a dizer que a inovação e a informação circulam melhor entre os ambientes marítimos e que é mais difícil o contacto entre o mundo dos marinheiros e o mundo cultural dos humanistas e dos editores da imprensa então surgida. E é a partir das concepções deste último mundo, mais antiquadas, que se forma a opinião pública”⁽³²⁾*.

Presentes, pelo menos, desde os inícios de Quinhentos, os espaços deste Mundo Novo trazido pelos portugueses só encontram aí verdadeira repercussão a partir 1540. Foi, de facto, uma redenção tardia. Por isso, os rios, em muitas dessas representações, *“continuavam a vir, sem grandes problemas, do paraíso terreal”⁽³³⁾*.

Não há espaço, porque também não há medida nem controlo do mesmo espaço.

As inovações entram aí com muito custo e com atrasos impressionantes. Como dissemos acima, *A Descrição do Mundo* de Jacques Signot, sucessivamente editada até 1599, continua a desconhecer os espaços de um Quarto Continente havia já cem anos por Duarte Pacheco Pereira revelado e mais que plausivelmente cartografado no seu *Mappa Mundy*⁽³⁴⁾!

Realidades múltiplas que se difundem e materializam em dimensões várias que os contemporâneos, aquém do meridiano dos Pirinéus, incorporam sem dificuldade:

*“As novas cousas presentes
sam a nós tam evydenes
como nunca outras jentes
jamais vyrom mundo tal”*⁽³⁵⁾.

Também aqui, dois mundos completamente diferentes, quer no conhecimento, quer na fixação do Espaço, logo do seu domínio e controlo, com todo o tipo de implicações e conhecimentos que isso encerra e comporta, e entre eles e acima de todos, a medida – condição fundamental deste espaço real e cartográfico.

Das incertezas e confabulações míticas e teológicas das Idades e dos “saberes antigos” e dos “saberes teológicos e providenciais” da Idade Média passa-se aos saberes actuais rigorosamente conhecidos, medidos e controlados pelo homem e para o homem”. Um espaço rigorosamente posto nos seus lugares pela mão, pelo saber e pelo muito navegar e experiência dos portugueses: “*tão variadas terras ... agora notadas e postas cada huma em seus (devidos) lugares*”,⁽³⁶⁾ “*assentadas nas verdadeiras alturas e derrotas*”⁽³⁷⁾, debaixo de um novo conceito de descrição e fixação que os antigos, evidentemente, desconhecaram.

Daí o “lançarem” ao acaso as localizações das terras e dos mares: A “*Descrição geográfica*” não é nada disso, mas antes “*huma (rigorosa) delinação tirada com suas proporções mathematicas*” (38).

A tudo isso tem que juntar-se ainda um novo e importante conceito também agora trazido aos novos conhecimentos: o da *relatividade dos espaços (posição relativa)* que implica pontos de referência obrigatórios: Não basta (sair com toda a perfeição) o desenho dos lugares, (não basta uma boa pintura) que assim “*as descrições da terra não ficão com sua perfeição se não se pintão juntamente com ellas as cousa adiacentes*” (39).

O rigor do conhecimento é uma meta imprescindível e sempre em conquista: “*Destas cousas se segue estarem estas ilhas (Canárias) mal situadas nas Cartas assi em altura nas rotas*” (40).

Um rigoroso programa de fixação, conhecimento, controle e de domínio que vindo do Século anterior assume todo um programa metodológico logo com Duarte Pacheco Pereira: “*quanto ao interior da terra se dira o do lito ou costa do mar todo o que toca ha marinharia e cosmografia mais larguamente farey mençam e por tanto serem aqui decraradas todas as rotas s. como jaz hum promontorio ou lugar com outro e isto por que esta obra leve hordem e fundamento e ha costa mais seguramente se posa navegar e o mesmo as conhecensas das terras e asy onde estão as baixas que pera isto he muito necessario saber se; tambem das fundas que á em alguns lugares em quanta altura som e asy as diferenças dos fundos s. se he vasa ou area, ou pedra ou saibro, ou arestas ou burgão ou de que calidade ha tal fonda he e sendo conhesida quantas leguas aveera daly a terra e o mesmo as mareas se som de nordeste he sudueste, asy como as de nossa espanha, ou se som do norte, o sul ou de leste oeste, ou de no-*

roeste sueste, as quaes para entrarem e sahirem nas barras, e bocas dos rios som forsadamente necessarias; e asim as alturas de cada hum dos pollos por honde se pode saber quantos graaos se cada lugar apartam e ladeza da equanocial e tambem a natureza da jente e o seu modo de viver e asy direi do comercio que nesta terra pode haver, tudo isto com diligencia”⁽⁴¹⁾.

A um mundo encoberto de mitos, fabulações, falsidades e distorções deram os portugueses a dimensão dos Quatro Cantos do Mundo: Terras, gentes, costumes, culturas e civilizações “*Coisas, na verdade, espantosas que pelo mundo vão*”:

*Outro mundo encuberto
vimos então descobrir,
que se tinha por incerto:
pasma homem de ouvir
o que sabe muito certo,
que cousas tão grandes sam
hos da India, e Iucatam,
e quam na China espantosas,
que façanhas façanhosas
no Brasil e no Peru vaam?*

como disse Garcia de Resende⁽⁴²⁾. Nas palavras e testemunho de Sá de Miranda, na certeza e segurança da navegações dos pilotos lusos que nos descobriram “*não taõ somente mares e homens novos mas céu novo e estrelas novas*”⁽⁴³⁾. E estes “novos conceitos” e realidades”, novos espaços, novas humanidades estão incorporados ao tempo de D. João II que “descobrimo novas terras e novas e muitas ilhas longuinhas (novos espaços) acrescentou o próprio Mundo; Descobrimo nesses espaços novos homens, aumentou o genero humano”.

2.2. “O Tempo” da Redenção Moderna

“*Fez o Tempo outra volta*” – Garcia de Resende⁽⁴⁴⁾

“em *aquelas cousas que jasem sugeitas e debaxo jurisdição das artes mathematicas, a declaração e pontualidade he grandemente necessario*” – D. João de Castro⁽⁴⁵⁾.

O mesmo se diga das profundas alterações operadas em torno de outro conceito fundamental – *o Tempo*. A datação, a medida temporal, espacial e numérica, a noção e concepção de cronometria – que na prática não existiam como unidades e realidades físicas positivas, adquirem uma relevância prática concreta e precisa. O controle e definição rigorosa das horas do dia quase não existiam. Às divisões romanas da Prima, Terça, Sexta, Nona, ou, mais incerta ainda das *Vésperas e Matinas* (para não falar em referências ainda mais incertas, dos acontecimentos e marcos de memória, medindo e contando o tempo de “novidade a novidade”⁽⁴⁶⁾, passou-se à medida rigorosa do Tempo. Tal como para o Espaço, opera-se também aqui “*a passagem do plano mítico para o da posição – neste caso da data e da medida*”⁽⁴⁷⁾.

Na verdade, um Tempo flutuante, um Tempo adormecido; de fantasia, imprecisão, inexactidão; “no grande duelo começado há muito, entre o tempo vivido e o tempo medida, era o primeiro que conservava a vantagem. Tempo que se não media com rigor, que se negligenciava reter, calcular, considerar com exactidão”⁽⁴⁸⁾.

Ora, tudo isto se vai alterar dentro dos meios náuticos lusos e peninsulares por necessidades práticas da acção, sendo mesmo uma das condições do sucesso, tanto na prática diária do navegar como nos meios do comércio e no jogo e “geografia” das trocas, em que o factor tempo e a antecipação são decisivos e vitais como o são ainda no jogo das informações do Estado e da política, seja

de estratégia mercantil, seja militar. O tempo curto e a antecipação passam a ser vitais. A rede de informações por causa de “ganhar” e “dominar” o factor tempo torna-se fundamental e o mais poderoso factor do sucesso. Por isso, dirá D. João de Castro ser ele a “arma dos homens sábios e de recado”.

Gil Vicente consubstanciou nas suas estrofes as profundas alterações operadas e a relevância que pela primeira vez assume no mundo mercantil e dos negócios:

*“Em nome daquelle que rege nas praças
d’Anvers e Medina as feiras que tem”*⁽⁴⁹⁾.

A um Tempo “intemporal”, de quietude, “adormecido”, um Tempo “em paz”, passa-se a outro que pauta e rege as necessidades prementes da acção e da vida, do mundo dos negócios, do mundo mercantil e do mundo náutico. Tudo obriga agora nestes meios ao controle e à medição rigorosa do Tempo, a um “*aparelhar do Tempo*” da gíria vicentina:

*“Alto, Tempo, aparelhar,
porque Roma vem à feira”*⁽⁵⁰⁾.

O Tempo é um bem e uma realidade muito concretos que o homem “*não pode mais perder*”⁽⁵¹⁾. Medi-lo e controlá-lo significa agora ter sucesso na vida, ainda que “perdendo” a paz. Também aqui

*“Taes novidades este tempo traz
que he necessario fingir pouco sizo
Se queres vida ter se queres paz”* – dirá o poeta do Lima ⁽⁵²⁾.

É evidente que existia o relógio, mas é também evidente o seu raríssimo uso, confinado a um círculo de privilegiados que,

pelo geral, nem eram sequer os mais lídimos representantes do homem de acção. O relógio individual era ainda, e essencialmente, um bem de uso muito restrito. Existia, é certo, o colectivo que levava vantagem àquele. Mas este, nem sequer o campanário de todas as Comunas o possuíam, embora eles sejam aí um precioso instrumento de “pedagogia cromométrica” para essas comunidades.

De instrumento de príncipes e das torres das igrejas ou comunas, que servem a população residente fixa, (a sua generalização nas torres das comunas mercantis é já de si de grande significado destes “novos tempos”, anunciando mudanças em curso), passa a um instrumento frequente na mão de mercadores e de nautas. A difusão e passagem deste tempo do relógio “restrito e colectivo” ao uso mais genérico e individual marca, outro sim, as profundas diferenças operadas a nível da sua posse, como a nível da mentalidade e comportamento mentais que implicam e desenvolvem. É certo estarem longe de obedecer ao rigor desejado mas o seu avanço, relativamente à ampulheta tradicional, é mais que manifesto⁽⁵³⁾.

Os meios náuticos e mercantis dos Descobrimentos são os quadros e os grandes agentes destas modificações. Desde 1416 que andam desses relógios, a par das agulhas de marear, a bordo das embarcações portuguesas⁽⁵⁴⁾. Afinal, a diferença de um tempo, (conceitos, medidas) que distingue e marca a diferença entre os dias “artificiais” e os dias “naturais” e a necessidade de saber com rigor “as horas da noite e do dia” e levando à necessidade de construção de instrumentos para os medir e de fixar⁽⁵⁵⁾. Enfim, uma realidade diferente entre o mundo da ficção, do vago e incerto, ao mundo das coisas concretas. Um Tempo *com modo* de o calcular “segundo os poetas”; Um *outro* sob nova concepção, calculado e “medido” *de doutra maneira e pera outros efeitos segundo os astrónomos e matematicos*⁽⁵⁶⁾. Por isso, se ocupa D. João de Castro da construção e uso dos relógios ensinando “a tomar-se as horas com esse instrumento” (de modo) a *saber-se não so as horas, mas ainda as meas e os quartos*⁽⁵⁷⁾. Um, o

tempo do vulgo em que à localização incerta no tempo histórico (“no tempo de Fuão aconteceu tal coisa”, – que regulava a incerta memória dos Povos) ao tempo rigoroso dos historiadores e cronistas dos Descobrimientos, para os quais é necessário “haver autorizado registo”, quer no Espaço, quer no tempo⁽⁵⁸⁾. Por isso, ao tempo da oralidade, incerto, vago, mítico-teológico, sucede o *tempo da Escrita*, fixo, balizado registado: “assentando as coisas, os factos nos seus lugares”. A escrita é a mãe da eterna memória” – dirá Damião de Góis⁽⁵⁹⁾.

Também aqui a passagem dos tempos que regulam os caprichos da mitologia e da providência *aos tempos do homem* que devem regular a sua acção para que ela resulte “a tempo e horas”, no jogo do conhecimento em que se desencadeiam os fenómenos e as trocas. “*O verdadeiro deus das trocas e da mercancia marca-se pelo tempo e pela informação*. Mercúrio deixa de andar em “recadinhos” na corte celestial “perdendo o tempo” nas futilidades de um mundo que já não existe para o homem de Quatrocentos e Quinhentos:

*“Eu sam (sou) Mercurio, senhor
de muitas sabedorias,
e das moedas reitor
e deos das mercadorias: /
nestas tenho meu vigor. (Isto é a minha razão de existir).
Todos tratos e contratos,
valias, preços, avenças,
carestias e baratos,
ministro suas pertenças,
até as compras dos sapatos”⁽⁶⁰⁾ (!...).*

*Ó Merrcurio valei-me ora
que vejo maos aparelhos
Dá-lhe, Tempo, a essa Senhora
o cofre dos meus conselhos”⁽⁶¹⁾.*

Para os meios dos negócios, como no seio das administrações que os controlam, o tempo passou a marcar com rigor a vida diária das pessoas, marcando “as horas” de trabalho e funcionamento “dos negocios e despachos de seus officios”. Nestes meios começou cedo o “picar do ponto”!... *”porque havemos por munto nosso serviço que haja horas certas”* - se impõe nos Regimentos da Casa da Índia⁽⁶²⁾. Vésperas e Matinas, nas Igrejas e Coros dos Conventos! Na Administração Real, fiquem as “horas certas”:

- *“Não são já dez horas?*
- *Não deste relógio que inda as não deu!*
- *Deu-as logo o (campanário) do Campo de Frol!*
- *E tu queres passear polas horas do Campo de Frol?*⁽⁶³⁾.

O conhecimento e controle rigoroso das marés e a necessidade de lhes saber determinar com rigor os seus horários, transforma-se num elemento vital e imprescindível ao sucesso das navegações ou seu ao insucesso, se desconhecido. A necessidade de *horas fixas* para proceder às observações (e validar o seu rigor) a fim de as poder fixar e sistematizar, como ainda o próprio cálculo exacto das distâncias e as características dos circuitos alternativos medidos em horas e tempos de viagem. Conhecimento das correntes dos ventos, das águas – que têm o seu tempo de mudança que é necessário conhecer para o bom sucesso da acção: *”as naaos que ouverem de hir pera a India devem de ser todo prestes para partir s. Janeiro, Fevereiro e Março, e destes tres he o melhor Fevereiro ... nem se devem errar os meses que digo (caso contrário) poderam ter fadiga”*.

E, noutro passo, ainda que fazendo maiores distâncias, mas encurtando as horas de navegação: *”custumamos fazer outra via pera a India... partindo do cabo verde pello Golfom por onde se encurta mais ha viagem e nos fica em moor proveyto*⁽⁶⁴⁾.

Cadamosto aprendeu rapidamente o significado da importância das horas no diferente regime da marés da Guiné, para se

poder por a salvo, rapidamente, das mesmas: *Neste lugar (repare-se mais uma vez a necessidade de precisar e localizar, ao pormenor, os lugares) "a água sobe e desce todas as seis horas isto é, a enchente e a vazante. A enchente entra pelo rio mais de sessenta milhas, segundo a informação que eu tive dos portugueses que entraram por ele dentro muitas milhas com as caravelas. Mas logo mais abaixo, noutra lugar que convinha tomar nota - Rio Grande - os horários das marés já eram diferentes: "neste lugar encontramos uma grande contrariedade, que não ha em outro lugar, pelo que pude ouvir; e foi que havendo aqui maré de água enchente e vazante...enquanto em toda a parte cresce seis horas e baixa outras seis, aqui cresce quatro horas e baixa oito, e é tão forte o ímpeto da corrente da dita maré quando começa a encher, que é quase incrível, porque as âncoras na proa não nos podiam segurar e momentos houve em que a corrente nos fez fazer à vela à força"*⁽⁶⁵⁾.

Não medir o tempo, não controlar e conhecer a hora exacta, consoante os lugares, era o caminho do fracasso e insucesso. Espaço e tempo conjugaram-se, pela primeira vez, como coordenadas necessárias para o sucesso ou insucesso da acção do homem, e do seu controle e domínio da natureza.

Nos Roteiristas, a contagem, a medição e o controle dos espaços será procedimento sistemático: *"Terça feira, nove dabil, todo o dia ventou o vento norte muito rijo; governamos ao sudueste, e guinavão pera a daloeste. Manuel alvarez, piloto da minha naao, se espantava muito de Bernaldo pirez piloto mor, fazer tanto tempo o caminho por esta quarta, e afirmava que a ilha da madeira nos avia de ficar muito a barlavento ... Quarta feira, dez de Abril de 1538, as oito horas pela manhã, vimos a Ilha de Porto sancto a qual nos demorava ao sul; seriamos della oito legoas"*⁽⁶⁶⁾.

A prática da observação e anotação de tudo e a sistematização da observação. Nada de confianças excessivas que levam ao fracasso da acção. Daí a necessidade e a prática de *"tomar a experiência ... a toda a ora"*⁽⁶⁷⁾.

Por tudo isto se torna, agora, absolutamente *"necessário saber a lōgura do tempo"*⁽⁶⁸⁾.

Os começos decisivos da “conquista” do espaço pelo tempo começam aqui, com os Descobrimientos, com a necessidade premente do ter de “*partir ou o largar, em ponto, sem mais esperar*”⁽⁶⁹⁾.

*“Manda-me tu atentar
pollo tempo, e tua yda
tardará e, a teu pesar,
te farey desamarrar,
se vyr tempo de partida”*⁽⁷⁰⁾.

“Dessacraliza-se” o Tempo. Humaniza-se o Tempo.

A *Cronometria ganha pergaminhos de ciência* e é uma das poderosas condições de sucesso. Por isso, dirá D. João de Castro ser o Tempo “tesouro e fyto dos homens sabyos e de requado”⁽⁷¹⁾.

E O Tempo também requer e a ele “*Conuem peso e medida e numero*”⁽⁷²⁾ como instrumentos necessários à sua exacta medida e controle.

A medição e localização no tempo é, outro sim, factor primordial da memória histórica dos Povos. A generalidade dos Povos novamente encontrados não a tinham.

Passariam, desde então a tê-la, fosse por si, fosse por aqueles que se ocuparam dela⁽⁷³⁾.

2.3 Nas Coordenadas da Quantificação

As “*chaves e instrumentos do entendimento*”

ou:

”*Da arte dos numeros e medidas*” - Pedro Nunes⁽⁷⁴⁾.

ou:

no mundo

”*dos justos pesos e balanças*” - *Cancioneiro Geral*⁽⁷⁵⁾.

Tanto a primeira como a segunda destas novas concepções (Espaço e Tempo) se encontram directamente correlacionadas, como causa e como efeito, com outro conceito profundamente revolucionado por estes novos tempos e por estas exigências trazidas ao património cultural, pelas Descobertas: um novo conceito de Número, uma nova noção de medida, de contagem, enfim, do quantitativo, ainda que a sua penetração caminhe de par, também, com outras tantas resistências.

Referimo-nos acima aos reais limites do culto do novo e da novidade na Europa do Renascimento, e às inegáveis influências que as escolas “ibéricas” de tradução – sobretudo as escolas dos tradutores de Toledo tiveram na divulgação de obras de procedência árabe relacionadas com toda esta temática, particularmente, álgebra aritmética e geometria.

A numeração árabe - poderoso contributo e poderoso responsável pela mais rápida difusão e generalização da mentalidade quantitativista (mas não exclusiva, deve dizer-se) – era, de facto, conhecida de alguns agentes mercantis e vinha de tempos anteriores. E não se poderá dizer, sequer, que Portugal, neste aspecto e nesses primeiros tempos, levasse a primazia em relação a alguns desses meios. Mas foi também dos lugares onde mais cedo se difundiu. A partir de determinada altura (com as Descobertas) terá mesmo um papel relevante e pioneiro a nível da sua generalização.

“Em Portugal esporadicamente conhecidos antes do Século XV, embora sistematicamente empregados em obras técnicas como os Almanques de Coimbra do primeiro terço do Século XIV”⁽⁷⁶⁾.

Mas, no genérico, por todo o Século XVI há ainda muito desconhecimento desse novo e fácil “instrumento” de contagem. Muita impreparação e muito raro emprego. Na verdade, *“A linguagem algébrica era desconhecida, assim como a linguagem aritmética, cómoda, regular e moderna”*; *métodos oscilantes, símbolos insuficientes*⁽⁷⁷⁾.

Por todo o lado na Europa, a emancipação destas ciências da Tutela Teológica, foi difícil. Os tratados (manuais de matemática) continuam, por muito tempo, a colocar-se sob a invocação divina, como acontece no tratado de *Aritmética composta de novo*, de Estêvão de la Roche (1516) - “*um dos clássicos da aritmética para uso dos mercadores já amplamente divulgado pela Imprensa*”. Esta mentalidade e este modelo tutelar da divindade - que assegura muito estrita dependência e subserviência das ciências aos cânones teológicos - é costume e fórmula “*que mais ou menos abreviada se pode encontrar abrindo todos os livros de aritemética do tempo, e a maior parte dos livros de ciência; é muito raro não se encontrar como selo dessa subserviência*”⁽⁷⁸⁾.

Obras e autores portugueses assinalam, também aqui, diferenças substanciais. Tais invocações tutelares estão ausentes, por exemplo, no primeiro Tratado de Aritmética impresso em Portugal, de Gaspar Nicolas de 1519, como no de Bento Fernandez (*Arte d’Aristhmética* - 1555) ou no de Ruy Mendez (de 1540), como no *Livro de Marinharia* (de 1514) de João de Lisboa, ou no *Liber de Triplici motu* do “Mestre lisbonense” Alvaro Thomas (de 1509), como nas obras de Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Pedro Nunes, Garcia de Orta e outros.

O aumento dos mercados, a monetarização das trocas, fosse através do aumentos dos fluxos das espécies metálicas, fosse através da letras de câmbio (e outros meios de pagamento) - que atingem um volume de circulação nunca imaginado nem visto - as necessidades do comércio, volvem-se num enorme factor de difusão do número e da própria mentalidade quantitativa. Quase tudo se reorienta em função do comércio e do dinheiro: Agora

“*Todos tyram aa barreiyra
d’aver fazenda e dinheyro*”⁽⁷⁹⁾.

Por isso, mais do que nunca, agora também,

“Conuem peso e medida e numero”⁽⁸⁰⁾.

O comércio ultramarino⁽⁸¹⁾ que se volve na fonte de recursos financeiros por excelência destes Estados mercantilistas peninsulares (e depois dos outros), as suas necessidades fiscais e outros encargos financeiros, levam a introduzir novos comportamentos a nível das super-estruturas do Estado que acabam por ser também altamente responsáveis por profundas alterações verificadas. Pedro Nunes escreve o seu *Livro de Algebra* para todos, naturalmente, mas no seu objectivo imediato está toda essa caterva de mercadores e contradores que serviam a administração económica e fiscal de D. Manuel: *”Por aqui vera V. A. quanta mais razão seria, que ouvesse esta doutrina nesta opulentissima cidade de Lixboa, onde tanto negocio ha...e onde elRey nosso Señor tem corenta contadores de sua fazenda”*⁽⁸²⁾. Do mesmo modo procede Gaspar Nicolas: *a arte “e practica darysmetica, aqual muy manifyco senhor por ser cousa muy neçessaria nestes regnos e senhorios de portugal por bem de em elles florecerem os tratos das mercadorias...e os tratadores se multiplicarem nos dytos Reynos”*⁽⁸³⁾. Procedimento idêntico será o de Barros que, por sua vez, foi Feitor da Casa da Índia.

Tudo se conta - do Estado aos particulares:

*“Elle so tem mayor renda
que os Reys da Cristandade ...”
tem catorze contos douro
que mete em seu tizouro
cada anno sem minguar peça:
todos pagão por cabeça,
O Christão, Judeu, e Mouro”*⁽⁸⁴⁾.

Todo o crescimento e toda a diferença se contam agora, em números:

*“Ha corte de Portugal
vimos bem pequena ser,
depois tanto ennoblester,
q nõ ha outra yqual
na christandade, a meu ver:
tem cinco mil moradores,
em q entrã muytos senhores,
a q elRey dá assentammentos,
moradias, casamentos,
tenças, merces, e honores.
Ho Reyno vimos valer
sessenta contos, non mais;
as rendas tanto crescer,
que agora o vemos render
duzentos milhões de reaes,
India, e Mina non entrando,
que estas duas, assomando
os gastos e os provectos,
duzentos contos bem fectos
rendem forros, nauegando”⁽⁸⁵⁾.*

O afluxo de dinheiros e espécies metálicas aos balcões da Casa da India era coisa que espantava toda a gente. As contas eram astronómicas. Alguns contratos assumiam valores até aí nunca vistos ou imaginados:

*”A veadores da fazenda
vi hũo contrato fazer,
outro tal nunca ver:
renderam junto em hu dia
em drogas, speciaria,
setecentos mil cruzados
outros lhe vi contratados
de pouco menos contia”⁽⁸⁶⁾.*

Por todo o lado, a mesma azáfama do contar:

*“e mais achareis soma de contas, todas de contar
quão poucos e poucos haveis de lograr
as feiras mundanas; e mais contareis
as contas sem conto qu’estão por contar”* (Gil Vicente)⁽⁸⁷⁾.

O Estado conta os homens e conta os recursos, reorganiza as suas Administrações em ordem ao trato e à mercancia.

Desde os inícios que os centros e agências do comércio ultramarino desde Casa de Lagos (transferida para Lisboa em 1463 acompanhada da Vedoria da Fazenda aqui criada dois anos antes, (1461), à Casa da Guiné e Mina (1480-1482) e depois à Casa da Índia (1502) se transformam nas grandes escolas da prática matemática e mercantil, logo, do uso e manipulação do número. São dos primeiros grandes agentes na divulgação destas práticas, ajudando e contribuindo para a criação e desenvolvimento de uma mentalidade quantitativista.

As Contadorias das Casa da Guiné e Mina, no fim de Quatrocentos, são reorganizadas e “*novamente ordenadas*”, como casas de banca e de comércio, pelo Rei-Mercador D. João II – o primeiro a ter a nítida consciência da relevância do comércio activo⁽⁸⁸⁾. D. Manuel reordená-las-á, depois, nos inícios do Século XVI. Surgem os Regimentos: Regimento da Casa da Índia de 1509, o Novo Regimento das Sisas-1512, o Regimento dos Contadores das Comarcas, 1514, o Regimento e Ordenação da Fazenda de 1516, etc.

A minuciosidade quantitativa invade os livros de contas como acontece nos Livros de Tenças, Livros de Assentamentos e Livros de Quitações. Nos Livros de Assentos de receitas e despesas dos Feitores e outros que vão, por vezes, ao detalhe do pequeno pormenor. O Estado conta os seus recursos mas conta também os

seus homens. Contagem que culminará no *primeiro* Censo Geral da população de 1527-33, de D. João III a que se segue a primeira fixação do espaço metropolitano, com o Mapa de Portugal, do cartógrafo Álvares Seco (1560-1561).

É o peso do *deve e do haver das contas e dos gastos* que, postos de lado os feitos e pruridos de Cruzada e de Cavalaria (ultrapassados), pesam agora na política do Estado e da Coroa. São essas, não outras realidades, que levarão o “Rei Piedoso” ao abandono voluntário de algumas praças de África, a partir de 1529.

É o peso dos bens, dos haveres e dos recursos que conta na nova balança do Estado Moderno. Diplomatas-espiões circulam agora por todo o lado e apressam-se a comunicar aos seus países de origem as Contas e os Recursos que seguem com toda a atenção - (Priúli, Cá Masser, Cavaleiro de Seure e outros). As “grandezas” das cidades, como a de Lisboa, são contadas e avaliadas rigorosamente, em números: João Brandão, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Nicolau de Oliveira, Damião de Góis, Francisco Carneiro, etc).

O jogo dos números no valor das mercadorias é o que faz o sucesso ou insucesso comercial. É tudo uma questão de números. Com eles se joga nas várias praças e mercados: do Oriente (Goa, Malaca, Ormuz), a Lisboa e daqui às feitorias da Europa, passando, ou não, pelas praças financeiras de Medina del Campo, Medina de Rio Seco, Velladolid até Bruges e, depois, Antuérpia. Ora, nada disto pode ser feito com êxito e nada era tão necessário a estes novos tempos, do que o recurso

“*Aquella arte que trata dos numeros e medidas*” – Pedro Nunes⁽⁸⁹⁾.

A informação sobre os percalços destes circuitos e a sua antecipação, onde entram, em simultâneo, o conhecimento e con-

trole dos Espaços e do Tempo, a antecipação e o Número. Os valores, a contagem, o factor positivo ou negativo do Deve e do Haver) é o que faz o sucesso dos mercadores e o sucesso dos Estados. Também aqui é um mundo novo que surge em que o próprio *automatismo do quantitativo se exige e se impõe*: “*A hora he bem neçessario q saybas estas palavras de cor pera que fique em tua memoria ... E por estas feuras podes may asynha vijn em conheçymento do numerar*”⁽⁹⁰⁾.

Práticas, conhecimentos e comportamentos novos, aos quais muitos sentem sérias dificuldades em se adaptar e até em aceitar, já que transformam, por completo, o comportamento dos homens e a sua mentalidade. A “*feira*” *domina tudo e todos*. Invade tudo, altera tudo e nem os homens da Igreja e suas instituições escapam:

*“Á feira, à feira, igrejas, mosteiros,
pastores de almas, Papas adormidos;
comprae aqui panos, mudae os vestidos,
Feirae o carão que trazeis dourado;
ó presidentes do crucificado”*⁽⁹¹⁾.

E, na versão do Cancioneiro:

*”Na cobiça dos prelados
nom he já pera falar
qu’em vender mais que rezar
e em comprar som ocupados”*⁽⁹²⁾.

Também, aqui, dois Tempos diferentes. Ao tempo em que

*“non lhes lembrava tractar
nem muyto negoçar”,*

sucedeu o

*“tanto mudar de viver
tanto tractar, revolver,
tanto ser negociados”.*

“Pelos ruas mil cambos, mil recambos” – vai remoendo o circumspecto António Ferreira⁽⁹³⁾!

O frenezim dos mercados e dos preços das mercadorias que também fazem um mundo tão mudado, onde não cabem contemplações nem Juízos de moral:

*Que vejamos como demos
cousas sem preço, por preço
que lhe tão baixo pusemos.
a que estado nós descemos” (!...);*

Agora, por causa de números e preços, tudo se altera.

*“Agora por que vos conte
quanto vi, tudo é mudado”⁽⁹⁴⁾.*

Um mundo do Diabo!... Não de gente honesta, como a antiga, em que “não lembrava tratar”:

*”porque agora os mais sabedores
fazem as compras na feira do Demo
e os mesmos diabos são seus corretores”* – Gil Vicente⁽⁹⁵⁾.

E o dinheiro e as moedas invadem os espaços e tempos sagrados dos próprios livros de Oração! Aí estão elas, aparatosas, luzentes.

e apetitosas no seu “ouro poderoso” e na sua “prata fina” a “regular” as Horas e Orações do dia, no Livro de Horas de D. Manuel!

As grandes responsabilidades por estas modificações estão nestas novas exigências da prática do comércio, como nas que advêm destas necessidades e exigências dos meios náuticos: “*Toda a arte náutica dos descobrimentos implica o número e enraíza essa atitude voltada para a quantidade*”⁽⁹⁶⁾.

O cálculo de latitudes e longitudes, sistemas de orientação marítima e depois da navegação astronómica, desenho e construção de roteiros e mapas, instrumentos de navegação e sua leitura, como construção e laboração de Almanagues e Táboas de navegação, relógios, etc, são, na verdade, impensáveis, sem o recurso sistemático à numeração algébrica. Esta está na base da difusão de uma nova mentalidade positiva “matemática”. “*A experiência que se toma (e se pratica) dos instrumentos mathematicos*” é fundamental, segundo D. João de Castro⁽⁹⁷⁾.

A prática das matemáticas aponta outros caminhos e horizontes. Por ela se abre o caminho a outras ciências. Da sua prática e conhecimento, se pode vir a atingir também a verdade: “*matemática, senhora das outras sciências por que ella abre as portas do entendimento e imprime hũu desejo natural de especulaçam pera vija na realidade das cousas*”⁽⁹⁸⁾.

O processo náutico dos Descobrimentos portugueses implicou, desde o início, o recurso simultâneo a esses três pilares de referência, entendidos em termos modernos e diferentes do dos tempos passados.

A medição (impossível sem o número) é uma das condicionantes básicas da Ciência como da Metodologia e Atitude Científicas. A ciência moderna seria impossível sem o recurso a esses novos parâmetros. Eles são, na verdade, as chaves e a porta do entendimento. Por eles se abrem também os caminhos da Modernidade.

A conquista dos mares fez-se passo a passo, registando e anotando, em números, o lugar, o tempo “de largar ou partir

a tempo”; o tempo de viagem ou de acesso, a medição milimétrica das distâncias, o tempo e as horas das correntes, as medições dos astros, a leitura matemática dos instrumentos de navegação que iam utilizando, modificando e construindo, nunca confiando no acaso ou na sorte, mas tomando todas as precauções racionais com recurso, não ao Acaso ou Divindades, mas às ciências positivas que “é cousa de que todos hão-de andar bem apercebidos”.

Desde Diogo Gomes e Cadamosto – que nisso seguia os hábitos e procedimentos dos meios náuticos nacionais – aos grandes roteiristas de Quinhentos que esse é um procedimento constante, permanente: *”navegamos sempre com a sonda na mão”, navegávamos só de dia, com pouca vela e com grande precaução, e de noite deitávamos âncora, indo uma caravela após outra, segundo nos cabia em sorte todos os dias porque cada um de nós teria querido que o companheiro fosse adiante, mas fazíamos isto por sorte (mas não confiando dela a nossa navegação) tocando num dia a um, noutra dia a outro”*. E, noutra lugar: *“A nossa navegação ao longo desta costa foi sempre de dia lançando-se todas as tardes, ao sol posto, a ancora em dez ou doze braças de água, umas quatro ou cinco milhas longe da terra e ao nascer do sol fazíamos-nos á vela, sempre com um homem na gávea para ver se o mar quebrava e se descobrirem assim os recifes”*⁽⁹⁹⁾.

Um mundo – o da marinharia – de permanente atenção e medição:

*“Jamais o olho pega,
ao que guarda e que navega”* - remataria Mestre Gil⁽¹⁰⁰⁾.

Procedimentos que se mantinham pelo Século XVI bem andado, quando no mar parecia já não haver segredos. Fê-lo Pero Lopes de Sousa quando em 1530 se aproximava da Costa do Brasil - sempre de “lanterninha” na mão: “fui toda a noite cõ

o fio de prumo na mão sondando o fundo”⁽¹⁰¹⁾. Não havia que facilitar ou se entregar aos acasos da sorte: “*não há uma ave que apareça ou um sinal no mar que não tenham registado os que já fizeram estas viagens antes* - dizia um inglês, ainda muito mais tarde, quando viajava a bordo de embarcação portuguesa para a Índia⁽¹⁰²⁾.

Procedimentos e necessidades semelhantes nos meios comerciais e mercantis incrementados com o alargamento do comércio que, pela primeira vez, nos inícios do Século XVI, se desdobra à escala Mundial pela mão dos portugueses. As necessidades de exactidão, de medida, de precisão e, depois, de rapidez das operações, são elementos e instrumentos fundamentais a este novo mundo dos negócios.

Conta o Estado, contam e pesam os particulares, também.

“*Pelas ruas mil cambos e recambos*” – que até aos poetas distraídos faziam tropeçar⁽¹⁰³⁾.

Quotas nos fretes e tratos, repartição das mercadorias, os quintos e participação nas quotas parciárias entre sócios, “quotas” das *soldadas* e quotas nas *quintaladas*, diferenciadas e diversas, de participação dos mercadores no comércio, aos cálculos de correspondências das medidas, dos pesos ou capacidades e preços (conversão e subdivisão das moedas nos diferentes mercados mundiais que, ora faziam a fortuna, ora a ruína de muita gente, do Oriente à Metrópole e daqui para aos diversos centros e mercados da Europa e vice-versa; o jogo dos câmbios e o jogo dos juros nas praças financeiras, cálculos das “quebras” das carregações, participação nas mesmas, etc. *O aparecimento espectacular do crédito nas operações mercantis*, quer por parte dos particulares, quer do Estado com o jogo igualmente terrível, forçado ou não, da venda e compra dos padrões de juro, letras e outros “papéis”.

*“Tens lá tenças de vento.
E dinheiro quanto hé?
Este papel dará fe(!)
Mostrai cá, verei que he.
Bem estais:
São corenta mil reais ...
.../... Eu vos direi:
dez mil reais vos darei
estes logo em bons tostões....
– Ai jesu, há que del rei⁽¹⁰⁴⁾ (!...).*

*“por este quartell de vento
de tantos anos perdido,
vos darey hû goarnimento
todo d´ouropel tecido,
bem gentil e bem polido.
Mas aveys-me de ficar
que mo deys desembargado,
despachado e ssynado
e quem mo há-de pagar
venha logo nomeado”⁽¹⁰⁵⁾ (!...).*

Um mundo de usura, do constante trocar, do constante regatear e revender e onde o engano e a fraude espreitam a cada esquina:

*“Regatear e revender
fazem monturos muy altos,
fedorentos,
nam se podem desfazer
sem grandes tombos e saltos,
escarmentos,
arrenego de tal uso”⁽¹⁰⁶⁾.*

A usura, o engano, a simonia: a amoralização do ganho:

*“Uzeiros e vezeyros
de falsas mercadorias
muyto fedem
as onzenas d’onzeneyros,
usuras e simonyas
nos desmedem”*⁽¹⁰⁷⁾.

Um mundo, onde por entre números, moedas e papéis, não raro, se vende gato por lebre!

*“Faz mostrar preto por branco
e vender gato por lebre”*⁽¹⁰⁸⁾.

Todo um mundo que trata e mexe com números – pesos e medidas - sem o controle e o recurso aos quais toda esta máquina, já complexa, não “gira:” e onde as dificuldades de adaptação são notórias, tendo os nossos poetas e humanistas do Século XVI, deixado nas suas páginas curiosos testemunhos desse “desconforto”. e dos comportamentos que o trato com o dinheiro e com “as contas” provocou nessa sociedade:

*”arrenego de quem em tres
pagas pagua o que deve”
“arrenego de tal uso”*⁽¹⁰⁹⁾.

De pesos, medidas, quotas e participações ninguém mais se pode alhear:

*“Justos pesos e balanças
e medidas
danam judeus e marranos
assy sam algûs dereytos
torçidos ...”*⁽¹¹⁰⁾.

e onde era tudo bem regateado:

*“nos deu hû alqueyre raso
muyto mao de repartir:
porc’as bestas sete eram
nom contando a minha mula.
Ora que querês qu’emgulla
cada hûa do que deraão?”⁽¹¹¹⁾*

Se “ao que guarda e navega olho não pega” – como disse Mestre Gil, “também ao que mercadeja importa que bem veja”!

A sofreguidão dos números que passam a estabelecer clivagens quando contados em dinheiro!

*“Já ninguém não quer usar
da nobreza dos passados,
senam vinte mil cruzados
ver se podem ajuntar”⁽¹¹²⁾.*

Era esse o fito de toda a gente, tanto dos que ficavam dentro de portas, como daqueles que se faziam de foz em fora. Assim, o “convertido” Fernão Mendes Pinto: “parecendo-me que a minha glória e felicidade estava em entrar em Montemor com nove ou dez mil cruzados”⁽¹¹³⁾! Mas tudo era (!..) também receios e cuidados. Para muita gente *os bancos metiam medo*, infundiam receio:

*“Nam á hy bancos de Frandes
para tanto arreçar”⁽¹¹⁴⁾.*

E surgiria mesmo, entretanto, um novo personagem na cena do quotidiano: O Diabo:

*”porque agora os mais sabedores
fazem as compras na feira do Demo
e os mesmos diabos são seus corretores” (!...)⁽¹¹⁵⁾.*

Mas ... que se fossem os Diabos, os corretores e os “monturos fedorentos”!... Por isso, dirá, enfadado, Sá de Miranda:tinham chegado os tempos em que era decisivo o “saber bulir com o dinheiro”⁽¹¹⁶⁾!

O saber contar e organizar é fundamental.

Dizia o autor do primeiro tratado da prática mercantil conhecido entre nós: “ *esta he a primeira regra q me deram a primeira vez que entrey na casa da yndia desde que estou nesta çidade*”. Mercador, homem prevenido e de “contas” valia por dois.⁽¹¹⁷⁾ É, como dissemos, o mundo do crédito onde até se compra, agora, sem dinheiro, como na praça de “Anverca” – mas onde não se escusam as contas:

*“que por nom ser emçetado
anuerca
se algûa cousa merca
he d’emprestado”⁽¹¹⁸⁾.*

O Deve e o Haver das operações contabilísticas e das operações matemáticas, as novas necessidades de exactidão, precisão e contagem que estão presentes por todo o lado e que veremos transpostas mesmo para as crónicas e relatos dos simples viajantes, dos apóstolos da Evangelização ao pícaro Fernão Mendes Pinto, do Padre André Ferrão ou Frei Gaspar da Cruz, aos Cronistas, como João de Barros, para não falar na precisão matemática de Duarte Pacheco Pereira, Duarte Barbosa, D. João de Castro e de toda a caterva de roteiristas, cartógrafos e cosmógrafos.

A presença e a referência ao numérico e ao quantitativo é uma constante no lembrar dos volumes do trato, na arqueação das naves e dos transportes, nas referências às distâncias entre mercados e entre as diferentes terras e lugares.”*he necessario saber quanto he o direito caminho aos que andão e navegão*”⁽¹¹⁹⁾.

O numérico e o manejar e “bulir” com ele, a convivência quotidiana com o número matemático (não mítico, fabuloso ou cabalístico) ajuda a fixar o espaço e a situar-se nele com precisão e a definir os seus tempos. São tudo necessidades correlativas. Desenvolve-se pois, a numeração algébrica, difundem-se os tratados de comércio e os tratados de álgebra, matemática, e geometria normalmente associados à pratica e às necessidades mercantis que ajudam à simplificação dos processos de contagem tradicionais. Ora, para tudo isto

“nenhuâ cousa he mais necessaria (que) a instituiçam mathematica”...”*pera que possamos dizer a quantidade (e a mesma qualidade*”. Sobretudo para quem anda no mar: *“pera que saibamos as quâtidaes dos dias e das noites*”⁽¹²⁰⁾.

Os processos da nova mentalidade quantitativa e “algébrica” são essenciais às necessidades trazidas pela navegação marítima, aos novos processos de orientação astronómica, *“so pellas razoes mathematicas podemos mostrar o ceo*”⁽¹²¹⁾; à medição das distâncias, baixios e ancoradouros, da localização dos portos, ao cálculo e certeza das distâncias percorridas no interior dos mares. Aspectos, necessidades e práticas que, junto dos homens de acção, obrigam a sair desse “sistema” antigo e ao pôr de lado todo o con-fabulário mítico, impreciso e indefinido ou do ter que pôr e deixar de lado o manejo mais dificultoso e complicado do sistema romano.

Conta o Estado mas contam tamém – e muito - os particulares:

*“Quanta conta se faz, e se desfaz,
erradas as pequenas e as maiores
feitas em desavenças, e inda em paz”.*

*”saiu-me a conta errada (!)
muitas vezes acontece”(! ...)*

Mas ...

“quem se não aventura não ganha” - constata Miranda⁽¹²²⁾!

Frenesim que invade tudo, dos portos aos lugares secundários:

*“Entrou ha dias peçonha
clara pelos nossos portos
sem que remédio se ponha
uns dormentes outros mortos
alguém pelas ruas sonha”;*

Do litoral, ao interior:

*“Como eu vi correr pardaus
por Cabeceiras de Basto⁽¹²³⁾ (!...).*

Até à nobreza rural mais pacata, reprovando todo este mundo, saudosista, adaptando-se com dificuldade a estes novos “costumes”, outra coisa lhe não foi restando que mercadejar também!...

*“toda nossa fantesya
estaa posta em folguar
e às vezes em ganhar
em qualquer mercadoria”⁽¹²⁴⁾.*

O paradigma e a força imparável dos grandes centros mercantis, onde fervilham tratos e moedas que a todos contagiavam:

*“por onde correm todas as moedas
as d’ouro poderoso e prata fina:
em ricas praças, ricas almoedas;”
teme-se de um amigo apoderado
do tempo que só sonha Índia e Brasil,
té que cada um de lá torne dourado”⁽¹²⁵⁾.*

Os volumes do trato e do comércio atingiram valores nunca vistos nem pensados, obrigando à simplificação dos mecanismos de contagem e pagamento. Na Casa da Índia, o movimento era tal, segundo informa Barros, que os dinheiros ficavam por contar por dias “afogando” os funcionários⁽¹²⁶⁾.

É para todo este mundo mercantil que Barros escreve um *Tratado de Comércio* procurando introduzir “regras universaes e practicas mercantis como tem todalas ciencias ... cô as mais partes de pesos, medidas, etc... (tudo o) que a esta matéria convem”⁽¹²⁷⁾. O aumento do comércio, agora a escalas e em volumes nunca pensados, obrigava ao recurso das matemáticas, à arte de contar e ao manejo nas artes de tratar.

As Descobertas e Navegações transformaram Lisboa no maior centro Mundial desse comércio durante as primeiras décadas de Quinhentos. *Em Lisboa “onde tanto negocio ha desdo extremo oriente, e occidente, e Ilhas do mar Oceano e onde elRey tem corenta contadores de sua fazenda”⁽¹²⁸⁾*. Grande porto da Europa “onde trato não ha tal”⁽¹²⁹⁾. E os escrivães enxamearam também, e bem à pressa, nessa sociedade que já não dispensava os papéis!

Mas são conquistas que, tal como as outras, caminham devagar e levam tempo a emancipar-se desse ambiente teológico e mítico que o precedia e envolvia, passando das tutelas ao uso e divulgação dos “instrumentos” laicos, operativos.

E, no primeiro tratado de matemática que a imprensa divulgou – o de Paciolo publicado em Veneza em 1594 – (além da avocação divina, a marcar subserviências tutelares da divindade sobre as Ciências positivas e matemáticas), outras grandes dificuldades são evidentes: as deficiências são ainda assinaláveis, ignorando-se símbolos e sinais matemáticos.

Todas estas alterações, ainda que por vezes em paulatinas transformações, estão, pois, intimamente correlacionadas *com a vivência do real, com a acção, fora do saber livresco, fora dos cânones do saber teocrático, revelado ou mítico*. São transformações que, pelo geral, passam ao lado dos “homens de gabinete”, formados e informados nas escolas do saber tradicional que se confinam a um saber teórico e fechado, sem verdadeira utilidade prática para eles e para os outros e deixam sérias desconfianças e reservas em poetas e humanistas que de tudo traçam um retrato bem pinturesco dando com isso, por sua vez, um bom exemplo de uma literatura bem chegada ao real das coisas e da sociedade.

Esse tipo de saber e esse tipo de comportamentos são, por seu turno, verberados e censurados por todos aqueles que andam na prática e na vivência das coisas:

“Reneguo dos leterados que não husam do que leem”⁽¹³⁰⁾.

Também D. João de Castro traça um meridiano entre esses dois mundos em presença e, frequentemente, em confronto nos meios cultos nacionais, verberando o seu amorfismo e a sua hostilidade: É verdade, e deve saber-se, que *“naõ escrevo este livro pera se ler a damas e a galantes, e se aproveitarem delle nas cortes e paços reaes”*... nem para essas “escolas de leterados” *“donde não queira (Vosa Alteza) ouvir juizos contra esta obra de pessoas que sem nenhum respeito reprehendem, o que não enten-*

dem, e condenam o que na verdade não sabem, o que sem duvida nenhuma em presença das partes não fariam”. É verdade que “neste Roteiro vão escritas muitas coisas que parecem estranhas e impossíveis, as quais escrevi medrosamente, não porque dellas não fosse muy certificado, mas por receo que tive de sair fora da opinião comum vendo de huma parte que escrevendoas poria espanto nos que as leessem, e doutra que dissimulandoas cahiria em culpa de negligencia”.

Por isso, avança com a divulgação das novidades e das verdades, porque em realidade, não pertence ao mundo desses “humanistas”, mas a um outro. Escreve para os que andam em contacto com a realidade das coisas, para “os que usam do que lêem”, mesmo que não conheçam a língua de Homero ou Virgílio como “os de Leça e Matosinhos (!)” que, esses, bem entendem e nada estra-nham ...⁽¹³¹⁾.

– Espaço, Tempo, Número: – profundamente alterados e “revolvidos”

*“c’o contino trasfegar,
ora revolvendo o mar,
ora revolvendo a terra”⁽¹³²⁾.*

*“A nova terra o novo trato humano,
A estrangeira gente e estranha usança”.
Vendo nações, linguages e costumes,
Ceus vários, qualidades diferentes”⁽¹³³⁾.*

Este conjunto de modificações e estas práticas comportamentais dariam às realizações adquiridas e desenvolvidas no contexto dos Descobrimentos um cunho de pragmatismo técnico e científico que matizou aqui, fortemente, o Renascimento e o Humanismo europeus (sem que naturalmente se lhes exagere a dimensão).

Dado também este cariz ligado mais à prática, à superação destes obstáculos físicos que manietavam “os movimentos” do homem, resultou a prioridade de uma “filosofia do prático” e do positivo” (naturalmente prioritário relativamente à filosofia reflexiva: *primum vivere post philosophare*).

Garcia de Orta assinala essa realidade e esse pendor prático dos portugueses que preferiam a prática à reflexão embora muitos sendo bem doutos. Alguns: “*destes homens alguns eram doctos senão que o tempo que andarão qua trazião mais os pensamentos em enriquecer; que em filosofar; porque como diz o filosofo ainda que filosofar he melhor em si que enriquecer porém que ao necessitado milhor he enriquecer... por isso quiseraão primeiro enriquecer que filosofar*”⁽¹³⁴⁾. Até as Letras se ressentiriam desse comportamento “*Porque a natural condição dos Portugueses he nunca escreveram cousa que façam, sendo dinas de grande memoria*”⁽¹³⁵⁾. Por isso, à “sentença” de Pacheco Pereira “*a experiência é a madre de todas as cousas*” deve, pois, juntar-se, também, outra que lhe é correlativa e que João de Barros, lapidarmente, fixou:

“a necessidade é (a) mestra de todas as artes”⁽¹³⁶⁾.

As necessidades do viver e o pendor utilitário e prático do conhecimento condicionaram fortemente todas as suas realizações: “*Verdade he que os Portuguezes não sam muyto curiosos nem bons escritores: sam mais amigos de fazer que de dizer*”⁽¹³⁷⁾ aspecto igualmente sublinhado po Barros: gente que “*mais se preza de fazer que de dizer*”⁽¹³⁸⁾.

Estas vertentes acabariam por dar ao campo das ciências positivas, das ciências práticas e técnicas as maiores realizações e concretizações. Mas as suas consequências estender--se-iam em breve e, às vezes, em simultâneo, a outros campos do pensamento e da reflexão contaminando todo o esquema mental e abrindo, decididamente, os campos da reflexão.

A difusão dessa experiência e desse património português e ibérico foi, no geral, tardia. A circulação das notícias só se aceleraria com a divulgação da imprensa, nos finais do Quatrocentos. Isso explicará o sucesso de relatos não nacionais pelos círculos europeus, ainda que divulgando inverdades e algumas mentiras como as *Lettere* de Vespúcio que vieram a ter particular ressonância aos círculos germânicos, “*em que se editaram as primeiras edições para a lingua alemã*”⁽¹³⁹⁾ mesmo antes de uma primeira vaga de traduções a que se assistiu, depois de 1508 e até 1541. Não obstante, influências directas acabaram por ser inegáveis e desde os primeiros tempos, de todo esse manancial de factos e mesmo realizações se aproveitaram alguns, não deixando os créditos, que não eram realmente seus, por mãos alheias.

Difícilmente se poderá compreender o desenvolvimento científico posterior sem este primeiro estágio de desenvolvimento que em verdade, lhe serviria de base directa em muitos campos. Fermento que de um pequeno grupo de privilegiados e de um espaço geográfico restrito sucessivamente alastrará - por testemunho directo e contágio - a grupos cada vez mais alargados, sendo certo que os representantes mais actualizados do pensamento europeu (que os houve) acusam directa influência dos meios portugueses e, depois, ibéricos⁽¹⁴⁰⁾.

Assim, o impacto em numerosas ciências positivas foi imediato dentro do quadro hispânico depois, sucessivamente, alargado a outros espaços.

Ao Sistema do Mundo Velho conhecido na base dos saberes e informações ptolomaicas que vinham de Séculos e que se tinham formado e construído em torno de um mundo fechado e limitado quase “empacotado” dentro da “concha” do Mediterrâneo de “*maravilhosa, excelente e divina invenção*” sustentado pelas divinda-

des, pelo” *milagre*” e “*pelos anjos*” (de mistura com a teoria dos buracos e concavidades descontínuas⁽¹⁴¹⁾), sucede *um Sistema do Mundo Novo*, aberto, contínuo, desdobrado à escala do Globo, sustentado e justificado pelas suas próprias leis físicas e naturais de tal modo que, conhecendo-as, ao homem se lhe tornou possível dominar e controlar a natureza. Optimismo e confiança nas novas capacidades do Homem que agora se sente capaz de dominar e superar obstáculos até aí incontornáveis. Dirá, assim, e com razão, D. João de Castro que

se torna hoje mais fácil “dar uma volta a todo o mundo do que antigamente navegar de Italia pera Affrica”⁽¹⁴²⁾.

Esta confiança e apologia das capacidades do Homem é uma das conquistas mais relevantes deste ambiente ibérico de Quinhentos.

Todo esse sistema ptolomaico que a *Idade Media cristianizara mas não questionara* ficou rapidamente desacreditado e desmantelado, e desde cedo, nos meios náuticos e científicos nacionais, ainda que vá levar seu tempo a ser conhecido, assimilado e aceite pelos diferentes círculos da Europa – globalmente incrédula e boqueaberta. Na generalidade, ostensivamente ignoraria, até bem tarde, estas realidades.

Em outros casos, se disputaria a prioridade dos acontecimentos que operaram este desabrochar dos Espaços mundiais. Alguns deles se apropriaram, indevidamente reivindicando precedências, conhecimentos e feitos por outros protagonizados, blasonando, além disso, de conhecimentos e práticas havia muito correntes e já em uso nos meios náuticos lusitanos. (O caso de Vespúcio passa por ser o mais paradigmático, embora ainda hoje muitos continuem em o não querer aceitar, recusando os factos e as evidências).

“A experiência que se tem acerca disto he que a navegação (portuguesa) destes nossos tempos revolveo ja o mundo todo e revolve ainda agora bem de vezes”⁽¹⁴³⁾.

É assim que a *Cosmografia* (em cuja Corte Portuguesa “*mais floresce que noutra parte alguma desta redondeza que habitamos*” – ⁽¹⁴⁴⁾, a *Geografia*, a *Cartografia*, a *Astronomia*, a *Matemática*, a *Geometria*, as *Ciências Naturais*, *Botânica*, *Zoologia*, *Mineralogia*, *Antropologia*, *Etnografia*, *Farmacologia*, a *Medicina* e as ciências positivas, directamente ligadas ao conhecimento da natureza, são enriquecidas e alargadas nesta base do pragmatismo e da experiência. Todo o edifício do antigo e do tradicional, com o qual em muitos casos nem o humanismo conseguia romper, é naturalmente abalado, posto em causa, empurrado pelas caravelas portuguesas, atirados borda fora, pelos seus pilotos e mareantes porque, na verdade, todos esses antigos usaram “conhecimentos” errados e “mal informados escreveram”⁽¹⁴⁵⁾. Alargam-se enormemente os campos do saber e do conhecimento em volta dessas ciências pragmáticas.

Ao pôr muito desse património em causa e as bases em que se fundamentava, deparou este sistema ou movimento dos Modernos, em muitas circunstâncias, com resistências e dificuldades vindo, até, a sofrer notório bloqueio e refluxo quando esse pensamento e comportamento antigo se lhe interpôs no caminho com as armas da força, que não da razão, bloqueando, por muito tempo entre nós, o pleno e livre desenvolvimento das potencialidades de que era portador. A polémica em torno do Colégio das Artes, (fechado e entregue a outra direcção em 1549), pode e deve assinalar, de facto, esse momento crucial do pensamento português, significando a muitos títulos, o fecho de uma etapa e o começo de uma outra ou o retorno da anterior – que, aliás, nunca se apagara e se mantivera, em viva resistência a estas novas práticas e comportamentos, apresentando bem a outra parte e componente desse Humanismo e Renascimento europeus.

Mas, antes que isso acontecesse, em menos de um Século o Universo cultural e mental da Europa e da Humanidade achou-se não só extraordinariamente alargado como, sobretudo, subvertido e revolvido nos seus fundamentos.

Por essa altura, dirá Garcia de Horta, e com razão:

“na verdade, diguo que se sabe mais em hum (só) dia pellos Portuguezes, do que se sabia em 100 annos pellos Romanos”,⁽¹⁴⁶⁾

e, sem eles (portugueses), – completaria D. João de Castro:

“nada se se soubera com tanta clareza como agora se sabe”⁽¹⁴⁷⁾.

Passou-se ou passava-se, em pouco tempo, do estádio “das patranhas” ao “das tamanhas verdades” mesmo que chocantes, frequentemente “aborrecidas”⁽¹⁴⁸⁾.

NOTAS AO CAP. II

- (1) G. de Resende, *Miscelânea*. cit. 381; 335.
- (2) Orta. I. 345.
- (3) *Miscelânea*. cit. 371.
- (4) Sá de Miranda, *Obras Completas*. cit. II. 284.
- (5) Idem, *Ibidem*
- (6) P. Renucci, *L'Áventure de l'Humanisme européen au Moeyn Âge*. IV-XIV Siècle. Paris. 1953.
- (7) Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobri-mentos*. Coimbra. 1962. 257-258; *Para a História da Ciên-cia em Portugal*. Lisboa. 1973.
- (8) Joaquim Barradas de Carvalho. *Sur l'introduction des chiffres arabes au Portugal*. Lisboa. 1958.
- (9) Sá de Miranda, *Obras Completas*. Ed. de Lisboa. 1943. I. 323.
- (10) Idem, II. 90.
- (11) François Bellec, *Reflexions sur la Résistance Européenne a L'Expansion*. Porto. 1994.
- (12) Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*. Ed. 1974. II. 19-20.
- (13) Castro, I. 13.
- (14) Lopez de Gomara. *I. Parte de la Historia de las Indias*. BAES. T. 22. Madrid. 1922. 162.
- (15) D. João de Castro, cit. 109.
- (16) Idem, 112; 50.
- (17) D. João de Castro, *Obras Completas*. de cit. 283 citando-se Andrade Corvo.
- (18) Pedro Nunes, *Obras*. I. 153.
- (19) Aurélio de Oliveira, *Cartas de Etiópia*. Braga.1999.
- (20) Garcia d'Orta, *Colóquio dos Simples e Drogas da India*. Lisboa. 1987 II. 53.
- (21) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*. Porto. 1937. 226.
- (22) Pacheco Pereira, cit. 101.

- (23) Cristina Beltran, *Los problemas de comunicación en el gobierno de Filipe II: la realación espacio-tiempo* Lisboa. 1998 em “As Sociedades Ibéricas e o mar a finais do Século XVI”. II. 417.
- (24) Lopez de Gomara, *Historia General de Las Indias*” BAES. T. 22. Madrid. 1852. 162.
- (25) Lucien Febvre, cit. 424.
- (26) Armando Cortesão, *A Cartografia Portuguesa Antiga*, Lisboa 1960, 100.
- (27) Alfredo Pinheiro Marques *Alguns fragmentos de Mapas encontrados em Viana do Castelo* ,Coimbra 1960, 319.
- (28) D. João de Castro, cit. I. 132.
- (29) Pedro Nunes, *Obras*. I. cit. 193.
- (30) Armando Cortesão, cit. 101.
- (31) Rebecca Katz, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*. Lisboa. 1983. 112.
- (32) A. Pinheiro Marques, cit. 108.
- (33) Orta
- (34) Pacheco Pereira, *Esmeraldo*. cit.7; 10; 91.
- (35) Garcia de Resende, *Cancioneiro*, cit. 249.
- (36) Castro, I. 5.
- (37) Castro, *Cartas*, cit. em Silva Dias .cit. 108.
- (38) Castro, I. 111.
- (39) Castro. 112.
- (40) Castro. 132.
- (41) Pacheco, 4.
- (42) *Miscelânea*. cit. 343.
- (43) Sá de Miranda, ob. cit. II. 284.
- (44) *Cancioneiro Geral*. cit. I. 93.
- (45) Castro, II. 73.
- (46) *Enchiridon de los Tiempos*. Anvers. 1551. *O Manuscrito Valentim Fernandes*, Lisboa. 1940. 97.

- (47) Magalhães Godinho. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa, 1981. I. 29.
- (48) L. Febvre, cit. 437; 439; 441.
- (49) Gil Vicente, "*Obras Completas*" I. Lisboa. 1942 203 - *Auto da Feira*.
- (50) Gil Vicente, Idem. 212.
- (51) Garcia de Resende, cit. 368.
- (52) Diogo Bernardes, *Obras Completas*. Lisboa. 1946. II. 217.
- (53) Com.te Estácio dos Reis, *A Ciência Náutica dos Séculos XV e XVI*. Lisboa. 1992. "Mare Liberum". Nº. 4. 110.
- (54) Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. cit. I. 30.
- (55) D. João de Castro, cit. 104.
- (56) Idem, 81.
- (57) Idem, 107 e 108.
- (58) Duarte Lopes – F. Pigafeta, *Relação do Reino do Congo*. Alfa. Lisboa. 1989. 95
- (59) (72) Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, at. 40.
- (60) Gil Vicente, Idem. 202.
- (61) Gil Vicente, 220.
- (62) *Regimento das Cazas das Índias e Mina*. Ed. de Damião Peres. Coimbra. 1947. 101.
- (63) Sá de Miranda, ob. cit. II. 273.
- (64) Pacheco Pereira, 101; 10.
- (65) Cadamosto, cit. 86-87.
- (66) D. João de Castro, cit. 126-127.
- (67) Idem, Obras. I. 176; também 148; 144.
- (68) Pedro Nunes, Obras. I. 101.
- (69) *Cancioneiro*, Cit. I. 336.
- (70) Idem. I. 392.
- (71) Castro, ob. cit. III. 531.
- (72) Gaspar Nicolas, *Tratado Darismetyca*. 1519. 9
- (73) Damião de Goes, *Chronica do Principe D. João*. Coimbra. 1790. Prologo.

- (74) Pedro Nunes, *Livro de Algebra*. Cit. XIV.
- (75) cit. I. 92.
- (76) Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos*, cit. I. 30.
- (77) L. Febvre, cit. 433; 435.
- (78) L. Febvre, 383.
- (79) *Cancioneiro* cit. 13.
- (80) (Gaspar Nicolas, *Tratado Darismetyca*. 1519.
- (81) conceito de *ultramarino* é coetâneo - *Cancioneiro Geral*, cit. I. 203.
- (82) Pedro Nunes .cit. XIV.
- (83) Gaspar Nicolas. cit. *Prologo*.
- (84) Resende. 337.
- (85) Garcia de Resende, ob.cit. 377.
- (86) Garcia de Resende, cit. 377.
- (87) Gil Vicente, *Obras Completas*, I. cit. 205.
- (88) *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*. Lisboa . 1959. III. 265; Idem. Veja-se outras determinações régias de 1483 e 1490. Aurélio de Oliveira. *Nos Caminhos do Atlântico*.
- (89) Pedro Nunes. cit. – *Livro de Algebra*. XIV.
- (90) Gaspar Nicolas, ob. cit. fol. 1v.
- (91). Gil Vicente, citI. 205.
- (92) *Cancioneiro*, Cit.30.
- (93) António Ferreira, *Obras Completas*, Clássicos Sá da Costa. Lisboa. 1946. II. 141. Para a cita anterior: Resende, ob. cit. 369.
- (94) Sá de Miranda, *Obras Completas*, Lisboa. 1943. II. 75)
- (95) Gil Vicente.Cit, I. 205.
- (96) Godinho, Cit. I. 35.
- (97) Castro, ob. cit. 67.
- (98) Gaspar Nicolas, *Tratado de Arysmetica*. Ed. Porto. 1963. *Prologo*.
- (99) *Navegações*, cit, 74; 83-84; 61.

- (100) Gil Vicente Obras, cit. I. 122. *Auto dos Quatro Tempos*.
- (101) Jaime Cortesão, *Paulicea Monumenta Histórica*. Lisboa. 1956. I (IV-V). 449.
- (102) Aurélio de Oliveira, *Nos Caminhos do Atlântico*. cit.
- (103) António Ferreira, ob.cit. II. 156.
- (104) Gil Vicente, *Obras* cit. III. 178-179 – *Floresta de Enganos*.
- (105) Idem, 297.
- (106) *Cancioneiro*, cit. I. 88.
- (107) Idem, 88.
- (108) Idem. 76.
- (109) *Cancioneiro*, II. 39.
- (110) *Cancioneiro*, cit.I. 92.
- (111) Idem. I. 359.
- (112) *Cancioneiro*, II.29.
- (113) Rebecca Katz, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*. Lisboa. 1983. 40.
- (114) (264.)
- (115) Gil Vicente, cit. I.. 205.
- (116) Sá de Miranda, ob. cit. II. 280.
- (117) Gaspar Nicolas, *Tratado da Pratica Darysmetica*, Ed. ,Civilização. Porto. 1963. fol. 47.
- (118) *Cancioneiro*. I. 367.
- (119) Pedro Nunes, *Obras Completas*. cit. I. 96.
- (120) Pedro Nunes, *Obras*. I. 93-94.
- (121) Pedro Nunes, cit. I. 94.
- (122) Sá de Miranda, *Obras Completas*, Ed. Lisboa. 1943. I. 244.
- (123) Sá de Miranda, cit. 76; 78; 82; 80.
- (124) *Cancioneiro*,cit. I. 344.
- (125) Idem, 99; 103.
- (126) *Decada* I. XXVI-VII
- (127) Barros, cit. I. 11.
- (128) Pedro Nunes, *Livro de Algebra*. cit. XIV.

- (129) Resende, cit. 363.
- (130) G. Resende, *Cancioneiro*, cit, 39.
- (131) D. João de Castro, cit. I. 122-123.
- (132) Sá de Miranda, cit. II. 61.
- (133) (Camões, cit. II. 20; 300.
- (134) João de Barros, *Decada* I. 127.
- (135) Orta, I. 24.
- (136) Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, cit. 5
- (137) Orta, ob. cit II. 248.
- (138) Barros, cit. 2.
- (139) Marília dos Santos Lopes, *Portugal uma fonte de novos dados*. Lisboa 1990. "Mare Liberum". Nº 1 .233.
- (140) Randles cit.
- (141) Duarte Pacheco Pereira, cit. 6-7.
- (142) D. João de Castro, cit. 110.
- (143) D João de Castro, cit. I. 58.
- (144) D. João de Castro. II. 12.
- (145) Duarte Lopes, cit. 42.
- (146) Garcia de Orta, cit. I. 210.
- (147) D. João de Castro, ob. cit. I. 58.
- (148) Sá de Miranda, II. 284.

CAPITULO III

CONQUISTAS E MATERIALIZAÇÕES

“Devemos, unicamente aos portugueses, a glória de nos terem patenteado os verdadeiros limites da Terra” – Voltaire ()*

A *Nova Geografia* rompe e acaba com a visão mediterrânica do mundo. A concepção de uma Europa privilegiada como centro do Universo - deixa, efectivamente, de sustentar-se para dar lugar, logo nos finais do Século XV e princípios do Século XVI, a uma *visão Planetária, Oceânica e Mundial do Globo* já claramente expressa no *Mapa português de Cantino de 1502* – também ele realizado sobre protótipos anteriores⁽¹⁾.

Logo neste Mapa se pode constatar a profundidade das modificações operadas a nível geográfico. O “ovo” mediterrânico abre-se “o Mediterrâneo já não é o eixo do conhecimento real. A posição relativa deste mar interior modificou-se por completo”⁽²⁾.

Neste mapa – dito de Cantino – para além de outras informações preciosas para a História da Cartografia, se patenteia a concepção Continental do Globo com o desenho e fixação das novas terras a Oeste - *o Novo Mundo*. Precederia, com a força que a imagem tinha para os meios náuticos, a divulgação do *Mundus Novus* que Vespúcio faria circular, rapidamente, na forma literária das *Lettere*, num verdadeiro record de edições (umas doze ou treze de 1504-6 a 1512, em latim, alemão, francês,

flamengo e checo. E, daqui a meados do Século, as edições estendidas a outras mais liguas não parariam: mais de meia centena. Todavia, nenhuma em português ou espanhol - o que é muitíssimo sintomático e muito nos faz duvidar da veracidade de Vespúcio⁽³⁾.

Se a Continentalidade do Novo Mundo não está já antes apercebida (e desenhada) por Duarte Pacheco Pereira (o que muito seguramente se pode e deve admitir - como nos parece e como acima dissemos), ela surge logo na abertura de Quinhentos, com o este *Mapa de Cantino*, de 1502. Uma nova fisionomia do Globo, com a Continentalidade das terras como dado adquirido em definitivo, com os contornos de grande parte dos Continentes e seus mares envolyentes, fixados de forma bem rigorosa. Pode mesmo dizer-se que, praticamente definitivos os das Terras e Mares do Continente Africano. Por isso, em verdade, *o primeiro planisfério moderno da história da Cartografia*⁽⁴⁾ - se é que o que seguiu clandestinamente para Itália em 1501 (iludindo a pena de morte) - lhe não era em tudo já semelhante. De um lugar apenas, e mal representado, chega-se, finalmente, e em breve tempo, à dimensão e à realidade da *Esfera Unida*⁽⁵⁾.

A Rota do Cabo (*a Rota do Tejo ao Ganges* na expressão de Voltaire) entretanto aberta, remataria, do ponto de vista comercial, essa profunda transformação.

Com a Viagem de Magalhães, acompanhado de pilotos e alguns cartógrafos portugueses, e a chegada dos portugueses à Austrália (1522-25) e ao Japão (1542-43) incorporam-se os cinco Continentes com todos os seus mares e a quase totalidade das suas ilhas, de um modo geral, já todos rigorosamente localizados e definidos. Vastidão de terras (e mares) *todas postas em seu lugar* pelos cartógrafos portugueses⁽⁶⁾.

50) “Eis aqui as novas partes do Oriente” (1512) e o mapa de 1513-14
 “Que vós outros agora ao Mundo dais” (1513) e o mapa de 1513-14
 “Abrindo a porta ao vasto mar-patente” (1513) (1513) e o mapa de 1513-14
 “O Índico define-se nos seus contornos logo no decurso do
 primeiro quarto do Século num “espantoso” Mapa de 1513-14
 (segundo Armando Cortesão e de “importância excepcional”) de
 Francisco Rodrigues em que, praticamente, todo o Pacífico
 aparece já apontado: “do Suez à China, especialmente o Extremo
 Oriente” desenhando com rigor e com a fineza de um Durer, com
 muita paisagem desenhada desse novo Mundo Asiático: dos vul-
 cões em acividade, às cabanas dos indígenas, aos animais e as
 plantas exóticas do Oriente”⁸⁾ Seguramente cartografando as
 informações directas e indirectas de Tomé Pires que na *Suma
 Oriental* (1512-1515) descreveria todo o Oriente “que visitou ou
 de que houve notícia desde o Mar Vermelho até o Japão”⁹⁾. Este
 mapa, todavia, parece ter sido precedido de um outro, ou outros;
 por onde passou informação para o exterior, como se observa uma
 Carta impresa em Nuremberga em 1512 (feita nesse mesmo ano ou
 anteriores) onde anda lançado um Mapa de notória influência portu-
 guesa, na qual figura já todo o Oriente. Seguramente por desenhos
 ou por informes colhidos logo após as primeiras viagens dos portu-
 gueses.
 51) Seguem-se outros, como os Mapas de Lopo Homem + Reineis
 de 1517-1519 e de Diogo Ribeiro, de 1525-1529, para se culminar
 nas vastidões do Pacífico do Anónimo Português, de 1535, (que
 anota todo o enfiamento das ilhas da Sonda até Timor, Sul das
 Filipinas, registando uma estranha costa de natureza continental
 (?) que parece ser difícil confundir com a Nova Guiné. Surgirá
 mais definida nas chamadas *Cartas de Dieppe* (1541-53), indubita-
 velmente construídas também sobre protótipos portugueses (de
 que o referido Anónimo pode ser um deles). Mais a Norte, aponta-

-se todo o miolo do Pacífico subindo toda a Costa da China até às ilhas Léguas e, com mais pormenor, nos de *Lopo Homem (1554)*, *Diogo Homem (1558-65)*, *Lázaro Luís em 1563*.” (A referência à descoberta da Austrália e outras ilhas do Pacífico em 1522-1525 (?) por Sequeira é feito particularmente realçado por Camões que a tal descobrimento parece querer fazer alusão bem directa.

“*E fará descobrir remotas ilhas,
Que dão ao mundo novas maravilhas*”⁽¹⁰⁾.

A passagem a Cartas é mais que óbvia:

“Em pouco Tempo a visão do Mundo é-nos dada na sua quase totalidade”⁽¹¹⁾ incluindo as vastidões do Pacífico com suas “infinitas ilhas espalhadas”⁽¹²⁾. Tudo já com assinalável exactidão. “*Setuadas em (verdadeiras) pporções do globo*” como afirma o Cartógrafo *Bartolomeu Velho*, em 1568⁽¹³⁾.

Num feito ibérico conjunto, a esfericidade da Terra seria também logo “demonstrada” à Humanidade em 1519-21, pela mão de Fernão de Magalhães - acompanhado de vários outros portugueses, cujo contributo, aliás, é igualmente decisivo, ainda que todos ao serviço directo das Castelas. Mas, o “feito é, com verdade, português”⁽¹⁴⁾.

“Do Ponente ao Oriente” – ao Extremo Oriente - uma gesta essencial e prioritariamente lusitana. “*A experiencia que se tem disto he que a navegação destes nossos tempos revolveo já o mundo todo, e revolve ainda agora bem de vezes*”⁽¹⁵⁾.

A *Ciência Cartográfica* será o reflexo e também o riquíssimo repositório de todas estas aquisições e revelações.

Mas, a Cartografia obriga ao recurso e ao contributo de outros saberes e de outras ciências que, pelo geral, aí deixam importantes reflexos – Astronomia, Matemática, Geometria, Trigonometria, etc.

Acresce que algumas dessas Cartas, além de repositórios e instrumentos de Ciência, são também autênticas obras de arte.

As grandes viagens, desde meados do Século XV, irão impor o recurso a outros meios e técnicas, à navegação por alturas, à navegação astronómica, obrigando à introdução nessas Cartas das escalas de latitudes e longitudes, com a graduação dos meridianos, (e não se esqueça que logo nos inícios do Século XVI - se não antes - Duarte Pacheco Pereira dava a medição do grau do meridiano terrestre com um erro mínimo de 4% que só muitos anos volvidos os meios náuticos conseguirão corrigir e ultrapassar). Mas esses dados de grande rigor, andam também na mão doutros grandes pilotos, como em Bartolomeu Dias, Pero de Alenquer ou Nicolau Coelho. As Cartas vão, efectivamente, registando e documentando tudo isso (sendo seguro que o seu primeiro registo documenta práticas já antes em uso). Neste particular, a *Carta Anónima* (portuguesa) *de 1500*, que precede, pois, o Planisfério de Cantino, é particularmente importante: É, na verdade, “*a primeira carta hidrográfica portuguesa e mundial em que surge já representado o meridiano graduado, indicativo da prática da navegação astronómica pelo método das alturas – distâncias*”⁽¹⁶⁾.

A primeira escola cartográfica moderna é portuguesa e revolucionará todo o saber e representação cartográfica coetânea, influindo directamente em todas as escolas nacionais posteriores.

A perfeição das diversas Cartas portuguesas desde as conhecidas do Século XV, às que se lhe seguirão pelo Século XVI, não têm comparação com todas as outras. As mais actualizadas limitam-se a copiar e ou a incorporar os dados que desses meios náuticos peninsulares lhes vão chegando, documentando todas elas reflexos e influências directas dessa notável escola de Cartógrafos portugueses.

A meados do Século XVI, estão já rigorosamente cartografados mais de sessenta mil quilómetros de costas. “*Em pouco mais de um Século, desde a passagem do Cabo Bojador a meados do*

Século XVI os portugueses fizeram o primeiro levantamento hidrográfico da maior parte das costas africanas, de grande extensão das da Ásia e Índia, das do Brasil e numerosas ilhas num total de mais de 60.000Km de costas⁽¹⁷⁾. Para além do levantamento rigoroso das terras e mares, é toda uma gama de informações adicionais que contém e que são igualmente preciosas. O primeiro levantamento hidrográfico que a Europa conheceu, será feito, ainda, no Século XV, pela mão de Duarte Pacheco Pereira e Mestre José vizinho.

A influência desta Cartografia, dos Guias Náuticos, Regimentos vários e dos Roteiros portugueses, é decisiva. Daí resultará influência perdurável em todas as escolas cartográficas europeias, por mais de meio Século⁽¹⁸⁾.

Não estranha, por isso, que todas as Cortes europeias queiram ter os “técnicos” portugueses ao seu serviço – o que vão conseguindo. Não se poupam esforços e diligências, iludindo-se penas e proibições rigorosas, recorrendo-se ao suborno, à corrupção e à espionagem.

Alguns desses “técnicos” (cartógrafos, pilotos e também mercadores) tiveram responsabilidades directas em algumas grandes viagens e explorações depois efectuadas a partir desses Países. Refiram-se e citem-se, como exemplo, para estes tempos, para Espanha: João Dias de Solis (de influência directa em Vespúcio, Juan de la Cosa e Pinzon, cuja expedição efectivamente comandou, e que guiaria também a primeira Expedição espanhola à América do Sul - Rio da Prata, como Miguel da Costa que conduziu Fernando Cortez na sua expedição às Molucas em 1536), como o portuense Estêvão Gomes que acompanhou Magalhães até ao Estreito de seu nome e que, depois, ao serviço da Espanha, exploraria largas extensões das Costas da América do Norte – para além de outros valiosos serviços prestados àqueles Monarcas) ou ainda, Fernandes Queirós; os irmãos Faleiro sobretudo Rui Faleiro – (“o bacharel Faleiro que com elle (Magalhães) hia e endoudeceo de ver que contra seu rey hia ...”⁽¹⁹⁾ que “preparou” a expedição

de Magalhães – tal como os Reinéis. Para França: o célebre João Afonso, Bartolomeu Velho e André Homem. Este, além da de Carlos V, serviria em quase todas as Cortes da Europa: a primeira expedição francesa às costas do Brasil seria guiada por esses “técnicos” portugueses. Para Inglaterra, como para os centros náuticos dos Países Baixos: Diogo Homem que também deixou magistério directo na Itália – Veneza – onde se fixaria. Mas, poder-se-iam citar ainda muitos outros, como pode ser o caso, ainda para Inglaterra, de pilotos como Simão Fernandes.

Todas as inovações na arte de marear registadas nessas Cartas são devidas, primeiramente, aos cosmógrafos portugueses de que se conhecem, só para a primeira metade do Século XVI (além dos que vinham já do Século precedente e que foram muitos mais do que aqueles que deixaram o seu nome “marcado” nas poucas e raras Cartas que hoje conhecemos) – mais de meia centena de nomes – e tudo grandes nomes – formando, alguns, verdadeiras dinastias familiares como os *Reinéis* (Pedro Reinel e seu filho Jorge, além de Pedro e Nuno – que os três fizeram exame de “mestres de fazer cartas” em 1564); os *Homem* (Lopo, com seus filhos Diogo e Lopo e, depois, André Homem) e os *Teixeiras*, certamente os mais numerosos (Domingos, Luís, Estêvão, Marcos Fernandes, Pero Fernandes, Pedro, João, e Pero de Lemos).

Desta primeira geração de grandes de cartógrafos fazem parte ainda outros nomes altos como *Diogo Ribeiro*, *Sebastião Lopes*, *Lázaro Luis*, *Álvares Seco* (primeiro Mapa de Portugal 1561) *Vaz Dourado*, *Duarte Lopes*, *Gaspar Reimão*, além dos já referidos *Duarte Pacheco Pereira* (que, sem dúvida, desenhou um planisfério ou *Mapa mundy* - que poderá ter precedido o de Cantino - além de outros vários mapas com que ilustraria o Esmeraldo), como também *D. João de Castro*, etc.

Pilotos e marinheiros europeus deveram aos portugueses, na generalidade e no decurso deste Século XVI, directas e decisivas influências⁽²⁰⁾.

Esta escola continuará pujante ainda pelo Século XVII continuando, em muito, a serem-lhe tributárias as posteriores escolas cartográficas europeias, mesmo aquela que lhe herdou a primazia – a holandesa. Desta segunda geração devem citar-se outras famílias ilustres de excelentes cartógrafos, como os *Albernazes* (Luis Teixeira Albernaz; João Teixeira Albernaz – que entre 1602 e 1649 terá produzido umas 440 cartas, Pedro Teixeira Albernaz (1619?-1662); Miguel Albernaz; João Teixeira Albernaz (1655); *os Tinocos* (Pedro Nunes Tinoco (1620); João Nunes Tinoco (1650), a par de *Godinho de Herédia*, *Cristóvão Álvares* (1629), *João Baptista Lavanha*, etc.

Poderemos rematar concordando com James Bruce: antes das viagens e explorações dos Portugueses e da acção de todos esses Cartógrafos e Roteiristas “*Não se conhecia outra Geographia mais que a dos poetas*”.

3.1. Duarte Pacheco Pereira.

Alguns autores, pela importância da suas obras e até pela sua acção consubstanciam as alterações operadas ou em curso. Entre eles, os “roteiristas”.

Os *Roteiros*, são outras e importantíssimas peças de todo este mundo cartográfico e náutico. Mas não só. Deveriam citar-se também as *Cosmografias*, como a de Bartolomeu Velho, onde ficam anotados “*muitos instrumentos necessários pera a navegação cõ suas demonstrações e decrações*”⁽²¹⁾. Essas obras serviam à navegação, mas também ao mundo mercantil. Pois, pelo geral, neles se dava indicação e localização precisa e mais recomendada dos lugares de resgate e de comércio, processo das trocas, géneros disponíveis, descrição de terras, gentes e seus costumes, ilustrados de mapas e outras anotações gráficas:

“nesta terra de manicongo nom ha ouro nem sabem que he mas nella ha razoadamente cobre muito fino... e muitos alyfantes... os dentes dos quaes resgatamos...e alguns escravos em pouca quantidade e atee aguora nom sabemos que aqui haja outra mercadoria “neste trato que aquy he dito (Mina) mas esta terra he muito doentia de febres e razoadamente morrem aquy os homens brancos”; se ganha cinco por hum e mais”⁽²²⁾.

Alguns Roteiros serviriam ainda para neles serem lançadas anotações históricas e até algumas reflexões de carácter filosófico que os tornam instrumentos importantes para um melhor conhecimento da cultura e do pensamento de então.

O apelo à experiência é, em todos estes homens, uma constante como processo para se atingir o saber e a verdade das coisas, como elemento de desmistificação em relação a todo o saber antigo, contra os argumentos da autoridade em que se baseava e sob que se transmitia todo esse conhecimento, sabendo, ao mesmo tempo, deixar claro que a verdade científica e as leis da natureza não são verdades reveladas, mas verdades a adquirir e a conquistar pelo homem: *“A experiencia nos faz viver sem engano das abusões e fabulas que os antiguos cosmographos escreverom ha serca da descriçam da terra e do mar ...”*⁽²³⁾. *“É a experiência de muitos anos e da muita navegação que tudo nos tem ensinado”*⁽²⁴⁾. Por maiores que tenham sido as autoridades que escreveram “as coisas falsas” e “tamanhos erros” terão que ser agora de-finitivamente postos de lado⁽²⁵⁾ porque, como assenta Pacheco Pereira:

“he ha experiencia que he madre das cousas (que) nos desengana e de toda duvida nos tira”⁽²⁶⁾.

“he la experiencia, que les califica por intero de quanto haya (e) es tanta y tan continua en navegar la mar y andar la tierra” continuaria, na esteira daquele, Lopez de Gomara⁽²⁷⁾.

Mensagem perigosa e totalmente revolucionária para a época. Daí a desconfiança, a oposição e o despeito de muitos, de que Pacheco Pereira nos dá testemunho, sentindo a oposição que a sua obra levantava nos meios “cultos” tradicionais. Convém “*darmos fim a obra comessada ainda que os murmuradores, mordedores e maldizentes não cessem seguir seus damnados costumes os quais são prasmadores do bem feyto e nenhuma cousa booa sabem fazer*”⁽²⁸⁾.

Não se pense, porém, que a noção e conceito de experiência é, neste meio cultural, um conceito rígido e uniforme. Há graduações que claramente se apercebem desde Diogo Gomes que a ela já faz apelo, a meados do Século XV (*erros acumulados não levam a nada*)⁽²⁹⁾, a Duarte Pacheco Pereira, como a outros que os irão continuar.

“he ha experiencia que he a madre das cousas, (de tudo) nos desgana e de toda a duvida nos tira” – Duarte Pacheco Pereira.

Só pela experiência e não por todo esse saber livresco que a experiência mostrou estar carregado de “fábulas” e falsidades, se pode chegar à verdade das coisas: isto é “pela verdade sabida e praticada”. É que, na verdade, só

“a experiencia he, a madre das cousas(e só) por ella soube-mos radicalmente a verdade.” – insistiria Pacheco Pereira⁽³⁰⁾.

Confessa rendido e maravilhado o Grande Pacheco: não foi o saber das escolas nem esse saber antigo, mas, de facto, foi tão só *“a experiência (acompanhada da razão e do siso) que nos ensinou a verdade de tudo”*⁽³¹⁾.

Contrariamente ao que se tem julgado, Duarte Pacheco Pereira não se fica tão só no “primarismo”, ou no “praticismo”, da

experiência (como se a prática, nestes homens, não implicasse já alguma "teoria"). Admite já, misturado ao saber adquirido pela prática, "a razão e o siso" como em lugares vários do seu Esmeraldo se testemunha (a que Pedro Nunes e Castro e até Garcia de Orta dão, sem dúvida, outra formulação teórica e filosófica). (20gitas)

Os trabalhos, aquisições e inovações registados por Duarte Pacheco Pereira são decisivos e importantes: em particular, os processos e avanços para a navegação astronómica; os seus estudos sobre a medição do grau do meridiano terrestre (que calcula com um rigor impressionante para a altura "a mais exacta e rigorosa que nos ficou daqueles tempos")⁽³²⁾. Com um erro mínimo de 4 por cento, esse valor continuará em uso nos meios náuticos de todo o mundo, até bem andado o Século XVIII; os seus estudos e conhecimentos das marés, cálculos da latitude e longitude "da ladeza e longura do orbe"; da prática e utilização da agulha de marear; da determinação das mares; elaborando, na prática, um tratado sobre os rumos da agulha de marear "*cousas* (que pelo geral) *pelos livros que dos antiguos cosmographos ficatrom pera esta navegação nenhũa cousa nos podemos dellês aproveytar salvo daquillo que com muito trabalho e grandes despezas... ora novamente se soube porque efectivamente desconhecera[m] esta arte de marinharia que Radicalmente para isto isto nom podemos escusar e sem ella cousa alguma per mar fazer nem descobrir*"⁽³³⁾ de modo que Se o rigor do cálculo pertence a Pacheco Pereira, a prática não lhe era já exclusiva. Por 1496-7, andaria já adquirida pelos melhores peritos náuticos. Não se compreende de outro modo que Pero de Alenquer - que seguia na expedição do Gama para a Índia - tivesse calculado, com tanto rigor, a sua posição na costa de Africa - em ponto ainda por ninguém sabido nem navegado. Com um erro mínimo de apenas uma légua, durante a noite e onde "já não se via a estrela do Norte", o grande e experimentado piloto dava a exacta posição da armada de Vasco da Gama⁽³⁴⁾. Mas, cálculo

e medição rigorosas foram igualmente praticados por Bartolomeu Dias.

“Tudo isto pareceu difílcultoso àqueles grandes sabedores (antigos) mas a grande experiência dos tempos longos no-la faz parecer”⁽³⁵⁾!

3.2. D. João de Castro.

O mais notável de todos de todos os Roteiristas é, sem dúvida, D. João de Castro, que nos deixou peças ímpares, como o *Roteiro de Lisboa a Goa*, (1538), *Roteiro de Goa a Diu* (1538-39) e o *Roteiro do Mar Roxo* (1540). Obras notáveis do Renascimento português e europeu onde se aliam, de modo invulgar e harmoniosamente, a teoria, a observação rigorosa e a prática, o pensamento, a reflexão hipotética e filosófica, além de um excelente domínio e tratamento da língua portuguesa. Um repositório cultural fora do vulgar, de um considerável avanço em relação a tudo o que o precedera: *“Separa-os (Pacheco Pereira – D. João de Castro) toda a distância que vai do empirismo utilitário à investigação rigorosa e sistemática das coisas norteado pelo anseio de elucidar práticas e teorias duvidosas”⁽³⁶⁾*. Não se poupa a esforços e trabalhos, à experiência, à curiosidade e à *dúvida* que chega a utilizar como método cauteloso nas experiências e práticas de observação, como caminho para o conhecimento.

Do *Roteiro de Lisboa a Goa*: *”pois que achamos não diminuir (a altura), segue-se que fazíamos o caminho de leste, pello que se segue nordetearnos a agulha ...”⁽³⁷⁾* e: *“por que se requiere concorrerem assi demonstrações dos mathemáticos como a pratica e opinião dos pilotos e homens do mar que de muitos anos a esta parte lavram por este oceano, grande e infinito mar, trarey aqui as rezões que de huma parte e de outra tenho comprehendido-*

e alcançado”⁽³⁸⁾. “Este dia quis obrar com o estormento das sombras para verificar a variação das agulhas ... pello que mandando vir algumas agulhas pera as cotejar com o estormento, acheyas tão desconcertadas que foy cousa espantosa ... isto me teve muito suspenso, até que entendi a causa”⁽³⁹⁾.

“Por quanto, depois que faço no estreito estas ouversevações pera alcançar a variaçam das agulhas tenho tal ordem ... (minuciosas precauções que descreve). Mas conclui: “eu sinto que nesta mudamça de neçesidade a daver alguma falta, porque a agulhhina não anda tam livre sobre o pião ... pera o qual defeito, imda que lhe eu buscase remedios, todavia as operações recebem falemçia, e asi como convem a ouveservação, nam podem ficar puntuais”⁽⁴⁰⁾.

A tudo alia o encanto, o pormenor e o rigor nas descrições, como acontece, por exemplo, ao mostrar-nos a Ilha de Socotorá⁽⁴¹⁾.

A curiosidade sem limites que leva este homem culto da Europa a perguntar ... perguntar ... sobre tudo e sobre todos. Não desdenha de indagar a partir dos indígenas (uma verdadeira blasfémia e heterodoxia cultural para uma Europa culta do Humanismo que, obviamente, só perguntaria a gregos e a latinos) sobre os lugares, as terras, as gentes, os recursos, as lendas, a razão de ser das coisas⁽⁴²⁾: “perguntei-lhes pelo egipto e pelo nilo ... perguntei-lhes que linguaçe e costumes tinham ... Pregunteilhes polla calidade da terra ... pregunteise se podia navegar pollo rio ... Pregunteilhes mais qual fora a causa dos homens daquella terra povoarem tão mau sitio ... pregunteilhes que homens eram estes” ... etc , etc. Compara, pondera, aprecia: “Isto he o que pude tirar das istorias antigas”⁽⁴³⁾. Questiona depois também directamente as coisas, como o faz acerca do Mar Vermelho: “o modo que tive pra alcançar este segredo foi sorgir muitas vezes em çima das restimgas... onde o mar parecia vermelho, e mamdar mergulhadores que me trouxesem as pedras que jaziam no fundo ... o que muitas vezes experimentei”⁽⁴⁴⁾.

Destas “inquirições” sobre o Nilo, se chegaria, por D. João de Castro, à localização praticamente exacta das suas nascentes, apesar de não ter percorrido o interior do Continente, como se pode ver no *Roteiro do Mar Roxo* e que também testemunharia em algumas das suas Cartas⁽⁴⁵⁾. O Grande Roteirista e Cartógrafo desconhecia, seguramente, as primeiras exactas informações colhidas por europeus das nascentes do Nilo feitas entre 1520-1526 por Francisco Álvares e seu companheiro Miguel Castanhoso, visto que *A Verdadeira Informação* só veria a luz dos prelos, mais tarde. Francisco Álvares seria, na verdade o primeiro europeu a localizar uma das nascentes, a do Nilo Azul e lago Tana, como ainda a apontar as zonas das nascentes do braço principal referindo, expressamente, a zona dos grandes lagos do interior do Continente, onde tinham lugar as nascentes do curso principal. Factos, que nem sempre têm sido suficientemente ressaltados, se é que os grandes exploradores do Século XIX se não serviram e aproveitaram dessas informações que levavam já Séculos de divulgação: — “*neste reino nasce ou sai o rio Nilo*” — o outro já o tinha visitado, — “*que nesta terra chamam Gion e dizem que há nele grandes lagos como mares*”⁽⁴⁶⁾. Costeando as margens do Mar Roxo soube, por informações colhidas, da geografia do interior e da “conexão” ou proximidade hidrográfica das bacias altas do Nilo Grande e de outro grande rio “que ninguém sabe para onde vai” mas que ele diz correr para outra vertente do Continente: para o Reino do Manicongo⁽⁴⁷⁾. Pergunta a tudo e a todos, por todo o lado, sobre as coisas e a geografia dos lugares: “*porque eu tenho falado com muitos mouros que atravessaram por todo esse interior*”⁽⁴⁸⁾. Já o Leão dos Mares Orientais se não coíbera de fazer o mesmo. Estes homens não se enfadam de perguntar e não importa a quem. Mais do que perguntar aos antigos e famosos autores, aparece a preferência de inquirir os que estão próximos da reali-

dade. O mesmo procedimento em Garcia Orta: *“Nam se enfade se lhe perguntar huma cousa que me disse este vosso ortelam”*⁽⁴⁹⁾.

À teoria junta-se a prática no manejo dos instrumentos, a experiência e a observação, não se poupando a trabalhos para obter a verdade das coisas.

Ao fim de tudo isso, ainda se questiona e *deixa-se a dúvida* como caminho aberto para que ele ou outros possam prosseguir. Não, certamente, a dúvida metódica cartesiana, mas a dúvida como princípio ético e científico na busca da verdade: *“porque como quer que eu seja homem mortal em muitas cousas me podia enganar e doutras ser enganado”*⁽⁵⁰⁾.

Idênticas atitudes acerca do duvidar se encontram em Garcia de Orta. A dúvida como comportamento e princípio cautelares, a seguir até se atingir o ponto ou o grau de certeza em que não seja lícito mais duvidar: *a dúvida como um novo instrumento operacional*. *“Jaa agora nisso não ha mais que duvidar”*⁽⁵¹⁾. *“Para investigar algumas obras (e leis) secretas da natureza ... instruíme primeiramente na teoria no manejo dos altos e maravilhosos instrumentos e da mecânica”*.

“Armado de tudo isso, segue-se o uso e o recurso à experiência pois que, *“sem nenhuma experiência”...* mesmo com muita copia de letras ... *“não ha verdadeira sciencia e nada se alcança”*. Parte, pois, para a observação não se poupando aos mais incríveis trabalhos e às maiores dificuldades: *“havendo muitos annos que ando hora pelejando com os ventos, hora defendendome dos mares, as vezes correndo as costas, e outras caminhando por grandes e espantosos pegos”*⁽⁵²⁾ ... *“quantas vezes metido de baixo das bravas ondas por saber o fundo das barras e para que parte enderçavam os canais e entradas dos rios, ate então nunca lavrados, cubertos de bravo mato (isto é de fábulas e mentiras) e asy mesmo que pera alcançar a verdade das rotas, fluxos do mar, voltas e remansos dos rios, surgedoouros de portos, abrigo de*

enseadas, diferenças das agulhas, altura das cidades, e fazer taboas de cada lugar e rio, baixos, restingas e rotas e como se devem de entrar com isso perdi parte da saúde e disposição natural⁽⁵³⁾.

O processo metodológico e os caminhos da ciência em D. João de Castro são, em tudo, uma contraposição ao passado. Desde a recusa da erudição pela erudição, sem efeitos práticos e úteis para os outros, (funcionalidade do saber e da ciência) à recusa de todo o tipo de autoridade.

Passa, sinteticamente, por três ou quatro estádios fundamentais: o apelo irrecusável e necessário à experiência; a necessidade e utilidade imprescindível do conhecimento positivo das matemáticas entendidas como base e fundamento do conhecimento; pela importância da reflexão e do “entendimento” que abrem, necessariamente, as portas para se atingirem outros conhecimentos. Conhecimentos a que também se chega pela reflexão (apontando seguramente para o caminho da dedução que a prática da experiência abre, apontando também aos fundamentos da indução (ainda que mais timidamente trilhados). *O uso cauteloso e ético da dúvida* dado que, os sentidos nos podem enganar (não é uma cega experiência esta a de D. João de Castro – o “visto” pelos olhos não chega.

Além de que, a informação dos outros (mesmo que não intencional) nos pode igualmente enganar. Tudo até que se antinja o ponto fundamental que é aquele em que já não é lícito duvidar mais.

É notável a perspicácia com que descobre que alguém lhe mexera levemente no instrumento com que procedia a observações no convés do navio ...

A experiência que se queda só pela prática dos sentidos pode limitar o conhecimento da verdade⁽⁵⁴⁾. Por isso, que à experiência e à observação se tenham que juntar a prática e os ensinamentos das matemáticas e, ainda, a razão e o entendimento porque por eles podemos também atingir a verdade ou outras verdades: “*pois*

muito mais acaba de satisfazer a rezão".⁽⁵⁵⁾; A experiência sim, mas "ajudada do entendimento"⁽⁵⁶⁾. "*porque sem o exame do entendimento*" nos escaseiam muitos conhecimentos⁽⁵⁷⁾. É preciso "entender" as coisas⁽⁵⁸⁾. É necessário o sentido e a prática das experiências obedecerem ao entendimento: "*He necessario o sentido obedecer ao entendimento, e como cego deixar-se guiar por elle, por que certo esta que em muitas cousas nos enganarão os sentidos se não fossem guiados e examinados pelo entendimento*".. "*Engana-se a cada passo o sentido dos brutos com as semelhanças das cousas... por que não he ajudado de algum entendimento*". Em nenhum caso, pois, se escusa "o exame do entendimento"⁽⁵⁹⁾.

Com D. João de Castro, a prática da dedução fica claramente estabelecida e os caminhos da indução abertos⁽⁶⁰⁾. Também para se obterem conhecimentos é necessário "imaginar", não ao modo dos antigos, mas à luz destes novos conhecimentos positivos, partindo deles⁽⁶¹⁾.

Toda a obra de D. João de Castro (a que hoje é conhecida) é redigida entre 1538 e 1542 - *Tratado da Esfera, Da Geografia, Roteiro de Lisboa a Goa; Roteiro de Goa a Diu e Roteiro do Mar Roxo*, para além de numerosas cartas que não são partes menos importantes da sua obra. No seu conjunto, constitui, na afirmação de Silva Dias, uma verdadeira declaração de guerra às estruturas culturais (e mentais) do tempo⁽⁶²⁾.

Foi graças a esta metodologia, a esta atitude mental, a esta prática, que D. João de Castro deixou marca de relevo no campo da ciência e da cultura em Portugal e não só.

Não deve, de facto, exagerar-se o alcance dos resultados por si obtidos, mas é indesmentível o relevo dos resultados alcançados no campo da cosmografia e do estudo e conhecimento das leis da Natureza, dos eclipses, das marés, (a causa dos fluxos e refluxos do mar). O primeiro a dar-se conta da declinação da agulha

magnética e a calcular as distâncias em função desses mesmos desvios, tendo muito possivelmente levantado, a partir daí, a primeira carta de isogónicas, (segundo opinam, quer Armando Cortesão, quer Teixeira da Mota).

Não chegou a formular com clareza teoria da gravidade ou do heliocentrismo, mas teve a perfeita noção dos seus princípios. Ainda fundamentais, os estudos das correntes marítimas e eólicas, o desvendar de muitos dos “segredos” da natureza, dos mares e das terras. Rigor, conhecimento e poder de observação e fixação na descrição dos fenómenos que surpreende e observa, expressas na excepcional exactidão cartográfica das suas Cartas. Os fenómenos do magnetismo e da atracção local e todo um vasto conjunto de leis, princípios e conhecimentos da arte de navegar e de orientação astronómica (estudos sobre latitudes e longitudes), o uso e recurso, testado pela experiência, do “instrumento das sombras” que, daí em diante, passou a ser património comum nos hábitos e conhecimentos da navegação, com a construção ou invenção de alguns outros instrumentos importantes além, como vimos, dos princípios, bases ou procedimentos “metódicos” a que deve sujeitar-se o verdadeiro conhecimento, despido de preconceitos e de todo o tipo de argumentos de autoridade. Algumas observações e conclusões obtidas permanecerão como princípios e práticas correntes nos meus náuticos e científicos, até bem rodado o Século XVIII.

Aspecto não menos relevante é o assumir da importância deste novo conhecimento e o dar-se também conta da importância dos descobrimentos portugueses à raiz destes novos princípios “modernos” do conhecimento que transparece em passagens várias dos seus escritos⁽⁶³⁾. “*Porque penetrar os movimentos dos ceos e acabar de cair nelles, ver sua perpetua ordem, seu estranho concerto, sua altissima variedade...(é) a mais suave musica e a mais alegre melodia que se pode no mundo imaginar*”⁽⁶⁴⁾. A total con-

fiança e afirmação destes novos processos positivos de investigação e a confiança nos progressos do saber ficam, em Castro, plenamente documentados⁽⁶⁵⁾.

Em carta para o monarca, D. João de Castro dá alguma conta das realizações alcançadas por toda esta metodologia prática e operativa:

“Eu Senhor, tenho trabalhado neste caminho quanto pude por entender miudamente a variação das agulhas, de que os pilotos tanto se queixam, e soube-a perfeitamente. E afirmo a Vossa Alteza que até ora nem foi sabido nem imaginado algum segredo que nesta parte alcancei – o que faz muito ao caso, para as diferenças que houve, entre Vossa Alteza e o Imperador, e pode haver sobre a repartição do mundo. E assim me certifiquei da longura que ha do Brasil ao Cabo da Boa Esperança: e nisto estou tão constante que me atreverei a o fazer confessar a homens bárbaros e a outros de grande engenho. E também foi por mim muito exercitada a levação do polo a toda a hora do dia - e nesta operação achei muitos avisos notáveis. Não fui remisso de fazer muitas notações do correr das águas: e nisto achei muitas diferenças, e coisas mui remotas da notícia dos seus pilotos. Contemplei a ordem dos ventos, e se dariam lugar a passarem naus à India todo o ano, e este nome de monções se é assim como dizem ou não. E do que disto soube estou satisfeito. Do mar, tirei quanto pude, assim de aves, e peixes, e ervas, para conhecimento das terras. E assim achei lugares onde os pilotos são enganados na altura, e foi por mim investigada a causa e sabida, e todas aquelas terras por onde passei assentei em verdadeiras alturas e derrotas; e aquelas que me pareceu proveitoso, debuxei para aviso e resguardo de seus pilotos. Os eclipses da lua tenho muito a cargo” ⁽⁶⁶⁾. E não esgotou aqui todas as preciosas informações e dados que trouxe ao campo da ciência.

3.3. Pedro Nunes.

Pedro Nunes – outro adepto indefectível da prática e da experiência - “*destaca-se no meio cultural e da ciência portuguesa e europeia da época por apontar a necessidade de se fixar rigorosamente o objecto do conhecimento à prática e à observação a teorização e “a importância da reflexão”*”⁽⁶⁷⁾, na base dos conhecimentos e princípios da matemática.

Homem de formação essencialmente matemática (não sendo, na verdade, um *prático*, como Pacheco, ou Castro, ou mesmo Garcia de Orta) ao lado da experiência coloca a importância do saber matemático e chama a atenção para a necessidade de aliar a teoria e a reflexão – até como integradora da experiência – para os avanços do conhecimento e da ciência. Para além da dedução, os princípios da indução traçam com ele os primeiros caminhos: pelo menos, parece deixá-los apontados: “*o claro entendimento e a imaginação apoiados necessariamente nos princípios certíssimos e evidentíssimos da matemática*”⁽⁶⁸⁾ “*pode facilmente inventar muitas coisas*”⁽⁶⁹⁾.

Faltar-lhe-á “a percepção do papel da matemática como elemento expressional e sintético da investigação científica”⁽⁷⁰⁾. Não, porém, o papel e a relevância do conhecimento e do procedimento matemáticos a utilizar pelo “entendimento”, como um dos caminhos a praticar na busca e no acesso ao conhecimento e à verdade e o reconhecimento da importância deste conhecimento e procedimento teóricos. (Não confundir com a teoria dos antigos). Ombro a ombro, o teste da experimentação e o ensino da prática, são os melhores caminhos para se chegar à verdade e conhecimento das coisas. Síntese que podemos ver reunida no instrumento de precisão que inventou – o Nónio.

Pedro Nunes, pela sua acção directa como “docente” de Matemática e Astronomia nas mais importantes escolas do País (vagueou também por algumas Universidades espanholas) e como

“formador directo de cosmógrafos e pilotos (foi também cosmógrafo – mor do Reino) ou, de modo indirecto, pela sua obra - teve um papel relevante e ímpar nos meios náuticos e culturais do Renascimento português.

O magistério e a obra de Pedro Nunes (redigida entre 1537-1567-72: *Tratado da Esfera* – 1537; *o Tratado... em defensão da Carta de Marear* – 1537 – em que pela primeira vez se expõe a ideia das curvas loxodrómicas; *o de Crepusculis* – 1542 – rigoroso estudo lógico e matemático sobre as coordenadas com largo recurso à trigonometria onde se obtêm resultados científicos nunca presentes em obras anteriores do mesmo género. É aqui que descreve o instrumento por si inventado – o nónio; o Livro de *Algebra, en Aritmetica y Geometria* – 1536-1537 – publicado em 1564; “*Esta obra perto de XXX annos que foy per my cõposta*”⁽⁷¹⁾), alargam de modo notável o primeiro grande passo, dado por Pacheco, fazendo avançar as suas concepções “*aproximando a ciência e a técnica, a observação e a teorização*”⁽⁷²⁾.

Também em Pedro Nunes e por tudo isto, o repúdio pelo saber antigo a que tantos ainda faziam apelo: “*Julgo concluir ... que é falso o que nisto diz Aristóteles ... Pompónio mela ... Plinio ... Cleonides*”⁽⁷³⁾, etc.

Pedro Nunes, deixando de lado o saber não testado e provado dos antigos, faz apelo directo à experiência. Esta não se deve limitar, porém, a uma mera observação factuel e passiva, mas deve ser acompanhada por conhecimentos positivos que o recurso às matemáticas propicia. O poder do raciocínio desde que partindo de e pressupondo bases sólidas, é claramente aceite e recomendado por Pedro Nunes (apontando para os caminhos da indução): “*o claro entendimento (e a imaginação pode) facilmente inventar muitas coisas que os antigos ignoraram*”⁽⁷⁴⁾. O uso e a prática da “*sciência especulativa*”⁽⁷⁵⁾. “*A Ciência adquire-se pela “demonstração que he aquelle discurso que (verdadeiramente) nos*

faz saber⁽⁷⁶⁾. A teoria e a prática aliam-se para a obtenção do conhecimento. Pela primeira vez, Pedro Nunes apela e faz a conjugação necessária da teoria com a prática, da observação com a teorização ⁽⁷⁷⁾ indo, pois, mais além que os caminhos já abertos por Pacheco Pereira. São essas preocupações de rigor, medida e quantificação e os resultados obtidos com esses conhecimentos e práticas matemáticas que o levam à teoria e (à prática) das loxodrómicas. Foi, na verdade, Pedro Nunes o que primeiro lhes abriu a via ao indicar um método do cálculo de uma tábua de rumos⁽⁷⁸⁾ e ao invento de instrumentos de medição e precisão, não só como o já referido nónio, mas ainda outros, de uso náutico e astronómico, como o compasso, o anel graduado e o instrumento das sombras. Se a medição é – como de facto o é – a condição e princípio basilar da ciência e da atitude científica Modernas, ela está bem patente na obra e nas realizações de Pedro Nunes.

Sublinhando a importância destes elementos e desta síntese conseguida dentro dos meios náuticos e culturais do Renascimento português, mas também adiantando-se quase como um pensamento premonitório a todos aqueles que viriam a dizer futuramente (e alguns o fizeram ainda em tempos muito recentes – que as Descobertas foram um mero fruto do acaso e da sorte – como se disse da viagem de Vasco da Gama – deixaria escrito, magistralmente, *para todos*, Pedro Nunes:

“Manifesto he que estes descobrimentos de costas: ylhas e terras firmes: não se fizeram indo a acertar mas partiam os nossos mareantes muy ensinados e providos de estormentos e regras de astrologia e geometria, que sam as cousas de que os Cosmographos ham – dādar apercebidos” (e os ignorantes do futuro, avisados ...)⁽⁷⁹⁾.

Hão-de saber todos que *“pera a navegação e o descobrimento de terras he (foi) a nosa arte de navegar a mais fundada nas*

mathematicas que nenhũa outra” (não na sorte ou no acaso), “*as mais certas e melhor fundadas que nhûas outras*”⁽⁸⁰⁾. Por isso, não restam dúvidas a ninguém de que

“*as navegações deste regno de cem anos a esta parte* (e por tudo isso) *sam as mayores: mais maravilhosas q as de nenhũa outra gente do mundo*”⁽⁸¹⁾. Foi graças a isso que, “não havia mares que não navegassem” – diriam estupefactos alguns espiões, logo nos princípios do Século XVI.

Um observador estrangeiro, de olhos bem abertos sobre esses meios náuticos e mercantis, corrobora todas estas informações – se necessário fosse o seu testemunho: “excelentes, e muitíssimo bem instruidos na arte de marear “a que juntam pertinácia e arrojo “*sono homini ostinatissimi, e non stimano alcuno periculo*” porque a prática e a informação lhes ensinaram que podiam domar a natureza. Confiança e segurança em si próprios que lhes permite realizar viagens que para esses outros são verdadeiramente “milagrosas”⁽⁸²⁾.

Arrojo desmedido de navegações em que, por vezes – nas palavras de D. João de Castro – se fazia viagem “por baixo e por cima das ondas”⁽⁸³⁾!...

Pedro Nunes teve um papel fundamental no desenvolvimento das ciências Matemáticas em Portugal. Entendia-as como mãe de todas as outras ciências e a matriz de todos os outros conhecimentos positivos.

“*Pode estar certo que erra quem se delas não utilizar; Só pelas demonstrações mathematicas não cabe mudança nem erro*”⁽⁸⁴⁾. Imprescindível aos meios náuticos e mercantis nacionais: “*De todollos Livros que nas Sciencias Mathematicas tenho composto ... nenhum he de tanto proveito como este de Algebra, que*

he conta facil e breve para conhecer a quantidade ignota, em qualquer proposito de Arithmetica e Geometria, em toda a outra arte que usa de conta e de medida, como sam Cosmographia, Astrologia, Architectura, e (Prática) Mercantil⁽⁸⁵⁾. *“Pera a geographia como para a arte de navegar – a qual se deve praticar “per arte e per razão”*⁽⁸⁶⁾. *nenhâ cousa he mais necessaria que a mathematica*⁽⁸⁷⁾.

O *De Crepusculis* (1549) é obra de rigor lógico e matemático sem precentes. Aí se faz largo recurso à trigonometria e aí descreve o nónio, de sua invenção.

Em D. João de Castro, esta dupla dimensão acha-se mais amplamente desenvolvida e concretizada dando a este homem uma importância ímpar dentro do Renascimento português e europeu.

Experiência sempre, pois foi esta experiência dos modernos principalmente praticada nos meios náuticos de Portugal, que conseguiu *“arrancar do mundo a as opiniões e os conhecimentos errados dos antigos”*⁽⁸⁸⁾. *“se não fora a experiência que nestes nossos tempos tem ... sempre o mundo ficava enleado com duvida e nunca tal segredo da natureza se manifestara, nem se soubera com tanta clareza como agora se sabe”*⁽⁸⁹⁾; *“tudo se refuta com a experiencia”*⁽⁹⁰⁾.

Mas o conhecimento não deve fazer apenas recurso a essa experiência. A experiência da “razão” matemática é também necessária: Sabe-se muito pela *“muyta experiencia que pera isso fizeram os mathematicos”*⁽⁹¹⁾. Essa experiência que se tem da *prática da razão matemática e do uso e “experiência dos instrumentos mathematicos”*⁽⁹²⁾. Enfim, a prática dos pilotos e homens do mar com as demonstrações matemáticas: *“e porque pera a detreminação e sentença desta duvida se requerem concorrerem asi demonstrações dos mathematicos como a pratica e opinião dos pilotos e homens do mar”*⁽⁹³⁾.

Diria Pedro Nunes da total indispensabilidade das matemáticas: *“sem a sua prática o erro é certo e pertence a cosmógrafos e a arte de navegar ter della (matemática) conhecimento”* porque *“pellas demonstrações mathematicas não cabe mudança”*⁽⁹⁴⁾. Em tudo, contrapondo o argumento da autoridade e a pretensão dos que muito julgam saber – que na realidade são aqueles que menos sabem – ⁽⁹⁵⁾ àquele saber que se adquire pela experiência e à humildade daqueles que a praticam e que, a par dos conhecimentos que vão obtendo, mantêm o critério da dúvida porque a experiência cega não chega: *“em muitas cousas me podia (mesmo assim) enganar e doutras ser enganado”*⁽⁹⁶⁾. Os sentidos podem enganar-nos: *“Nós próprios: nos podemos enganar e ser enganados”*. Daí que o recurso ao entendimento e à razão sejam também necessários e, logo, eleitos também como via para o acesso à verdade e ao conhecimento ⁽⁹⁷⁾. É necessário o recurso continuado à experiência, como ele o confessa ter feito: *“como muitas vezes tenho experimentado”* com a necessidade de *“tornar a experimentar a toda a ora”*⁽⁹⁸⁾ para se testarem os conhecimentos e para que a dúvida desapareça, *“pera que isto melhor se possa entender, porey aqui alguns exemplos ... pera aqueles que não sentem nada de mathematicas, nem tem a experiência do mar”*⁽⁹⁹⁾. *“Não deve nesta parte menos authoridade ter que ha demonstração (mathematica) a longa e continua experiencia que de tantos tempos pera qua temos”*⁽¹⁰⁰⁾.

A tudo se deve juntar, pois, o recurso ao entendimento com o uso da razão porque algumas vezes os sentidos podem viciar os resultados da experiência: *“Não acabo de cair bem nessa rezão, por que parece totalmente contrariar ao sentido e negar o que se ve com os olhos”*⁽¹⁰¹⁾; *“Engana-se a cada passo o sentido dos brutos com as semelhanças das cousas, tendo-as por verdadeiras”* ⁽¹⁰²⁾. A prática da marinharia deve fazer-se *“per arte e per razão”*⁽¹⁰³⁾. Reparos e cautelas similares se observam, como vimos, em D. João de Castro.

3.4. Garcia de Orta. Outros.

*“Dará da Medicina um vivo lume,
e descobrir-nos-á segredos certos,
a todos os Antigos encobertos”* (Camões)⁽¹⁰⁴⁾.

*“duvido achar na Europa quem em seu estudo lhe fizesse
vantagem”*. (Dimas Bosque – médico valenciano)⁽¹⁰⁵⁾.

Se destes homens mais ligados ao mundo náutico passarmos a outros, encontraremos as mesmas atitudes e as mesmas constantes de apelo à experiência e à reflexão, o mesmo repúdio, às vezes até mais radical e violento, de todo aquele saber que assenta apenas na tradição e saber dos antigos, “apenas justificado no aurgumento da autoridade e na revelação “teológica” do sistema antigo. Sob este aspecto Garcia de Orta é bem um caso dos mais paradigmáticos de afrontamento com todo esse mundo antigo, ultrapassado, cheio de erros e falsidades. Assim o comprova a partir do mundo que estudava e melhor conhecia - o da Farmacopeia e da Medicina.

Os erros, aqui, não eram menores nem menos clamorosos. Aberto o Livro do Mundo e da Natureza pelos portugueses nas largas páginas dos Quatro Continentes, sabendo nele ler como ninguém do seu tempo ou de quantos o precederam, deixou estampadas “nas *Drogas e Cousas da India*” um largo libelo contra o mundo do saber antigo e do mais “recente”, quando ele seja simples repositório de erudição, repetindo erros e citações e não cuida de averiguar os factos, nem de inquirir, nem de perguntar e questionar a natureza. Uma sabedoria de “treslado:” *Ao que diz Francisco de Tamara lhe podeis responder que tresladou ... o que os outros falsamente escreveram”, (que os portugueses que esse mar ruivo navegam, nunca tal cousa viram ...)*⁽¹⁰⁶⁾.

E os conhecimentos trazidos foram tão profundos e tão largos que a constatação e a mensagem aí ficava, como sentença definitiva, para toda a Europa:

“Diguo que se sabe mais agora em hum um (só) dia pellos Portuguezes, do que se sabia em 100 annos pellos Romanos”⁽¹⁰⁷⁾.

Foi a muita navegação dos portugueses e a sua muita “indústria” que tudo isso propiciou.

Talvez, como em nenhum outro, a contestação ao saber escolástico tivesse sido tão violento e frontal, como em Orta. Atitude que, no fundo, representa a confiança nas verdadeiras capacidades na conquista e nos caminhos do saber que o homem é capaz de construir e de revelar, fora dos conceitos tradicionais da simples repetição ou comentário.

Erros acumulados não conduzem a nada - dissera Diogo Gomes, já a meados de Quatrocentos! O caminho da ciência é o do método positivo, da experiência e da observação das coisas. Agora “tudo tem resposta racional, positiva”⁽¹⁰⁸⁾. Atitudes e princípios heterodoxos e deletérios:

“Pareceme que destruis a todos os escritores antigos e modernos, por isso oulhai o que fazeis”...⁽¹⁰⁹⁾(!).

Algumas passagens do *Colóquio dos Simples* (1563) soaram, efectivamente, como pensamentos, atitudes e saberes verdadeiramente “heréticos” para todo esse vasto mundo quase intocado das escolas tradicionais, pois a todos punha em cheque e afrontava, ao eleger como fundamentos da ciência e do saber, a razão, a observação e as regras e práticas da análise positiva: *“Como ha Deos querer que o que eu não soube em tantos annos ... saibais vos tam asinha”* ⁽¹¹⁰⁾.

Verbera-se o saber e o comportamento mental e cultural daqueles que muito se deram às escolas e muito pouco à prática: *“porque eles se deram pouco á pratica e muito ás escolas, e vos e eu fazemos o contrario”* ⁽¹¹¹⁾, nitidamente contraposto ao saber,

a atitudes actuais: “*Não me ponhais medo com Dioscórides ... nem Galeno, porque não hey de dizer senão a verdade e o que sey*”⁽¹¹²⁾. (o que observei e vi)... “*nem vos direy coisa nenhuma ser boa (nem segura) se não sendo testemunhada de vista.*”⁽¹¹³⁾. Por isso, também “*Avicena errou porque não viu e falou disto “congeitorando”*”⁽¹¹⁴⁾. ou “*escreveu por informação*” sem ver nem experimentar. Pelo saber medieval e teológico, a mesma “perigosa” atitude de repúdio, que lhe advinha da distinção necessária de fazer-se entre o saber Teológico e de Confissão e o saber da Razão: “*Não queria eu os frades reprehensores senão no pulpito*”⁽¹¹⁵⁾.

Em contrário, Orta, humildemente se cala quando não viu ou experimentou. Por isso, se deve dar a prioridade científica ao conhecimento por esta via adquirido e, de modo algum, pela via e pelo recurso à autoridade, “aos que escreveram em grego, latim ou arabigo”. “*A mim como testemunha mais baixo que todos os medicos, se ha de dar mais fe que a esses padres da medicina, que por falsa informaçam escreverão*”⁽¹¹⁶⁾.

“era um homem velho, e sabia bem a pratica da botica, e em latim, e grego, e arabio sabia o modo que o sabem em Espanha os que nunca o ouviram falar nem ler...”⁽¹¹⁷⁾.

Para Orta, o saber é um processo em revisão constante: “*mas agora nam, pois o não o vi, e como o vir, desdizermey, e não averey vergonha disso*”⁽¹¹⁸⁾; “*Não duvido já pois o vi com os olhos*”⁽¹¹⁹⁾. “*Nem Serapio nem Paulo, com seu perdam, dizem verdade; nem ainda que o dixera Galeno*”⁽¹²⁰⁾.

Mas Orta não é um iletrado. Conhece bem todo esse pensamento antigo, por isso, o contesta nos seus fundamentos embora não o postergue liminarmente como informação erudita. A erudição em Orta até pode ser outro instrumento ao serviço da observação “ajuda-a, confirma-a, desenvolve-a, mas não a substitui nem a pode dominar, nunca. Por isso, quando está em contradição com ela, tem de inclinar-se e ceder-lhe o lugar”⁽¹²¹⁾.

Pode dizer-se que *Os Simples* (e a atitude cultural de Orta) documentam - talvez como nenhum outro - a “confiança” do saber positivo na construção do saber e no domínio e conhecimento do Mundo, relegando, naturalmente, as fontes do Saber mítico-teológico: “*Nem Serápio nem Paulo*”, (com seu perdão) convencem este homem de acção, do Renascimento português.

Viria a pagar duramente esta ousadia intelectual ainda que o crime não fosse lá muito grave: “*as vossas cousas não têm outro mal para os mordazes leitores que serem verdadeiras, e muitas nunca sabidas dos fisicos que de ca foram a espanha quanto mais aos fisicos da Europa ...*”⁽¹²²⁾.

Outro aspecto notável em Orta, é o colocar-se a *dúvida* como princípio e acicate do conhecimento. A dúvida como presença e companheira do verdadeiro conhecimento. “*Quem muito sabe muito duvida*”⁽¹²³⁾. Gérmenes, como o vimos também em Castro, que “abrirão” para outros caminhos em futuros próximos. “*Quem não sabe não duvida. Por isso, não tam somente sois digno de perdão, mas sois merecedor de louvor*”⁽¹²⁴⁾ Pedro Nunes juntaria à dúvida – e não é este aspecto menor para que nele se não repare, como deve – o *médodo* (a regra) como caminho para se alcançar a verdade e o conhecimento: “*carecemos de regra pera saber a verdade*”⁽¹²⁵⁾.

Elementos tidos como basilares da ciência moderna (*experiência, dúvida, regra-método*) bem ou incorrectamente formulados, como princípios fundamentais, surgem já efectivamente nestes homens.

Pela primeira vez, antes que cheguem a outros, se materializarão numa primeira elaboração reflexiva em Francisco Sanches, onde, em *Quod nichil scitur* (1581), crêem muitos ver já correctamente formulados, os princípios cartesianos ou baconianos do pensamento positivo Moderno: “*verdadeiro percussor da crítica gnoseológica cartesiana, do experimentalismo baconiano e tam-*

bém do pensamento positivista". Princípios ainda que formulados fora do "meridiano inquisitorial" ibérico – Sanches (saído do país por alturas de 1565), nem por isso deixam de ser um lídimo produto destes meios náuticos irreverentes que tudo põem em causa, parecendo "indubitável" a sua directa influência sobre Descartes e outros.

Não menos relevante – a consciência dos limites morais que se impõem ao uso arbitrário e indiscriminado da Ciência. Aspecto importante neste ambiente de euforia científica e de confiança desmedida das capacidades do Saber do Homem é a assunção dos limites e barreiras éticas (não religiosas) que se impõem ao uso da Ciência. Mesmo que as "cobaias sejam essas "gentes bárbaras" – que os boléus da escravatura punham ao alcance de qualquer um – mas que este português de Quinhentos sabe, apesar de tudo, respeitar:

"Destelo já (o medicamento) a algum vosso negro ou negra?

Nam, porque nam me conformei com minha conçiencia a fazelo"⁽¹²⁶⁾.

Princípios de deontologia científica e profissional que se encontram noutros vultos da cultura, como é também o caso de João de Barros, prosador e poeta, historiador, geógrafo e matemático: *"do qual (Zurara) nos confesamos tomar a mayor parte dos seus fundamentos, por não roubar o seu a cuiro e"*⁽¹²⁷⁾. (Certo que também seria recado para outros menos escrupulosos...).

A obra de Garcia de Orta teria reflexos e influências directas no mundo da Farmacologia, como da Botânica e da Mineralogia europeias, como se pode observar em o *Discurso de las Cosas Aromaticas* (1572) do médico Juan Fragoso⁽¹²⁸⁾.

Se de Orta passarmos a outro grande vulto do renascimento português – o Médico Amato Lusitano – observaremos idênticas atitudes e os mesmos princípios, os mesmos comportamentos face ao saber dos antigos, demarcando também os verdadeiros cami-

nhos e aquisições da ciência moderna: a fonte do saber está nas coisas, na natureza que é necessário conhecer e observar e não no saber livresco, na mensagem dos antigos, apoiados e caucionados sempre pela autoridade: “*Não devemos seguir Aristóteles ao pretender contra a experiência ...*” Verbera-se o palavriado oco da “ciência” das escolas “*daquela raça de homens mais faladores que o bronze de Dodona, que quase nada sabem além de silogismos, sofismas, corolários, suposições e tricas dialéticas*”. Por isso, a todos corrige “*com a lição viva das observações modernas*”⁽¹²⁹⁾.

Para estes homens entre *o dizer* e *o saber* vai um abismo:

“*Mas dizeime o que dizem, e eu direi o que sey*”⁽¹³⁰⁾ porque

“*não ousou afirmar as cousas sem primeiro as ver bem*”⁽¹³¹⁾.

Idênticas atitudes de afrontamento e de repúdio, o “contraponto” permanente do saber da experiência e da verdade “com o que se acha escrito nos livros antigos e modernos”, com o descrédito que roça às vezes a zombaria por esse saber tradicional “*porque com ele muyto tempo fui emganado*”⁽¹³²⁾ – o iremos encontrar noutros, mesmo em certo clero, quando este – como os pilotos e marinheiros – anda ligado à acção, e confrontado com as novas realidades que desdiziam tudo ou quase tudo que traziam “empacotado” das escolas:

Diz o jesuita André Ferrão na sua Viagem de Goa a Macau e ao verificar e transmitir o que via e observava: “*inda me não esqueceo o que nesta parte dizem os Coninbricences... porem muitos escreverão desta matéria que não virão outro tanto...*”; “*Disto zombávamos nós*”.

Também Frei Gaspar da Cruz atirara o saber dos livros das escolas do Reino borda fora da nau da sua experiência: “*Muito mais he ho que tenho visto sem cõparação do que me diziã*”

porque “há se de ver e não se há de ouvir: porque não he nada ouvilho em côparção de visto”⁽¹³³⁾. “Assi que quãto a dizer Jacobo Philipo que a Scthia se remata em hû pôto, he erro”⁽¹³⁴⁾.

É essa experiência que permite pôr, constantemente, tudo em causa, inclusivé, as aquisições mais recentes das Cartas de Marear do Índico, corrigindo-as frequentemente: “Sem a costa fazer pônta como fazem os mappas”⁽¹³⁵⁾. E contra esta experiência do visto, do experimentado e do vivido não há argumentos de autoridade que resistam: primeiro hão-de ver “como eu vi”; e “ninguê diga, nem afirme outra cousa porque sobre examinar isto trabalhei ...”⁽¹³⁶⁾. Por isso “Julgue agora cada hû que isto ler...”⁽¹³⁷⁾. Afinal, o mesmo espírito laico e irreverente de Garcia de Orta: “tem mil coisas dignas de muito riso que volas não digo, por nam gastar mal o tempo”(!)⁽¹³⁸⁾.

A homens batidos pela experiência - mesmo que clérigos - não amedrontavam nem conhecimentos transmitidos, nem bruxarias, nem fábulas, nem milagres – que tudo se equiparava. Deixam-no escalpelizado no sorriso (quase trágico) que roça a anedota: “Havia entre nós um português, natural de Lisboa, o qual era pintor e cegou. O Preste lhe mandou dizer que fosse à sepultura deste defunto e levasse boa fé e receberia saúde. Foi lá ... e ... tornou como foi!....”⁽¹³⁹⁾.

Dizia Orta com algum sarcasmo e desdém: “Eu por mim nunca mereci ir ao paraiso terreal” (donde diziam os antigos virem algumas plantas medicinais e as mesinhas e onde tinham princípio alguns rios), “por onde não se escusam esses senhores de dizer tal fabula”⁽¹⁴⁰⁾. Se os antigos e Dioscórides ainda são dignos de perdão, “porque escreveu por falsa imformaçam” os de agora, como “Musa e os Frades”, depois de tanta navegação e de tanta descoberta de terra pelos portugueses, não têm perdão: “tem muito maior culpa pois não fazem mais que dizer todos de huma maneira sem fazer diligencia em cousa tam sabida”⁽¹⁴¹⁾.

Todas estas novidades (nos limites que naturalmente contêm) constituem um verdadeiro punhal apontado ao legado científico e cultural clássico e ao escolasticismo aristotélico-tomista que informou todo o saber medieval e que continuou predominando nas escolas do Renascimento europeu, essencialmente dados ao discurso, à repetição, ao comentário, "às tricas dialéticas" – como diria Amato Lusitano.

Os comportamentos e "normas", como os fundamentos da verdade são postos em causa, deles se duvida, deles se "avorrece"!

"em todos maaos açidentes

nos metemos.

Nossa ley, nossa vertude,

nossa honrra, nosso bem

avorreçemos" ...⁽¹⁴²⁾.

Estranhamente passou, por entre as sotainas e o báculo Inquisitorial, mas até a divindade se questionou e dela se duvidou:

"É Deus. Mas ... o que é Deus? Ninguém o entende"! ...⁽¹⁴³⁾.

Se as portas do Colégio das Artes se não tivessem fechado, rapidamente pela frente, em 1549, e se o contra-factual fizesse História, poder-se-ia, legitimamente, perguntar onde teriam levado estas ideias e todos estes princípios, na verdade, deletérios.

NOTAS AO CAP. III:

- (*) Voltaire, *Essai sur les Mœurs et l'Esprit des Nations*. Paris. 1829. T. III. 115.
- (1) Cap. I. Nota 7-9
- (2) Godinho, *Mito e Mercadoria*. cit. 207.
- (3) Francisco Leite de Faria, *Ecos literários e impacto cultural dos Descobrimentos portugueses*. Lisboa. 1990. "Mare Liberum", Nº 1, 93. Vide Supra p. 292 e segs.
- (4) A. Pinheiro Marques, ob. cit. 142.
- (5) Camões, V. 170.
- (6) Castro, cit. 110.
- (7) Camões, cit. 255.
- (8) Armando Cortesão, *A primeira Embaixada à China*. Lisboa. 1945. 15.
- (9) Idem, Ibidem.
- (10) Camões, cit. II. 209.
- (11) Godinho, *Mito e Mercadoria*, cit. 409.
- (12) Camões, cit. 251.
- (13) A. Cortesão, *Monumenta Cartographica*. cit. II. 103.
- (14) Camões. cit. 256.
- (15) Castro, cit. I. 58.
- (16) A. Pinheiro Marques, cit. 142.
- (17) Almirante Teixeira da Mota, "Dic. Hist. de Port." I. 502.
- (18) A. Teixeira de Mota, cit. 502. Ver também, *A Escola de Sagres*. Lisboa. 1960.
- (19) Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa, 1987. I. 362.
- (20) Scherer, *Histoire du Commerce de toutes les Nations*. Paris. 1857. II. 168.
- (**) James Bruce, em transcrição de Manoel Bernardes Branco, em "*Portugal e os Estrangeiros*", T. I. Lisboa. 1879. 169-214.
- (21) *Monumenta Cartographica*, cit. II. 103.

- (22) Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, cit. 84; 69.
- (23) D. Pacheco, 77.
- (24) Idem, 78.
- (25) Idem, 98-99.
- (26) Idem, cit. 7.
- (27) Lopez de Gomara, (1552). cit. 22.
- (28) Pacheco Pereira, cit. 75.
- (29) Diogo Gomes, *As Relações do Descobrimento da Guiné*. Ed. Gabriel Pereira. S.S.G. L. s/d. 22.
- (30) Duarte Pacheco Pereira, ob. cit. 7; 99.
- (31) Idem, 103.
- (32) L. Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira e a grandeza do grau terrestre*. in "Obras Completas". Cit. II. 457.
- (33) Duarte Pacheco Pereira, cit, 23.
- (34) Almirante Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa. 1969. I. 146.
- (35) Sá de Miranda, ob. cit. II. 284.
- (36) Silva Dias, cit. 102.
- (37) Castro, cit. 188.
- (38) Idem, 198-199.
- (39) Idem, 243.
- (40) Idem, II. 307.
- (41) Idem, II. 201.
- (42) Idem, II. 320-321.
- (43) Idem, 328.
- (44) Idem, 370.
- (45) D. João de Castro, ob. cit. III. v. gr. 32-39.
- (46) Francisco Álvares, cit. 360-61.
- (47). Castro, I. 359.
- (48) Idem, III. 40.
- (49) Orta, II. 324.
- (50) Castro, II. 185.
- (51) Castro, I. 31.

- (52) Idem, II. 11-12.
- (53) Castro, Idem. 13.
- (54) D. João de Castro, *Cartas*, (cita em J. S. da Silva Dias. ob. cit. 108).
- (55) Castro. Idem. 65.
- (56) Idem, 66.
- (57) Idem, 55.
- (58) Idem, 55.
- (59) Idem, 54.
- (60) Castro, Idem. I. 54-55.
- (61) Idem, 188.
- (62) Silva Dias, cit. 100.
- (63) Castro, cit. I. 29; 43 etc.
- (64) Castro, I. 19; 54; 56.
- (65) Idem, I. 41.
- (66) Silva Dias, cit. 108.
- (67) Silva Dias, cit. 98.
- (68) Pedro Nunes, *Obras*. Ed da Acad. das Ciências de Lisboa. 1943. II. 6; 150 - *De Crepusculis*.
- (69) *Obras*, I. 4 - *Tratado da Esfera*.
- (70) Silva Dias, cit, 99.
- (71) *Obras*, VI. XIV) - *Defensão do Tratado de Rumação*, etc.
- (72) Silva Dias. cit. 100.
- (73) Pedro Nunes, *Obras*. II. 272 – 273.
- (74) *Obras*. I. 4 *Tratado da Sphera*.
- (75) *Livro de Algebra*, cit XIV.
- (76) *Obras*, I. Cit. *Tratado da Sphera*.
- (77) Silva Dias, cit.100.
- (78) Raymond d'Hollander, *Historique de la loxodromie*. Lisboa. 1990. in "Mare Liberum" N°.1. 46.
- (79) *Obras* I. 175 - *Tratado em defensam da Carta*.
- (80) Pedro Nunes, *Obras*. I. 193; 194.
- (81) Idem, *Obras*. I. 175.-*Tratado em defensam da carta*.

- (82) Lunardo de Chá Masser. *Relazione*. Ed. de Prospero de Peragallo. Lisboa. 1892. 96.
- (83) Castro, cit. III.
- (84) Obras, I. 212; 153.
- (85) Obras, cit VI.XIII - *Livro de Algebra*.
- (86) Obras, I. 159 — *Tratado de Navegaçam*.
- (87) Obras, I. 93.
- (88) Castro, cit. 50.
- (89) Idem, 58.
- (90) Idem, 61.
- (91) Idem, 63.
- (92) Idem, 67.
- (93) Idem, 198.
- (94) Pedro Nunes, *Obras*. I. 212; 153.
- (95) Castro, Idem, 123.
- (96) Castro, II. 185.
- (97) Pedro Nunes, Idem. 188.
- (98) Castro, I 199; 176
- (99) Castro, I. 202.
- (100) Castro, I. 206.
- (101) Castro, I. 54.
- (102) Castro, I. 55
- (103) Pedro Nunes, *Obras*. I. 159.
- (104) cit. II. 147.
- (105) *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*. Ed. Fac-Simile. Lisboa. 1987. Prólogo.
- (106) Garcia de Orta, I. 213-214.
- (107) Garcia de Orta, ob. I. 210.
- (108) Orta, II. 400.
- (109) Orta, II. 244
- (110) Orta, cit. I. 183.
- (111). Orta, cit. I. 24
- (112) Orta, I. 105.

- (113) Orta, I. 241.
- (114) Idem, 31-32.
- (115) Orta, II. 54.
- (116) Orta, I. 208.
- (117) Orta, I. 182.
- (118) Idem. I. 242.
- (119) Orta, I. 144..
- (120) Orta, II. 33.
- (121) S. Dias, cit. 124.
- (122) Orta, I. 24.
- (123) Sá de Mieranda, ob. cit. II. 38).
- (124) Orta, I. 152
- (125) Pedro Nunes, *Obras*. I. cit. 96.
- (126) Orta, I. 296
- (127) *Década* I. 3
- (128) Juan Fragoso, *Discurso de las Cosas Aromáticas*. Madrid. 1572. Passim (V. gr. 99, 134, 178, 185, 205, etc.).
- (129) Cita em S. Dias, cit. 114; 115.
- (130) Orta, II. 56.
- (131) Orta, I 278.
- (132) Orta, II. 29.
- (133) *Tratado das cousas da China. 1569*. in “Enformação das cousas da China”. Intr. e leitura de Rafaella d’Intino. INCM. Lisboa. 1989.
- (134) Idem, 163.
- (135) Idem, 162.
- (136) Idem, 207
- (137) Idem, 208
- (138) Orta cit.II. 106.
- (139) *Verdadeira Informação*. 171.
- (140) Orta, II. 53.
- (141) Orta, cit. II. 243.
- (142) *Cancioneiro*, cit. I. 91.
- (143) Camões, cit. V. 255.

CAPITULO IV

NOVAS DIMENSÕES REPRESENTATIVAS E FIGURATIVAS

4.1. Da Literatura de Viagens à Crónica, à História e à Epopeia

Apesar de os portugueses, “não serem muito afeiçoados a dizer, antes a fazer” e de, no testemunho de Garcia de Resende, ser sua “natural condição nunca escreverem cousa que façam, sendo dinas de grande memoria”, os Descobrimientos acabariam por ter um impacto grande neste campo da cultura. Com eles se marcaria uma etapa áurea na literatura portuguesa, não ficando praticante imunes ao seu impacto nenhuma das manifestações literárias.

Esse impacto traduziu-se-ia em dimensões várias: inovações e novas criações, influências e profundas modificações nas criações tradicionais que vinham dos tempos anteriores ou que estavam em voga com o Renascimento, quais eram as formas e conteúdos das criações clássicas – greco-latinas.

Iriam, assim, verificar-se nestas outras manifestações culturais do campo da Literatura, idênticas novas atitudes e comportamentos, inovações e mudanças.

As preferências correntes das literaturas “clássicas” vão para o uso (e abuso) dos lugares selectos, do esteriótipo e da repetição, com um divórcio marcado em relação à vivência, à observação das coisas e da paisagem, desde a paisagem física e material à paisagem interior e anímica. O “discurso” e o retrato, com verdade, dos sentimentos, das emoções e das paixões, está aí, normalmente, ausente.

Estas manifestações culturais do Renascimento e do Humanismo, se belas na forma, andam quase sempre vazias de conteúdo, incapazes de descrever e transmitir “*aquelas coisas que às vezes dá no coração*” - como confessaria D. João de Castro. Deu-se a total primazia aos aspectos formais, à busca do belo formal, mas que tornou ausente e distante a realidade física e material, deformou os sentimentos e esqueceu a riqueza da paisagem anímica interior. O prado passou a ser sempre “verde” (verde prado), como o bosque, igualmente, ou “verde”, ou “sombrio” (sombrio bosque), a tília sempre “alta” (alta tília); as águas sempre “cristalinas”, como a canção sempre “leda” (leda canção), etc. A paisagem física inclui sempre o freixo, o salgueiro, o álamo, a tília, a faia, a murta e o louro, pelo meio dos quais vagueiam e se entretêm os deuses e semideuses, as musas, as ninfas, mas onde não há, ou dificilmente se divisa o Homem.

Agora, mais que a beleza formal prefere-se o rigor da expressão e a correcta formulação da mensagem. Até o feio e o sujo podem vir, finalmente sem constrangimento, às páginas dos livros, porque com essas realidades convive o homem, diariamente. O lugar comum e o esteriótipo não transmitem a realidade das coisas. Por isso: “*Dizei (falai à vontade) porque as cousas não são çujas senam quando as dizem os çujos, e com não limpa emtençam*”⁽¹⁾. A vida entra nas páginas da literatura com os elementos de todas as suas circunstâncias, não apenas de algumas – as mais belas.

Foi preciso trazer para a literatura e a poesia, a verdade na paisagem – os “*bosques de cosas reales*”, pois que os bosques irreais, as floras inventadas por onde se passeavam faunos e duendes já enfadavam a estes homens. Até nisso Mestre Gil quis assinalar a diferença⁽²⁾.

O desnudo, as “feições” dos feios aborígenes saltam, por isso, para as páginas desta literatura com toda a naturalidade, mesmo com toda a ternura e encanto (Pero Vaz de Caminha, Duarte

Pacheco Pereira, Valentim Fernandes, e tantos outros). Nas feições do “bárbaro” e do indígena - por maior que seja a sua “diferença” em relação aos cânones físicos e culturais europeus – se encontra beleza e graciosidade que os poetas do Cancioneiro (e não só – pense-se em Camões) ou os memorialistas esculpiriam em retratos ainda hoje cheios de encanto e beleza. Por muitas terras até aí incógnitas que “*os homens e assi as molheres som muy dispostos e de bõo gesto*”.

*“Doutra fremosa mulher
que laa naceo nũa ylha
nam digo mais senam ser
muyto grande maravilha
quem na vyr não se perder”⁽³⁾.*

“*As mulheres desta terra (da Guiné) som muy prazeteyras, câtã e baylã alegremête*” ou, como as das Canarias: “*mulheres muy formosas... e de maior coraçã que os homê*s”.

Até aí, as diferentes manifestações literárias da poesia à prosa, à história e à crônica, faziam questão de lembrar apenas o mítico, o divino o herói e o que com eles se relaciona. O resto, praticamente, não existe porque não merece sequer ser lembrado.

Também neste campo se operarão com as Descobertas, profundas alterações que tiveram nos primeiros relatos das navegações e conquistas as primeiras lufadas de ar fresco. Daí em diante, invadirão todas as manifestações literárias carreando materiais que viriam, por sua vez, a servir de base as outras manifestações culturais, como a reflexão filosófica, antropológica e sociológica, fornecendo elementos e dados de análise e reflexão.

A revelação de novos mundos trouxe um mundo novo ao seio das mais variadas manifestações culturais, entendidas numa di-

mensão verdadeiramente humana, incluindo todos: do herói ao simples aborígena, de quem não se desdenha, nem de inquirir e perguntar, como de descrever e apreciar nos seus costumes por mais simples e rudes, como de aceitar e, a par de afrontamentos, compreender, também, os seus comportamentos e valores. Estes, frequentemente, se põem mesmo em confronto com os valores de Europa culta e humanista. Pior ainda, esquecem-se estes e tomam-se, frequentemente, aqueles. Queixas destas enchem páginas e páginas de muitas Cartas dos Jesuitas, do Brasil, à Africa e ao Oriente.

Profunda revolução que traz ao património da cultura europeia o contacto (e não se nega que muitas vezes não tenha sido violento), o conhecimento e o convívio de outros povos, outras culturas, outras realidades físicas e materiais, normalmente descritas com verdade, com pormenor e rigor. O “humanismo universalista” dos portugueses tudo abarcou e a tudo deu guarida. Pelo relato, pela escrita, trouxeram-nos ao património de uma História e de uma Memória que não tinham. “Não conservam historias dos reis antigos nem memoria dos séculos passados” – diria Duarte Lopes de muitas populações do interior do Continente Africano.

Sob este aspecto, um momento ímpar dentro das História da Cultura europeia. Um Mundo Novo, pela primeira vez trazido e introduzido no mundo ocidental, pela mão dos portugueses. Muito antes que outros o tivessem feito, muito em contrário do que escreveu Paul Hazard e do que outros repetiram. Também aqui, pela muita experiência e navegação, a que outros só mais tarde cheariam. Pelo muito contacto, aceitação, e incorporação desses mundos novos e dentro de um espírito e comportamento “Universalista” que Jaime Cortesão tão bem definiu e caracterizou em *O Humanismo Universalista dos Portugueses*⁽⁴⁾. E o âmbito deste Humanismo não tem a ver, apenas, com simples contacto e descrição, mas abarca uma outra grande dimensão: em muitos e

muitos casos é incorporação e fusão com esses novos mundos. O espírito universalista é contacto, é dimensão e é envolvimento. Nenhuma outra experiência europeia, nenhum outro protagonista conseguiria repetir ou igualar.

Não há obstáculos nem barreiras:

– “E os *Gentios entendeisvos* (bem) *com elles?*

– *Muyto bem pois elles sam homens que nam curam senam per esperiencia e per costume*”⁽⁵⁾. António Vieira traduziria em grande parte este comportamento ao definir o português e os seus horizontes, como aquele que tem uma terra para nascer e o mundo, sem exclusão ou repulsa, para morrer.

Pelas várias manifestações e modalidades desta Literatura das Descobertas, entrará no património cultural da Europa toda a riqueza informativa acerca desses mundos novos, de terras, gentes e civilizações até aí completamente ignoradas, bem como os feitos e realizações de todo um conjunto colectivo que não esquecendo o herói, de modo algum a ele se confina. Não se desdenha escrever as acções na sua múltipla dimensão: das acções mais heróicas e humanitárias (passando por cima dos hemisférios culturais e religiosos) aos actos e acções mais vis e repugantes, porque tudo isso constitui a história total do homem. Relatos e denúncias nada edificantes ocupam páginas consideráveis de crónicas e descrições coetâneas. Alguns episódios de D. João de Castro, como outros extraídos de Fernão Mendes Pinto ou mesmo de Barros, ilustrariam a presença e a força desta dupla dimensão do homem. A par de outras que pelo seu humanismo e exemplaridade poderiam, ainda hoje, servir de exemplo também.

Não se resiste a transcrever e a anotar a titude e comportamento de D. João de Castro (mareante, piloto, intrépido cabo de guerra):

“Correndo assy por esta maneira vimos ir dous homeis pegados a hum remo de galé, dando uns altos e doridos brados... logo mandei arribar a elles... mas por qualquer causa que fosse eu não os pude salvar... E indô assy vimos vimos ir... huma barcasa ou grande almadia alaguada, e assy algumas tavoas ao sol posto appareço longe huma gale... a qual hia correndo com a borda... e chegando-nos hum pouco a ela emxergamos lhe levar toda a vela em pedaços e tiras; e posto que esta razam fosse suficien-tissima, todavia por huma çerta cousa que muitas vezes da no coração, a todos nos pareceu que a gale hia em extrema fortuna e agonia. Movido o Viso Rey a socorrer a necessidade que a misera gale mostrava, aribou a ella... e mandou que acompanhasse a afortunada gale”. O ser de mouros, ou gentios, ou inimigos não impediu o Capitão e o Vice Rei de estenderem a mão em seu socorro⁽⁶⁾.

Com os Descobrimentos e praticamente desde o seu início - se cria o novo género da Literatura de Viagens, sob expressões várias que vão desde os Itinerários, às Relações, às Descrições e Memórias, até a Crônicas, Relatórios ou Cartas. Nessa nova literatura se dá conta das viagens empreendidas, das terras e mares descobertos, dos fenómenos observados, das terras e gentes encontradas - seus costumes e culturas, tradições, práticas e crenças religiosas - descrevendo-se com rigor, muitas vezes com encanto e “simpatia”, essas novas humanidades encontradas. Mas nela se mostram e descrevem também os produtos de comércio e de troca, os novos recursos minerais e as novas faunas, novas floras. Todo um Mundo Novo que a Europa, efectivamente, desconhecia e que, a partir daí, irá incorporar no seu património cultural, fornecendo-lhe muito e variado material de análise e reflexão, não só de carácter etno-antropológico, como até, filosófico e político.

Todas as Ciências directamente relacionadas com estas novas realidades alargam os seus horizontes e se enriquecem: a Botânica e a Zoologia, a Farmacologia e a Medicina (a que o conhecimen-

tos das novas plantas encontradas e suas propriedades vêm dar forte contributo). Também a Mineralogia, a Geografia, a Antropologia e a Etnografia.

Este tipo de literatura inicia-se logo no Século XV e algumas páginas das Crônicas de Zurara (sobretudo a *Crônica do Descobrimiento e Conquista da Guiné*) anunciam-no de modo claro. Mas não só. Outras relações mostram haver uma intenção de descrever e anotar com verdade a paisagem física. A par de Zurara, Diogo Gomes como Cadamosto, Alvaro Velho, Pacheco Pereira, como até os Relatos e Descrições de Valentim Fernandes.

Zurara, em particular, documenta de modo exemplar o irromper dos sentimentos da paisagem interior e anímica na literatura, e o choque de sentimentos provocado pelo comportamento do homem europeu face às novas realidades humanas. A impressionante página em que descreve a repartição dos escravos, em Lagos, patenteia o primeiro choque frontal que essa nova realidade traz ao seio da literatura europeia e testemunha a catadupa de emoções interiores e, até, de reflexão moral que desenvolve a partir daí, numa mensagem de humanismo e fraternidade, que sem dúvida, quer transmitir. (Reflexões que frequentemente borbulham também nas páginas de outros, como Sá de Miranda e, sobretudo, de D. João de Castro).

Contrariamente ao que, com muita inverdade (para não se dizer outra coisa) se tem visto e defendido - a escravatura era uma realidade social, da Europa cristã, ao Mundo muçulmano. Das próprias populações negras africanas às de todo o mundo Oriental, das Terras árabes do Estreito, ao Extremo Oriente. Os portugueses não a criaram, encontraram-se com ela, por todo o lado. “*Hûos aos outros se vendem*”⁽⁷⁾. “*Dam autoridade as leis da China aas molheres pra vender os filhos*”⁽⁸⁾. O mesmo documentam Tomé Lopes, Tomé Pires, Duarte Barbosa, Duarte Lopes. No Oriente, o trato da escravatura estava efectivamente organizado, mais ou menos por todo o lado⁽⁹⁾. Assim o foram encontrar os portugueses à sua chegada.

Logo nos interpostos dos principais caminhos do interior da África por onde circulavam com os outros produtos, em direcção aos mercados do Mediterrâneo⁽¹⁰⁾. Desde pelo menos meados do Século XV que eram objecto de comércio. Por isso que eram transaccionados “per legitimo contrato de venda” com os seus próprios naturais⁽¹¹⁾.

Aos olhos de hoje repugnante, para aqueles tempos, infelizmente, uma mercadoria como qualquer outra. Como tal, o seu trato por todo o lado perfeitamente organizado e estabelecido. Como aconteceu com os restantes géneros e mercadorias, ao alargarem-se os mercados, alargou-se e cresceu o trato - que nisso os portugueses eram também iguais aos outros:

*“e há (têm) muytos mercados
que nisso somente entendem,
e os enganam, e prendem,
muytos se vendem na terra
.../...
Vem grã somma a Portugal
cadãno, tambem aas ilhas,
he cousa que sempre val,
e tresdobra o cabedal
em Castella e nas Antilhas”⁽¹²⁾.*

Mas, no Oriente, a mesma realidade:

*“Os do Choromandel vendem
seus filhos, e suas filhas,
hûos por duzentos reaes
e trezentos he ho mais,
mayor preço e contia,
que os dam, e mor valia,
porque os vendem seus paes”⁽¹³⁾.*

Não consta, porém, que em nenhuma outra literatura do tempo se tenha observado uma qualquer reação do gênero das que expressa Zurara que - *in limine* não deixa de ser uma primeira, emotiva e natural condenação do trato: afinal, somos todos filhos de Adão. Na perspectiva do cronista - que hoje obviamente também se condena - só o trazê-los ao seio do mundo cristão para os converter, justificaria semelhante e desumano comportamento. (Anote-se, porém, porque quase não anda referido, que idênticos motivos levariam D. João III a condenar o trato de escravos).⁽¹⁴⁾.

Ouçamos Zurara:

”Vós outros que tratais desta partilha, esguardai com piedade tanta miséria e vede... como até as brutas animalias, com seu bestial sentir... conhecem os danos das suas semelhantes).

“Eu te rogo que as minhas lagrimas nem sejam dano da minha consciência, que nem opor sua lei daquestes, mas a sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animalias, com seu bestial sentir, por um natural instinto conhecem os danos das suas semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, vendo assim ante meus olhos aquesta miseravel companhia, lembrando-me que são da geração dos filhos de Adão! ... Qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo assim aquela companhia? Que uns tinham as caras baixas e os rostos levados com lagrimas, olhando uns contra os outros, outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos ceus, bradando altamente, como se pedissem socorro ao padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se tendidos no meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume da sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem aos nossos não pudesse ser entendida, bem correspondia ao grau da sua tristeza”...

Ô poderosa fortuna, que andas e desandas com as tuas rodas ... Sequer põe ante os olhos daquesta gente miseravel algum conhecimento das cousas postumeiras por que possam receber alguma consolação em meio de sua grande tristeza! E vos outros, que vos trabalhais desta partilha esguardai com piedade sobre tanta miséria, e vede como se apertam uns com os outros, que apenas os podeis desligar”⁽¹⁵⁾.

Impossível enquadrar esta página de Zurara na literatura do Renascimento. Aí se procurarão, em vão, estes sentimentos de piedade e comiseração e onde se assume uma tácita condenação do trato que o cronista logo sentiu que iria desenvolver-se.

Para com estas humanidades e segmentos marginais não havia lugar nessa literatura, nem a sua contemplação capaz de despertar qualquer tipo de sentimentos. Só divindades, semideuses e os heróis - que também o eram os Santos da teocracia medieval. Estes, quase todos, aliás, muito aparentados à nobreza - que esses eram também os cânones do Humanismo cristão Renascentista⁽¹⁶⁾; Os “pobrelhos” de Assis são uma excepção, os *pastores* da Lírica apenas uma ficção no jogo poético do enredo amoroso).

Nunca se olharia ou retrataria esta plebe miserável, os seus gestos, o seu sofrimento. O que é mais de notar ainda, dificilmente deixar passar o sentimento (de “fraqueza”) de piedade e humanidade. O Homem “superior” europeu levaria tempo a dar lugar nas crónicas e na História a essa humanidade, e muito mais a comover-se com a sua condição. Também aqui, um mundo novo começa a abrir-se que nada tem a ver com os esteriótipos do Homem do Renascimento. Aqui se estampa (sentimento igualmente presente em Duarte Pacheco Pereira), por vez primeira, depois alargada, o sentimento da unidade da espécie humana para além das diferenças físicas (somos, afinal, todos da geração de Adão), uma fraternidade que a todos une e uma efectiva igualdade de condição perante a Natureza. Apela-se e pede-se socorro ao Pai da Nature-

za, não ao pai dos Cristãos ou dos Europeus. Condição igualitária no expressar físico dos sentimentos e sofrimentos, da comiseração e piedade. Emoções verdadeiras que despertam no Homem, pretensamente superior, implorando consolação e piedade para estas nova humanidades que, deste modo e por esta via, chegam ao convívio do Homem Europeu. E aqui não há o “fingimento” tanto ao gosto da literatura greco-latina.

Com razão e propriedade, pela primeira vez, nas páginas de Zurara “emerge a consciência do Homem por sobre a consciência do Cristão”⁽¹⁷⁾. Afinal a assmpção e a constatação (por via deste choque dramático) de uma igualdade física e humana, de todos, perante a Natureza. “*nõ som diferentes em seren yguales*” – se diz dos da Mina, no *Cancioneiro*⁽¹⁸⁾, acentuando, pela certa, uma ideia que vai estando presente se não no comum, ao menos nos mais sensíveis e ilustrados dos salões de Lisboa.

E a provar que se afirma, deve também referir-se que a condenação da escravatura sobe de algumas estrofes do Cancioneiro aos melhores cultores do clacissismo, como Miranda e Fernão de Oliveira. E Duarte Lopes diria, anulando diferenças. “Os portugueses diziam-lhes que eram homens como eles”. E, o que é mais impressionante, “é o facto de, fora das condições de luta ou de rapina ferozmente interessada, os infiéis e os gentios poderem ser encarados como seres humanos sensíveis”⁽¹⁹⁾. Sentimento que nenhum povo praticou em mais larga escala e tão precocemente como o português – pela circunstância específica das Navegações e das Descobertas. Em verdade, estas páginas de Zurara – são o “*longinquo, (mas precoce e lapidar) anúncio das que, com eloquência, incomparavelmente mais formosa, há de escrever o P.e Vieira acerca dos indígenas do Brasil ou da Africa*”⁽²⁰⁾.

As primeiras Descrições surgidas com Zurara serão depois continuadas por Diogo Gomes (*Relações de Diogo Gomes*) e Cadamosto, (*As Navegações de Cadamosto* - ambas de cerca de

1460 ainda que pela primeira vez publicadas em 1507). Virão, de seguida, a Carta de Pero Vaz de Caminha, as *Descrições Geográficas* de Valentim Fernandes), como as *Descrições do Esmeraldo* de Duarte Pacheco Pereira. Aqui se dá ampla e pormenorizada descrição de toda a África e Ilhas do Atlântico, por onde rumo- rejam as gentes nos seus curiosos e estranhos costumes). A este primeiro grupo se poderá juntar ainda o *Diário* de Álvaro Velho, como *A Relação do Piloto Anónimo* (que acompanhou a expedição de Cabral em 1500), respeitantes ainda ao Século XVI.

Pela importância e novidade trazidas ao seio da cultura europeia (logo depois enriquecida pelas numerosas Cartas de Missionários, de Jesuítas e outros), pela “Revelação de uma humanidade encontrada ainda no primeiro estágio da civilização, esta nova literatura atingirá uma forma notável de expressão, pelo rigor e pelo pormenor, na *Carta de Achamento do Brasil* do portuense Pero Vaz de Caminha. Com ela, assinalará a produção portuguesa – que depois a continuará – a característica marcante da produção portuguesa de rigor, veracidade que de um modo geral a distinguirá de outra sua congénere posterior não nacional que na sua esteira viria também a surgir. Na verdade, “a literatura portuguesa do Brasil, da fase colonial, situa-se num plano mais verídico do que a literatura francesa ou mesmo as mais antigas narrativas de viagens devido, entre outros factores, a um maior contacto dos escritores com a realidade”⁽²¹⁾. Também de encanto, exotismo, envolvimento fresca e agilidade de linguagem, *simpatia* humana, ternura: “*pareceme gente de tal inocência ... que logo se fariam cristãos se homem os entendesse*”⁽²²⁾.

Como em Zurara, também em Caminha estas gentes novas e primitivas são filhas do mesmo Pai: “*E pois nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos como a bons homens qual nós ...*”⁽²³⁾. Nem fisicamente são inferiores aos europeus. São simplesmente diferentes”, *de bons corpos... de bons rostos e bons*

narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocencia como em mostrar o rosto”⁽²⁴⁾. “galantes, pintados de preto e vermelho, e esquadrejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim”⁽²⁵⁾: “então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas”. Único comentário de Caminha: “lançaram-lhes um manto por cima e eles consentiram, quedaram-se e dormiram”...

“Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espaldas, e suas vergonhas tão altas, tão bem cerradindas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.(Que valores - os dos nossos preconceitos ou costumes?). “Assim, Senhor, a inocencia desta gente é tal que a de Adão não seria maior” ⁽²⁶⁾.

Quanto às hierarquias que o civilizado estabeleceu entre si, não as vê: “Não há entre eles a quem mostrem acatamento ou de quem tenham medo”⁽²⁷⁾.

O envolvimento e o entrosamento com esta nova humanidade aceita-se logo. Não há repulsa, mas sim carinho e simpatia: “E meteu-se com eles a dançar tomando-o pelas mãos, e folgavam e riam e andavam com ele (e ele com eles) muito bem”;... “muito os segurou e afagou...”;...“folgavam com eles....”; “misturaram-se todos tanto connosco que alguns nos ajudaram e lutavam com os nossos e tomavam muito prazer”⁽²⁸⁾. Nem sequer há aqui, em nenhum momento, o conceito depreciativo de primitivismo.

A todos os títulos este “achamento do Novo Mundo” de Vaz de Caminha é um Clássico: “Classico como padrão da Humanidade e pela equilibrada pureza de gosto, de sabor humanista; clássico porque faz, como nenhum outro testemunho, autoridade sobre o acontecimento histórico que narra; clássico, enfim, na mais antiga acepção da palavra porque é ou tem de ser um livro de classe ou de escola”⁽²⁹⁾.

Pelas terras da África nos vem, pelo relato dos missionários jesuitas, como de outros, o mesmo encanto pelos bons corpos e formosas feições.

Do Extremo Oriente, mais requintado, nos vem a mesma beleza física destas gentes que até aos padres jesuitas confunde e encanta: “*As mulheres comunmente ... sam muito alvas e gentis mulheres, tendo algumas os narizes e olhos bem feitos*”; “mulheres de mui formosos corpos”. Aqui e noutros lados – testemunha Duarte Barbosa⁽³⁰⁾.

Candura, beleza, enamoramento, que Camões retrata com mais subtilidade e finura do que Esquilino, Milo ou Botticelli retratariam a Vénus do Olimpo:

*“Pretidão de Amor!
Tão doce a figura
que a neve lhe jura
Que trocara a cor ...
Leda mansidão
Que o siso acompanha
Bem parece estranha
Mas bárbara, não”*⁽³¹⁾!

O número dessas Descrições e dessa literatura de Viagens alargar-se-á de forma notável nos tempos postreiros sob modalidades várias, como se referiu. As Descrições, de Tomé Lopes a Tomé Pires; os “escritos”, de D. João de Castro e toda uma série de Roteiristas; ainda Barros e outros cronistas, para se terminar, em relação à África, na impressionante mas *Verdadeira Informação das Terras de Preste João*, do Padre Francisco Álvares (1540) e na *Relação do Reino do Congo*, de Duarte Lopes (publicada ou apropriada por Pigafetta em 1591), como em relação ao Oriente, nesse autêntico estendal corográfico dos escritos de Duarte Barbo-

sa e da *Suma Oriental* de Tomé Pires, passando ainda pelas Cartas dos Jesuítas, chegadas da Índia, do Brasil ou da Etiópia. Para o Brasil em particular, várias e muito curiosas descrições ainda no decurso do Século XVI, Magalhães Gândavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa e outros.

Francisco Álvares para a Etiópia não é, frequentemente, menos impressivo que Vaz de Caminha, revelando um mundo novo no interior da África, em estado civilizacional mais avançado que o americano, mas onde se colhe idêntica impressão de uma humanidade e uma natureza praticamente virgens: “as alimarias bravas eram sem conto e tinham pouco temor da gente”; “destes feros animais – muitos a nós não conhecidos - nunca ouvi dizer que fizessem mal”⁽³²⁾. Uma natureza pletórica na sua fauna e na sua flora: “maravilhosas terras”; um homem vivendo praticamente do mesmo modo que o índio de Vaz de Caminha: “gente quasi nua que lhes aparecia quanto tinham⁽³³⁾ (!...)”. “Trazem cingidas umas fraldinhas delas de pano delas de couro e seu comprimento não será de dois palmos e indo em pé parece que lhas arredondaram até que cobrisse sua vergonha que baixando-se ou assentando-se ou fazendo vento aparece”. “As mulheres casadas trazem mui pouca cobertura e menos as solteiras que não têm maridos ou amigos. As contas que as outras trazem ao pescoço, estas trazem-nas cingidas de redor da carne e grande soma de timaquetes *sobre sua natureza* e, que quem pode aver cascavel ou pequena campainha ali a traz e algumas destas (não casadas) trazem pele de carneiro ao pescoço que *cobre uma ilharga e mais não*”⁽³⁴⁾. *As moças andam de mal a pior...trazem as mamas até à cinta a descoberto seu corpo galante cheio de continhas por cima dele...* Remata: *Casam-se em Portugal e Espanha por amores e por verem bons rostos e as cousas de dentro lhes são escondidas, (mas) nes-ta terra bem podem casar por verem (logo) tudo certo* (!...) as moças... andã de todo nuas sem cubrir sua vergonhas” ou ... traze hum pano pequeno por de tras do cu coberto e par diante andão

descoberto e mais lhe parece todo”. “andavã nus sem nenhuma coisa de que tem pequena vergonha”⁽³⁵⁾. Noutras partes da África a mesma idêntica humanidade: “*parecê estes negros no traje ao nosso Pay Adão*”⁽³⁶⁾. “*a sua roupa he a com que nacerão... e com esta sua vida e pouco comer andão tão sãos e vivem tanto que algumas vezes vae hum homem dar com alguns tão velhos que parece que de velhos perdem o couro porque parecem pelles de cordovão feitas em couros velhos, tanto que parecem ter outras debaixo daquelas*”⁽³⁷⁾.

Em todos, mas já naqueles primeiros escritos que vêm do Século XV, se começa a delinear a presença e a percepção de um mundo novo ou mundos novos face à Europa. Em verdade se deve dizer que Vespúcio, também aqui, se limitou a divulgar um conceito tomado de uma realidade já corrente nestes meios marítimos e dos “viajados” lusitanos onde ele próprio veio cair. “Este homem – dirá Voltaire – não é, de facto, merecedor de qualquer honra pelo simples facto de se ter encontrado a bordo de uma expedição (portuguesa) que explorou as costas do Brasil – de cujos factos e acontecimentos se apropriou e outros, simplesmente, inventou”⁽³⁸⁾.

Novos horizontes se abriam ao conhecimento e à reflexão. Novas áreas geográficas, novas civilizações, novas culturas e, do lado do europeu e por mão dos portugueses, novas atitudes e comportamentos, face a essas mesmas realidades. Um Mundo Novo antes que se consagrasse na revelação do Novo Mundo cartografado pela primeira vez pelo Mapa de Cantino e já assumido desde antes na sua Continentalidade por Duarte Pacheco Pereira⁽³⁹⁾.

A difusão dessas novas fez-se de modo directo junto de alguns humanistas europeus tendo a Feitoria da Flandres constituído elo importante dessa articulação com a Europa. Damião de Góis teria aí papel de relevo, quer por contactos pessoais, quer pela obra produzida. Em muito se antecipando, a seu modo, às *Cartas*.

Persas, lançaria para o meio dos melhores centros intelectuais da Europa (por isso em latim), a *Religião e Costumes dos Etíopes* pela primeira vez revelando à Europa culta uma civilização africana de corpo inteiro⁽⁴⁰⁾ e onde, como mensagem, se vê também desenhar, pela primeira vez, a concepção de uma Respublica Christiana se não mesmo de um ecúmena tolerante que, infelizmente, os tempos posteriores não seriam capazes de continuar e concretizar⁽⁴¹⁾.

Através desta literatura de viagens que vai da primitiva crónica às descrições propriamente ditas, aos diários de bordo, aos roteiros e guias náuticos, livros de marinharia, muitas vezes divulgada em forma de crónicas, diálogos, poemas e rimas, cartas, notícias etc. quer se integrem na variedade de crónica e descrição propriamente ditas, quer na variedade de livros técnicos e didático-informativos, a Europa toma, rapidamente, conhecimento de todas estas novas realidades. O súbito e repentino aparecimento e presença de novas civilizações, novas humanidades e novos sistemas de culturas. Em diferentes estádios de evolução material mas, algumas, com culturas e sistemas de valores que se impõem ao europeu e o fazem questionar o seu próprio mundo. A Europa deixa de ser o centro do Mundo e o único ponto de referência de valores éticos e culturais. Passa mesmo a ser questionado como tal. Assim se faz, por exemplo, dentro dessa epopeia picaresca de pirataria, aventura e violência que é a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

As Relações e Cartas dos Missionários, (Jesuítas ou outros), regem-se pelos mesmos padrões e transmitem a mesma realidade. “Questionam” também o saber das escolas “*coisas das quais Plínio nem escreveo nem soube*”⁽⁴²⁾! Porque “*todas estas coisas que escrevo as tenho por mui certas porque me informei de todos estes homens*”. O ver e experimentar não se dispensam: por isso “*me pareceu conveniente ir ver aquela gente para trazer novas certas*”⁽⁴³⁾.

As Cartas da Etiópia designam de patranhas o que até aí se tinha escrito e dito da terra e das suas gentes: “porque descreve

por verdade o que tem por mim falida ... pindorados todos da geographia” dos autores “sagrados,” escrevendo “por ficção poetica”, sem verem a realidade e conhecerem as terras. Essa segurança vinha-lhes não dos livros mas da experiência, do conhecerem muito de perto a realidade que descreviam, quer das gentes, quer das Terras: “*Porque depois que lá entraram (na Etiópia) quase aos palmos mediram toda esta terra, correndo-a de popa à proa*” – testemunharia Baltazar Teles. Porque, em verdade, também para estes padres “*as couzas q pla mayor p.te se se não vê não se Sabem*”⁽⁴⁴⁾.

Dos que andam pelas terras do Congo e de Angola, (aqui, aliás, bem já pelo interior) se colhem idênticas atitudes de valorização e primazia da experiência e do visto e experimentado sobre o saber livresco e sobre realidades naturais nunca imaginadas pelos europeus: “*não o creramos se não o experimentamos*”⁽⁴⁵⁾. “*Aqui vimos cousas que escrevellas parece que faz duvida vellas*”. Por isso, eles próprios experimentam, bebendo a água doce do Rio Congo muitas léguas dentro no mar, como o serem repuxados pela sua corrente “muito mais atraz do que estavamos”. Todo o saber antigo foi igualmente posto em causa porque, na verdade, ia “*muito fora da experiência que não pode mais enganar como (o nosso) discurso tem mostrado* – sublinharia Pero Pais⁽⁴⁶⁾.

A Mendes Pinto (e seus companheiros - piratas e aventureiros sem escrúpulos) - impõe-se-lhes o respeito das raças e o respeito pelos seus valores que cotejam e comparam com os da civilização cristã europeia que ele e seus companheiros para a li carregaram e que tão mal comparada ficava com os valores que pela frente se lhe deparavam. Perante esse mundo que também, de repente, pela frente se lhe levantava, “*jamais mostra qualquer desprezo que possa implicar orgulho de raça ou intolerância de religião* (pelo contrário muitas vezes se envergonha da sua e dos seus valores). *E mais de uma vez acomodará o incidente, a instituição ou o discurso que refere, à lição* .

moral que indirectamente quer infligir às deslealdades ou crueldades dos compatriotas seus contemporâneos”⁽⁴⁷⁾.

Cristãos? Europeus? Mensageiros de uma cultura e de valores humanos e éticos superiores? Onde tudo pode caber: “roubar e pregar” ao mesmo tempo?

Em comparação com estas gentes? “*Gente má como vós outros sois ... sem nenhum temor da justiça do Céu*” - apostrofa-se Fernão Mendes Pinto.

Até a criança a quem António de Faria tinha roubado e morto pai (e depois queria perfilhar) os não podia tomar a sério: “*respondeo com um sorriso a modo de escarneo: não cuideis de mim ... gente má* (e sem princípios). Repreendido, respondeu:

“*Sabeis porque vos digo isto?*

Porque vos vi louvar a deos depois de fartos, com as mãos levantadas e c’os beiços untados como homens que lhes parece que basta arreganhar os dentes ao Céu sem satisfazer o que têm roubado. Pois entendi que o Senhor da mão poderosa não nos obriga tanto a bulir c’os beiços quanto nos defende de tomar o alheio, quanto mais roubar e matar. (Grave reprimenda ao comportamento em que havia caído a administração no Oriente).

Espantado das rezoes deste moço, lhe disse se queria ser cristão (!...). A que o moço pondo os olhos nele respondeo:

– *Não entendo isso que dizes, nem sei que cousa é essa que me cometes.*

Feita a “prática” por António de Faria, não lhe respondeu mas disse – *Bendita seja, Senhor, a tua paciência que sofre haver na terra gente que fale tão bem de Ti, e use tão pouco da tua lei, como estes miseráveis e cegos que cuidam que furtar e pregar te pode satisfazer como aos príncipes tiranos que reinam na terra*”⁽⁴⁸⁾.

Também certo é que não se condena em demasia o que em represália lhes vem a tocar! Não se reprova. Justifica-se esse comportamento:

“A gente do povo vendo-nos vir asi presos e conhecendo que eramos os cristãos cativos, foram tantas as bofetadas que nos deram que em verdade afirmo que nunca cuidei que escapássemos dali com vida, porque haviam,(por seguro) pelo que o caciz dizia, que ganhavam indulgencia plenária em nos vituperarem e maltratarem. Desta maneira fomos levados por toda a cidade a modo de triunfo, com grandes gritas e tangeres, onde até as mulheres encerradas e os moços e meninos nos lançavam das janelas muitas panelas de urina...”⁽⁴⁹⁾!

A mesma atitude de compreensão e justificação da violência encontramos em Nóbrega ou Anchieta em relação aos indígenas do Brasil: simples resposta às violências e ao *“mau exemplo e coisas abomináveis que os cristãos aqui fazem”*. Valores e comportamentos que em numerosos casos ficavam muito aquém daqueles que viam praticar entre as populações indígenas⁽⁵⁰⁾.

Os “bárbaros” da China?

Eis o contraponto - que é uma crítica ímplicita ao heliocentrismo cultural da Europa:

“Alegaes com gente muito barbara e fera?

Sam os Chins homens muy sutis em comprar e vender, e em officios macanicos; e em letras dam vantagem a alguns outros, porque tem leis escritas, conformes ao direito comum, e outras muito justas; como se pode ver por hum livro que ha dellas nesta India..; quanto mais que os homens que vão á China veem lá praticar muyta justiça e usar dela; damse lá graos e muytas onrras aos letrados, e elles são os que governão o rei e a terra. Nas pinturas que fazem vem pintadas catedras, e homens que estão lendo, e ouvintes que estão ouvindo; quanto mais que, pera vos convencer seu grande saber, abasta que a arte de imprimir sempre foy lá usada ...”⁽⁵¹⁾.

Da verdade destas informações (o Mendes Minto, pelos vistos não mentia assim tanto!) se colhe igualmente notícia em João de

Barros que escreve sobre relatos não inventados, como em outros que directamente os contactaram. Assim em Tomé Pires, como Fr. Gaspar da Cruz e outros: têm muitos livros, escolas públicas, usam dos caracteres de imprensa, os maiores letrados são os mais respeitados e honrados "em ardis e saberes muito apurados"⁽⁵²⁾. Têm boas casas em cidades limpas, de ruas largas e bem arruadas ⁽⁵³⁾ estradas calçadas que se estendem por todo o Reino⁽⁵⁴⁾. No viver "*afirmo que vivem melhor muitos delles e sam milhores cristãos que o comum dos portugueses*"⁽⁵⁵⁾. "são estes gentios gête de istima, justa por extremo"⁽⁵⁶⁾. Cortesãos, "*homens de muito primor, no modo de vestir, muito honestos e mui bem tratados*" e não usam das mãos para comer mas "*comem con dous pausinhos por limpesa*"⁽⁵⁷⁾, "*sem tocarem em nada com ha mão*"⁽⁵⁸⁾; "*homens de muito primor nas cortesias, e parece que nisto ganham a todo o genero de nações, e da mesma maneira em seu trato segundo seu costume são tão atilados, que ganham a todo o gentio e mouro, e tem pouca razão de nos aver êveja*"⁽⁵⁹⁾; "gente de singular engenho". E os do Japão não lhes ficavam muito atrás; "de bom entendimento e razão ... que não há outra igual em todo o mundo".

Quanto a Justiça, remataria Fr. Gaspar da Cruz: "*Agora direi a maneira e estilo que os Chins tem em o fazer de sua justiça, pera que se saiba a vantagem que nos estes tem sendo gentios e nos christãos tanto mais obrigados a fazer a verdade e o direito*"⁽⁶⁰⁾. Mais cedo o testemunhara também Duarte Barbosa: "*homens de muita verdade ... como grandes mercadores, de bom trajar, boa mesa e muito asseio*". O mesmo confirmava o Padre Melchior da Companhia de Jesus: "*gente regida com tão grande paz assim nos que regem como nos que são regidos ... que eu me espanto do sosego e justiça com que regem a terra*"⁽⁶¹⁾.

E a propósito da prática da justiça, o contraponto era flagrante. Dizia-se no Cancioneiro:

*“arrenego do direyto
que se vende por dinheyro”⁽⁶²⁾.*

*“Arrenego se há hy
nenhûa regra nem ordem“;
Arrenego de quem traz preyto
com puta ou poderoso”⁽⁶³⁾.*

*“Arrenego da çydade
regida pellos tyranos...”⁽⁶⁴⁾,
“Em maa ora vimos varas
de juyzo sem justiça
praticar”⁽⁶⁵⁾.*

ou

*“Juiz de meo ano,
tavanés,
que pera dez anos faz
(todo o) dano
em meo mês”⁽⁶⁶⁾,*

onde reina a venalidade e a corrupção:

*“arreneguo do deryto
que se vende por dineyro”⁽⁶⁷⁾.*

Administração que Gil Vicente – o das Barcas – também
escalpelizaria em suas estrofes:

*Confessaste-vos, doutor?
Bacharel sou. Dou-me ó demo!
E vós senhor Corregedor?
Eu mui bem me confessei;
mas tudo quanto roubei
encobri ao confessor”⁽⁶⁸⁾.*

Na Europa reinam uma justiça e uma administração profundamente criticadas por todos:

*“Tudo é contra os piquenos!
destas leis tais arrenego!
A justiça não a vemos,
senão no manco ou no cego”⁽⁶⁹⁾!*

Por isso, bradava António Ferreira: *“Reforma já, Senhor, em todas partes este Reino” antes que seja tarde demais⁽⁷⁰⁾!*

Mas bradava em vão. Por isso, Sá de Miranda continuava a conduzir a Justiça Portuguesa em desprezível carreta: *“Irei ver a justiça que se faz pomposamente; dizem que vai em carreta rodeada de suas vitórias pintadas”⁽⁷¹⁾!* E António Ferreira, muito menos extrovertido que os outros, deixaria uma pergunta que ficaria a urtigar muita gente pelos tempos futuros:

*“Porque, pois comum é a lei,
Há na Justiça tanta diferença?”⁽⁷²⁾.*

As línguas europeias? As clássicas, grega e latina? Não são, na verdade, superiores, mas agora postas em igualdade com as línguas desta novas culturas e civilizações: *“he trabalhosa cousa provarse huma lingua ser melhor que outra”⁽⁷³⁾.* Dizem estes homens de Quinhentos. Todo o ideal da perfeição clássica e de nacionalismo linguístico eram, assim, postos em causa...

É essa idêntica atitude que leva ao aparecimento das primeiras gramáticas das línguas aborígenes, pela mão e cuidado dos missionários portugueses que desde cedo cuidam e *“trabalham de saber a lingua delles”⁽⁷⁴⁾.*

Por todo o lado, e pela primeira vez, o indígena e o ameríndio pela mão destas variadas manifestações literárias, vêm ao palco e às páginas da História e ao convívio dos homens, por vezes no seu pinturesco e exótico - mas não menos belo e expressivo - linguajar, como o da negra do Manicongo:

*“Ora, safada, cala-te já!
(Qual quê? não é bem assim – lhe retorna ela!)
- Aquy star juiz no fora
a mim loguo vay té laa.
Mym tambem falar mourinho
escrivam,
mym nã medo no toucinho*

(O amo – clérigo - ameaçara moer-lhe uma boa posta de toucinho no lombo por lhe ter “entornado” o vinho)
*guardar nã ser mais que vinho,
creliguam”!
nunca mym entornar
mym andar agoa jardim
amim nunca ser roym
porque bradar?*

Ou, noutra circunstância:

*“A myn rey de negro estar Serra Lyoa
lomge muyto terra onde vyer nos
lodar caybela tubao de lixboa
falar muao nouas casar pera vós”⁽⁷⁵⁾.*

Verdadeiro escaparate de tipos sociais, a poética vicentina não poderia também passar ao lado dessa realidade física e cultural, trazendo-a à sua babilónia linguística:

*“Quero boso que mi bae
buscar o pouco de venturo,
que a mi namoraro sae
de moça casa sua pai,*

*que tem saia verde - escuro,
firalga masa que gavião:
eu chamar elle minho vira,
e elle chama-mo cam
.../...Negro que faze folia
por o que mutro roga eu
bai fruria por ota seu,
ami dise a elle: Maria
que quebranta foi a meu”.*

Este linguajar exótico – que não constrange – mas permite expressar com propriedade com toda a fineza os sentimentos mais íntimos: E é por esse instrumental que Mestre Gil o faz:

*“E na mão minha barete
mi risse a ella: minha rosa,
minho oio de saramonete,
más a turo mundo faramosa,
falae-me por o bida bosso”⁽⁷⁶⁾.*

E, do negro, ao mourisco:

*“Mi no xaber que exto extar,
mi no xaber que exto xer,
mi no xaber onde andar
Halá xaber divinar;
lo que extar Halá xaber”⁽⁷⁷⁾.*

Linguajar que a um tempo fixa identidades face ao europeu e assinala receptividades de mundos diferentes, trazendo-as ao convívio das línguas clássicas ou nacionais da Europa. Um multilinguismo humano de par com a primeira conceptualização de uma Gramática Universal⁽⁷⁸⁾. A aceitação da diversidade, ainda que virtualizando a

ideia (com o aparecimento das gramáticas das línguas exóticas feita pelos missionários ainda que sejam falares e letras do diabo estas, como as das China⁽⁷⁹⁾, de uma regra ou norma geral assente na diversidade do linguajar que não na rasoira uniformizadora do clássico greco – latino e onde todos possam escrever e falar. Todas essas “dicções alheas as qes tambê com alghûu trato vem ter a nos como de Guine e da India (e de outras partes) onde tratamos” e às quais é se dá espaço e guarida⁽⁸⁰⁾.

4.2 A Epopeia. Da fixação à realidade. A Memória Histórica.

Com Camões, n’*Os Lusíadas*, nunca a Epopeia e a ficção poética versaram e glosaram tão de perto a realidade.

Esta Epopeia de um Povo – a Epopeia do Homem – sobre a natureza e sobre o mundo do mito, da fábula dos deuses e divindades que não se movem nem vivem em espaços físicos, reais e dentro dos parâmetros do tempo contado e medido – supera todas as epopeias antigas.

Por isso, esses feitos por sobre “mares nunca dantes navegados” e por sobre espaços nunca até então conhecidos, mas reais, a acção desse homem “armado” de ciência e de conhecimentos positivos e não fabulosos saltariam, com verdade e com realidade, para as páginas do poema. A História – História toma o lugar da Epopeia - Ficção:

*Que grandes escrituras que deixaram!
que influência de sinos e de estrelas,
que estranhezas que grandes qualidades
E tudo sem mentir, puras verdades”*⁽⁸¹⁾.

*Cantem louvem e escrevam sempre extremos
Desses seus Semideuses, e encareçam,
Fingindo...⁽⁸²⁾.
Ventos soltos lhe finjam e imaginem...
.../...*

*Que por muito e por muito que se afinem
Nestas fabulas vãs, tão bem sonhadas,
A verdade, que eu canto, nua e pura,
Vence toda a grandiloca escritura!*"⁽⁸³⁾.

Todos os ramos da literatura se deixam contagiar por todo este ambiente de novidade e exotismo marcando-se a expressão máxima na *Epopeia* de Camões (ou na Tragédia máxima – também não inventada – da História Trágico-Marítima) onde, para além do esforço de síntese poética entre a cultura clássica e as novas realidades, se consubstancia também um vasto repositório do saber náutico trazidos pela observação, pela prática e pela experiência dos Descobrimentos.

O mesmo encanto e sensação de mundos novos, “não inventados”, mas descobertos:

*“Assi fomos abrindo aqueles mares
Que geração algũa não abriu,
As novas ilhas vendo e os novos ares”*⁽⁸⁴⁾.

A mesma conjugação e prática da experiência, como conhecimento positivo e o culto da ciência corrente nos poetas de então. Logo, no maior de todos eles. Camões será também um bom exemplo, aliando àquelas, o saber e prática das matemáticas, a informação e o conhecimento científicos:

*Os casos vi que os rudos marinheiros,
Que têm por mestra a longa experiência,
Contam por certos sempre e verdadeiros,
Julgando as cousas só pela aparência,
E que os que têm juízos mais inteiros,
Que só por puro engenho e por ciência
Vêm no mundo os segredos escondidos”*⁽⁸⁵⁾.

É que, na verdade, este Camões não é apenas um “imaginativo” e, mais ainda, não escreve só a partir dos outros, da experiência e saber dos outros. Não é um teórico saído das escolas tradicionais, mas um prático: Efectivamente, essa conjugação feliz, só aqui, neste ambiente do Humanismo e do Renascimento Português, marcado pela gesta das Navegações e das Descobertas – é possível encontrar. “Camões, mesmo na Epopéia, é exemplo notável do amor pela verdade e do interesse que o conhecimento dos fenómenos celestes lhe mereciam”⁽⁸⁶⁾.

*“Nem me falta na vida honesto estudo
Com longa experiência misturado”
Cousas que juntas se acham raramente”⁽⁸⁷⁾.*

Com admiração, e anotando a profunda diferença desta Epopéia em relação a tudo o que anteriormente se escrevera, dela diria Voltaire no Século XVIII: preferindo – a à Epopéia dos deuses e semideuses: “o fundo do seu poema não é uma guerra nem uma contenda de heróis nem o mundo em armas por causa de uma mulher: antes o retrato de um novo mundo descoberto com a ajuda da navegação”⁽⁸⁸⁾. O mundo desenha-se, também aqui, à escala e dimensão moderna do humano.

4.3. Outras formas de expressão. A Memória. a História

Outras manifestações literárias são também profundamente afectadas e penetradas destas novas realidades.

A História ganha em rigor e precisão com o recurso à informação directa das fontes: dos documentos, dos testemunhos orais e da própria vivência do cronista. Este, para não escrever de cor dos países, das novas terras e das novas gentes, abeira-se e percorre

esses realidades físicas, “conhecendo” e indagando dos quadros espaciais que descrevem e onde decorre a acção do homem.

Reconstitui-se um Homem total, nas suas grandezas e misérias. Nada se oculta: Do belo e do feio é que se compõe o quadro do real. É um mundo novo que se abre a esta nova historiografia. Universal pelo objecto e pelo quadro global que abarca, trazendo a humanidade de corpo inteiro ao conhecimento e convívio da Civilização europeia que se posiciona, agora, na sua exacta dimensão e valor: apenas mais uma no quadro dos outros Continentes e das outras culturas e civilizações.

Barros é o maior e primeiro artífice dessa concepção e dessa Construção Universal.

Uma grandiosa construção a partir de um tríptico integrado de Conquista, Navegação e Comércio dos Portugueses pelos quatro cantos do Mundo. Pela primeira vez com João de Barros se gisa uma História do Homem à escala planetária que projectava (e creio ter chegado a redigir) com as Quatro Décadas contemplando os Quatro Continentes(89) e que remataria também com uma Geografia Universal” na qual chegou a trabalhar: “*Quanto ao titulo de navegação, a este respondemos cô hũa universal geografia de todo o descoberto ... que hira em latim*”(para mais ampla difusão e divulgação)⁽⁹⁰⁾.

Nas *Décadas*, (parece que concluídas em 1539 mas apenas publicadas em 1552), nesta História gizada à escala do Globo – como aliás noutras grandes realizações – se alargam as temáticas e os objectivos delas ficando implícitas, o dar a todos – e não apenas à Europa – o testemunho e a presença da Memória Histórica pois que “*a nossa civilização não é a Civilização, que os nossos valores não são os valores universais*”⁽⁹¹⁾.

Outras obras e autores se movem dentro dos mesmos parâmetros. Deve, por isso, citar-se também *A História do Descobrimento e Conquista de India* de Fernão Lopes de Castanheda

(1551) e ainda as *Lendas da Índia* (1550?) de Gaspar Correia. Repositórios por onde passa a gesta dos portugueses mas que constituem também um painel completo – e por vezes impressionante de toda a vida do Oriente, abarcando a geografia física e humana, descrições das terras e das suas Gentes, do retrato físico aos costumes e tradições, como acontece sobretudo em Castanheda (e não menos em Barros. Aqui, desde a África ao Oriente).

A preocupação, quase a obsessão, de rigor, da observação directa e do “visto” e “observado” dos pilotos e mareantes transpõe-se também para aqui. Escreve Castanheda que quem História quisesse escrever há-de indagar e inquirir das testemunhas directamente, como ele fez. Como ele, “ver o observar” os locais e palcos dos acontecimentos; há-de fazer as diligências que ele fez e ver a terra que há-de tratar como ele viu: “*o muito que lá trabalhey por alcançar e saber particularmente a verdade*”... de pessoas fidedignas “*que sabiao muito bem por serem presentes nos conselhos e cousas de execução dellas e per cartas e e summarios que examiney*”. Essa preocupação de rigor levou-o, além disso, a conhecer e indagar dos locais: “*E assi vij os lugares em q se fizeram as cousas que avia de escrever pera que fossem mais certas, porque muitos escritores fizeram grandes erros no que escreverão por não saberem os lugares de que escrevião*”⁽⁹²⁾. Preocupação de rigor e exactidão que Zurara igualmente praticara para escrever sobre o Norte de Africa: “*pera que com fe de vista podésse escrever os feitos daquella guerra*”⁽⁹³⁾. Barros, quando outro tanto não pudera fazer, socorrer-se-ia de informes o mais chegados possível às terras e povos que tratou. Foi, ao que parece, o primeiro a mandar traduzir para seu uso uma *Cosmografia Chinesa*, sendo o primeiro europeu, em consequência, a aceitar e incorporar no universo cultural da Europa, as obras culturais destas novas civilizações.

Gaspar Correia seguirá idênticos princípios “*a mim somente fica ser escritor testemunha de vista*”... “*vendo os nobres feitos que passavaão e duvidosas porfias que depois havia... trabalhei*

com muito cuidado... perguntando a homens antigos e as dúvidas tirando e também algumas lembranças que achei em poder de mouros e gentios... tudo juntei e escrevi na verdade... nada acrescentarei nem diminuirei da verdade”. Por isso escreverá de todos “dos grandes e pequenos”, dos seus maos e bons feitos ... sem a nenhum tirar seu merecimento de bem ou de mal”⁽⁹⁴⁾. Frei Gaspar da Cruz, nas suas Crônicas de Oriente, guia-se pelos mesmos princípios: Não se “busque abundância de eloquência em cômposição de palavras, somête se cõtête cõ eu ser fiel e verdadeiro na narraçam”⁽⁹⁵⁾. O mesmo fazem os Padres da Etiópia. Não se escreve de cor. Vai-se ver, “buscar” as coisas certas para se escreverem com verdade. Jamais “pindurados da Geografia dos autores antigos; jamais escrevendo por treslado”. Por tudo isto, como em Castanheda, se há de ver as coisas e não contentar de ouvi-las⁽⁹⁶⁾. Isto posso deixar em Crônica e escrever “porque isto vi por experiência”⁽⁹⁷⁾.

A construção de *uma História Inteira*, reconstituindo com exactidão o palco dos acontecimentos, seguindo todos os actores e a todos dando a voz, estivessem eles ou não à luz clara do centro da civilização, (como era o europeu) ou na sombra da mais primitiva humanidade, como era ou seria o caso da Ameríndio sul-americano ou de muitas comunidades, surpreendidas nos mais recônditos lugares do Continente Africano.

De um modo geral e como regra, “nesta literatura Histórica se depara com o ajuste, por vezes seco, à verdade, o escrúpulo da exactidão e a ausência da busca do efeito novelesco. Também aqui não há “fingimento nem invenção” como na “vatraquiomaquia” de Homero!...⁽⁹⁸⁾. Não há a preocupação de relatar apenas o “moralmente belo” – princípio que, como vimos, frequentemente se questiona e interpela. A verdade vem às páginas da História no conveniente e no inconveniente (que nada deve ser ocultado) como acontece na *Crônica do Descobrimento da Índia*⁽⁹⁹⁾ onde a proximi-

dade de quem escreve e o seu respeito pelo relato da verdade roçam muitas vezes a inconveniência e o desabusado⁽¹⁰⁰⁾, atingindo denúncia de libelo n' *O Soldado Prático*. Em Diogo do Couto “o cul-to da verdade chega a ser um vício”⁽¹⁰¹⁾. Couto, onde igualmente se manifesta a justeza e razão de uma história de todos os povos de que faz menção de ocupar-se (se é que o não fez mesmo)!: “, *tenho feito hû l.º, que contem todos os Reis mouros e gentios*”⁽¹⁰²⁾.

A todos eles, inclusivé aos que “retratam” em poesia, se pode aplicar a estrofe de Sá de Miranda – que nisto copiava o poeta o jeito e a prática de toda essa nova literatura carregada de rigor, descrevento e trazendo ao convívio todos os interveientes do processo histórico:

*“Escrever com louvaminhas,
não é minha profissão;
tirar unhas ao lião
para pô-las nas galinhas
outros o façam, que eu não”*⁽¹⁰³⁾.

A cada um as suas garras, como as tem: ou sujas ou limpas, ou brancas ou coloridas...

Também alguns valores que eram tidos como “centros” intocáveis da civilização europeia se questionam. “*Em vão buscamos aí a apologia do herói ou do heroísmo, mas surpreendemos sem esforço e com frequência uma curiosidade e espírito de observação científico, notáveis*”⁽¹⁰⁴⁾, fora dos cânones da beleza clássica do humanismo renascentista.

Curiosidade por tudo o que é novo, deixando-o vir, sem preconceito, às páginas da literatura, seja na forma mais elaborada da poesia, seja na menos preocupada da “notícia”, da “Carta”, do “relatório”, da crónica ou da “memória” pessoal.

Todo um novo ambiente de criação cultural que vai do esfusiante exotismo, no pinturesco do real (da paisagem física e humana) ao pinturesco e ao encanto dos linguajares diferentes. Da denúncia e do pôr em questão todo o tipo de saberes que a experiência, as matemáticas e a razão não sustentam.

Por isso, dos “práticos” aos poetas receberão os saberes e “certezas” antigas tratos de boléu. Do Cancioneiro Geral à Miscelânea de Resende, de Gil Vicente a Diogo Bernardes ou Sá de Miranda e mesmo ao mais circunspecto Ferreira. Finalmente, na forma mais acabada, à Epopeia de Camões, ou à impressionante tragédia da História Trágico Marítima.

*“Dizer dos antigos que sam consumidos
nam quero em gregos falar nem romaãos”,
(mas do “visto de nós e de nos conhecido”⁽¹⁰⁵⁾.*

Do confronto destes saberes, destas civilizações novas, de valores e comportamentos diferentes que se impuseram a estes europeus, nasceu o questionar dos seus próprios valores, princípios e comportamentos. O heliocentrismo europeu cultural ou salvacional” ficou em causa, profundamente abalado. “Os seus males já não têm cura ou pouca cura têm”! - Reflexões filosóficas ou atitudes comportamentais novas que ficam clara ou tacitamente expressas por muitas páginas destes autores. Logo também numa das estrofes do *Cancioneiro Geral*:

*“Nossa ley, nossa vertude,
nosa onrra, nosso bem
avorreçemos,
nam procuramos saude,
do mal que cura nam tem
adoecemos⁽¹⁰⁶⁾.*

Os efeitos incalculáveis deste cepticismo - que chegou em Camões, como vimos - a questionar o Deus dos Cristãos - só

não desembocou em outros caminhos porque o bastão Inquisitorial se lhe atravessou pela frente em 1549 arjoando vigorosamente os cânones da ortodoxia eclesiástica e Estatal. O *Ciclo do Trono e do Altar pela mesma cruzada* começaria nesse mesmo momento⁽¹⁰⁷⁾.

Um Mundo Novo que fervilha por todo o lado, na terra e no mar, no seu rico e novo polimorfismo que o português recolhe, capta e traz às páginas desta nova literatura num rigor e num encanto por vezes incomparáveis:

*“Ainda podera contar
outras cousas doutras sortes,
que ha na terra, e no mar,
defferentes no casar,
nos costumes, vidas, e mortes,
tambem nos mandos, poder;
em seus nojos , e prazer;
em reger, e governar,
das quaes por non enfadar
muyto deixo d’escrever”* – Garcia de Resende⁽¹⁰⁸⁾.

e eu, aqui, d’acrescentar!

Poder-se-se-ia rematar toda a obra e transformações operadas recorrendo, ora a Pedro Nunes, ora a Jaime Cortesão. Do primeiro, como mais um testemunho e agente; do segundo, retomando a síntese:

“Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entrarão per elle sem nenhû receo, Descobriram novas ylhas, novas terras, novos mares, novos povos: e q mais he novo Ceo: novas estrellas. E perderanlhe tanto o medo que nem a grande quentura da torrada zona:nem o descompassado frio da extrema

parte do sul: com q os antigos scriptores nos ameaçavam lhes pode estorvar... descobrindo e passando ho temeroso cabo da Boa esperança ho mar de Ethiopia, de Arabia, de Persia , poderam chegar a India... Passaram o Rio Ganges e as ilhas mais Orientais. Tirarão nos muitas ignorancias e amostrarão aver hi Antipodas: que ate os Sanctos duvidavam (!...) e que nam há regiam que nam se deyxte de habitar e que há homês brancos e pretos e de muy diferentes calidades E fizeram o mar tão chão que não ha que(m) oje ouse dizer q achase algũa pequena ilha... que per nossas navegações nam seja já descoberto”⁽¹⁰⁹⁾.

Olhando em bloco toda esta nova literatura e todas estas novas manifestações e formas de expressão e *se procurarmos sistematizar os resultados críticos desses trabalhos, podereamos dizer que eles chegam às seguintes conclusões sobre a influência dos Descobrimrentos, em geral, e da literatura de viagens em particular, no movimento das ideias:*

1. Destruíram o dogma da infabilidade dos Antigos, como Ptolomeu, Plínio e Aristóteles.

2. Fizeram desapareacer o “estado de espírito mitológico”, isto é, que tendia a povoar o mundo desconhecido de monstros e demónios.

3. Criaram o sentido da relatividade entre as culturas e, por conseguinte, entre os conceitos de civilizado e bárbaro.

4. Provocaram a universalização da história, ou seja, a substituição do conceito de oposição entre História Sagrada e História Pagã e da supremacia da civilização judeo-helénica-latina por um conceito novo da história da humanidade, onde entram, por igual direito, todos os povos e cujo eixo ou centro deixou de se ajustar ao Mediterrâneo.

5. Influíram na concepção de “deísmo” no sentido francês da palavra ou seja da religião natural, inconfessional, sem dogmas,

e admitindo apenas a existência de Deus, a imortalidade da alma e a regra do dever⁽¹¹⁰⁾.

6. Criaram por contribuição múltipla, certos tipos falsos como o Bom Selvagem, ou exagerados, como o do chinês supercivilizado, de grande influência nos pensadores do Século XVIII e que serviriam de modelo aos romances de viagens extraordinárias e às sociedades ideais imaginadas pelos Utopistas.

7. Finalmente, favoreceram a formação do racionalismo, do espírito crítico moderno, da ideia de progresso e, pela crítica comparativa, as transformações políticas e económicas”

Pode concluir-se que

o novo Humanismo dos Descobrimentos foi muito mais longe pelas suas críticas e consequências que todo o restante Humanismo europeu⁽¹¹¹⁾.

4.4. Repercussões a nível da criação

e representação artísticas. Formas, conteúdos e símbolos

Outras manifestações vão acusar entre nós grandes influências motivadas pelas Descobertas, pelo contacto com as novas realidades físicas que trouxeram. No campo da materialização artística se vem a marcar um cunho próprio, quer se enquadrem – como devem – nas correntes gerais em que o gótico final se concretiza pelos diferentes espaços europeus, quer se integrem no “novo” estilo da Renascença.

Deixando de parte elementos estruturais que recebem tratamento e solução comuns por todo o lado, há - de aceitar-se que elementos definidores novos se expressam decididamente nas “formas” decorativas e ornamentais como também nos conteúdos. Um novo conceito didáctico (diferente do românico e do gótico) surge dentro das manifestações artísticas que o “manuelino” documenta

de modo claro. O mundo fantástico do românico e em parte também do gótico (não obstante alguns passos dados por este em relação à sua aproximação do real) é superado e concretizado de modo diverso na incorporação do exótico, exposto como “domínio” de um novo mundo descoberto. A profusão da esfera Imperial não deixa dúvidas a ninguém desse outro instrumento – a arte ao serviço de outro poder.

As realizações artísticas consubstanciam-se no estilo manuelino, quer se conteste ou não, hoje, a propriedade desta terminologia. Para quem não encontre diferenças com as correntes anteriores ou com o clássico da Renascença (postos de parte necessariamente todos os exageros com que alguns o definiram e caracterizaram) manter-se-á, ao menos, o conceito de “equivoco útil”⁽¹¹²⁾.

Sobretudo, como dissemos, no tratamento das formas e utilização de elementos decorativos há aspectos característicos, próprios. Pode dizer-se mesmo inconfundíveis. Formas e temáticas que invadem, aliás, outras manifestações artísticas, da pintura, à literatura. Por todo o lado surgiu a temática da caravela (e dos mares). Estranho seria que aqui não tivesse acontecido, se a simbologia utilizada, de per si, lhe não metesse no bojo, outros diferentes e mais alargados conteúdos que fizeram ruptura com os tempos passados.

Atendendo a que também aqui com alguma dificuldade se procurarão rupturas bruscas e imediatas, hão-de notar-se os elementos novos que surgem. Pelo geral, despregam-se decididamente desse mundo decorativo onde impera o mistério e o fabuloso, o fantástico e o imaginário para dar passagem as novas realidades trazidas do contacto com os mares, com as novas floras e faunas numa mistura de elementos exóticos que, em vão, se procurarão por outros lados, quer no chamado gótico final, quer no requintado estilo da Renascença.

Motivos novos e próprios que livremente se expandem pelas superfícies abertas das áreas exteriores, deixando com muita frequência, os espaços contidos e fechados dos interiores, do confi-

namento das arcadas, sem as preocupações de qualquer didactismo teológico de outros mundos que não o das realidades, que nautas, viajantes e mercadores trazem de todo o lado. Dir-se-ia que na única intenção de patentear os mundos novos e uma nova concepção de poder. O “assentamento” da Torre de Belém sobre o mar não deixa, por sua vez, de ser simbólico. Facto logo realçado, aliás, por Garcia de Resende.

Mesmo que, sem dúvida, “combinação tumultuosa de influências várias”,⁽¹¹³⁾ se patenteia nesta “arte” a mesma abertura a outras experiências e manifestações, enquanto o requintado estilo da Renascença se apropria e se confina, por inteiro, aos motivos estéticos e formais, arquitectónicos, figurativos e decorativos do Mundo Clássico greco-latino.

Este “estilo” sublinha-se e marca-se, sobretudo, nas suas formas e elementos decorativos. Está e fica aberto ao mundo do presente, ao mundo do real, deixando-se às vezes fascinar por ele. Também aqui, a presença constante da esfera armilar representará, simbolicamente, apropriação e domínio desse mesmo mundo, sublinhado aliás, em testemunhos vários da época e logo também em Sá de Miranda: como “símbolo de um rei a que devessem obedecer as terras e os mares”⁽¹¹⁴⁾.

Esses novos elementos patenteiam-se em lugares bem visíveis, dos interiores aos exteriores. Mas é indubitável que mostram e marcam a sua total preferência pelos espaços abertos e livres.

Edifícios vários, mas sobretudo os Jerónimos, a Torre de Belém, o Convento de Cristo de Tomar, ao mesmo tempo que materializam toda a riqueza trazida pelos Descobrimentos, assinalam a especificidade, trazida à arte metropolitana, por todo esse mundo exótico e operacional dos Descobrimentos (esferas armilares, cadeados, embarcações, cordoarias, (ainda que timidamente *enroladas* – mas já presentes no Tríptico de Nuno Gonçalves) que agora, depois da Viagem do Gama, se *estenderão* por todo o lado, .

cintando os edifícios como as caravelas e naus cintaram o Mundo. Aspectos que marcam assinalável diferença com a restante arte europeia do mesmo período.

Edifícios vários, por todo o país, que “renovaram “ o reino:

*“Vimos lhe fazer Belem
cõ ha gram torre no mar
has casa do almazem
.../...
vimos seu edificar,
no Reyno fazer alçar
paços, igrejas, mosteiros
vi o reyno renovar”⁽¹¹⁵⁾.*

Na Janela do Coro do Convento de Cristo de Tomar , para além da leitura simbólica e emblemática que encerra, se marca bem a diferença com a corrente que a precede, quer do gótico final, quer da Renascença, em cujo tempo se insere. O panegírico do exotismo carreando consigo a força dos elementos marítimos, aberta sobre o mundo exterior, olhando a realidade marítima debruçada sobre os novos mundos, nisso se contrapondo também ao revivalismo” greco-latino da Renascença, voltado e “debruçado” sobre o passado.

Os reflexos do mundo e da temática dos Descobrimentos serão menores noutras manifestações ou, pelo menos, não serão tão patentes, ou serão menos referidas. Mas estão igualmente presentes, devendo notar-se, em particular, o seu impacto nas artes decorativas e ornamentais, da pedraria à lapidação e à ourivesaria.

Na verdade, a renovação e activação destas artes, ditas menores, sofreu real impacto com a riqueza do reino e até com os novos materiais introduzidos. Mais uma vez, Resende nos trans-

mite, nas suas estrofes, essa realidade artística que, de Norte a Sul, tocou o país, mas particularmente a capital do Império:

*“Pintores, luminadores
agora no cume estão,
ouriuizes, esculptores
sam mais sotis, e melhores,
que quantos passados sam:”*⁽¹¹⁶⁾.

Até à Musica chega o impacto produzido e a

*“Musica vimos chegar
a mais alta perfeiçam”*⁽¹¹⁷⁾.

e na pintura, em particular.

Aqui, na pintura, se há-de notar a mesma presença e a mesma influência, com a utilização de temas em “quadros” e assuntos temáticos que até o não requereriam: a presença constante, às vezes intrometida, de elementos náuticos como a caravela (ou outros tipos de embarcações).

Na pintura nacional talvez que a expressão máxima deste novo ambiente humano das Descobertas (e Conquistas) se possa ver em Nuno Gonçalves, nos célebres Painéis de S. Vicente, remontando embora ao último quarto do Século XV. Toda a clientela do mar aí está representada na espantosa galeria figurativa dos rostos das personagens onde se não procuram os cânones da beleza “clássica” mas o realismo figurativo. É evidente que o Renascimento cultiva o retrato, (mas há aí uma nítida preocupação de o aproximar dos cânones e do “belo clássico”). Ora, talvez em nenhum lado como aqui, e tão precocemente, se venham a patentear, de uma só vez e de forma não repetida, mas individualizada, numa

impressionante galeria, os rostos das personagens dessa gesta colectiva: militares e marinheiros, conquistadores e prelados, capitães, mercadores e pescadores “*verdadeira obra prima de beleza e de verdade* que coloca o seu autor “entre os grandes mestres da Primeira Renascença na Europa”⁽¹¹⁸⁾.

Aqui, já sintomaticamente se patenteia o cordoame das caravelas, ainda que enrolado, ao centro de toda esta espantosa composição. Dir-se-ia- que, com o símbolo do domínio dos mares a seus pés, “*todos estes homens têm os olhos fixados sobre o grande destino do seu País*”⁽¹¹⁹⁾. Não olha Nuno Gonçalves o passado, mas fixa a realidade do seu presente, olhando o futuro.

Mas Nuno Gonçalves não foi, certamente, o único. Dentre outros será justo que se nomeiem e refiram os que, no Século XVI, deixaram também inegáveis obras primas da pintura, como Jorge Afonso, logo no início do Quinhentos, Francisco Henriques, o anónimo Mestre (ou Mestres) da Lourinhã e do Sardoal e o grande Vasco Fernandes.

E neste âmbito ainda se pode e deve passar também pela actividade da Iluminura – “a época manuelina faz entrar a iluminura no seu período áureo, numa altura em que na Europa continua a ser cultivada apenas por tradição”⁽¹²⁰⁾, bem como pela notável obra de “pintura” da Cartografia portuguesas de então - como já acima se referiu.

Ter-se-ia tido em mente, pelo certo, a obra prima de Nuno Gonçalves, como a dos que o seguiram e continuaram, quando se escrevia e testemunhava que a pintura nacional, de então, ombreava com a melhor do Renascimento italiano:

“Vimos o gram Michael,
Alberto, e Raphael;
e em Portugal há taes,
tam grandes e naturaes,
que vem quasi ao liuel”⁽¹²¹⁾.

No palco da Arte Mundial, a temática humana dos Descobrimientos far-se-á presente pelo génio pictórico de Miguel Ângelo na cena apocalíptica do Juízo Final da Capela Sistina – centro da Cristandade – ao figurar o português guindando um casal de negros africanos, emblematicamente trazendo ao convívio de todos, ao Centro do Mundo e da Europa Cristã, a presença das novas realidades humanas que os Descobrimientos portugueses, por todos os Quatro Cantos do Globo, primeiro que outros, foram encontrando: *”homês brancos e pretos (e outros) de muy diferentes calidades”*⁽¹²²⁾.

Na arte ultramarina casaram-se, ao invés, formas e elementos metropolitanos, da arte europeia, numa troca mútua de influências recíprocas. Aqui, o exemplo mais espectacular se encontrará, sem dúvida, na Igreja dos Jesuítas de S. Paulo de Macau.

Todo este ambiente cultural e científico contaminou, de modo mais ou menos extenso, a nossa primeira geração de Humanistas - passe embora a sua mensagem e a sua novidade não terem conseguido - de um modo geral, entrar nas “escolas oficiais”.

O grosso da corrente do Humanismo português deu primazia às letras e algo ao comentário, muito mais que à reflexão. Todavia, sobretudo durante uma primeira fase, deixa-se contagiar por todo esse ambiente novo em que se vive no quadro peninsular: Resende, os Teives, os Gouveias, Góis, Aires Barbosa, Fr. Diogo de Murça, Brás de Barros, João da Costa, Jerónimo Osório e tantos outros. Todos eles “fazem parte de uma notável geração de Humanistas de grande projecção internacional” e que, de um modo geral, explanam a sua acção durante a primeira fase da política cultural de D. João III⁽¹²³⁾. O seu papel é relevante pois é através de muitos deles que se fará a ligação do mundo hispânico (autêntica forja no campo das experiências, e manancial sem precedentes no campo

das novas informações) com os principais centros culturais da Europa donde, futuramente, e em breve, se assistirá a uma mais acabada e elaborada reflexão intelectual quando, (sobretudo por causas exógenas- que não por incapacidades) se vai tornar difícil, se não, impossível, dar pleno desenvolvimento aos princípios aqui lançados, passando à livre reflexão e à elaboração filosóficas, livres de preconceitos e autoridades - como esta primeira geração de “práticos” peninsulares haviam preconizado e recomendado.

Este movimento humanista é inconformista, irreverente para com saberes e também para com valores estabelecidos. Ataca, nos seus fundamentos, a esterilidade escolástica e a dialética aristotélicotomista. “Aborrece” e detesta “as tricas” dialécticas. Estes autores afirmam-se pelo pragmatismo, pelo repúdio da autoridade, introduzindo, decididamente, a dúvida sobre todo o tipo de conhecimento, pondo em causa vastas áreas do saber e as mais variadas formas de comportamento, afirmando o poder do Homem sobre as coisas, praticando o culto do conhecimento positivo. Vêm, assim, a chocar com as correntes tradicionais que continuam poderosas e que, no genérico, predominam no ensino e nas escolas do País.

Alguns deles, além disso, mantêm contactos com grandes humanistas europeus, alguns deles também empenhados em movimentos Reformistas. Situações que, sós ou em conjunto, viriam a provocar o choque inevitável entre estas duas correntes. A polémica (em toda a dimensão semântica da palavra) atinge a sua máxima expressão e o seu máximo significado em torno do Colégio das Artes. A panorâmica cultural - que tão prometedoras raízes apresentava até à primeira metade de Quinhentos - vai, efectivamente, esmorecer e estiolar, incapaz de ultrapassar, a partir de então, as profundas contradições que emblematicamente se podem consubstanciar na própria e contraditória figura de D. João III: de Mecenas, incentivador e “criador” de humanistas, a responsável último do policiamento e do controle cultural. Uma tarefa,

um *Ofício-Santo* de profundas consequências e repercussões em todo o quadro mental e cultural posteriores.

Mantendo-nos nos limites naturais que todas estas realizações efectivamente comportam - “haveria exagero manifesto se pretendêssemos sustentar, ao nível do nosso continente, a ideia de uma anulação do saber tradicional pelo saber que vinha da gesta lusitana”⁽¹²⁴⁾, ou de que todas as transformações se deveram apenas à Expansão “- o fenómeno acusa a influência de outros dinamismos culturais e socio-políticos”⁽¹²⁵⁾. – poderemos concluir que os Descobrimientos semearam novos e importantes gérmes no campo da cultura, da ciência positiva e da reflexão que – incapazes de frutificarem, em pleno, dentro do Campo nacional – e também peninsular, onde o mesmo processo corre praticamente em paralelo - irão desabrochar nos centros além do meridiano dos Pirinéus, vindo a constituir, sem dúvida, um dos fermentos primeiros e fundamentais do desenvolvimento científico e cultural da Europa dos Tempos Modernos. Isto pertence, quer se apague, ignore ou, simplesmente, se esqueça a lição “ao número dos factos incontestáveis”⁽¹²⁶⁾.

As consequências dos Descobrimientos não se quedariam por estes campos.

NOTAS AO CAPÍTULO IV:

- (1) G. de Orta, II. 172.
- (2) Gil Vicente *Obras*. cit. IV. 315-*Triunfo do Inverno*.
- (3) *Cancioneiro*. cit. II. 296. O *Manuscrito Valentim Fernandes*, cit. 83; 105.
- (4) Portugália, Lisboa. 196.
- (5) Orta, II. 137.
- (6) Castro II. 99-100). Pela simbologia poder-se-ia também recordar de Albuquerque (cuja ferocidade e violência passaria mais frequente à História) quando no naufrágio da sua Frol de la Mar, preferiu tomar em suas mãos a pequena filha da escrava que seguia na nau do que ocupá-las no salvamento do imenso tesouro que com a embarcação se afundava. Nesta literatura não há apenas uma face da medalha. Há de tudo, dos actos mais edificantes (e poderiam citar-se muitos) que marcam atitudes éticas e “humanistas”) aos actos mais vis, mais repugnantes. Barros desceve alguns destes, horrorizado. Mas, ao fazê-lo, marca a denúncia de tais actos apostrofando ganâncias e violências.
- (7) Garcia de Resende. *Miscelânea*. cit. 345).
- (8) Fr. Gaspar da Cruz. *Tratado da cousas da China*. cit. 208
- (9) Das Molucas, referiu Tomé Pires ser um dos grandes mercados de escravos já organizado. *Suma Oriental*, Ed. de Armando Cortesão. Coimbra. 1978. 422. Vide também Magalhães Godinho. *Ensaio. II. Sobre História de Portugal*. 222 e segs.
- (10) *Navegações de Luis de Cadamosto*, ed. cit. 21.
- (11) J. M. Silva Marques, ob. cit. III. 231.
- (12) Garcia de Resende, *Miscelânea*. 345.
- (13) Idem. 352.

- (14) Testemunhado em João de Barros. (*Décadas*. cit) Medida apenas localizada, quase cirúrgica, mas que não deixa de ter a sua importância por ser a primeira condenação oficial do trato da escravatura, bem cedo ainda no Século XVI.
- (15) Zurara, *Cronica de Guiné*. Porto. 1973. 121-123.
- (16) Adolfo Carrasco Martínez, *Herancia y virtud. Interpretaciones e imágenes de lo nobiliario en la segunda mitad del Siglo XVI*. in “As Sociedades Ibéricas e o Mar”. (Vol. IV) Lisboa. 1998.
- (17) Hernani Cidade, *A Literatura portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Coimbra. 1963. I. 33).
- (18) Cit. I. 331.
- (19) Óscar Lopes, *Apologia e crítica contemporâneas da Expansão*. Roma. 1993. 30
- (20) Zurara, I. 36.
- (21) Maria da Conceição Dias Gonçalves. *O Índio na Literatura portuguesa dos Séculos XVI, XVII e XVIII*. Coimbra. 1961. 15.
- (22) Jaime Cortesão, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Portugalia, Lisboa. 1969. 250.
- (23) *Carta de Pero Vaz de Caminha*. ed. cit.. 250.
- (24) Idem, 325-326.
- (25) Idem, 238.
- (26) Idem, 255. 228- 231 229.
- (27) Idem, 235.
- (28) Idem, 240; 243; 245.
- (29) J. Cortesão, cit. 28
- (30) Fr. Gaspar da Cruz, cit. 206. Para a última cita: Duarte Barbosa ob. cit. entre outras 217. Para os Relatos de Angola e Congo, *Relações de Angola*. cit.
- (31) Camões, *Obras Completas*. cit. I. 93.
- (32) *Verdadeira Informação*. cit. 23; 59.
- (33) Idem. 23.

- (34) Idem, 85-86.
- (35) Idem, 101.
- (36) *Relações de Angola*. cit. 340.
- (37) Idem, 368.
- (38) Voltaire, *Essai sur les Mœurs et l'Ésprit des Nations*. Paris. 1829. III. 147. Ver também Duarte Leite. ob.cit. 592.
- (39) Se é que o insigne Roteirista o não chegou mesmo a cartografar (como pensamos) no seu Mapa Mundo – que, indiscutivelmente, diz ter construído. Vide Supra).
- (40) *Religio Moresque Aethioporum*. 1540. Sobre a obra do Padre Francisco Álvares, que também, por isso, iria ter grande sucesso conhecendo versões em espanhol, (1557), em francês, (1558), em alemão, (1566), finalmente em inglês em 1625.
- (41) Óscar Lopes, ob. cit. 33.
- (42) Serafim Leite, *Cartas dos primeiros Jesuitas* I. São Paulo. 1954.135.
- (43) Idem. 340.
- (44) Aurélio de Oliveira. *Cartas da Etiópia*. cit. Para a cita de Baltazar Telles, *História da Etiópia*. L. I. Cap. I.
- (45) *Relações do Congo*. cit.343.
- (46) Idem. 350. Pêro Pais, *História da Etiópia*. Porto. 1945. I. 217.
- (47) Hernâni Cidade. cit.108.
- (48) *Peregrinação*, Ed. Sá da Costa. 1961. cit. I. 212-213.
- (49) *Peregrinação*. I. 20.
- (50) Serafim Leite. cit. 163; 175. Passim.
- (51) Orta, I. 260.
- (52) *Enfomações das Cousas da China* cit.77); Em Barros, *III Década*. 93-95 e outras.
- (53) Idem, 105.
- (54) Idem, 77.
- (55) Idem, 153.

- (56) Idem, 81.
- (57) Idem, 73.
- (58) Idem, 108.
- (59) Idem, 109.
- (60) Fr. Gaspar da Cruz, cit. 111.
- (61) *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*, ed. cit. 69.
- (62) *Cancioneiro*, II. 39.
- (63) Idem, 42.
- (64) Idem, 40.
- (65) Idem, I. 92.
- (66) Idem, I. 97.
- (67) *Cancioneiro*. II. 39.
- (68) Gil Vicente, *Obras Completas*, Ed., Sá da Costa, Lisboa. 1942. II.74 – *Auto da Barca do Inferno*)
- (69) Sá de Miranda, *cit.I*. 298.
- (70) António Ferreira, *Obras Completas*, ed. cit. II. 132-133.
- (71) Sá de Miranda, ob. cit. II. 246.
- (72) António Ferreira, II. 190-191.
- (73) Orta, I.7.
- (74) Serafim Leite, cit.112.
- (75) *Cancioneiro*, cit. II. 254 e I. 82-83.
- (76) Gil Vicente, *Obras*. cit. IV. 80. *Nao d'Amores*.
- (77) Idem, IV. 259 - *Cortes de Júpiter*.
- (78). Maria Leonor Carvalhão Buesco. *O estudo das línguas exóticas no Século XVI*. Lisboa. 1983. 10.
- (79) *Enformações das Cousasa da China*. cit. 20.
- (80) Fernão de Oliveira, *Grammatica de Linguagem Portugueza*. Porto. 1871. 70.
- (81) Camões, *Obras Completas* . Ed Sá da Costa. 1947. IV. 257.
- (82) Idem, IV. 289.
- (83) Idem, IV. 290.

- (84) Idem, IV. 246.
- (85) Idem, IV. 254.
- (86) Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, Lisboa. 1943 I. 205.
- (87) Canto. X. 262.
- (88) Manoel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*. Lisboa. 1879. II. 302.
- (89) Barros. I. 10.
- (90) Idem. I. 10.
- (91) António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*. Lisboa. II. 1979. 278.
- (92) *Historia da Conquista da India*, Coimbra. 1924. I. 3.
- (93) Barros I. 69.
- (94) *Lendas da India*, Ed. Coimbra. 1922. T. I. P. I. 2-3). Fr. Gaspar da Cruz no *Tratado das Cousas da China*. cit.
- (95) Cit. 155.
- (96) Idem, 156.
- (97) Duarte Barbosa, ob. cit 33.
- (98) Barros. I. 3.
- (99) Anónimo. Edição Luís de Albuquerque. Lisboa. 1986.
- (100) Cit 17-18.
- (101) Rodrigues Lapa, *O Soldado Pratico*. Ed. Clássicos Sá da Coata, Lisboa. 1937. Prefácio, XXX.
- (102) Diogo do Couto, *Décadas*, Clássicos Sá da Costa. Lisboa. 1947. I. LXXII-III.
- (103) Obras, cit. II. 115.
- (104) Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Ed. 1967. 27.
- (105) *Cancioneiro*, I. 298.
- (106) *Cancioneiro*, I. 91.
- (107) Aurélio de Oliveira, *O Trono e o Altar na mesma Cruzada*. Porto. 1987. Vide Supra Cap. III. Nota 143.

- (108) Garcia de Resende cit. 354.
- (109) Pedro Nunes. *Obras* I. cit.175-176 – *Tratado em defensam da Carta*.
- (110) Vide supra o que acima se disse e transcreveu de Garcia d’Orta.
- (111) Jaime Cortesão, *O Humanismo Universalista dos Portugueses*, cit. 121-122.
- (112) *História da Arte Portuguesa*. Direcção de Paulo Pereira. Lisboa. 1995. II. 53.
- (113) Idem.
- (114) Sá de Miranda, ob. cit. II. 284.
- (115) Resende, *Miscelânea*. cit. 343.
- (116) Resende, ob. cit. 363.
- (117) Idem, 3362.
- (118) Émile Mâle, *Histoire Générale de l’Art*. II. Paris. 1950. 140.
- (119) Idem, *Ibidem*.
- (120) Francisco de Macedo, *Breves considerações sobre a Iluminação em Portugal na Época dos Descobrimentos*. Lisboa. 1990. 13.
- (121) Resende, cit. 363.
- (122) Pedro Nunes, *Obras*. I. cit. 175.- *Tratado em defensam da Carta*.
- (123) Silva Dias, *A política cultural da Época de D. João III*. Coimbra. 1969.
- (124) Silva Dias, *Os Descobrimentos*. cit. 140.
- (125) Idem, 146.
- (126) Idem, 14.

CAPITULO V

A CONSTRUÇÃO DO QUOTIDIANO

5.1. Economia e Sociedade

As repercussões e consequências dos Descobrimentos portugueses e ibéricos foram talvez mais espetaculares e decisivas a nível das manifestações que traçaram e definiram os fundamentos materiais do Mundo Moderno.

Em termos sociais, a ascensão dos estratos burgueses e mercantis, elemento humano essencial e fundamental desse capitalismo mercantil, logo também financeiro, que alterará a fisionomia social da Europa com profundos repercussões a nível das instâncias políticas. “A Conquista do Mundo pela Burguesia “, desencadeou-se a partir de então.

A nível do quadro interno nacional, os Descobrimentos, para o bem e para o mal, moldarão toda a estrutura material do país.

Em termos económicos e financeiros, as receitas alfandegárias e o fluxo dos tratos ultramarinos constituíram-se no máximo aferidor da realidade económica e financeira. A partir daqui, o estado de saúde ou de fraqueza do país, as crises ou surtos económicos, passaram a ser diagnosticados e aferidos em função do comportamento dos fluxos mercantis. Chegou-se ao ponto da total dependência desse comércio ultramarino. Tal era essa subjugação, que em tempos de dificuldades ou apertos, a chegada das naus com a

pimenta do Índico ou do açúcar do Brasil, motivava acções de graças e *Te Deums* em todo o País: assim, em 1637, em cima de dificuldades bem visíveis, Filipe II ordena que se dessem “graças públicas a Deos (em todo o Reino) pela chegada da frota dos Açucares”⁽¹⁾. A tomada de uma nau de pimenta no mar de Lisboa, “nova de assaz desconsolassão e tanto espanto pera todos por nunca se ver ate então outra tal” – presságio da total ruína de Portugal – uma verdadeira catástrofe de dimensão nacional⁽²⁾.

O transporte e a exploração dos círculos coloniais sobrepor-se-á ao fomento das actividades internas; a predominância absoluta do comércio estrangulará a emergência de outras actividades alternativas ainda que num tipo de comércio que nos fugia das mãos e cujos lucros efectivos iam alimentar, preferentemente, os “círculos” exteriores que, ora forneciam créditos, ora a esmagadora maioria dos manufacturados, uma vez que as “forjas” nacionais se viram incapazes de alimentar as necessidades. Do “contributo” chegar-se-ia, em breve, à estiolação, pela incapacidade de concorrer com esses centros de laboração exteriores.

*”Estrangeyros partysando
levam desta nossa terra
ouro, prata,
nossas bolsas aliviando
com a paz nos fazem guerra
.../...
Assy como vão da nao
todolos outros estantes
nos depenam:
levam ouro, trazem pao,
nossos tratos mercadantes
desordenam
Por framengos, genoeses,
frentyns e castelhanos,*

*mal nos vindo
com seus novos antremeses
dã-nos trinta avanos
vam-se ryndo*"⁽³⁾ (!...)

Os impactos provocados nas diferentes camadas e segmentos sociais foram decisivos, alterando a fisionomia sociológica do País. Grande parte da Nobreza aburguesou-se pelo comércio e pela “gestão” do complexo ultramarino, enquanto a burguesia, enriquecida pelo trato, se enobrecia e subia aos escalões superiores da hierarquia social, tomando seus estatutos e comportamentos. O cavaleiro-mercador e o burguês-enobrecido surgiram como criações típicas da era de Quinhentos⁽⁴⁾. Também os segmentos inferiores dos estratos populares foram profundamente remexidos procurando pela aventura ultramarina a promoção e o rompimento com os laços de dependência que a ligação à terra e às estruturas tradicionais implicavam. Todas as estruturas sociais tradicionais “se danaram”:

*“Ca muytos bayxos, indinos,
de nobreçydos lugares,
pervaleçem
e com rycos trajos fynos
cadeas d’ouro, colares
engrandecem.
Aos nobres sem dinheyros
nam lhe catam melhoryas
porque cayam;
menospreçam cavaleyros
onde se cavalaryas
nam ensayam*”⁽⁵⁾.

*“por trajos demasiados,
em que todos sam igoais
sam confusos
os tres estados, danados,
alterados mesteyraes em seus usos⁽⁶⁾.*

O aventureiro, o viajante, foi outra das personagens trazidas ao palco da sociedade donde saiu a figura típica e inconfundível do pícaro ibérico (de extracto popular ou não) de largo e espantoso retrato na literatura e na pintura hispânicas⁽⁷⁾ com tudo o que representa de exótico, mas também de realidade humana, no contexto sociológico da Época dos Descobrimentos.

De toda essa sociedade em profunda mutação (física e moral) nos legou a literatura de Quinhentos um pinturesco, às vezes, dramático retrato:

*Os Portugueses sohiam
ser nas armas muy destrados,
animosos ser sohiam
non lhes lembrava tractar,
nem muyto negociar:
eram com pouco contentes
.../...*

*Depois foram tam polidos
tam ricos , tam atilados
e em gastar desordenados
e tantos trajos mudados
tanto mudar de viver
tanto tractar, revolver,
tanto ser negociados.”⁽⁸⁾*

Em breve, tudo mudaria porque

*“quem vay de foz em fora
nam vay por sua nobreza
mas por yr contra proveza
e ancora
com amarras na riqueza”⁽⁹⁾.*

O comércio atingiu tudo e todos desde que

*“De Indios se nos pegou
tratar, e mercadoria
dantes non se costumou,
por baixeza se avia:
em alteza se tornou:
a muytos aprovectou,
a outros muitos custou
as fazendas e as vidas:
com muitas naos la perdidas
muyta honra se ganhou”⁽¹⁰⁾.*

O trato marítimo atraiu tudo e, como formigas ao pulgão, todos - de Norte a Sul - se fizeram aos navios, largando as outras actividades: as artes mecânicas que “baixas parecem mas que fazem e dão ornamento às ilustres cidades e as afamam” - recriminava António Ferreira⁽¹¹⁾. Entre elas a agricultura: “se algures a agricultura foi tida em desprezo, é incontestavelmente em Portugal ... o que faz o nervo principal duma nação é aqui duma debilidade extrema - testemunhava, por seu turno, Clenardo em 1535⁽¹²⁾. Anestesiavam-se as outras actividades e afunilava-se o território, num autêntico descontrolo de peçonha do bicho do monte:

“Entrou, peçonha pelos portos”⁽¹³⁾.

Por isso, agora, constantemente:

*“Vereis barcos ir à vela,
uns que vão, outros que vem”⁽¹⁴⁾*

e neles – na belíssima e sugestiva imagem de Miranda,
– sofregamente

*“Os marinheiros vadios
que vilmente a vida apreçam,
polas cordas dos navios)
volteam como bugios,
inda que vos al pareçam”⁽¹⁵⁾.*

Toda a terra portuguesa foi atingida pela febre do trato e do dinheiro: Perde-se e dá-se tudo por um só objectivo: a mira do lucro e do dinheiro,

“A nao vem bem carregada?”

.../...

Porém vindes vós muito rico?

*-(Se não fora o Capitão
eu trouxera a meu quinhão
hum milhão, vos certifico”⁽¹⁶⁾ !...*

*“Como vi correr pardaus
por Cabeceiras de Basto,
cresceram cercas e o gasto”⁽¹⁷⁾.*

Atrás do dinheiro e da mercancia do Além mar, todos correram, despovoando-se o reino:

“Não me temo de Castela

...

*mas temo-me, de Lisboa,
que ao cheiro desta canela,
o Reino nos despova”⁽¹⁸⁾.*

Emigração que desertifica o tecido social e o tecido geográfico do país em direcção à Capital que tudo controla, tudo domina, cavando profundas clivagens no país, profundos desequilíbrios:

*“Ao Reino cumpre em todo ele
ter a quem o seu mal doa,
não passar tudo a Lisboa,
que é muito o peso, e com ele
mete o barco n’água a proa”⁽¹⁹⁾,*

cavando profundas assimetrias e desigualdades.

Aqui,

*“paços dourados,
cheirosos inda da cea;”*

acolá, pelo resto do país,

*Ficam os casais colmados,
por sempre do sol torrados,
fica a faminta da aldeia”⁽²⁰⁾.*

Acelera-se a corrupção e a mudança de atitudes, e a mobilidade social que não escapa aos acutilantes e espantados observadores: mobilidade em constante “sobe e desce”. No subir e no descer, corre o dinheiro, corre o luxo, corre a corrupção:

*“O que ontem muito aprouve, hoje aborrece,
nos poços sobe um balde, o outro desce (...)⁽²¹⁾.”*

*“Em qualquer aldeazinha
achareis tal corruçam
c’ a molher do escrivão
cuyda que he hua raynha”⁽²²⁾.*

*“É senhor grande trabalho
escrever de gerações!
nem todos são Cipiões
e podem cheirar ao alho
ricos homens e infanções⁽²³⁾.”*

Se, no Minho, a nova aristocracia cheirava a alho, na Beira, cheirava a nabo segundo atesta Gil Vicente!

*“assim como bafejais,
ainda me cheirais a nabos”⁽²⁴⁾(!...).*

Por isso, tão frequentemente “*não condiz a fala co’s trajos*” (!...)⁽²⁵⁾. Deixa lá! – diz Gil Vicente:

*“Deos sabe o que faz...
de fidalgo é manter fé
Bem sabes tu, Pero Vaz,
que fidalgo há já agora
que não sabe se o he”(!)⁽²⁶⁾.*

Razão tinha, por isso, Diogo do Couto, em querer manter a diferença, usando do estatuto de não ser fidalgo - tantos eram os “enobrecidos” e os “nobres abastardados” pelo trato e mercancia. (Verdade se diga, porém, que a nobreza que desdenhava meter-se no trato, via aviltar-se economicamente e o seu estatuto. Degrada-

vam-se, "caíam" - como acima disse o poeta. Mas Couto ainda preferiu a diferença: "*Eu não peço a Sua Mag.de que me faça fidalgo nê que me dê habito de Christo porq o mûdo está tam cheo delles que jnda ejde ser conhecido por homê q não tem abito*"⁽²⁷⁾.

E de filhos de mercadores, ou de mesteres, ou de lavradores se fazem, agora também, Bispos!

*"Elle he do nosso lugar ...
de moço guardava gado
agora veio a bispar!"*⁽²⁸⁾.

*"Dinheiro, officios, privanças
a nobreza nos desterra"*⁽²⁹⁾.

e até a vida do além se pretende comprar "c'os bens da terra":

*Hou lá, hou demo barqueiro(!...)
sabeis vós no que me fundo?
Quero lá tornar ao mundo
e trazer o meu dinheiro
qu'aquele outro marinheiro,
porque me vê vir sem nada,
dá - me tanta borregada
como arrais lá do Barreiro*⁽³⁰⁾(!...).

*As almas dos cortesões
são como nao sem governo,
porque cuidam que o inferno
que se come com limões"*⁽³¹⁾.

Riqueza, ostentação, luxo que embebedavam todos os extractos sociais:

*“Mas tornemos às novas que me dais
das senhoras, das casas e das sedas,
pedraria que cega os avençais”⁽³²⁾.*

Por todo o lado

*”os desvairados vestidos
que se mudã cada dya,
nom vejo nenhũa vya
para serem comedydos
Na Chamusca vy hûu dya
hûa filha d’hûu vylaão
lavrando d’almarafaão”⁽³³⁾.*

Da mesma massa donde se fizeram Bispos, se fizeram também muitos letrados e escrivães que, com o crescimentos dos tratos, do mercadejar, do vender de mercadorias e papéis, da frequência dos contratos, vieram em número às ruas da capital como também a muitas terras do País. Ufanam-se da ascenção. Frequentemente, por isso, também ridicularizados:

Perguntado,
*Respondeo:- Sam escriuam
que nã jaa besta albardada⁽³⁴⁾!*

Riqueza que transforma os homens e seus comportamentos,
as paisagens

*“Agora por que vos conte
quanto vi tudo é mudado;
quando me acolhi ao monte,
por meus vizinhos defronte
vi lobos no povoado”⁽³⁵⁾.*

Tratos, fortunas, dinheiros!... Mas,

*“Ganham-nos tão mal ganhados
que vos roubam as orelhas...
Pola hostia consagrada
que os lobos nas ovelhas,
não dão tão crua pancada .(!..⁽³⁶⁾*

Um mundo

*“de falso engano
Em escrituras, tratos e distratos,
Em ouro e prata, em seda e pano”⁽³⁷⁾.*

As Cidades.

Lisboa:

*“hodie regiam sedem celebritate nominis et rerum opulentia
maxime insignis”⁽³⁸⁾.*

O crescimento urbano seria outra das grandes consequências. “Alterando as correntes inter-regionais e internacionais e modificando a estrutura produtiva pelo avolumar da procura de géneros e da oferta de produtos industriais”.

Todas as cidades sofrerão esse impacto, mas é Lisboa, sem dúvida, como grande centro marítimo e como centro monopolista desse comércio, que mais cresce no contexto Nacional, alcandorando-se a uma das maiores e mais importantes cidades da Europa. Ombreará com Londres, Paris, Veneza Nápoles, Milão e outras.

Conta com uns 70.000 habitantes ao fim do primeiro quarto de Quinhentos (1527) para quase duplicar o seu número a meados do Século e para atingir os 165.000 por alturas de 1620 - “o mais nobre e capaz porto que se pode encontrar em todo o Universo -

grandissima et piena di populo ... fa in torno a dugento milia anime” (com algum exagero, pelo certo)⁽³⁹⁾!

Maior ideia se fará desta enorme concentração no tecido urbano interno, comparando-a com o segundo núcleo mais importante - o Porto: Na mesma altura em que Lisboa regista aqueles 70.000 habitantes, o Porto não vai além dos 12-13.000 e pouco mais terá crescido daí até fins do Século. Na verdade, por isso, também “só ela (Lisboa) vale quase todo o resto do Reino porque é de grandíssima população e a cabeça de todo o trato”. Por 1580-82 “é cidade povoadíssima, rica e comercial”. Não estranha, por isso, que nesta altura se diga ser “a primeira de todas as cidades do Mundo”⁽⁴⁰⁾.

Por 1600 contaria com uns 130.000 habitantes e subiria aos 165.000 pouco depois. É a maior cidade Peninsular à frente de cidades como Madrid e mesmo Sevilha - o grande pulmão, por então, do comércio hispânico e das Américas. (Sevilha – contava por 1565 uns 85.000 e 121.000 por 1588). Dicotomias mais acentuadas quando correlacionadas com a população global dos dois países. Acolá, uma população de quase oito milhões de habitantes; aqui, em Portugal, uns 1,4 milhões por 1527. Pelos inícios do Século XVII, mesmo nos cálculos mais optimistas, não se ultrapassava esse número. Estaria até seguramente diminuído⁽⁴¹⁾ e não se iria além dos 2 milhões no total do País por alturas de 1640.

Se o impacto dentro do quadro Nacional foi, sem dúvida, maior,⁽⁴²⁾ não menos importantes foram os reflexos operados a nível geral. Sob directo ou indirecto impacto das Descobertas, alargadas mutações se verificaram também nas estruturas e nos mais variados campos do material.

O impacto trazido à economia europeia e mundial, em geral, foi enorme, com alargados reflexos em todas as estruturas sociais e económicas da Europa. Todos os historiadores bem informados

são hoje normalmente unânimes em marcar uma nova era na economia europeia e mundial com as Descobertas portuguesas (e, depois, ibéricas): “*Foi na verdade, Portugal, não a Espanha que tomou a dianteira no século XV na expansão marítima Europeia*”⁽⁴³⁾. Autores como Fernand Braudel, Vasques de Prada, Pierre Chaunu, François Perroux, Pierre Léon, Frédéric Mauro, Peter Kriedte, Toynbee, Rugiero Romano, Tenenti, Charles Boxer, Pierre Vilar etc.⁽⁴⁴⁾ e, naturalmente – e primeiro que todos – Vitorino Magalhães Godinho - cujos trabalhos sobre a economia portuguesa e mundial da Época dos Descobrimentos influíram, decisivamente, em toda essa mais actualizada historiografia⁽⁴⁵⁾.

Mas outros, mais atentos, já no passado chamaram a atenção para a importância decisiva das Descobertas portuguesas.

Desde o Século XVI, assinalaram as profundas transformações operadas: desde João de Barros e Garcia de Resende a Aghuiera, a Joseph da Costa, a Guichiardini, a Sansovino, a Munster, a Lopez de Gomara ou Herrera - que assinala as “*torrentes de ouro prata, pérolas e outras riquezas que atravessando o Oceano inundam hoje todo o Mundo e que hoje são o verdadeiro sustentáculo do poderio das nações*”⁽⁴⁶⁾, passando depois por Adam Smith e Marx.

Para o primeiro, “*Os Descobrimentos e o Caminho marítimo para a Índia pelo Cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes acontecimentos registados na História da Humanidade*”⁽⁴⁷⁾. Para Marx, “*foram as grandes revoluções das descobertas geográficas do Séculos XV-XVII (com os portugueses na sua origem - que levaram ao rápido desenvolvimento do capital mercantil) que se volveram no factor determinante e fundamental da nova economia mundial (um novo modelo de produção mundial)*”⁽⁴⁸⁾. O mesmo sublinharia Voltaire:

“*Às descobertas dos lusitanos ficamos devendo um mundo novo*”⁽⁴⁹⁾.

“foi, de facto, com a viagem do Gama, que se mudou o comércio do Mundo”. Já para o polémico polígrafo, o maior acontecimento da História do Globo⁽⁵⁰⁾.

Pela primeira vez, os mercados se estendem à escala mundial, movimentando produtos de todo o lado, circulando em todas as direcções. A movimentação desses produtos, em volumes, nunca vistos, provocam acumulação de riqueza em escalas nunca experimentadas. O Capitalismo Comercial Moderno deve os seus fundamentos, decididamente, ao expansionismo ibérico que lhe deu o maior e mais decidido contributo.

Na sua esteira se abrem também os fundamentos do capitalismo financeiro representado essencialmente pelos círculos alemães ou italianos, intimamente ligados e dependentes deste capitalismo mercantil ibérico. Nasceriam autênticos eixos financeiros dentro do espaço europeu. Não se esqueça que a primeira grande praça financeira a nível europeu e mundial não vai nascer no quadro que lhe parecia mais natural – o círculo das cidades mercantis ou bancárias italianas mas, ali, em Antuérpia, onde o mundo ibérico fez praça mundial de descarga e venda dos novos produtos ultramarinos. Esta cidade seria a herdeira directa dos balcões da Casa da Guiné e Mina que Portugal mantinha, até então, em Bruges. Tudo para ali se transferiu ao consumir-se a soldadura económica do complexo do Atlântico com o Índico. Esta cidade – Antuérpia – primeiro grande empório mercantil e financeiro da Europa - será, na verdade, uma construção ibérica, feita de fora, desde os inícios de Quinhentos por Lisboa, com as especiarias (e restantes produtos do comércio ultramarino seja de proveniência africana, seja atlântica) e, depois, a partir dos anos trinta-quarenta, continuada por Sevilha e Sevilha-Madrid (com o comércio ultramarino e as espécies metálicas americanas). Braudel sintetizaria a profunda mudança na “passagem de um porto nacional a um porto internacional”

“tudo mudou, com a descarga, em 1501 nos cais do Escalda, de um navio português, carregado de pimenta e de noz moscada”⁽⁵¹⁾. Uma nova era começava para a Europa e para o Mundo.

O rápido crescimento das cidades europeias ficou umbilicalmente ligado a este comércio mundial e ultramarino, devendo algumas delas a sua importância e crescimento à directa articulação com o comércio ibérico.

Alteram-se no quadro europeu os centros vitais da economia.

Ao toque da proa das naus portuguesas nos mercados do Índico, a rede dos mercados mediterrânicos sofre um abalo imediato e profundo. Antes mesmo das primeiras drenagens significativas pela rota do Cabo, os correspondentes e espiões das Repúblicas Italianas sentem a aproximação e o perigo dos novos tempos. O que mais temem é a eminência da perda deste comércio “a qual coisa importa mais ao estado Veneziano do que a guerra turca e quaisquer outras guerras que lhe pudessem acontecer” (Carta Priulli de Julho de 1501). O desnorte e a enorme confusão provocada nas redes de comércio mediterrânico foi imediata, logo se prevendo, para a Rainha do Adriático, o fim do seu ciclo de grandeza e prosperidade: *“Se esta viagem se continuar- como já me parece ser fácil, o Rei de Portugal poderá chamar-se o Rei do Dinheiro, porque todos concorrem naquele país para terem especiarias”*. *“Interessa verdadeiramente esta notícia a Veneza, toda a cidade se ressent grande e toda a gente está estupefacta, porque nos nossos tempos se encontrou uma viagem nova e, mais ainda, não ouvida, nem vista nos tempos dos antigos e dos antepassados”*... *“pelas pessoas instruídas foi considerada esta notícia a pior notícia que jamais a República veneziana pudesse ter recebido”*... *E, por isto, vejo claramente a ruína da cidade veneziana, porque faltando o tráfico, faltarão dinheiro dos quais procedeu a glória e o renome venezianos”*⁽⁵²⁾.

A profecia teria concretização imediata: Em 1502, as galés de Veneza não conseguiram carregamento nos portos do Levante, Beirute e Alexandria, onde regularmente se abasteciam, tendo que regressar a Veneza quase sem carga. Resgatariam quatro fardos de pimenta em Beirute e das cinco que rumavam a Alexandria, só uma conseguiria carga. Mas esta faltaria por completo ao comboio de 1504 tendo que regressar então ao Adriático de papo seco!⁽⁵³⁾.

No Índico, e até aos terminais mediterrânicos, os Sultões do Egipto eram os outros grandes senhores das rotas desse rico comércio que mantinham em estreito conluio com os italianos. Também aí o golpe foi rude. Aliar-se-iam ao “diabo” para impedir os portugueses de se apossarem desse comércio. *“Depois que nos fizemos senhores dela (Índia), e que lhe começámos a impedir o comércio que traziam por via do Mar Roxo, o sentiriam tanto, que logo mandaram embaixadores ao Papa, a requerer-lhe fizesse com os reis de Portugal que lhe não impedissem seu trato”*⁽⁵⁴⁾.

A Grande Senhoria irá recompor-se. Mas a custo. E na verdade, só depois de terminado o ciclo da preponderância portuguesa no comércio europeu-(1530-1547/49), Veneza conseguirá, em parte, reequilibrar-se do golpe sofrido⁽⁵⁵⁾. De qualquer modo, o eixo ou os eixos vitais da vida económica europeia e mundial nunca mais voltariam a esse “mar continental”. O Mediterrâneo perde a sua preponderância vendo surgir os eixos alternativos ao comércio mundial. Estes descolam-se, decididamente, dos centros fechados do Mediterrâneo e dos centros continentais, para os espaços abertos, atlânticos, construídos pelos portugueses, primeiro, em torno da Rota do Cabo articulando – se pelos centros nevrálgicos de Lisboa-Goa-(Goa-Ormuz-Malaca, depois Macau) e Lisboa-Antuérpia, passando ou não pelo circuito financeiro que alimentava esse grande eixo atlântico: Lisboa. Medina del Campo - Antuérpia e depois Amesterdão e Amburgo. De seguida, em torno da

rota da prata e dos metais preciosos - Sevilha-Antilhas (S. Domingos – Cuba) ou, depois, na Rota Acapulco – Manila. Rotas que cingem todo o Globo, condicionando os grandes fluxos mercantis que na Europa se afunilam, igualmente, sobre o mesmo eixo de Antuérpia. Os calabres enrolados do Tríptico de Nuno Gonçalves, desdobraram-se, abraçaram finalmente - e em pouco tempo – toda “Esfera” Terrestre!

Deixando o voluntarismo das *lendas, mitos ou anti-mitos* os factos aí estão: a Viagem do Gama consubstanciou e propiciou profundas alterações que passaram da incredibilidade do feito (até das especiarias trazidas se duvidou que fossem verdadeiras) à constatação dos factos - dramáticos para muitos⁽⁵⁶⁾.

Em obra recente se volta a ter de confirmar essas realidades: o período de 1499-1502 assinala o *Duplo Desastre* para Veneza - “golpe mortal para a supremacia comercial da grande e poderosa República do Mediterrâneo: “Assim, (com esta viagem) de um dia para o outro, Veneza se encontrou em águas-mortas”⁽⁵⁷⁾.

É evidente que hipóteses em contrário se podem vir a resolver em diferentes realidades. Até lá, o que parece de manter, e desde há muito foi notado, é que, mesmo para o conjunto do Oriente, os impactos ficaram à vista: “o tráfico intermediário dos portugueses na Índia e em todo o Sudeste da Ásia apresenta-se, para a História do comércio mundial, de uma decisiva e real importância” ⁽⁵⁸⁾.

Esta dinâmica criada sobre a predominância dos espaços abertos e atlânticos jamais se apagará, marcando, daí para o futuro e definitivamente, o fluxo da economia mundial que poderíamos ver – terminada a supremacia do eixo Lisboa / Sevilha - Antuérpia – continuada pelos eixos - Amesterdão - Amburgo depois, Londres – (Amesterdão) Amburgo.

Este tipo de articulação em torno de verdadeiros eixos económicos e financeiros e de redes de circulação de produtos

gera outra realidade: a solidariedade de mercados e a sua interdependência, provocando a emergência de crises ou surtos alargados, seja a nível europeu, seja mundial, (com as discronias que a circulação dos produtos e notícias naturalmente impõem). Mas é, de facto, uma nova realidade no mundo económico. Os pequenos espaços também aqui desaparecem para impor continuidades. A realidade paroquial, por importante que seja a nível do viver diário das populações, cede o lugar à realidade continental e à realidade ecuménica. Essa realidade foi efectivamente criada por Lisboa e Sevilha que, rapidamente, estenderam os seus tentáculos de polvo gigantesco em volta de todo o globo e muito antes de que outros aí chegassem. E para o conseguir, tiveram estes que os desatar. De facto, os primeiros elementos da globalização actual ficavam lançados a partir da Ibéria. O primeiro passo da Globalização construiu-se com a rede de transportes marítimos, portugueses e ibéricos e com eles pela primeira rede mundial de correio e informações a partir de Lisboa e rematada pelo conjunto ibérico, por mão de Felipe II.

O volume de negócios operou e acelerou os processos de pagamento. Em vez das espécies metálicas de difícil circulação e, na verdade, insuficientes para tão grande volume de comércio, desenvolvem-se outros instrumentos de troca. Circulam agora em catadupa as notícias e os papéis. É o recurso generalizado ao crédito como as cédulas e obrigações de pagamento mas, sobretudo, e como instrumento mais privilegiado, a generalização e enorme difusão das letras de câmbio (por sua vez negociáveis, como ainda os padrões de juro).

Quem diz papéis e moedas diz contas e sistemas de escrituração. Também eles se aperfeiçoam com o recurso às partidas dobradas, embora aqui os progressos não sejam tão rápidos e generalizados como nos outros sectores.

Outra realidade: o aparecimento das primeiras grandes redes de correios na Europa, estendidas a todo o Globo praticamente, a partir dos centros Peninsulares: de Lisboa e Sevilha – Madrid.

Grandemente articulados aos grandes centros do Comércio Oceânico, vivendo da sua dependência, emergem alguns centros financeiros continentais que, como elos de redistribuição e de “controle” de alguns produtos, têm também relevante papel nesta economia aberta, atlântica, como pode ser o caso de Lião de França. Lião - onde há, diga-se, uma importante colónia de mercadores e banqueiros portugueses ligados à circulação e capitais e mercadorias hispânicas – continuando uma forte tradição que vinha dos tempos anteriores. Lião transformar-se-ia num centro estratégico vital para a França. O mesmo acontece ainda com a maioria das cidades bancárias do Sul da Alemanha, como Augsburgo ou Nuremberga (a que poderia juntar-se, ainda, Ratisbona e Ulm)-centros de irradiação dos grandes banqueiros que ligaram o seu destino e o seu sucesso económico e financeiro a este mundo hispânico e seu comércio ultramarino.

É a grandeza deste comércio ultramarino que provoca uma concentração de capital em volumes nunca até aí experimentados. Para mais, controlados e manejados por particulares que colocam na sua estrita dependência os monarcas por mais poderosos que sejam, de D. Manuel a D. João III, de Carlos V a Filipe II. A sua importância (e o seu envolvimento) foi tão grande que ao Império de Carlos V ou Filipe II preferem alguns chamar Império dos Fugger ou dos Welser (com este último – Filipe II - a dar certa preferência aos italianos, como os Spinola e Grimaldi). Por isso, teriam todos um destino praticamente comum: cresceriam e afundar-se-iam juntos!⁽⁵⁹⁾.

Por este comércio “exterior” se reanimam os centros italianos. A grande preponderância e o papel vital que vão novamente jogar na economia europeia resultarão, sobretudo, da sua articulação e envolvimento com estes eixos “exteriores” atlânticos. É pela banca e pela actividade seguradora que agora jogarão, principalmente, a sua sorte e o seu sucesso, não pelo manejo directo

dos produtos e mercadorias. No mundo hispânico, em Portugal como em Espanha, genoveses em primeiro lugar – a quem Filipe II vai concedendo alguma preferência – mas depois também florentinos, milaneses, venezianos e outros.

Criam-se e desenvolvem-se outras importantes instituições ligadas às necessidades desse comércio mundial. Além das grandes Companhias de Comércio, os Seguros, a Banca, as Bolsas de mercadorias que se estabelecem de modo permanente. A primeira em Anvers em 1531 - que servirá de modelo à de Londres, fundada por Gresham, trinta anos depois. As praças continentais iam dando preferência à Banca, como Lião de França. Mas são os Bancos, assentes sobre estes grandes terminais marítimos do comércio mundial, que irão ditar as suas leis e fazer o grande sucesso financeiro, como acontecerá com o Banco de Amesterdão que servirá de modelo a outros. O impacto destas instituições sobre as actividades mercantis e transformadoras, tanto nos quadros internos, como nos círculos exteriores que directamente fomentaram e activaram, são decisivos para sucesso e assentamento do capitalismo mercantil e, depois, financeiro e industrial.

Os transportes têm que acompanhar estas exigências do grande comércio. Adaptam-se, modificam-se e, sobretudo, alargam as suas capacidades de arqueação. Uma das grandes condições de sucesso passa, agora também, pelas novas capacidades de transporte. O aumento da tonelagem das embarcações representou, só por si, uma autêntica revolução comercial, transformando-se num instrumento de “concorrência política e comercial entre as nações europeias a partir de 1500”⁽⁶⁰⁾.

O aumento dessa capacidade de transporte significou uma viragem importante no comércio mundial. (a partir do comércio hispano – americano mas também luso-atlântico e luso-indiano).

Por meados do século XVI operava-se a grande revolução. Passaria de uma média de carga de umas cem toneladas para as trezentas toneladas, com os inícios do Século XVII. “Nos começos, digamos que por 1525, não ultrapassaria as 80 a 100 t. para a maioria das embarcações. Depois, ultrapassava esses volumes . Por 1540 atinge, frequentemente, as 130 a 150 t; em 1555 o mínimo será de 120 t. e o máximo das 300 t. “Esta actividade e ainda a mobilidade fazem então milagres”⁽⁶¹⁾. Mais que as lutas directas entre os contendores no Índico, será o aparecimento do grande galeão holandês de transporte que provocará ali a derrocada do comércio luso e, depois, luso-espanhol.

As médias nacionais, porém, duplicavam e triplicavam já aqueles volumes. Também aqui - e com grande antecedência - essas transformações e adaptações se haviam operado dentro do comércio marítimo.

Além das constantes modificações operadas nas caravelas, D. João II foi quem espantou a Europa com o primeiro navio de grande arqueação: umas 900 toneladas. Coisa nunca vista até então: “*Mandou el Rey fazer huma não de mil toneis, a mais forte, e melhor acabada, e a mayor que nunca ate então fora vista*”⁽⁶²⁾. E não foi a única. Refere o mesmo cronista que muito despendeu aquele monarca na construção dessas “naos grandes”⁽⁶³⁾. E, na verdade, enquanto uma ficaria a pavonear-se diante de Lisboa para espanto e admiração dos estrangeiros, uma outra, de 1.000 tonéis seguiria em serviço para o Mediterrâneo, em 1493. Os estaleiros de construção naval modernizam-se em função destas novas realidades. E não só na Capital. Uma dessas naus grandes de D. João II saíria dos “estaleiros” da cidade do Porto.

O aumento da capacidade de transporte foi, desde 1474, incentivado. Certamente já com o impulso do Jovem Príncipe - desde esse ano, (se não desde antes), associado aos “trautos” da Guiné - privilegiando todos aqueles que construíssem com a arqueação

de mais de 100 toneladas sob o primeiro telhado: “mandamos que qualquer nosso natural que ao presente faz nao, ou daqui em diante atee dez annos compridos e acabados faser que seja de cem tonees sob o primeiro tilhado e d’y pera cima, aja tamtas coroas quantas toneladas levar debaixo do primeiro tilhado”⁽⁶⁴⁾.

Desde meados do Século XV que andavam já caravelas de grande arqueação no trato de Ceuta: Lionel de Lima tinha aí uma sua de 126 toneladas⁽⁶⁵⁾! (Como acima se disse, a média para as de Castela ainda por 1525 não ia além das 80 a 110 toneladas!

A conquista do Mediterrâneo pelo comércio português antes de as naus do Gama terem aprofado aos mercados orientais, seria feito com dois instrumentos essenciais: os novos produtos atlânticos (à frente dos quais o açúcar) e essas embarcações de grande tonelagem e rápidas, em cuja construção se empenhou, como vemos, o Rei Mercador: “Según parece, los portugueses comenzaron a construir naves cada vez mayores com la intención de hacerse com el comercio de todo el Mediterráneo, y muy pronto se han encaminado a Quios, Constantinopla, Levante e Egipto”⁽⁶⁶⁾. Segundo parece, não. Há certezas! D. João foi o pioneiro da renovação ou modernização dessa nova capacidade de transporte das embarcações nacionais, tendo “dispendido muyto nas armadas de(ssas) grandes naos”⁽⁶⁷⁾.

A meados do século, enquanto na carreira das Antilhas andavam embarcações daquele porte, a média das portuguesas que carreavam no trato do Atlântico era já de umas 100 a 150 toneladas – nas ditas “caravelas pequenas”⁽⁶⁸⁾. A par delas havia, porém, “caravelas grandes” e mesmo “caravellas muy grandes”⁽⁶⁹⁾.

Desde cedo, se deu início à construção de grossas e ricas naus que serviriam Lisboa logo desde os inícios de Quinhentos. A Nau Santa Catarina voltaria a espantar os europeus em 1516: Uma soberba e esplêndida embarcação de oitocentas toneladas, riquíssima, “nao muyto forte, muyto fermosa, muyto veleyra, e muy segura no mar “de muyto singular artelharia”⁽⁷⁰⁾.

Na “Rota do Tejo ao Ganges” - na feliz expressão de Voltaire – drenando os produtos do Índico, andavam na média das 500 toneladas e mais, por meados do Século. ”Não ultrapassando os 500 tonéis no decorrer do reinado de D. Manuel, até 1521, as naus vieram a atingir 800-900 toneis para o final do reinado de D. João III. Nos fins do Século XVI inícios do Século XVII surgem embarcações ultrapassando a fasquia dos 1.000 tonéis”⁽⁷¹⁾. Ficavam também por aí abertos os caminhos do sucesso (ainda que na segunda metade do Século XVI e, depois no XVII, o excesso dessas capacidades, sem os necessários aperfeiçoamentos e conhecimentos técnicos, tivesse levado, com dramática frequência, a perdas irreparáveis nos meios náuticos nacionais. Sá de Miranda pôde ainda observar muitos dos destroços boiando:

*“Perdido tudo no mar,
saindo o gram Zeno a nado,
vendo a fazenda ondejar”.*

Grandes responsabilidades caberiam também à impreparação na pilotagem e à desmedida ganância:

*“Este ladrão do dinheiro
faz estes maos terramotos;
que eu sei mais que dez pilotos
e sempre sou marinheiro”⁽⁷²⁾.*

De qualquer modo, números que dizem bem da revolução operada no sistema de transportes marítimos.

O Impacto das espécies e tesouros metálicos

A chegada à Europa de metais preciosos em quantidades até aí nunca vistas teve consequências muito importantes, fossem

imediatas, fossem retardadas, tanto a nível económico como a nível social.

Mais uma vez, o processo é desencadeado pelas explorações portuguesas no Atlântico, particularmente a partir de 1450. Esse processo acelerar-se-ia após 1480 avolumando-se depois de 1500 com o ouro do Índico⁽⁷³⁾. “O primeiro Rei do ouro da Europa é o Rei de Portugal”.

Esses volumes seriam depois em quantidades muitíssimo mais significativas e importantes, com a drenagem dos metais preciosos americanos, a partir a 1520-25 e, depois de 1545-50, com a fase da mineração.

Tal processo desencadeará, por seu turno, uma rede de efeitos directos e secundários sobre a economia, a sociedade e até a política europeias: repercussões directas nas moedas com cunhagens em ouro, de que o Cruzado “o português” de ouro de 1457 se pode tomar como o primeiro grande ponto de referência. Por si só marcaria uma nova época monetária, não só no Reino, como na Europa. Seria continuado depois pelas cunhagens de ouro espanholas (dos escudos ou coroas) e da prata (os reales de prata). Três grandes enxurradas de metais como a Europa nunca conhecera: “La primera habia sido la del oro sudanés; la segunda la de los metales americanos la tercera y ultima la del vellón”⁽⁷⁴⁾.

As repercussões directas nos preços do géneros provocaram aqui também uma autêntica revolução, particularmente sentida nos países ibéricos, tanto a nível dos géneros de luxo, como de primeira necessidade:

*“Levantam-se as moedas
quanto mingã nossos fruytos
temporaes ;
estas praticas azedas,
estes nossos males muyto
sam geeraes”⁽⁷⁵⁾.*

*“a dous o vermelho
nom vale mais o branco
a dez o coelho
perdiz faz derranco;
a vinte a galinha,
de graça mil furtos,
doze turdos curtos
aquella chynfrynha”⁽⁷⁶⁾.*

Até as “as brutas alimárias” se queixariam:

Despedimento da mula, em se partindo:

*“que se eu sam mal prouida,
quando a terra he abastada,
que farey quando a çevada
a corenta he vendida?”⁽⁷⁷⁾.*

e não menos os estrangeiros. Clenardo tinha bem dificuldades em conciliar os seus honorários de Bolseiro Régio com os preços a que subiam os géneros nas bancas do mercado ou as “limpezas” no barbeiro. Quanto lhe “rapava” a navalha portuguesa? *“Imaginai lá ... nada menos de trinta reais! Haveis de concordar que é forte”!* A mão do barbeiro, a navalha e o preço – contorciam-se o humanista: - *“fazem-me vir as lágrimas aos olhos”!*⁽⁷⁸⁾.

Atingindo em cheio, e em primeira instância, as economias peninsulares, dada a articulação das actividades mercantis, logo se repercutiriam em toda a restante economia europeia.

Passa embora a presença de várias teorias explicativas da chamada revolução dos preços do Século XVI, (há, efectivamente,

outras variáveis importantes que entram na formação dos preços), um facto parece, ao menos, incontestado: a coincidência dessa subida com o crescendo do fluxo dos metais preciosos chegados à Europa, particularmente evidente no quadro espanhol onde se atingem “cifras verdadeiramente fabulosas para a época”⁽⁷⁹⁾.

Passem embora também algumas discronias verificadas, todos os restantes países viriam a ser atingidos, dado que os tesouros hispânicos rapidamente se passavam para outros destinos. As moedas fortes portuguesas e depois espanholas espalham-se por todo o lado. E logo para os contemporâneos ficou patente quem eram os grandes beneficiários deste comércio hispânico e ultramarino:

*“Estrangeyros partysando
levam desta nossa terra
ouro, prata,
nossas bolsas aliviando
com as paz nos fazem guerra
que nos mata”(!...)⁽⁸⁰⁾.*

*levam ouro trazem pao,
nossos tratos mercadantes
desordenam
Por framengos, genoveses
frorentyns e castelhanos,
mal nos vindo
com seus novos antremeses
dã-nos trinta mil avanos
vam-se ryndo”(!...)⁽⁸¹⁾*

“A ubiquidade” das moedas hispânicas testemunha a importância das trocas e circuitos económicos a que se associou a Península Ibérica. De todo o Mundo hispânico, à França, Itália, In-

glaterra, Alemanha, Império Otomano até à Índia”⁽⁸²⁾. É certo que muito desse tesouro faria quase só mera escala de passagem no Reino. Todavia, por todo o lado provocaria profundas consequências sociais pois que a alta dos preços afectaria, por igual, os produtos de luxo e os produtos do consumo quotidiano.

Por seu turno, a coincidência verificada entre o poderio político então alcançado e a presença desses tesouros metálicos nas duas Nações hispânicas, gerou a convicção de que a supremacia política dos Estados repousava, efectivamente, na posse e controle dos metais preciosos, isto é, na constituição de um tesouro metálico. Sustentado esse ponto de vista por alguns “teóricos” - (passando ou não pela importância dos respectivos caudais demográficos) - como Jean Bodin, Montchrétien, Botero, e outros) vieram a gerar-se práticas de política económica consequentes, ditas práticas mercantilistas, de que resultaria, a breve trecho, uma autêntica guerra entre as moedas. Todos os países procurarão, como nunca, condicionar o fluxo das espécies metálicas mais preciosas. Essa guerra das moedas traduzir-se-ia na célebre lei de Gresham (Thomas Gresham: fundador da Bolsa de Londres) ”a moeda fraca come a forte”.

“Revolução” não menos importante foi o da amoralização do ganho e da actividade económica, associadas ou não às práticas e “ideologias” mercantilistas, que levariam à emancipação e abandono progressivos da ”teoria” medieval da moderação do ganho, que os países ou áreas de influência Reformista levariam bem longe- e com grande proveito.

Os meios ou “estratégias” para a constituição e controle desse tesouro metálico, com que se faria o poderio das Nações, acabaria por dar feições diferentes a esse mercantilismo: a proximidade da fonte desses metais e um rigoroso controle sob os mesmos, adentro fronteiras, caracterizou, de modo geral, o metalismo ou bulio-

nismo ibérico - essencialmente espanhol. Cremos que dos primeiros a chamar a atenção para a importância do Tesouro metalista como principal base do poderio da Espanha terá sido mesmo, Herrera ao assinalar e ao tomar a posse e controle dos metais preciosos como fundamento do poderio político e económico das Nações. Muito mais que Francisco Vitória ou Domingo Soto – estes essencialmente enquadráveis nos teólogos juristas e “economistas” moralistas, ainda que em Vitória, como em Martin de Aspicuelta, se encontre já formulada a teoria quantitavista do dinheiro⁽⁸³⁾.

A “corrente” nacional posicionar-se-ia mais do lado da importância do sector mercantil, logo, mais um mercantilismo comercialista de que é justo destacar Duarte Gomes de Solis (1561-1630). O mesmo se poderá dizer de António Vieira. O primeiro, mais um prático saído da “escola” dos descobrimentos portugueses. Foi, de facto, um grande comerciante. Solis, (*Discursos sobre los comercios de las Indias*), constantemente recorre e apela para a “experiência” pessoal nos assuntos que trata. Até por aí, se articula mais à “corrente” inglesa que preconizaria um mercantilismo do mesmo tipo (Thomas Mun – (1571-1641) – o grande teórico – era, outro sim, um prático). Solis seria também, entre nós, o primeiro a destacar-se decididamente do pensamento “moralizador” de raiz escolástica anterior. O segundo – Vieira - essencialmente um teórico, ainda que os “ideólogos” da Companhia de Jesus não andassem muito afastados das actividades e interesses mercantis. Vieira está à raiz da Criação da Companhia de Comércio do Brasil como o seu confrade - o Padre Belchior Seixas - à raiz da Companhia de Comércio do Oriente⁽⁸⁴⁾. Dois religiosos à raiz de dois dos maiores ensaios de uma nova organização dos tratos ultramarinos, em Portugal – e que – infelizmente, não vingariam.

A constituição “do tesouro” por via do trato e do comércio, por vezes intimamente associados á presença e controle de insti-

tuições financeiras – como a Banca e as Bolsas – matizou fortemente o mercantilismo nórdico que em Inglaterra se consubstancia no Comercialismo, por vezes, fortemente intervencionista e protecçãoista, de que a política dos Actos de Navegação de Cromwel, no Século XVII, serão o remate final. Outra via será preferentemente, posta em prática pelo mercantilismo francês: o desenvolvimento das actividades transformadoras com o consequente protecçãoismo alfandegário contra todos os produtos vindos de fora, evitando, assim, a “fuga” das espécies metálicas – mercantilismo industrialista que receberá a formulação mais completa, no Século, XVII com Colbert.

Geradas todas essas práticas sobre a obsessão ou ilusão dos metais preciosos americanos que proporcionariam à Espanha a construção da uma Monarquia Universal, com Filipe II, todos eles têm de comum – como remate – a imposição, a defesa das fronteiras geográficas e políticas e um forte nacionalismo económico que, em breve, conduzirá ao emergir e exacerbar das rivalidades políticas. Em grande parte, irão acabar nas chamadas guerras pelo equilíbrio europeu mas que, afinal, mais correctamente se deveriam apelidar de guerras pelas supremacias nacionais. O Ideário do Imperialismo hispânico, construído sobre as Descobertas, torna-se uma componente muito importante desta luta pelas supremacias nacionais. Se bem se reparar nesse contexto, será mesmo um dos seus motivos fundamentais.

Todas as principais nações europeias - fora do Quadro hispânico - procuram talhar e constituir, cada uma, o seu círculo colonial próprio, visto que a riqueza da Nação ou do Estado repousa, cada vez mais, no domínio, constituição e exploração desses círculos, à semelhança do que primeiro Portugal talhou no Atlântico e no Índico, que os Países Ibéricos “irmamente” dividiram por três vezes consecutivas: em 1479/80, pelo Tratado de Alcáçovas – Toledo; em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas (repartindo nos dois

primeiros casos as áreas do Atlântico) e, finalmente, em 1529, pelo Tratado de Saragoça, “repartindo “as áreas do Índico. Talhavam-se e reservavam-se círculos próprios impedindo (enquanto tiveram força para tanto) a sua penetração por outros. A imperiosidade do desfazer desses bloqueios não é estranha aos conflitos que se travam no palco europeu, mesmo que aqui se misturem com outras motivações.

Também a este nível, ainda que de modo indirecto, a Expansão com a constituição de Impérios Ultramarinos (fossem de natureza mercantil ou de natureza continental) acabaram por ter profundas influências nas “políticas” das Nações Europeias, que nunca se conformaram com essas sucessivas reedições do “Testamento de Adão” que sempre as deixava a olhar, de fora, para o prato donde, apenas dois, comiam os recursos do Mundo! O ajuste de contas chegaria por meio de guerras e episódios violentos, em que todas se envolveram, quando mais força não houve, por parte dos países ibéricos, para as conter e as manter afastadas desses círculos coloniais que, com as Descobertas, se construíram.

Outros sectores

Sentiriam forte impacto com os Descobrimentos

O mesmo se diga de alguns produtos minerais, pedras e metais preciosos que fomentaram e desenvolveram as indústrias desse sector - como o trabalho em metais, a fundição, a armaria, a ourivesaria, a lapidação etc.). Mas, pelo seu mais alargado significado e impacto a nível da construção destes Impérios nascentes, a importância fundamental e decisiva da fundição e da armaria.

Não pode deixar de referir-se que a supremacia portuguesa nos mares se deveu, desde finais do Século XV, não só ao tipo de embarcações, como à decisiva e poderosa presença das armas de

fogo que, pela primeira vez, D. João II mandou colocar a bordo das suas rápidas e velozes caravelas. A partir daí não houve mais navios, por grandes que fossem, que lhes “fizessem nojo”! A indústria de fundição e a armaria desenvolver-se-iam ganhando perfeição e uma decisiva importância. Portugal ganhou com essa actividade primazia indiscutível e manteve supremacia em toda a Europa, ainda por grande parte do Século XVI. Pelos seus efeitos repercutidos em vários outros sectores, uma verdadeira indústria de ponta para a altura⁽⁸⁵⁾.

À raiz destas “inovações” está, mais uma vez, D. João II.

Jerónimo Munzer que visitou Lisboa pouco antes da saída da expedição do Gama, dá conta do arsenal já montado pelo monarca, que logo se apercebeu da importância fulcral que isso representava para o sucesso e segurança da navegação nos mares, onde as disputas e rivalidades vinham crescendo.

Aquele viajante comparando com o que acabava de presenciar pela Europa fora, nada lhe podia antopor ou que se pudesse igualar. Nem sequer os arsenais de Nuremberga: “Vimos também uma enorme ferraria com muitos fornos, onde se fazem âncoras, colubrinas, etc. e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros que nos poderíamos supor entre os Ciclopes no antro de Vulcano. Depois vimos noutras quatro grandes casas inúmeras, colubrinas muito grandes e lindíssimas, e também armas de arremço, escudos, couraças morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo muito bem fabricado e em enorme abundância, sem falar do que, por esses mares fora, se encontra espalhado pelos navios. Que enormes quantidades de chumbo, cobre, salitre e enxofre! Em comparação disto, nada é Nuremberga”!⁽⁸⁶⁾. (E tudo isto iria parar, direitinho, às mãos de D. Manuel)!

Desde aí, ficariam traçados os grandes caminhos de circulação e activação das matérias primas da Europa. Cobre da Flandres, da Alemanha, da França e da Inglaterra aonde o Monarca o mandava

buscar. O ferro, principalmente da Biscaia. Desde então, nunca mais deixariam de se encaminhar em direcção aos centros de fabrico de Portugal, alimentando estas oficinas de artilharia que marcariam e dariam a Portugal larga predominância e supremacia na Europa ainda por muito bem rodado o Século XVI⁽⁸⁷⁾.

5.2. A “revolução das plantas”. Alteração das paisagens.

A outros níveis do viver quotidiano das populações e da Sociedade, não foram menos profundas as “revoluções” operadas.

A Europa viu, pela primeira vez, chegar plantas até aí completamente desconhecidas que alterariam e revolucionariam, não só as trocas, como as bases alimentares das populações. Ao invés, daqui seriam transportadas outras para os novos Continentes e terras descobertas que contribuiriam também para alterar e melhorar o sistema alimentar dos outros Continentes. Outras ainda seriam de primordial importância no fornecimento de matérias primas aos Estados europeus que revolucionariam, quer as actividades mestreiras, quer as indústrias nascentes, contribuindo para lançar os alicerces e as bases do primeiro capitalismo “industrial” europeu.

Com os homens passam agora a viajar as plantas, de Continente em Continente, juntando ao convívio dos homens o convívio das floras. Pela sua importância demográfica e populacional, aquelas que tiveram imediato aproveitamento a nível alimentar.

Em primeiro lugar, a difusão do milho americano, o chamado milho grosso ou milho maís.

Planta originária das Américas, trazida dali pelos espanhóis, rapidamente se difundiria alterando e melhorando o sistema alimentar de europeus, africanos e outros, pois se difundiria também pela Ásia. “Viajante americano – à sua passagem pelas várias

terras da Europa e do Mundo tomaria todos os nomes possíveis” mas em várias delas denominado “espiga de Portugal” e “grão de Portugal”⁽⁸⁸⁾.

A sua rentabilidade era espantosa face aos cereais europeus tradicionais. No velho Continente, a produtividade dos cereais tradicionais era baixíssima. Nos trigos e centeios, frequentemente, e a nível geral, a média ficava-se em 4 por 1, raramente 5 por 1. As médias, por 1500, andavam: em Inglaterra - 4,7; França - 4,3; Alemanha, Escandinávia - 4,2; Europa de Leste - 4,1. Essa média, depois de 1500, oscilará entre os 6,3 e 7 por um. Só a partir de 1700 se passando a fasquia dos 10. Mas não se ia além de 11 por 1, nas melhores terras da Flandres⁽⁸⁹⁾. O milho americano era de produção mais que pletórica, verdadeiramente prodigiosa: chegando a “reprodução” a 700 por 1!⁽⁹⁰⁾. ”*muchas veces una caña lleva dos y tres espigas, y una espiga cien granos y docientos, y aun cuatrocientos, y tal hay que seiscientas*”. As populações fazem o pão dessas espigas. Mas utilizavam-nas também de outras maneiras: também “*comen cocida la espiga en leche comenla tambien despues de granada cruda, y cocida y asada que es lo mejor*”⁽⁹¹⁾.

O novo cereal aparece precocemente em Portugal.

É seguramente a esses milhos que se refere o Cancioneiro Geral em 1515 (para o que pela primeira vez chamou a atenção Magalhães Godinho)⁽⁹²⁾. Na mesma altura, pois, em que o *americano* aparece nos campos de Cádiz. Entrou logo na alimentação, pelo menos na forma de maçaroca frita ou assada, ao gosto dos índios americanos - “maçaroca fryta, / desprazer de quem vos ama”⁽⁹³⁾.

Existia outra variedade semelhante em África que os portugueses primeiro conheceram e aproveitaram, ainda que essencialmente destinada às populações africanas. Desde bem cedo no Século XV, que tomaram contacto com ele. Foram mesmo os primeiros europeus a fazê-lo e a dar contas do seu largo uso entre as popu-

lações do Continente. Daria lugar a um trato frequente. Dele se abasteciam regularmente desde 1505, em Bezequiche, trazendo-o para a metrópole, "em Bizeguiche ... pera ali tomarem mantimento de milho, e couros para reparo dos escravos"⁽⁹⁴⁾. Existia também pelo interior do Continente. Francisco Álvares vai encontrá-lo nas terras altas da Etiópia. Dá-lhe o nome de zaburro: "grandes milharadas de milho zaburro", "milharadas que vão fazer às serras"⁽⁹⁶⁾. – única cultura em que, aliás, as populações, pareciam ter algum cuidado⁽⁹⁷⁾. Surpreendendo-o igualmente no Congo com a designação de "milho grande" e "mayha" "milho grosso a que chamam mayha". Na Contra-Costa referiu-o, pela primeira vez, Álvaro Velho, em 1497⁽⁹⁸⁾.

Ainda que o contributo de outras novas plantas alimentares seja importante, (como o a mandioca, a batata e o arroz, já conhecido, mas que rapidamente se difunde e alastra por todo o lado com a chegada dos portugueses ao Oriente – mais tarde, a batata doce (mas que aparece nas ilhas do Atlântico logo na primeira metade do Século XVI e ainda outras plantas alimentares) o milho grosso levou a primazia a todas elas.

Da sua primeira cultura nos campos do Guadalquivir, passará aos campos férteis do Mondego, logo pelos inícios do Século XVI (entre 1515-25), subindo, a partir daí e em curto espaço de tempo, para os outros vales quentes e húmidos do Norte: no Vouga, nos campos de Aveiro, cerca de 1525; em vários lugares do Douro, das Terras de Ferreira e Gaia, até às bem subidas terras de Lamego e da Régua. Aqui, bem cedo, por 1542, toma espaços já consideráveis aos cereais tradicionais, avantajando-se em importância a trigos centeios, cevadas e painços. Chegaria, por alturas de 1533-35, muito plausivelmente, ao Vale do Lima. Serão, porém, as crises alimentares que se desencadearão a partir de meados do Século - particularmente graves e com particular incidência no Portugal Atlântico - que irão contribuir para a sua rápida

difusão entre nós: Por 1560-65 está, não só nas terras baixas de Braga e Guimarães, como acantonado nas pequenas courelas dos cumes bem elevados do Gerês⁽⁹⁹⁾.

Mas não é só isso que conta. Os cereais tradicionais – trigos e centeios - transpostos para as terras novas encontradas, dadas as suas potencialidades, alcançam, por seu turno, índices de produtividade elevados volvendo-se em áreas de produção alternativas às velhas terras do Continente. Antes da chegada dos milhos no Século XVI, espantaram os europeus, como aconteceu, com as terras novas da Madeira e dos Açores desde o início das respectivas colonizações. Os trigos chegaram a trinta e sessenta por um, como confessa Cadamosto, boqueaberto⁽¹⁰⁰⁾. Desde logo para Portugal, se transformariam estas ilhas em verdadeiros celeiros alternativos às terras metropolitanas, alimentando activo trato de cereais das ilhas para o Reino e também para as novas terras africanas que iam descobrindo e senhoreando.

Este grão “americano” não será, obviamente, ainda por muito tempo, o preferido das classes altas (e médias) mas será o enche ventre do pobres (juntamente com a batata)⁽¹⁰¹⁾. Com ele se porá fim às pandemias endémicas da Europa que, com a entrada do Século XVII e o avanço dos milhos recuam, efectivamente, por todo o lado, não obstante ainda a gravidade de algumas crises.

Seriam, na verdade, as graves crises alimentares da segunda metade do Século XVI que favoreceram, entre nós, a expansão destes milhos⁽¹⁰²⁾.

No mundo das plantas, a questão não se confina à revolução operada pelos milhos americanos e pelas novas capacidades dos cereais tradicionais nas terras novas. Plantas ricas até aí tidas como raras (das especiarias ao açúcar) vulgarizam-se. Espalham-se por todo o lado.

Democratiza-se o seu consumo.

Particular relevância merece o açúcar.

De especiaria rara e tesouro de príncipes e princesas, de mezinha de farmácia, passará a uso comum das dietas alimentares de estratos cada vez mais alargados das populações, transformando-se, outro sim, num dos factores de sucesso das conservas alimentares, de primordial importância na alimentação de grumetes e marinheiros e outros embarcações.

De particular e fundamental importância pelas suas repercussões a nível do tecido e das actividades económicas como das consequências sociais advindas da sua cultura, transformação e comercialização.

A par do milho, a revolução da cana do açúcar não é, de facto, menor. Cremos, até, de importância global superior à difusão do milho americano. Vejamos:

Dadas as facilidades de adaptação nas numerosas terras novas – transformar-se-ia numa das bases essenciais da colonização e ocupação de novas terras pelos europeus. Assim aconteceu logo desde as primeiras experiências da fixação do europeu nas Ilhas atlânticas. Com os açúcares das Ilhas se conquistaram, pela primeira vez de, modo significativo, os mercados mediterrânicos (e europeus)⁽¹⁰³⁾. Das terras do Continente brasileiro, às terras espanholas das Antilhas e da América Central “o açúcar constituiu-se na base económica da implantação definitiva do europeu” nessas novas Terras⁽¹⁰⁴⁾.

Logo desde a sua introdução nas ilhas no Atlântico – Madeira, Açores S. Tomé – e, depois, desde a segunda metade do Século XVI e no XVII naquele Continente – volver-se-ia num dos principais e mais cobiçados produtos do comércio mundial, fomentando e alimentando indústrias europeias – refinarias de Portugal, Flandres e Alemanha, da Inglaterra à Itália. A sua posse e controle, suscitou rivalidades e conflitos vários por todo o lado. Efeitos repercutidos que os milhos nunca provocaram.

Não se tem contabilizado esta *revolução doce* provocada pelo açúcar, mas Roberto Simonsen assegura que, no global, a riqueza

provocada pela produção e trato do açúcar superou a do ouro e pedras preciosas que chegaria das Terras Brasileiras, no decurso do ciclo do ouro e diamantes: ”Chegamos, assim, a um valor para os três Séculos do período colonial de 300 milhões de libras e, para o Século XVII, de cerca de 200 milhões de libras, não incluindo o açúcar produzido para consumo local. Verifica-se pois, que o ciclo do açúcar produziu em valores mais do que (o ciclo) da mineração”⁽¹⁰⁵⁾. Logo nos inícios da produção brasileira, por alturas de 1550, ultrapassava já a pimenta da Índia: “Não importavam em tanto os 20.000 quintais de pimenta, que se supunha trazerem cada ano as naus da Índia”⁽¹⁰⁶⁾.

A nível social, iria transformar-se num dos mais poderosos e decisivos elementos do encontro de raças, forçando ou contribuindo para a miscigenação racial em todo o vasto complexo atlântico português criando, efectivamente, um novo tipo humano numa dupla dimensão física e cultural, miscigenando raças e culturas. Tipos e comportamentos que Gilberto Freire fixaria de modo lapidar em obras como *Casa Grande e Senzala* ou *Sobrados e Mucambos* – o que o milho, efectivamente, não provocou, não obstante a sua relevância alimentar.

O açúcar superaria, assim, um e outro daqueles ricos produtos do comércio mundial, revelando-se, se não para o Estado, para o genérico da população que directa ou indirectamente dele beneficiou – no mais decisivo elemento de reestruturação económica e social das populações – e não só para o caso específico de Portugal e Brasil – que já seria muito - mas para outras regiões onde penetrou como é o caso da América Central⁽¹⁰⁷⁾. E o grande fluxo de escravos no Atlântico coincidiria, até, com esta última realidade.

O açúcar criou novos tipos humanos e “novas” civilizações. O milho, tão somente, as alimentou. A cana e a agricultura da cana activaram sectores de actividades diversificados, da transformação ao comércio. A agricultura do milho confinou-se, por

então, ao estrito sector agrícola – ainda que fazendo, aqui largo, sucesso.

A par destes produtos de impacto global, outras plantas houve de inegável interesse do comércio mundial ou intercontinental que os Descobrimentos trouxeram ao convívio dietético e alimentar, enriquecendo a farmacopeia e a medicina. Muitas, dadas a conhecer, e pela primeira vez divulgadas na Europa, pelos portugueses. A obra de Garcia de Orta representa e introduz aqui um marco assinalável. Mas não é o único, nem sequer o primeiro! Já Tomé Pires o fizera em 1516 dando conta a D. Manuel (e aos europeus) “de algumas plantas e drogas medicinais do Oriente” até aí totalmente desconhecidas dos europeus.

Entre essas plantas, o chá, trazido do Oriente, “vindo da longínqua China na companhia dos portugueses”⁽¹⁰⁸⁾ como o chocolate, trazido do México pelos espanhóis (donde terá chegado por 1520), tal como o café, originário das terras da Etiópia (que os portugueses primeiro conheceram). Estas últimas irão ser de penetração mais lenta, mas acabarão por entrar nos hábitos alimentares e de consumo das populações. Seriam, depois, levadas a muitas terras dos vários Continentes vindo, algumas delas, a ter relevantíssimo papel nas economias nacionais (e mesmo na economia mundial) do Século XIX, como pode ser o exemplo na economia brasileira, com o café, ou com o cacau.

Dentro ainda das novas plantas exóticas trazidas pelos portugueses (e espanhóis) à Europa, cite-se, pela sua importância, o tabaco que se constituiria, outro sim, num produto rico, às vezes determinante, do Comércio inter-continental e mundial: essencial ao comércio africano e, em breve, oriental⁽¹⁰⁹⁾. “Entre o século XVI e XVII vai apoderar-se do mundo inteiro, sendo o seu êxito ainda maior que o do chá ou do café”⁽¹¹⁰⁾. O tabaco passaria a caracterizar uma nova época da moderna civilização”⁽¹¹¹⁾.

De algumas destas plantas se tentou a aclimação nas próprias terras metropolitanas. O tabaco só não singrou porque severas proibições o impediriam. Também da cana de açúcar (e até da bananeira) e açafrão, se tentou a cultura no Reino. Com menos sucesso para estas últimas. Mas é indubitável que a cana, a meados do Século, se cultivava por alguns locais, subindo até aos campos do Mondego. Para o seu cultivo se recomendavam também os campos férteis de Coruche ou Almeirim:

*“que vales pera açafrão,
e canas açucaradas”⁽¹¹²⁾!...*

5.3. Recursos alternativos e complementares

5.3.1. Pescados e conservas

A nível dos produtos alimentares deve referir-se ainda a importância daquilo a que Braudel chamou a vulgarização dos produtos do mar, com a ampla difusão do pescado (e seus derivados) com especial relevo para a introdução de novos pescados na cadeia alimentar dos europeus. A pesca e o consumo do bacalhau, que os lusitanos primeiro praticaram e divulgaram a partir dos bancos pesqueiros da Terra Nova. Faria mesmo, o sucesso de algumas comunidades marítimas nacionais, como Viana do Lima e Aveiro, durante toda a primeira metade do Século XVI e antes que o seu trato passasse, depois, a outros. Mas ainda pelo último quarto do Século XVI eram eles os mais numerosos nos mares frios da Terra Nova. Contra 35 embarcações inglesas, aí acorriam ainda umas 75 embarcações portuguesas (1587). Transformariam esses mares num dos mais importantes bancos pesqueiros do Atlântico com particular relevância durante toda a Época Moderna.

Movimentam-se outros produtos subsidiários às salgas como o sal português e mediterrânico, e as especiarias, por sua vez,

também cada vez mais requisitados nas salgas e conservas das carnes. Uns e outros, produtos de largos consumos que a intensificação e a amplitude geográfica das viagens agora favoreciam tal como as novas áreas de colonização.

5.3.2. Outros Géneros

Pela sua importância a nível da vida quotidiana, assinale-se a ampla divulgação de algumas matérias primas que irão, por sua vez, revolucionar os hábitos do vestir e do trajar.

Refiram-se os couros.

As primeiras grandes concentrações de gados observar-se-ão dentro destas áreas coloniais. Desde a segunda metade do Século XVI que, só do Brasil, “o couro exportado em *cabello* e em sola indicia uma matança anual de mais de 55.000 cabeças” de gado⁽¹¹³⁾. Na verdade, ainda no Século XVI se constituíam em terras brasileiras impressionantes manadas de gado grosso que chegaram a atingir as 50 e 60.000 cabeças, com os imensos currais dos Ávila, Cristóvão de Barros, Domingos Mafrense, contribuindo decisivamente para a solidificação e integração territorial das terras do Brasil. Alargar-se-iam, depois, consideravelmente essas manadas no decurso do Século XVII. Pelos finais desta Centúria, só na Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro, as manadas totalizariam mais de 1.500.000 cabeças⁽¹¹⁴⁾. Seriam, em parte, o sucesso dos sertões do interior e das pampas do Sul.

A nível das plantas fibrosas, principalmente o algodão, que em breve se volverá num dos factores essenciais do surto manufactureiro e industrial de países europeus. Era planta já conhecida mas, a sua ampla divulgação, faz-se com a movimentação mercantil operada pelas Descobertas, a partir das suas regiões de origem. Espalha-se e difunde-se a sua cultura e aproveitamento pelas novas terras descobertas. Transforma-se também em objecto de impor-

tante trato mercantil, essencial às trocas em pontos vários da área de colonização, do Atlântico à África, e às Ilhas – e, finalmente, ao Brasil, onde a sua cultura se tornou também uma das bases muito importantes de ocupação de largos espaços territoriais deste quase Continente.

A nível dos produtos ricos, a importância da seda. Primeiro, do seu comércio, depois da sua cultura - que se difunde por várias terras europeias, com este mesmo Século das Descobertas.

Em suma, uma autêntica odisseia de plantas e produtos que os Descobrimientos provocaram e incentivaram, em trocas mútuas, por todas as novas terras descobertas, fazendo com algumas, o sucesso económico de muitas e a base de fixação do elemento humano pelas diferentes partes do Globo.

Da Metrópole se levaram e se tentaram aclimatar todas as que aqui eram conhecidas sendo de particular realce os cereais tradicionais e a videira que, nas ilhas do Atlântico, se constitui também num dos importantes elementos de colonização e ocupação do território. A partir da metrópole e das ilhas, se foi generalizando o consumo do vinho por todo o lado onde chegavam as embarcações. Poderá mesmo dizer-se que foi um dos companheiros essenciais da colonização, sempre presente também, no bojo das embarcações e conquistando partes importantes em novas áreas de colonização, como é o caso manifesto da Madeira, dos Açores e das Canárias. O vinho alimentará, a partir daí, tratos importantes metropolitanos e, depois, internacionais.

Dois polos principais se constituíram neste jogo mútuo de troca de plantas e produtos: as Américas – Brasil e o Oriente.

Das terras americanas, além do milho já referido e da batata, a mandioca, o ananás, o cajueiro, como ainda os pimentos, a baunilha, o tomate, o girassol, o cacaueteiro, o feijão, o amendoim e muita gama de frutas tropicais que, mais tarde ou mais cedo, se

difundiram com o circular das embarcações por todo o lado: goiaba, maracujá, etc. Do Oriente, toda a gama de especiarias, algumas das quais transpostas para África e Américas: o arroz, o coqueiro, a bananeira, (mas que os portugueses já encontraram na Etiópia quando aqui chegaram, como na própria costa ocidental da África, na zona da Guiné. Estão, na verdade, entre os “figos de todas as espécies”⁽¹¹⁵⁾; Ainda a mangueira e a jaqueira, o chazeiro, a cameleira ornamental e os citrinos (algumas variedades) originárias do Sueste asiático.

Deve dizer-se que as laranjeiras, como os limoeiros, eram já conhecidos em Portugal e já daqui tinham sido levados para as terras novas de colonização. Do reino já tinham viajado, desde havia muito, para a Madeira, ainda no Século XV, como o refere Jerónimo Munzer e como se depreende também de uma carta de D. Manuel, de 1499⁽¹¹⁶⁾. Não obstante, ainda que já conhecida, a laranjeira difundir-se-ia, rapidamente, com os Descobrimientos. E, efectivamente trouxeram da China uma planta de laranjeira doce a que se chamou laranja da china que, com o nome de Portugal, percorreria os países mediterrânicos até ao Iraque e ao Turquestão”⁽¹¹⁷⁾.

Na China, toparam com variedades várias e foram eles que as espalharam: “há muitas e boas laranjas, há tres generos de larãjas doces a quaes melhores, hûas que tem ha casca muito delgada, que quase sabem a uvas, outras que tem a casca grossa e crespa tamalaves bicaes mui sabrosas, que lhe comem casca e tudo: outras maiores que as demais que tem ha casca em meo, nem muito grossa nê muito delgada estas sam somenos por serem muito adocicadas”⁽¹¹⁸⁾. Os citrinos seriam transportados para o Brasil fazendo ali rápido sucesso. Da África, transitaram para outros lados: o milho africano, a palmeira dendem, como ainda, o cafeeiro, o rícino, etc..

Plantas alimentares, medicinais, aromáticas e ornamentais, estupefacientes, “industriais”, (fibrosas e tintureiras oleaginosas - matérias primas como o pastel e a urzela que a partir das ilhas do Atlântico, alimentariam activo trato para Portugal e outros pontos

da Europa que fomentaram a ocupação dos solos, moldaram gentes e raças, ajudando a criar outras, numa cadeia mútua de influências recíprocas “aproximando homens e comportamentos, criando sociedades matizadas onde os preconceitos são insustentáveis pela sua própria natureza, pela sua própria origem”; banhando essa gente, seja qual for a sua cor, num mesmo ambiente de cultura, impondo-lhe a mesma religião, fazendo-a viver de maneira semelhante, aceitando das civilizações com que entra em contacto muita coisa, ainda que “imprimindo a marca mais forte da civilização portuguesa”⁽¹¹⁹⁾ e europeia que, nestas primeiras fases, marcou, decididamente, a presença nestes novos Mundos, sobretudo das Américas.

NOTAS AO CAP. V

- (1) Aurélio de Oliveira, *Economias Peninsulares no Século XVII*. Penélope. Nº3. Lisboa. 1989. 135.
- (2) Pero Roiz Soares, *Memorial*. ed. M. Lopes de Almeida. Coimbra. 1953. 239.
- (3) *Cancioneiro Geral*, cit. I. 89.
- (4) Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura na antiga sociedade portuguesa* Lisboa. 1975.
- (5) *Cancioneiro*, I. 93.
- (6) Idem, *Ibidem*.
- (7) António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*. Bertrand, Lisboa. II. 4ª ed.
- (8) Resende, cit. 369.
- (9) *Cancioneiro*, cit. 23 .
- (10) Resende, *Miscelânea*. 354.
- (11) António Ferreira, ob. cit. II. 132.
- (12) M. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo e a Sociedade Portuguesa*, Coimbra. 1974. 251.
- (13) Idem, II. 82.
- (14) Idem, II. 96.
- (15) Idem. II. 97.
- (16) Gil Vicente. *Obras*.cit. V. 115-116 - *Auto da Índia*.
- (17) Sá de Miranda, *Obras*. cit. II. 80.
- (18) Idem, II. 81.
- (19) Idem, II. 96.
- (20) Idem, II. 78.
- (21) Idem, II. 104.
- (22) *Cancioneiro*, cit. 31.
- (23) Sá de Miranda, cit. II. 115.
- (24) Gil Vicente, cit. VI. 17.

- (25) Sá de Miranda, II. 121.
- (26) Gil Vicente, *Obras*, cit. V. 354 - *Farsa dos Almocreves*.
- (27) Diogo do Couto, *Décadas*. Clássicos Sá da Costa. Lisboa. 1947. I. LXXI.
- 28) Idem, V. 348-349.
- (29) Sá de Miranda, II. 115.
- (30) Gil Vicente, *Obras*. II. 50 - *Auto da Barca do Inferno*.
- (31) Idem, VI. 21. - *Clérigo da Beira*.
- (32) Sá de Miranda. II. 99.
- (33) *Cancioneiro*, cit. 30; 31.
- (34) *Cancioneiro*, cit. II. 145.
- (35) Sá de Miranda, II. 75.
- (36) Gil Vicente. V. 363 - *Farsa dos Almocreves*
- (37) Diogo Bernardes, ob. cit. it. II. 308.
- (38) *Historiae rerum Venetarum*. Basileae. 1566. 1056.
- (39) L. Guicchiardini, *Descrittione ... di tutti i paesi bassi*. Anversa. 1546. 146.
- (40) Aurélio de Oliveira, *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Braga. 1998.
- (41) Aurélio de Oliveira, cit supra.
- (42) Aurélio de Oliveira, *Comércio Ultramarino e Espaço Metropolitano*. Porto. 1998.
- (43) I. Wallerstein, *The Modern World System*. London. 1974. I. 165 e outras.
- (44) Fernand Braudel, *Civilisation matérielle et Capitalisme XV.e XVIII.e Siècle*. Colin. Paris. Paris. 1979; Vasques de Prada, *História Económica Mundial*. Civilização Editora. 1972. I 227 e segs; Pierre Chaunu, *Seville et l'Atlantique*. T. XVIII. 14 e sgs - o grande comércio hispânico marcou o novo o ritmo do Mundo; *Conquête et exploitation des mondes nouveaux (XVI.e Siècle)*. Paris. 1969; François Perroux, *Le Capitalisme*. PUF: Paris. 1969. 35 - "Portugal faz a sua expansão

colonial e torna-se o pioneiro do grande comércio trans-oceânico”; Pierre Léon, Frédéric Mauro, *Le XVI. Siècle européen. Aspects économiques*. Paris. 1970; Peter Kriedte, *Feudalismo tardio e Capitalismo mercantil*; Arnold Toynbee, *A Study of History*; como ainda Rugiero Romano, Tenenti, Charles Boxer, Benassar e outros. Pierre Vilar, *Oro y moneda en la Historia. 1450 – 1920*. Ariel, Barcelona. 1981 - o primeiro grande impacto foi o ouro português: desde 1450, seguido de 1480. Depois, com a descoberta do Novo Mundo chegam os metais preciosos a Sevilha, em quantidades nunca vistas. cit. 92). I. Wallerstein, *The Modern World System*. London. 1974. I. 165.

- (45) Não importa citar todos os trabalhos deste autor. Refira-se apenas *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. (1963-71 e 1982); *Mito e Mercadoria Utopia e pratica de Navegar. Séculos XIII – XVIII*. Lisboa. 1990.
- (46) Antonio de Herrera, *Descripcion de las Indias Occidentales*. Ed. Madrid. 1944. 21-22.
- (47) Adam Smith, *Inquérito sobre a natureza da causa da riqueza das Nações*. Fund. Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1983. II. 192.
- (48) Karl Marx, *Le Capital*. Ed Sociales. Paris. 1976. III. 314.
- (49) Voltaire, *Essai sur les Mœurs et l’Esprit des Nations*. Paris. 1822. III. 118-119.
- (50) Idem, 142.
- (51) *Civilisation matérielle* cit. T. III. 82; 118.
- (52) Aurélio de Oliveira, *As Novas que abalaram o Mundo*. No prelo).
- (53) Vide supra 168.
- (54) Diogo do Couto, *O Soldado Prático*. Lisboa, Sá da Costa. Lisboa. 1937. 242-243.
- (55) Braudel, *El mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Filipe II*. Mexico-Madrid. 1976. Vol. II.

- (56) Para não nos repetirmos, vide, Aurélio de Oliveira, *A Viagem do Gama nas Crónicas do Reino*. Introdução ao I Volume desta Colecção.
- (57) John J. Norwich, *Histoire de Venise*. Payot. Paris. 1986. 362.
- (58) H. Scherer, *Histoire du Commerce de toutes les Nations*. Paris. 1856. II. 152
- (59) I. Wallerstein, cit. 174.
- (60) Frédéric Mauro, *Études économiques sur l'Expansion portugaise: 1500-1900*. Paris. 1970. 119.
- (61) *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. A Colin. Paris. 1955. VI. XIV. 129 e segs
- (62) Garcia de Resende, cit. 214.
- (63) Idem, 255.
- (64) J. M. da Silva Marques, cit. III. 1 56.
- (65) Idem, *Suplemento ao I Vol.* 338.
- (66) Braudel, *El Mediterráneo* . cit. II. 805.
- (67) Garcia de Resende, cit. 225. Sobre a construção da nau grande de D. João II no Porto Cf. Aurélio de Oliveira, *O Porto e os Descobrimentos. Comércio e Construção Naval ao Serviço da Expansão*. Porto. 1999.
- (68) Lunardo da Chá Masser. *Relazione*. Ed de Prospero de Peragallo Lisboa. 1892. 97.
- (69) Resende, ob. cit. 323.
- (70) Idem, 329.
- (71) Vitorino de Magalhães Godinho, *Mito e Mercadaria*, cit. 341-342 Também J. P. Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*. Lisboa. 1924. I. 11 e segs; 123.
- (72) Gil Vicente, *Obras*. IV. 296; Para Sá de Miranda, ob. cit. II. 51.
- (73) Vitorino de Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. I. Vide trabalho recente de Leonor Freire Costa, *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A Construção Naval no século XVI para a Rota do Cabo*. Cascais. 1997.

- (74) *Historia de España y America* dir. de J. Vicens Vives. Barcelona. 1961. III. 42.
- (75) *Cancioneiro*, cit. I. 89.
- (76) *Idem*. I. 67.
- (77) *Idem*, II. 268.
- (78) Doutor M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. Clenardo e a Sociedade Portuguesa*. Coimbra. 1974. 250-252; 259.
- (79) J. Vicens Vives, *Manual de Historia Economica de España*, Barcelona. 1965. 349. Sobre estas problemáticas ver Michel Morineau, *Incroyables gazettes et fabuleux métaux. Les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XXVI-XVIII.e siècles)*. Cambridge University Press. London. 1985, colocando-se numa posição extremada, do mínimo ou mesmo nulo efeito traduzido sobre os preços. Vide p. 90.
- (80) *Cancioneiro*, I. 89.
- (81) *Idem*, I. 89.
- (82) Bartolomé Benassar, *L'Expansion Planétaire. 1415- vers 1570*. In "Histoire Économique et Sociale du Monde". A. Colin. Paris. 1977. II. 447.
- (83) Jose Barrientos Garcia, *Un Siglo de moral economica en Salamanca-1526-1629*. Universidade de Salamanca. 1985. Vide tambem, Joseph Lajugie, *Les doctrines économiques*. PUF. Paris. 1950. 10.
- (84) Aurélio de Oliveira, *Estratégias para o Oriente. Das Companhias de Comércio a uma Nova Espanha*. Lisboa. 1998.
- (85) Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria* . cit. 102; 22.
- (86) Basílio de Vasconcelos, *O Itinerário do Dr. Jerónimo Munzer*. cit. 27.
- (87) *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. 1957. I. 236; 265. Desde 1483 de modo

- mais intenso. E em Itália e “Levante” se forneceu igualmente destes materiais. Vide também H. Scherer, cit. 168.
- (88) Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo*. cit. 136. “Grão de Portugal”, no Congo (Duarte Lopes F. Pigafeta, *Relação de Reino do Congo*. Alto. Lisboa. 1989. 61.
- (89) B.H. Slicher Van Bath, *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)* Ed. Presença. Porto. 1984.
- (90) Joseph da Costa, *Historia Natural de las Indias*. Año 606. 237.
- (91) Lopez de Gomara, cit. 288-289.
- (92) Os *Descobrimientos e a Economia Mundial*, cit. IV. 28.
- (93) *Cancioneiro Geral*. cit. I. 216.
- (94) *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*. Ed Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1984. Liv. V. 333.
- (95) Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*. ed. cit.17; também *O Manuscrito Valentim Fernandes*, ed. cit. 15.
- (96) Padre Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das terras do Preste João das Índias*. Lisboa. 1943. 23 e passim.
- (97) Idem, 43. Também 44; 51; 79; 63- grandes milharadas- 114; 117. 142; 162.
- (98) *Relações de Angola tiradas do Cartório do Colégio dos Padres da Companhia* in “Sociedade de Geografia de Lisboa”. 4ª Série Nº. 7. 340; 342; Em Álvaro Velho, *Roteiro*, ed. cit. 17.
- (99) Aurélio de Oliveira, *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, cit.
- (100) Cadamosto, ob. cit. 11.
- (101) Braudel, ob. cit. 136.
- (102) Aurélio de Oliveira, *Braga e o Arcebispado*. cit.
- (103) Aurélio de Oliveira, *A Madeira nas linhas de comércio do Atlântico. Séculos XV-XVII*. Funchal. 1993.

- (104) Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil. 1500-1820* S. Paulo. 1978. 112); Vera Lúcia Amaral Ferlini, *A Civilização do Açúcar. Séculos XVI a XVIII*. São Paulo. 1986.
- (105) Roberto Simonsen, ob. cit. 115.
- (106) Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico*. Lisboa 1929. 269.
- (107) (Jaime Cortesão, *Teoria Geral dos Descobrimentos* cit. 71; 85
- (108) Braudel, *Civilização Material*, cit. 204.
- (109) Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadaria*. cit. 358.
- (110) Braudel, ob. cit. 213.
- (111) Lúcio de Azevedo, cit. 280.
- (112) Gil Vicente, cit. V. 276.
- (113) Roberto Simonsen, cit. 156.
- (114) Idem, 156.
- (115) Padre Francisco Álvares, *Verdadeira Informação* cit.
- (116) *Itinerário*, ed. cit. 66; J. M. da Silva Marques, ob. cit. III. 549.
- (117) J. E. Mendes Ferrão, *Difusão das plantas no Mundo através dos Descobrimentos*. Mare Liberum. Nº 1 Lisboa. 1990. 140.
- (118) Fr. Gaspar da Cruz, cit. 198.
- (119) Orlando Ribeiro, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa. 1962. 31.

CAPITULO VI

OS “LIMITES” DAS NOVAS FRONTEIRAS. A CONTINUIDADE ANTROPOLÓGICA

“Os portugueses diziam-lhes que eram como eles”
(Duarte Lopes)⁽¹⁾.

Miscigenação racial e miscigenação cultural que das Ilhas ao Brasil á África e Oriente se operou, ainda que com ritmos e processos diferenciados. No Oriente, em particular na Índia, menos, pela presença de sociedades e populações já fortemente organizadas em sistemas quase incomunicáveis. Castas e grupos que mantinham, entre si e para com os outros, fronteiras rígidas muito dificilmente franqueáveis. Mas naqueles outros lados desenvolveu-se e processou-se, desde os primeiros contactos, não só uma aproximação física e cultural, mas um total envolvimento e entrosamento, empatia e fusão que ninguém pôde separar. Os Missionários mais não puderam, muitas vezes, que fechar os olhos, baixar as mãos, descer do púlpito e pactuar com os comportamentos de indígenas e europeus, aceitando práticas e comportamentos comuns.

Dois ou três exemplos paradigmáticos: do Brasil às terras de África, à Etiópia, ao Oriente:

“Andan muchos higos de christianos por el sertán perdidos entre los gentiles y sendo christianos biven en sus bestiales costumbres”⁽²⁾.

“E nesta terra está um João Ramalho (1553). É o mais antigo (português) dela e toda a sua vida e de seus filhos é conforme à dos índios e é uma petra scandali para nós porque a sua conduta é o principal estorvo para com a gentilidade que temos por ele ser mui conhecido e mui aparentado com os índios. Têm muitas mulheres ele e os seus filhos, andam com irmãs e têm filhos delas tanto o pai como os filhos ... os seus feitos são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios. Por tudo isto o temos probado e nada aproveita (a nossa prática) até que o deixamos de todo”...⁽³⁾(!)

De África chega a mesma realidade humana e cultural: Jorge Vaz, na Serra Leoa, tomara a nudez, a tatuagem, os usos, costumes e religião das populações com que se mistura. Na Etiópia seria mais forte o entrosamento: *“muitas almas estavam para se fazerem herejes e já começavam de se circuncidar como ainda agora fazem alguns mestiços filhos de portugueses ... por estarem misturados com estes cismáticos ... o contrato do matrimónio não é firme, podem repudiar a mulher cada vez que quizerem e a mulher também repudia o marido, e se casa com outro ... irmão tem para si e por sua mulher a mulher do seu irmão ... e o outro o há por bem ... os católicos se vão afeiçoando a seus costumes porque os mestiços não têm mais que pele (mais) branca que no mais tudo tem comum com eles..” todos são já quase abexins na fala e nos costumes só lhes fica dizerem somos católicos filho de portugueses⁽⁴⁾.*

Nas Ilhas, verificara-se o mesmo: *“Quando a esta ilha cheguey achey todallas negras forras postas em foro de sserem mancebas dhomeens bramcos ... que pollo dito respeito nom pude vedar⁽⁵⁾.*

No Oriente, nos limites que a fronteira das castas deixava livre, a mesma realidade praticada, com os requintes que os ambientes Orientais propiciavam. Tudo, sem quaisquer limites morais ou

físicos que os valores da cristandade ocidental procurassem regularizar: "As mulheres e filhas dos portugueses mestiças e indianas ... agem do mesmo modo como as outras mulheres índias que não são cristãs"⁽⁶⁾.

Também aqui, ainda que dentro daqueles estreitos limites, a mesma realidade comum: o contacto e entrosamento de civilizações soldadas, embora numa "mestiçagem construída a expensas principalmente de elementos marginais da sociedade, e sempre em grau reduzido. O bastante, porém, para se operar uma transfusão de usos, de sentimentos, de modos de ser e de viver, quase sem influxo de sangue e conservando intacta a estirpe originária da sociedade indiana que constitui porventura o mais paradoxal e demonstrativo exemplo da capacidade assimiladora do Português" ⁽⁷⁾. Discutível nos processos (quicá, hoje até nos valores) o cristianismo, chegou com os Descobrimentos, primeiro portugueses, depois por outros ibéricos, a todos os Continentes e a todas as partes do Globo.

Entrosamento de raças, civilizações, culturas e comportamentos. Os portugueses foram dos primeiros e com "a ubiquidade portuguesa *"tornaram-se ubiquistas os conceitos do Ocidente, abrindo o mundo à curiosidade e à ganância (que é o inevitável corolário dela), chamando ao convívio humano todas as raças, tornando possível a universalidade de uma civilização"*⁽⁸⁾.

Processo e comportamentos que, para além de inevitáveis confrontos, tantas vezes denunciados, aliás, se poderiam consubstanciar numa só frase - a de Nóbrega:

"trouxemo-los e comemos com eles á mesa"⁽⁹⁾.

Quer dizer: da cultura à ciência e às realizações técnicas, da economia à sociedade, dos valores aos comportamentos, o processo desencadeado com a Conquista de Ceuta em 1415 e

culminado com as Viagens do Gama e de Cabral (e nisto não se pode deixar também de fora a de Colombo - feita e realizada, aliás, a partir dos meios náuticos lusitanos - “*a república lígur proporcionando o chefe da magna aventura; Portugal adestrando-o na exploração do Atlântico*”⁽¹⁰⁾) constitui-se, inegavelmente, no factor mais decisivo e marcante dos tempos Modernos.

Essas últimas grandes Viagens de Quatrocentos e primeiras de Quinhentos, por tudo aquilo que significam e representam, balizam os tempos e consubstanciam todas essas transformações que marcarão os Rumos da Modernidade. Antes de pontos de partida são, na realidade, pontos *naturais* de uma chegada. Elas cumprem-se “no termo de um esforço secular, concertado, organizado dirigido pelo rei, uma verdadeira empresa nacional de uma espantosa amplitude”⁽¹¹⁾ – iniciando, a todos os títulos, uma Nova Era para a História da Humanidade que - emblematicamente - a Viagem do Gama aparta em duas fatias diferentes: um Mundo “ante-gâmico” e um Mundo “pós-gâmico”.

“Os Descobrimentos não provocaram apenas o alargamento do mundo físico e do mundo económico, mas também o mundo do espírito” e dos quadros mentais da Humanidade⁽¹²⁾.

Já por 1493, referindo-se à obra de D. João II, se dizia que, descobrindo novos homens, aumentou género humano; descobrindo novas terras e ilhas longínquas – acrescentou o próprio mundo.

De facto e, na realidade,

“Os Descobrimentos inventaram a Humanidade”.

(Magalhães Godinho).⁽¹³⁾

NOTAS AO CAP. VI

- (1) Duarte Lopes, Pagafetta, *Relação do Reino do Congo e das Terras circunvizinhas*. Alfa. Lisboa. 1989. 64.
- (2) Serafim Leite, cit. 340.
- (3) Idem, cit. 498.
- (4) Aurélio de Oliveira, *Cartas da Etiópia*. cit. Para a primeira referência: Sousa Viterbo, *Os portugueses e o gentio*. Coimbra. 1896.
- (5) J. M. da Silva Marques, cit. III. 513.
- (6) Jaime Cortesão *Teoria Geral dos Descobrimentos*. cit. 71; 85. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, Civilização. Porto. s/d. 89. Vide também *Cartas* de D. João de Castro em “*Obras Completas*”. cit. III. Passim.
- (7) Orlando Ribeiro, cit. 181.
- (8) B. Bennassar. cit. 398) e . Orlando Ribeiro, cit. 64.
- (9) Serafim Leite *Cartas dos primeiros Jesuítas*. cit. 115.
- (10) Antonio Dominguez Ortiz, *El Antiguo Régimen: Los Reys Catolicos y los Austrias*. “Historia de España”. Alfaguara. Madrid. 1977. III. 55.
- (11) Bartolomé Benassar, *L'Expansion Planétaire – 1415-vers 1570*. in “Histoire Économique et Sociale du Monde”. A Colin. Paris. 1977. II. 398.
- (12) Jaime Cortesão, *A Expansão dos portugueses na História da Civilização*. Lisboa. 1983. 71.
- (13) *Mito e Mercadoria*, cit. 54.

BIBLIOGRAFIA*

- ALBUQUERQUE, Luís de – *Para a História da Ciência em Portugal*. Lisboa. 1973.
- *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa. 1983.
- *Introdução à História dos Descobrimentos*. Coimbra. 1962.
- ALMEIDA, L. Ferrand de – *A aclimação das plantas do Oriente no Brasil*. Coimbra. 1975. (Rev. Portuguesa de História. T. XV).
- ANDRADE, António Banha de – *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão pela Europa dos Descobrimentos geográficos Portugueses*. Lisboa. 1972.
- AZEVEDO, Lúcio de – *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa. 1929.
- BARBOSA, António, *Novos Subsídios para a História da Ciência Náutica portuguesa*. Lisboa. 1948.
- BARRETO, Luís Filipe – *Descobrimentos e Renascimento*. Lisboa. 1983.
- *Caminhos do Saber no Renascimento português*, Lisboa. 1986.

* Dado tratar-se, essencialmente, uma obra de síntese – em que cada capítulo é também abordado em jeito de Ensaio – supõe-se uma informação bibliográfica muito mais vasta do que a que vai aqui apontada. Limitamo-nos, por isso e na prática, a sumariar aqui aquelas obras e autores de que se fizeram, em nota, referências directas.

- BARRIENTOS, José Garcia – *Un Siglo de Moral Económica en Salamanca. 1526-1629*. Salamanca, 1985.
- BELLEÇ, François – *Reflexions sur la résistance européenne à l'Expansion*. Porto. 1994.
- BELTRAN, Cristina Borreguero - *Los problemas de comunicación en el gobierno de Felipe II: la relación espacio-tiempo* – em “Las Sociedades Ibericas y el Mar”. II. Lisboa. 1998.
- BENASSAR, B. -, *L'Expansion Planétaire – 1415-vers 1570*. in “Histoire Économique et Sociale du Monde”. II. Paris. 1977. – *Un siècle d'or Espagnol. 1521-1648*. Paris. 1982.
- BOXER, C. R. – *O Império Colonial Português. (1415-1825)*. Lisboa. 1981.
- BRANCO, Manoel Bernardes – *Portugal e os Estrangeiros*. Lisboa. 1879.
- BRAUDEL, Fernand – *Civilisation matérielle Économie et Capitalisme. XV-XVII Siècles*. Paris. 1979. (T. I. *Les Structures du Quotidien*. ; II. *Les Jeux de l'échange*.; *Le Temps du Monde*). *Civilização Material e Capitalismo. Séculos XV – XVIII*. Lisboa. 1970. – *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la Época de Felipe II*. Mexico-Madrid-Buenos-Aires. 1976.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão – *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*. Lisboa. 1983.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de – *Sur l'introduction des chiffres arabes au Portugal*. Lisboa. 1958.
- CARVALHO, Joaquim de – *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI*. Coimbra. 1947-48.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Clenardo e a Cultura Portuguesa*. Coimbra. 1970.
- CHAUNU, Pierre – *A América e as Américas*. Lisboa-Rio de Janeiro. 1969. – *Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes*. Paris. 1977. – *Séville et l'Atlantique*. Paris. 1955-1966.

- CIDADE, Hernâni – *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Coimbra. 1963-64. 2ª ed.. 2 Vols.
 – *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Vol. I. Coimbra. 1968.
- CORTESÃO, Armando – *Cartografia Portuguesa Antiga*. Lisboa. 1960.
 – *História da Cartografia Portuguesa*. Lisboa. 1969-1970.
 – *Portugalia Monumenta Cartographica* (com Teixeira da Mota). Lisboa. 1960
 – *A Primeira Embaixada à China*. Lisboa. 1945.
- COSTA, A. Fontoura da – *A Marinharia dos Descobrimentos*. Lisboa. 1960.
- CORTESÃO, Jaime – *Obras Completas*. Portugal. Editora. Lisboa. 1964-1985 (33 vols.).
- COUTINHO, Almirante Gago - *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa. 1969.
- DIAS, Manuel Nunes - *O Capitalismo Monárquico Português*. Coimbra. 1963-64.
- DIAS, José Sebastião da Silva – *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural dos Século XVI*. Coimbra. 1973.
 - *A Política Cultural de D. João III*. Coimbra. 1969.
- DISNEY, A R. – *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa. 1981.
- FARIA, Francisco Leite de – *Ecos literários e impacto cultural dos Descobrimentos portugueses no Atlântico*. Lisboa. 1990 (Ver. “Mare Liberum” N°1).
- FÈBVRE, Lucien – *O Problema da Descrença no Século XVI*. Lisboa. 1970.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral – *A Civilização do Açúcar*. S. Paulo. 1986.
- FERRÃO, José Mendes – *Difusão das Plantas no Mundo através dos Descobrimentos*. Lisboa. 1990.
 – *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa. 1992.

- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa. Lisboa. 1981-83.
- *Os Descobrimentos. Inovação e Mudança*. Lisboa. 1978. (Revista de História Económica e Social. Nº 2).
- *Mito e Mercadoria Utopia e prática de Navegar. Séculos XIII- XVIII*. Lisboa. 1990.
- *Ensaio*. I. *Sobre História Universal*. Lisboa. 1968.
- *Ensaio*. II. *Sobre História de Portugal*. Lisboa. 1968.
- *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa. 1975
- GONARD, René – *La Conquête Portugaise*. Paris. 1947.
- GONÇALVES, Maria da Conceição Dias – *O Índio na Literatura portuguesa dos Séculos XVI, XVII e XVIII*. Coimbra. 1961.
- GUEDES., Max Justo – *O Descobrimento do Brasil*. Lisboa. 1989.
- GUILLERM, Alain – *La marine à voile*. Paris. 1997.
- HAMY, Le D'E. T. – *Études Historiques et Géographiques*. Paris. 1896.
- HAZARD, Paul – *A Crise da Consciência Europeia*. Lisboa. 1948.
- HISTÓRIA da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto. 1921-1924.
- HOLLANDER, Raimond – *Historique de La Loxodromie*. Lisboa. 1990. (Mare Liberum Nº 1).
- HUMBOLDT, Alexandre de – *Oeuvres de*. Paris. 1866-1867;
- *Histoire de la Géographie du Nouveau Continent*. Paris. s/d.
- JULIEN, Ch. A. – *Les français en Amérique pendant la première moitié du XVI Siècle*. Paris. 1946.
- KRIEDT, Peter. *Feudalismo tardio y Capitalismo mercantil*. Barcelona. 1983
- LEITE, Duarte – *História dos Descobrimentos*. Lisboa. 1959-62.
- LÉON, Pierre - *Histoire Economique du monde*. Vols I e II. Paris. 1977-78.
- LOPES, Marília dos Santos - *Portugal: uma fonte de novos dados*. Lisboa. 1990. (Mare Liberum. Nº. 1).
- LOPES, Óscar – *Apologia e Crítica Contemporânea da Expansão*. (em “Le Caravelle Portoghese sulle vie delle Indie”). Roma. 1993.

- MACEDO, Francisco – *Breves considerações sobre a Iluminura em Portugal na Época dos Descobrimentos*. Lisboa. 1990.
- MÂLE, Émile, *Histoire Générale de l'Art*. Paris. 1950.
- MARLÈS, M. de – *Histoire Générale de l'Inde Ancienne et Moderne*. Paris. 1828.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Origem e Desenvolvimento da Cartografia Portuguesa na Época dos Descobrimentos*. Lisboa. 1987.
- *Alguns fragmentos de mapas encontrados em Viana do Castelo*. Coimbra. 1960. (Sep. Revista da Universidade de Coimbra).
- MARTINEZ, Adolfo Carrasco – *Herencia y Virtud. Interpretaciones e imágenes de lo nobiliario en la segunda mitad del siglo XVI*. “Actas das Sociedades Ibéricas e o Mar”. Vol. IV. Lisboa. 1998.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal nos Mares*. Lisboa. 1924.
- MAURO, Frédéric – *Études économiques sur l'Expansion portugaise. 1500-1900*. Paris. 1970.
- *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII. Siècle. 1570-1670*. Paris. 1983.
- *Le XVI.e Siècle Européen. Aspects économiques*. Paris. 1970.
- MARX, Karl - *Le Capital*. Paris. 1976.
- MORINEAU, Michel – *Incroyables Gazettes et fabuleux métaux*. London. 1985.
- MOTA, A. Teixeira de – *A Escola de Sagres*. Lisboa. 1960.
- NORWICH. J.Y. *Histoire de Venise*. Paris. 1986.
- OLIVEIRA, Aurélio - *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Braga. 1999.
- *Nos Caminhos do Atlântico*. Braga. 1999.
- *Comércio ultramarino e espaço metropolitano*. Porto. 1998.
- *Economias peninsulares no Século XVII*. “Penélope”. Lisboa. 1989.
- *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Lisboa. 1998.

- *O Trono e o Altar na mesma Cruzada*. Braga. 1987.
- *O Porto e os Descobrimentos. Comércio e construção naval ao serviço da Expansão*. Porto. 1999.
- ORTIZ, Antonio Dominguez – *El Antiguo Régimen. Los Reys Catolicos y los Austrias*. Madrid. 1977.
- PEREIRA, Moacyr Soares – *A Navegação de 1501 ao Brasil de Américo Vespúcio*. Rio de Janeiro. 1984.
- PEREIRA, Paulo – (direcção de) *História da Arte Portuguesa*. Vol. I. Lisboa. 1995.
- PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto. 1943.
- PERROUX, François – *Le Capitalisme*. Paris. 1969.
- POWER, Elleen – *The wool trade in English Medieval History*. Oxford. 1969.
- PRADA, Vasquez de – *História Económica Mundial*. Lisboa. 1972.
- RANGLES, G. L. *Da Terra plana ao Globo terrestre*. Lisboa. 1990.
- REIS, António Estácio dos – *A Ciência náutica dos Séculos XV e XVI*. Lisboa. “Mare Liberum” N. °4. 1992.
- RENUCCI, Paul. *L’Aventure de l’humanisme européen au Moyen-Âge*. Paris. 1953,
- REPARAZ, V. Gonçalo de – *La Epoca de los Grandes Descubrimientos españoles y portugueses*. Barcelona. 1931.
- RIBEIRO, Orlando – *Aspectos e problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa. 1972.
- ROMANO, Ruggiero / A. Tenenti – *Los fundamentos del Mundo Moderno*. Madrid. 1977.
- SANTOS, Maria Emília Madeira – *Viagens de Exploração Terrestres dos Portugueses em África*. Lisboa. 1988.
- SARAIVA, António José – *História da Cultura em Portugal*. Lisboa. 1950-1961.
- *Para a História da Cultura em Portugal*. Vol. II Lisboa. 1979.

- SCHERER, H. - *Histoire du Commerce de toutes les Nations*. Paris. 1857.
- SILVA, Luciano Pereira da - *Obras Completas*. Lisboa. 1943-1946.
- SIMONSEN, Roberto C. - *História Económica do Brasil. (1500-1820)*. S. Paulo. 1978.
- SMITH, Adam - *Inquérito sobre a riqueza das Nações*. Lisboa. 1983.
- TAVIANI, Paolo Emilio - *La Maravigliosa avventura di Cristoforo Colombo*. Novara. 1989.
- THORNDIKE, L. - *The History of Magic and Experimental Science*. New York. 1953-59.
- TOYNBEE, Arnold - *A Study of History*. Oxford. 1962.
- VAN BATH, B. H. Slicher - *História Agrária da Europa Ocidental*. Lisboa. 1984.
- VASCONCELOS, Frazão de - *As Pinturas das Armadas da Índia e outras representações artísticas de navios portugueses do Século XVI*. Lisboa. 1941.
- Pilotos das Navegações Portuguesas dos Séculos XVI e XVII*. Lisboa. 1942.
- VERLINDEN, Charles - *Précédents et Parallèles Européens de l' Esclavage Colonial*. Coimbra. 1949.
- VITERBO, Sousa - *Os portugueses e o gentio*. Coimbra. 1896.
- *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*. Lisboa. 1898-1900.
- VIVES, Vicens - *Historiade España y America. Social y económica*. Madrid. 1974.
- *Manual de Historia Economica de España*. Barcelona. 1965.
- WALLERSTEIN, Immanuel - *The Modern World System*. London. 1974-80.

FONTES

- ALBUQUERQUE, Afonso de – *Cartas*. Academia das Sciencias de Lisboa. Coimbra. 1884-85.
- ALMADA, André Alvares de – *Tratado Breve dos Rios de Guine do Cabo Verde*. (1594). Ed. Diogo Kopke. Porto. 1841.
- ÁLVARES, P.e Francisco – *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*. Lisboa. 1943.
- BARBOSA, Duarte – *Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Lisboa. 1946.
- BARBOS, João de – *Asia*. Lisboa. 1777-1778; *Asia* .(*Primeira e Segunda Décadas*). Lisboa. 1988.
- BERNARDES, Diogo – *Obras Completas*. Lisboa. 1946.
- BRANDÃO, João- *Majestade e grandezas de Lisboa em 1552*. *Archivo Historico*. Vol. XI. Portuguez. Vol. XI. Lisboa. 1911.
- CADAMOSTO, Luis de – *As Navegações de* , Ed. Carlo Rossi. Lisboa. 1944.
- CA MASSER, L. – *Relazione*. Ed. Prospero de Peragallo. Lisboa. 1892.
- CAMÕES, Luís de – *Obras Completas*. Lisboa. 1946-47.
- CAMINHA, Pêro Vaz de – *Carta de*. Ed. de Jaime Cortesão. Lisboa. 1960.
- CARDIM, Fernão – *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*. S. Paulo. 1939.
- CARTAS dos Jesuítas do Oriente e do Brasil. 1449-1551*. 1993. (Reed.).

- CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *Historia do Descobrimento e Conquista da Índia*. Coimbra. 1924-33.
- CATZ, Rebecca - *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*. Lisboa. 1983.
- COOLEY, W. Desborough – *Histoire Générale des Voyages de Découvertes Maritimes et Continentales*. Paris. 1840.
- CORTESÃO, Armando – *Cartas das Novas ... do Preste João*. Lisboa. 1938.
- COUTO, Diogo do – *Décadas*. Lisboa. 1947.
– *O Soldado Prático*. Lisboa. 1937.
- CORREIA, Gaspar - *Lendas da Índia*. 1922-1969.
- COSTA, Joseph – *Historia Natural de las Indias*. Año. 1606.
- CASTRO, D. João de - *Obras Completas*. Lisboa. 1968-82.
- CRÓNICA do Descobrimento da Índia pelos Portugueses*. Ed. Luís de Albuquerque. Lisboa. 1986.
- DOCUMENTOS do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. 1959.
- EMPOLI, João de – *Viagens às Índias Orientais*. Lisboa. 1867.
- ENCHIRIDON de los Tiempos*. Anvers. 1551.
- FERREIRA, António – *Obras Completas*. Lisboa. 1941.
- FICALHO, Conde de – *Viagens de Pero da Covilhan*. Lisboa. 1898.
- FRAGOSO, Juan – *Discurso de las cosas Aromaticas*. Madrid. 1572.
- GALVÃO, Antonio – *Tratado dos Descobrimentos*. Porto. 1944
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães – *I. Tratado da Terra do Brasil*.
II. História da Província de Santa Cruz. Rio de Janeiro. 1924.
- GOES, Damião de – *Chronica do Principe D. João*. Lisboa. 1790.
– *Fides, Religio, Moresque Aethiopum*. Lisboa. 1540.
– *Lisboa de Quinhentos*. Trad. Lisboa. 1937.
- GOMARA, F. Lopez de – *Historia General de las Indias*. Madrid. 1829.
- GOMES, Diogo – *Relações do Descobrimento de Guiné*. Ed. Gabriel Pereira. Soc. de Geografia de Lisboa. S/d.
- GREENLEE, W. B. – *A Viagem de Pedro Álvares Cabral*. Porto. 1943.

- GUERREIRO, P.e Fernão – *Relação Annual do que fizeram os Padres da Companhia no Oriente. 1600-1601*. Évora. 1603
– *Relação Annual do que fizeram os Padres da Companhia no Oriente. 1604-1605*. Lisboa. 1607.
- GUICCIARDINI, L. – *Descrittione ... di tutti paesi bassi*. Anversa. 1546.
- HERRERA, Antonio de – *Description de las Indias Occidentales*. Madrid. 1944.
- HISTORIA Rerum Venetarum*. Basileae. 1566.
- INFORMAÇÃO das cousas da China. Textos do Século XVI*. Apresentação de Rafaella d' Intino. Lisboa. 1989.
- LEITE, Serafim- *Cartas dos primeiros Jesuítas*. Vol. I. São Paulo. 1954.
– *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega*. Coimbra. 1955.
- LOPES, Tomé - *Navegação às Índias Orientais*. Ed. António Cruz. Porto. 1972.
- LOPES, Duarte, F. Pigafetta – *Relação do Reino do Congo*. Lisboa. 1989.
- MANUSCRITO (O) Valentim Fernandes* – Ed. António Baião. Lisboa. 1940.
- MARQUES, J. M. da Silva – *Descobrimientos Portugueses*. Ed. Fac-Simile. Lisboa. 1988.
- MEMORIAL de Várias Cartas ... da Companhia de Jesus*. Porto. 1942.
- MEMÓRIAS de um Soldado da Índia*. Ed. Costa Lobo. Lisboa. 1987. (Reed.).
- MIRANDA, F. Sá de – *Obras Completas*. Lisboa. 1943.
- MUNSTER. S. – *Cosmographie Universelle*. s/l. 1568.
- MUNZER, Jerónimo – *Itinerário*. Ed. Basílio de Vasconcelos. Coimbra. 1931.
- NAVEGÃO de Lisboa á Ilha de S. Thomé escrita por hum piloto portuguez*. Lisboa. 1867.
- NICOLAS, Gaspar – *Tratado da pratica Darismetica*. Porto. 1963.

- NUNES, Pedro – *Obras Completas*” Lisboa. 1940-1960.
- OLIVEIRA, Aurélio de – *Cartas de Etiópia*. Braga. 1999.
- OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues de – *Summario...do que ha na Cidade de Lisboa*. Lisboa. 1554.
- OLIVEIRA, Fernão – *Gamatica da Lingua Portuguesa*. Porto. 1871.
- OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa. 1820.
- ORDENAÇÕES do Senhor Rei D. Manuel. Lisboa. 1984.
- ORTA, Garcia de - *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa.1987.
- PAIS, Pêro – *História de Etiópia*. Porto. 1945.
- PAULICEAE Lusitana Monumenta Historica. Ed. Jaime Cortesão. Lisboa. 1956-1961
- PEREIRA, Duarte Pacheco - *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa. 1892.
(Ed. Barradas de Carvalho. F. C. Gulbenkian. Lisboa. 1991).
- PINTO, Fernão Mendes – *Peregrinação*. Lisboa. 1961.
- PIRES, Tomé. – *Suma Oriental*. Coimbra. 1978.
- REGIMENTO das Casas da Índia e Mina. Ed. Damião Peres. Coimbra. 1947.
- RELAÇÕES DE Angola e Congo tiradas do Cartorio do Collegio dos Padres da Companhia. Em “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”. Lisboa. 4ª. Série.
- RESENDE, Garcia de – *Crónica de dom João II e Miscelânea*. Lisboa. 1973.
- *Cancioneiro Geral*. Centro de Estudos Românicos. Lisboa. 1973-74.
- SANZ, Carlos – *Bibliotheca Americana Vetustissima*. Madrid. 1960.
- SOARES, Pêro Ruiz *Memorial*. Coimbra. 1973.
- SANCHES, Francisco – *Tratados Filosóficos*. Lisboa. 1955.
- SOLIS, Duarte Gomes de - *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*. Ed de Moses B. Amzalak. Lisboa. 1943.
- *Alegacion en favor de La Compañia de la India Oriental y Comercios Ultramarinos*. Ed. Moses B. Amzalak. Lisboa. 1955.

- SOUSA, Gabriel Soares de – *Tratado descritivo do Brasil*. (1587).
Rio de Janeiro. 1879.
- TELLEZ Balthazar – *História Geral de Ethiopia*. Coimbra. 1660.
- VASCONCELOS, Luys Mendez de – *Do Sitio de Lisboa. Dialogo*. Lisboa. 1608.
- VELHO, Álvaro – *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*.
Ed. Fontoura da Costa. Lisboa. 1969.
- VICENTE, Gil. *Obras Completas*. Lisboa. 1942-1945.
- VIEIRA, P.e António – *Obras*. Lisboa. 1854-58
- VESPÚCIO Americo – *Cartas*. Lisboa. 1867.
- VILAR, Pierre – *Oro y Moneda en la Historia*. Barcelona. 1981.
- VOLTAIRE, – *Essai sur les Moeurs et l'Esprit des Nations*. Paris.
1829.
- VOYGES (The) of Sir James Lancarster to Braszil and the East
Indies. 1591-1603. London. 1940
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de Guiné*. Porto. 1973.
– *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa. 1988.
– *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. Porto. 1988.

